UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Câmpus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

CONSCIÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA AMÉRICA DO SUL

Presidente Prudente

Outubro de 2013

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

CONSCIÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA AMÉRICA DO SUL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – *Campus* de Presidente Prudente como um dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi (UNESP) e Coorientação de Profa. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de Pesquisa: Espaços Rurais e Movimentos Sociais.

Presidente Prudente

Outubro de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Batista, Ândrea Francine.
B336c Consciência e territorialização contra-hegemônica : uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul. / Ândrea Francine Batista. - Presidente Prudente: [s.n], 2013
276 f.

Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Territorialização. 2. Via Campesina. 3. Contra-hegemonia. 4. Consciência. 5. Formação. I. Girardi, Eduardo Paulon. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

CONSCIÊNCIA E TERRITORIALIZAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA AMÉRICA DO SUL A PARTIR DE GRAMSCI

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação para obtenção do título de mestre

_____

Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi

Presidente da Banca – Orientador
(Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP)

_____

Profa. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros

Coorientadora
(UFRRJ)

_____

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

1º Examinador
(Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP)

_____

Profa. Dra. Noemia Ramos Vieira

2º Examinador
(Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília / UNESP)

Presidente Prudente, 18 de outubro de 2013

DEDICATÓRIA

À classe trabalhadora.

À todos e todas que incondicionalmente entregam suas vidas
à causa socialista, e acendem fogueiras com mãos de primavera...

AGRADECIMENTOS

À Sérgio e Cecília, farol de minha vida.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à CLOC - Via Campesina por ensinar, nas árduas e diárias batalhas, a convicção da luta socialista.

Ao estimado orientador Eduardo Paulon Girardi, à estimada coorientadora Leonilde Servolo Medeiros, e, a todos os educadores e educadoras que acompanharam este trabalho contribuindo com importantes reflexões teórico-metodológicas.

Aos educadores, educadoras, e militantes / dirigentes das organizações sociais do campo da CLOC-Via Campesina que gentilmente contribuíram com as entrevistas e reflexões sobre aspectos chaves deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras de turma que de maneira coletiva forjou as condições objetivas e subjetivas para a realização desta pesquisa.

EPÍGRAFE

YO VENGO A OFRECER MI CORAZÓN

¿Quién dijo que todo está perdido?
yo vengo a ofrecer mi corazón,
tanta sangre que se llevó el río,
yo vengo a ofrecer mi corazón.

No será tan fácil, ya sé qué pasa,
no será tan simple como pensaba,
como abrir el pecho y sacar el alma,
una cuchillada del amor.

Luna de los pobres siempre abierta,
yo vengo a ofrecer mi corazón,
como un documento inalterable
yo vengo a ofrecer mi corazón.

Y uniré las puntas de un mismo lazo,
y me iré tranquilo, me iré despacio,
y te daré todo, y me darás algo,
algo que me alivie un poco más.

Cuando no haya nadie cerca o lejos,
yo vengo a ofrecer mi corazón.
cuando los satélites no alcancen,
yo vengo a ofrecer mi corazón.

Y hablo de países y de esperanzas,
hablo por la vida, hablo por la nada,
hablo de cambiar ésta, nuestra casa,
de cambiarla por cambiar, nomás.

¿Quién dijo que todo está perdido?
yo vengo a ofrecer mi corazón.

(Fito Paez e Mercedez Sosa)

RESUMO

O desenvolvimento do capital no campo vem atravessando um conjunto de mudanças decorrentes, entre outras coisas, de políticas neoliberais. O agronegócio, o hidronegócio e a mineração – seguidos de desmatamento em larga escala e desenvolvimento de megaprojetos de infraestrutura para a circulação de mercadorias – vão consolidando-se como hegemônicos, mesmo em tempos de crise estrutural do próprio capital. Este processo identifica um novo patamar de processos de desterritorialização das classes sociais no campo a partir da expropriação, exploração e subsunção de formas não capitalistas de produção.

Essas mudanças resignificam também o caráter da luta de classes no campo, e novos desafios se colocam às organizações sociais que lutam e resistem historicamente. A Via Campesina, articulação internacional de movimentos do campo, em sua trajetória de 20 anos é fruto e também contém estes desafios na medida em que busca construir territorialização contra-hegemônica. Desde a organização política, suas linhas estratégicas, suas ações concretas de luta e sua política de formação vêm construindo territórios de enfrentamento ao desenvolvimento do capital no campo e às suas consequências.

Com base nesses elementos, o presente trabalho é fruto de uma investigação na qual o objetivo foi: *analisar, a partir das contribuições do pensamento de Antonio Gramsci, a política de formação da Via Campesina Internacional realizada na região América do Sul, considerando-as como parte de um processo de territorialização contra-hegemônica*. Neste sentido, são desenvolvidos conceitos como: Estado e Sociedade civil; hegemonia; organização política como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico.

Consideramos, por fim, que há um papel político-pedagógico da Via Campesina na luta de classes no campo, na medida em que organização e formação se imbricam na luta por uma a territorialização contra-hegemônica.

Palavras-chave: Territorialização. Via Campesina. Contra-hegemonia. Consciência. Formação.

RESUMEN

El desarrollo del capital en el campo viene atravesando un conjunto de cambios decurrentes, entre otras cosas, de políticas neoliberales. El agronegocio, el hidronegocio y la minería - seguidos de deforestación en larga escala y desarrollo de mega-proyectos de infraestructura para la circulación de mercaderías - están siendo consolidados como hegemónicos, mismo en tiempos de crisis estructural del propio capital. Este proceso identifica un nuevo nivel de procesos de desterritorialización de las clases sociales en el campo a partir de la expropiación, explotación y subsunción de formas no capitalistas de producción.

Esos cambios re-significan también el carácter de la lucha de clases en el campo, y nuevos desafíos se colocan a las organizaciones sociales que luchan y resisten históricamente. La Vía Campesina, articulación internacional de movimientos del campo, en su trayectoria de 20 años es fruto y también contiene esos desafíos, a medida que busca construir territorialización contra-hegemónica. Desde la organización política, sus líneas estratégicas, sus acciones concretas de lucha y su política de formación vienen construyendo territorios de enfrentamiento al desarrollo del capital en el campo y a sus consecuencias.

Con base en esos elemento, el presente trabajo es fruto de una investigación donde el objetivo fue: *analizar, a partir de las contribuciones del pensamiento de Antonio Gramsci, la política de formación de La Vía Campesina Sudamérica, considerándolas como parte de un proceso de territorialización contra-hegemónica*. En este sentido, son desarrollados conceptos como: Estado y Sociedad Civil; hegemonía; organización política como intelectual colectivo; formación política e intelectual orgánico.

Consideramos por fin que existe un papel político-pedagógico de La Vía Campesina en la lucha de clases en el campo, a medida que organización y formación se imbrican en la lucha por una territorilización contra-hegemónica.

Palabras-claves: Territorialización. Vía Campesina. Contra-hegemonía. Consciencia. Formación.

ABSTRACT

The development of capital in rural area has being through changes due to neoliberal policies, among other reasons. The agribusiness, the hidrobussines and mining – which follows after the large scale deforestation and mega-projects of infra-structure for the circulation of commodities – are consolidating as hegemonic, even in times of structural crisis of the capital. This process identifies a new phase of the process of deterritorialization of social classes in the rural area by the expropriation, exploitation and subsumption of non-capitalist ways of production.

These changes re-mean as well the character of the class struggle in the countryside and bring new challenges for the social organizations which struggle and resist historically.

The Via Campesina, international articulation of social movements in the countryside, at its trajectory of 20 years is fruit and also contain these challenges at the construction of territorial counter-hegemonic.

The Via Campesina have built territories confronting capital development in the countryside and its consequences, through its political organization, its strategy, concrete actions and through its political education.

Based in these elements the present work is fruit of an investigation which object is: *to analyse, from the contribution of the reflection of Antonio Gramsci, the forming of Via Campesina International in the region of South America, considering as part of a process of territorial counter-hegemony.* By this, concepts are developed as: State and Civil Society; hegemony, political organization and collective intellectual, political education and organic intellectual.

We consider that there is a political-pedagogical role of Via Campesina in the class struggle in the countryside, in which its organization and formation intertwine in the territorial counter-hegemonic struggle.

Key Words: Territoriality. Via Campesina. Counter-hegemony. Consciousness. Political Education.

RESUMÉ

Le développement du capital dans les zones rurales a souffert beaucoup de changements, surtout à cause des politiques néolibérales. L'agrobusiness, l'hydrobusiness et l'exploitation minière - suivis par la déforestation à grande échelle et par le développement de mégaprojets d'infrastructure en vue de la circulation des marchandises – deviennent hégémoniques, même quand on assiste à une crise structurelle du capital. Ce processus permet de déterminer un nouveau niveau du processus de déterritorialisation des classes sociales dans les zones rurales, surtout à travers la dépossession, l'exploitation et la subsomption de formes non capitalistes de production.

Ces changements donnent un nouveau signifié au caractère de la lutte des classes à la campagne, et les organisations sociales qui luttent et résistent historiquement sont confrontées à des nouveaux défis. La trajectoire de 20 ans de la *Via Campesi*na - coordination internationale des mouvements des zones rurales - est le fruit et contient également ces défis, puisqu'elle cherche à construire une territorialisation contre-hégémonique. Son organisation politique, sa stratégie, ses actions concrètes de lutte et sa politique de formation ont construit des territoires de confrontation face au développement et aux conséquences du capital dans les zones rurales.

Sur la base de ces éléments, le présent travail est le résultat d'une enquête qui vise à analyser, à partir des contributions de la pensée d'Antonio Gramsci, la politique de formation de la Via Campesina Internationale en Amérique du Sud, en la considérant comme une partie d'un processus de territorialisation contre-hégémonique. En ce sens, les concepts suivants sont développés : État et société civile ; hégémonie ; l'organisation politique comme étant un intellectuel collectif ; formation politique et intellectuel organique. Nous considérons qu'il y a un rôle politico-pédagogique de la *Via Campesina* dans le cadre de la lutte des classes dans les zones rurales, puisque l'organisation et la formation sont deux axes fondamentaux de la lutte pour la défense d'une territorialisation contre-hégémonique.

Mots-clés: Territorialisation. Via Campesina. Contre-hégémonie. Conscience. Formation.

LISTA DE QUADROS

LISTA DE QUADROS	PAGINA
Quadro 1 - Caracterização dos Entrevistados (as): Coordenações Pedagógicas, Educadores e Dirigentes	38
Quadro 2 - Caracterização dos Entrevistados (as): Educandos (as)	39
Quadro 3 - Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2011	46
Quadro 4 - Classificação das empresas quanto ao volume de venda em 2012	47
Quadro 5 - Classificação das empresas quanto ao lucro líquido em 2012	50
Quadro 6 - Classificação das empresas quanto aos investimentos realizados em 2012	51
Quadro 7 - Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2012	52
Quadro 8 - Classificação das maiores empresas em 2012 que mantém operações na América do Sul	53
Quadro 9 - Classificação dos maiores grupos em 2012 da América Latina	56
Quadro 10 - Número de organizações do campo por grande região da VCI	92
Quadro 11 - Organizações sociais membras da Via Campesina América do Sul	93
Quadro 12 - Síntese das experiências de formação da Via Campesina na América do Sul	147

LISTA DE MAPAS

LISTA DE MAPAS	PAGINA
Figura 1 - Arrendamentos e/ou compra de terras para produção de alimentos e agronergia	58

LISTA DE SIGLAS

CONCEITOS E TERMINOLOGIAS	
ABCD	ADM-Bungue-Cargill-Dreyfus
ADM	Archer Daniels Midland
AGRA	Aliança para a Revolução Verde em África
ALBA	Aliança Bolivariana para las Américas
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAFTA-RD	Tratado de Livre Comércio de Centro-América e República Dominicana
CCI	Comissão Coordenadora Internacional
CODELCO	Corporación Nacional del Cobre (Chile)
CPP	Coordenação Político Pedagógica
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
IIRSA	Integración de Infra-estructura Regional Sudamérica
JBS	José Batista Sobrinho (fundador da JBS)
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
RAOM	Reforma Agrária Orientada pelo Mercado
TCN´s	Corporações Transnacionais
TDR	Territorialização – desterritorialização - reterritorialização
TLC	Tratado de Livre Comércio
TLCAN	Tratado de Livre Comércio América do Norte
VS	Versus
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	
FIPA	Federación Internacional de Productores Agropecuários
FUNDAYACUCHO	Fundación Gran Mariscal de Ayacucho (Venezuela)
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MPPES	Ministerio del Poder Popular para la Educación Superior (Venezuela)

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PARTIDOS	
CEB´s	Comunidades Eclesiais de Base
CEFURIA	Centro de Formação Urbano e Rural
CELAM	Consejo Episcopal Latinoamericano
CGT	Confederação geral do trabalho (Itália)
FSLN	Frente Sandinista de Liberación Nacional (Nicarágua)
NEP	Núcleo de Educação Popular
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partido Comunista Italiano
PSI	Partido Socialista Italiano
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO, ESCOLAS E INSTITUTOS	
ACADEI	Asociación Campesina de Desarrollo Integrado (Paraguai)
ANAMURI	Associación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Chile)
ANAP	Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (Cuba)
APENOC	Asociación de Productores Noroeste de Córdoba (Argentina)
ATC	Asociación de Trabajadores del Campo (Nicarágua)
C - CONDEM	El Corporación Coordinadora Nacional para la Defensa del Ecosistema Manglar (Ecuador)
CAI	Consejo Asesor Indígena (Argentina)
CANEZ	Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora (Venezuela)
CAPC	Conselho Andino de Produtores de Coca da Bolívia (Bolívia)
CCP	Confederação Campesina do Peru (Peru)
CIOAC	Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos (México)
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CNA	Coordenadora Nacional Agrária (Colômbia)
CNA-PERU	Confederação Nacional Agrária (Peru)
CNC - EA	Coordenadora Nacional Camponesa Eloy Alfaro (Equador)
CNMCIOB-BS (Bartolinas)	Confederação Nacional de Mulheres Campesinas, Indígenas e Originarias da Bolívia – Bartolina Sisa (Bolívia)
CNPA	Coordinadora Nacional Plan de Ayala (México)
COCITRA	Coordenadora de Organizações Camponesas, Indígenas e Trabalhadores Rurais da Argentina (Argentina)
CONAMURI	Coordinadora de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (Paraguai)
CONFEUNASSC	Confederação Única de Afiliados ao Seguro Social Camponês (Equador)
CONIC	Coordinadora Nacional Indígena e Campesina (Guatemala)
CPE	Coordinadora Campesino Europea
CPT	Comissão Pastoral da Terra (Brasil)
CSCIB	Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia

CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
ECUARUNARI	"Ecuador Runakunapak Rikcharimuy" (Kichwa: Movimiento de los Indígenas del Ecuador). Também chamado Confederação dos Povos de Nacionalidade Kichwa do Equador
ELAA	Escola Latino-americana de Agroecologia (Brasil)
ENA	Escuela Nacional de Agroecología (Equador)
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes (Brasil)
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEI	Confederação de Povos, Organizações Camponesas e Indígenas do Equador
FEMUCARINAP	Federação Nacional de Mulheres campesinas, artesãs, indígenas, nativas e assalariadas do Peru.
FENACLE	Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas livres do Equador
FENACOA	Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias
FENOCIN	Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador
FENSUAGRO	Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (Colômbia)
FIPA	Federación Internacional de Productores Agropecuários
FMC	Federación de Mujeres Cubanas (Cuba)
FNCEZ	Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora (Venezuela)
IALA	Instituto de Agreocologia Latino-americano
LVC	La Vía Campesina
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens (Brasil)
MAP	Movimiento Agrario y Popular (Paraguai)
MCNOC	Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (Paraguai)
MCP	Movimientos Campesino Paraguayo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas (Brasil)
MNCI	Movimento Nacional Camponês e Indígena (Argentina)
MOCASE	Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Argentina)
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores (Brasil)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil)
MST-B	Movimento de Trabalhadores Sem Terra Da Bolívia
NEP	Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (Brasil)
OLT	Organización de Lucha por la Tierra (Paraguai)
ONAI	Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas (Paraguai)
PJR	Pastoral da Juventude Rural (Brasil)
PORIAJHU	Unión de Campesinos Poriajhú (Argentina)
RANQUIL	Confederação Nacional Sindical Camponesa e do Agro Ranquil (Chile)
RMRU	Rede de Mulheres Rurais do Uruguai

SERCUPO	Servicio de Cultura Popular (Argentina)
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos
UNICAM- SURI	Universidad Campesina- Sistemas Rurales Indoamericanos
VC	Via Campesina
VCI	Via Campesina Internacional
UNIVERSIDADES E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO	
CEGET	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
UBV	Universidade Bolivariana de Venezuela
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNELLEZ	Universidad Nacional Experimental de los Llanos Ocidentales Ezequiel Zamora (Venezuela)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO	24
a) Trajetória de militância política: a práxis investigativa	25
b) Concepção teórico-metodológica da investigação	31
c) Procedimentos da investigação	35
1 TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO NA AMÉRICA DO SUL	42
1.1 A produção capitalista no campo	43
1.1.1 Agronegócio	46
1.1.2 Hidronegócio	59
1.1.3 Mineração	60
1.1.4 Megaprojetos de Infraestrutura	63
1.2 Crise estrutural do sistema capitalista	65
1.3 Consequências da hegemonia do Capital no Campo: territorialização e desterritorialização	69
2 VIA CAMPESINA SUDAMÉRICA: resistência e territorialização contra-hegemônica.	73
2.1 Breve histórico da Via Campesina	75
2.2 Organicidade da Via Campesina Internacional	89
3 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA NA AMPERICA DO SUL	98
3.1 Cursos livres ou informais e atividades de formação política	103
3.1.1 Curso para militantes de base da região cone sul	103
3.1.2 Escola de formação de militantes de base da região andina	107
3.1.3 Escola de formação de dirigentes - Egídio Brunetto	107

3.1.4 Cursos Latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes	108
3.1.5 Escola de Formação de mulheres: continental, região *conosur*, e região andina	112
3.1.6 Acampamento da juventude latino-americana da VCI	113
3.1.7 Campanhas da VCI	114
3.2 Cursos Livres ou informais e atividades de formação político-profissional	115
3.2.1 Escola de Comunicação Popular da CLOC – VC	115
3.2.2 Campesino a Campesino	116
3.2.3 Escola de Agroecologia Raul Balbuena	118
3.2.4 Encontro de formadores em agroecologia	118
3.3 Escolas e Institutos de formação política-profissional em agroecologia	126
3.3.1 Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA	126
3.3.2 Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Freire	131
3.3.3 Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Guarani	135
3.3.4 Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Amazônico	141
3.3.5 Universidade Campesina "SURI" – UNICAM – SURI	144
3.3.6 Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA	145
3.4 Aspectos singulares entre as experiências de formação da Via Campesina	146
4 TERRITORIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSCIENCIA.	154
4.1 Território, Territorialização e territorialidade	155
4.2 Organização e Consciência: aproximações aos conceitos de Antonio Gramsci	169
4.2.1 Pressupostos da concepção e da prática de Gramsci	170
4.2.2 O Estado e a Sociedade Civil	181
4.2.2.1 Território em Gramsci	191
4.2.2.2 A aliança estratégica operário-camponesa	192
4.2.3 A organização política como intelectual coletivo	195
4.2.3.1 Partido: do movimento espontâneo à direção consciente	200
4.2.4 O intelectual orgânico, a consciência e a formação política	203

4.2.4.1 Escolas de formação política	211
4.3 Territorialização contra-hegemônica desde Organização e a formação	213
5 O PAPEL POLÍTICO–PEDAGÓGICO DA VIA CAMPESINA NA AMERICA DO SUL	215
5.1 O papel da Via Campesina na sociedade civil	219
5.2 A Via Campesina como organização política	220
5.3 O papel da formação político-profissional na Via Campesina	222
5.3.1 A formação e a organização: diversidade, unidade e o internacionalismo	226
5.3.2 O processo pedagógico	230
5.3.3 A formação de intelectuais orgânicos.	234
5.3.4 A formação e a territorialização	239
5.3.5 Os limites das experiências de formação da VC	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266

APRESENTAÇÃO

O tema que envolve esta investigação - a saber, a formação política em organizações sociais do campo - advém de nossa prática militante de acompanhamento e coordenação destes processos, os quais possibilitaram em grande medida as inquietações, indagações e reflexões que se expressam no corpo deste trabalho. Partindo desta prática reflexiva, a necessidade de aprofundamento teórico tornava-se cada vez mais provocante e desafiadora. É sobre esta práxis a qual se fundamenta esta investigação.

O objetivo central da pesquisa foi *analisar a política de formação da Via Campesina Internacional, através das experiências concretas construídas na região América do Sul e considerando essas experiências como parte de um processo de territorialização contra-hegemonica do capital que se efetiva por meio da luta promovida pela organização dos diferentes sujeitos do campo*.

Esse processo envolve, sem dúvida nenhuma, o terreno da consciência e da ideologia, o que muitos autores designam como território imaterial, como será desenvolvido nos capítulos que seguem.

O desenvolver da pesquisa foi marcado por: a) mapeamento e sistematização das experiências de formação realizadas pela Via Campesina da América do Sul; b) revisão bibliográfica com levantamento de obras, artigos, capítulos de livros, documentos e dissertações que estavam relacionados à temática; c) realização de entrevistas com educandos e educandas, assim como de coordenações político-pedagógicas, educadores e dirigentes envolvidos nos processos de construção de tais experiências de formação; d) a atuação militante nos marcos do objeto de investigação.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, acompanhados primeiramente de uma introdução metodológica, denominada *Referências Metodológicas da Investigação*, e finalmente das *Considerações Finais* da investigação.

Nas *Referências Metodológicas da Investigação* nos referimos à descrição dos pressupostos que permearam a pesquisa, a partir de uma reflexão sobre a trajetória militante e como o objetivo deste trabalho foi se construindo ao largo de uma determinada práxis. Também traçamos elementos centrais a respeito da concepção metodológica que permeou a investigação, assim como a retomada dos objetivos geral e específicos, os procedimentos da investigação e a construção dos resultados aqui sistematizados.

Na sequência, apresentamos o primeiro capítulo intitulado *Territorialização do capital no campo na América do Sul*, no qual apontamos elementos do desenvolvimento da produção capitalista no campo nos últimos anos, consequências da política neoliberal na região sul-americana. Neste, analisamos aspectos do agronegócio, do hidronegócio, da mineração e desmatamento relacionados à megaprojetos de infraestrutura para circulação de mercadorias, forjando um domínio hegemônico do capital no campo em tempos de sua própria crise estrutural. Também apontamos algumas das principais consequências que desta hegemonia provoca como a desterritorialização dos sujeitos do campo, seja na forma de expropriação, exploração ou subsunção dos mesmos à ordem estabelecida.

No segundo capítulo, denominado *Via Campesina Sudamérica: resistência e territorialização contra-hegemonica* situamos historicamente o surgimento da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina Internacional, e desde suas linhas políticas, organização e estratégia, analisar os processos de resistência e construção de uma territorialização contra hegemonia do capital no campo. Pretendemos evidenciar a existência e o contraste entre dois projetos para o campo. Um deles, nos marcos do desenvolvimento do capital e da produção inconsequente de mercadorias a partir da exploração dos trabalhadores do campo e da subsunção de camponeses, indígenas e afrodescendentes às suas leis (primeiro capítulo). Outro, proveniente das contradições e consequências do próprio sistema, no qual os trabalhadores e trabalhadoras organizados propõem um novo modelo para o campo baseado na soberania alimentar e na agroecologia.

No terceiro capítulo, com o nome *Políticas de formação da Via Campesina na América do Sul*, retratamos a sistematização das experiências de formação organizadas pela Via Campesina América do Sul em sua trajetória de vinte anos de existência. Buscamos, através de um mapeamento inicial, traçar elementos político-pedagógicos singulares que perpassam estas experiências, identificando assim aspectos da política de formação da VCI. Este mapeamento foi realizado através da identificação das experiências e do agrupamento das mesmas por características similares, mesmo que a denominação destes agrupamentos não seja utilizada pela VCI. São eles: cursos livres ou informais e atividades de formação política; cursos livres ou informais e atividades de formação político-profissional; escolas e institutos de formação político-profissional em agroecologia. Para a exposição deste capítulo, partimos do pressuposto de que as políticas de formação da VCI fazem parte da sua estratégia na construção de uma territorialização contra hegemonia do capital.

O quarto capítulo deste trabalho é denominado *Territorialização, Organização e Consciência*. Neste capítulo discutimos os conceitos de território, territorialização e

territorialidade como conceitos geográficos que perpassam pela análise do objeto de investigação, ou seja, a construção hegemônica do capital no campo *versus* a luta contra-hegemônica da Via Campesina na América do Sul. Também, neste capítulo abordamos conceitos, desde a concepção de Antonio Gramsci, de: Estado e sociedade civil; hegemonia; organização política como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. Estes conceitos aportam para uma leitura crítica desta luta contra-hegemônica do capital no campo realizada pela Via Campesina Internacional desde o enfrentamento, a organização, e a formação.

No capítulo quinto intitulado *O papel político-pedagógico da Via Campesina na América do Sul*, relaciona os aspectos da luta e da organização às políticas de formação da VC como aspectos chaves na construção da consciência de classe, pressuposto limiar do avanço para uma luta por mudanças estruturais.

Nas *Considerações Finais* deste trabalho apontamos de maneira sintética as principais reflexões a respeito do papel das políticas de formação da VC enquanto elemento estratégico para a luta contra a hegemonia do capital e suas consequências para os sujeitos coletivos do campo. Assinalamos também nesta parte do trabalho algumas inquietações que necessitam ser aprofundadas, as quais seriam bases para outras possíveis investigações.

Desde o primeiro momento da realização deste trabalho, desenvolvemos a expectativa de que o mesmo pudesse aportar, de alguma maneira, para a práxis coletiva da Via Campesina Internacional e seu papel histórico na luta de classes. Compreendemos, entretanto, que o mesmo é insuficiente para uma leitura critica de todo o seu processo, dados os desafios que lhes são colocados. Neste sentido, deixamos este breve estudo para a crítica da história.

REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

EL NECIO

Para no hacer de mi ícono pedazos,
para salvarme entre únicos e impares,
para cederme un lugar en su parnaso,
para darme un rinconcito en sus altares.
Me vienen a convidar a arrepentirme,
me vienen a convidar a que no pierda,
mi vienen a convidar a indefinirme,
me vienen a convidar a tanta mierda.

yo no sé lo que es el destino,
caminando fui lo que fui.
allá dios, que será divino.
yo me muero como viví […].

yo quiero seguir jugando a lo perdido,
yo quiero ser a la zurda más que diestro,
yo quiero hacer un congreso del unido,
yo quiero rezar a fondo un "hijo nuestro".
Dirán que pasó de moda la locura,
dirán que la gente es mala y no merece,
más yo seguiré soñando travesuras
(acaso multiplicar panes y peces).
yo no sé lo que es el destino,
caminando fui lo que fui.
allá dios, que será divino.
yo me muero como viví […]

Dicen que me arrastrarán por sobre rocas
cuando la revolución se venga abajo,
que machacarán mis manos y mi boca,
que me arrancarán los ojos y el badajo.
será que la necedad parió conmigo,
la necedad de lo que hoy resulta necio:
la necedad de asumir al enemigo,
la necedad de vivir sin tener precio.

yo no sé lo que es el destino,
caminando fui lo que fui.
allá dios, que será divino.
yo me muero como viví.

yo me muero como viví.

Silvio Rodríguez

Para a apresentação dos resultados desta investigação sentimos a necessidade de apontar alguns pressupostos que a permearam e a acompanharam as primeiras inquietações circundantes ao tema. Inicialmente é importante considerar que não existe neutralidade e/ou imparcialidade científica no ato da pesquisa, em especial quando se trata das ciências humanas. Toda a ação humana está fundada numa determinada base material e ideológica, seja ele dominante ou contestadora/crítica da ordem vigente. Mais comumente no segundo caso, existe um papel fundamental para a "investigação militante", de forma que a teoria e prática são construídas através de uma práxis para contribuir na construção de sujeitos históricos e processos coletivos que visem à transformação social. Neste contexto, está inserida a pesquisadora e sua trajetória militante através da qual foi construído o objeto desta pesquisa.

Assim, as referências metodológicas da investigação estão constituídas de três partes: trajetória de militância política: a práxis investigativa (escrita em primeira pessoa do singular quando mencionando um período anterior de ingresso na militancia); concepção teórico-metodológica da investigação; e, procedimentos da investigação.

a) Trajetória de Militância Política: a práxis investigativa

Realizar uma pesquisa, seja ela qual for, obedece sempre a um conjunto de condicionantes que determinam as características da mesma. Em outras palavras, consideramos falsa a afirmação de que é possível existir uma pesquisa neutra, especialmente quando se trata da área das ciências humanas e sociais. Decorre disso, a importância de explicitar a trajetória militante que conduzira a desenvolver esta pesquisa.

Junto aos 14 anos de militância política dedicada à Educação e Formação Política de uma organização social camponesa - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Brasil), sempre esteve presente um interesse particular sobre o tema da consciência. Este interesse motivado pela prática cotidiana de organizar, acompanhar e desenvolver cursos e atividades de formação política de militantes, formadores, educadores e dirigentes do MST e de outras organizações camponesas do Brasil e América Latina. Uma prática vivida que se encontrou e desencontrou muitas vezes com as diferentes interfaces desta temática.

Antes mesmo de ingressar ao MST (1997 e 1998) participei de projetos de educação de jovens e adultos, (através do Curso de Pedagogia realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR) com operários e funcionários públicos da própria Universidade o que possibilitou perceber as contradições do mundo operário e dos servidores públicos. Estas

atividades juntamente com leituras de obras de Paulo Freire como "*Pedagogia do Oprimido*", "*Pedagogia da Autonomia*" e "*Educação como prática de Liberdade*" de certa forma prepararam o terreno para a práxis militante que se sucedeu. A questão que incomodava naquele momento histórico era como realizar processos de alfabetização para além da codificação das palavras esvaziadas de sentido, mas sim através de um processo que possibilitasse uma leitura consciente do mundo vivido.

Ao terminar o curso de Pedagogia (1999), ingressei no MST na busca inquietante pela coerência entre a concepção e a prática. Organizar escolas, bibliotecas itinerantes, formação de educadores e alfabetizadores foram as primeiras atividades realizadas nesta organização. Posteriormente, atuar como formadora, acompanhar e organizar processos de formação político-social, como: cursos básicos de formação de militantes em nível nacional (2000 a 2004); escolas e centros de formação de militantes em áreas de assentamentos da luta pela reforma agrária (2000 a 2004); e, escolas de quadros como a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (2004 a 2007) e o Instituto de Agroecologia latino-americano Paulo Freire (IALA Paulo Freire) – (2008 a 2010).

As inquietudes de como desenvolver atividades pedagógicas em potencial para o avanço da consciência política da classe trabalhadora organizada no campo, suscitaram a necessidade de realizar o estudo de autores que discutiram e vivenciaram em suas práticas políticas este tema. Nestes estudos, aos poucos se desvelava diferentes interfaces tornando cada vez mais clara inclusive as próprias perguntas a serem feitas no movimento de distanciamento e mirada da prática em realização. A leitura de autores clássicos como Marx, Lênin, Mao Tsé Tung, Antonio Gramsci, Georgy Lukáks; de autores contemporâneos como Paulo Freire, Adolfo Sanchez Vasquez, Mauro Iasi; e o estudo de textos de intelectuais orgânicos do próprio MST contribuiu para clarificar algumas das inquietações sobre o tema.

Paralelamente a estas atividades participamos como educanda em outros cursos de formação organizados pelo MST (com ou sem parceria com outras instituições e outras organizações sociais). Por exemplo, o *Curso de Formação de Formadores*; *Curso de Formação de Professores de Filosofia e Economia Política* (parceria MST/UFJF); *Curso sobre a Realidade Brasileira a partir dos Pensadores Brasileiros* (parceria ENFF/UFJF); *Curso de Especialização e Estudos Latino-americanos* (ENFF/UFJF); *Curso de Formação de Formadores* (parceria ENFF/NEP 13 de maio); *Curso de Noções Básicas de Economia Política; Curso de História das Revoluções* (NEP 13 de maio); *Curso Um estudo sistemático para a leitura da obra de Marx*; e, atualmente o *Curso de Mestrado em Geografia* (Unesp – campus Presidente Prudente).

Esta relação entre a prática e o estudo foi de certa forma, consolidando uma concepção sobre o tema da consciência fundamentada em alguns princípios norteadores que nos acompanham até o momento, e que fazem parte desta investigação. Um destes princípios é que o espaço produzido socialmente é um condicionante na compreensão e/ou leitura da realidade vivida, na abstração da vida material. O ditado popular "a cabeça pensa onde os pés pisam" parecia estar numa relação cada vez mais estreita com as expressões utilizadas por Karl Marx na obra "*A Ideologia Alemã*", "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX; ENGELS, 2002, p.23) e, "A consciência é, portanto desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens." (MARX; ENGELS, 2002, p. 34). O que significa que numa sociedade de classes, a posição social na produção identifica certo tipo de compreensão ou de consciência da vida social em que se vive.

Entretanto, num primeiro momento, compreendemos este princípio de maneira errônea e confusa, como se a vida material determinasse linearmente a consciência desta vida, e que assim, seria necessário trabalhar o âmbito da consciência, da compreensão da condição material e social do trabalhador, para que a consciência em geral pudesse transformar a realidade, ou a produção da vida material. Mas no decorrer desta trajetória (na práxis organizativa da formação política de um movimento social campesino) foi ficando cada vez mais nítido que esta relação não é linear, nem tão simplificado como aparece. Essa leitura linear e mecânica ocorre quando, para tentar explicar a realidade, utilizamos expressões de maneira isolada do contexto da qual fizeram parte.

Sentimos então, a necessidade de aprofundar o que realmente Marx (2002) queria dizer quando mencionava as expressões que citamos acima, quais eram as relações existentes entre consciência e vida material, e como uma incide sobre a outra. Entender com maior precisão os meandros da vida material, da vida objetiva, da vida que se produz e se reproduz diariamente para a sobrevivência humana. Assim, parecia evidente a necessidade de estudar como se desenvolve o capital, as bases materiais de seu domínio, em relação às suas bases ideológicas de dominação.

Os estudos que fazíamos deixavam mais claro que a produção da vida material, ou, a produção do espaço social é determinada pela hegemonia das relações sociais capitalistas e que estas submetem e subsumem toda e qualquer forma de produção às regras da produção e circulação da mercadoria. Estas regras, segundo Marx (2013) perpassam pela: concentração e a propriedade privada dos meios de produção; a apropriação do trabalho excedente; o desenvolvimento tecnológico em busca de maior produtividade; a conformação de grandes

transnacionais e monopólios de determinadas mercadorias; a aparência de o lucro advir da esfera da circulação de mercadorias (mercado); e no caso da questão agrária, a renda da terra. Estas premissas, por sua vez, estão repletas de contradições, geradas pela própria dinâmica do sistema que as fazem entrar em crise, como é o caso da contradição capital *x* trabalho.

Compreendemos nos estudos de Marx (2013), que a mercadoria força de trabalho como motor da geração de mais-valia torna-se parte da contradição do próprio sistema. E é na busca de aumentar a produtividade que o capitalista encontra mecanismos para a contínua valorização do valor como, por exemplo: a incorporação de novas tecnologias; a flexibilidade do trabalho; o aumento da jornada de trabalho; diminuição de salários; busca por mercados de trabalho mais baratos em outros países/regiões. O capitalista necessita eliminar ou substituir grande parte da força de trabalho por máquinas para poder concorrer na ponta do processo produtivo. Conforma-se aí um contingente grande de desempregados que condicionam inclusive o baixo valor da mercadoria força de trabalho e o rebaixamento das condições de vida do trabalhador.

Nesta mesma perspectiva, ademais da forma de trabalho assalariado, o sistema capitalista subsume outras formas produtivas não assalariadas, como o caso da produção camponesa ou comunal indígena, afrodescendente, dentre outras, para sua própria reprodução. Podemos observar estes elementos nos estudos das obras de Bartra (1982) e Oliveira (2010). Especificamente no campo, o capital toma forma de agronegócio, caracterizado por produções monocultoras de larga escala destinadas ao mercado, frequentemente internacional. Este sistema do agronegócio, quando coopta as formas não capitalistas na agricultura, impõe o que se produz, o como se produz (o pacote da revolução verde); e, a regulação dos preços dos produtos através dos grandes mercados de *commodities*. Mais adiante retomaremos este tema a partir do estudo de Campos (2009).

O capital tenta subsumir tudo ao seu controle, ao mesmo tempo em que também encontra resistências. Onde o capital estabelece seu controle direto e/ou indiretamente ele gestiona a dominação material do trabalhador (na forma trabalho assalariado ou subsumido) e a dominação ideológica. Esta última é sustentada pela alienação e naturalização das formas de sobrevivência humana; pela aparência da liberdade individual no mundo da mercadoria (compra e venda); pelo estímulo ao consumo exacerbado intermediado pela produção de necessidades artificiais; e pelo caráter descartável dos valores de uso. Tudo em função de gerar mais e mais mercadorias e maior extração de mais-valia. Assim, este sistema se conforma como uma totalidade imensamente articulada que de maneira desigual, mas combinada exerce a dominação em cada região ou em cada país de maneira distinta.

Esta produção da vida material - imaterial é também "produção das relações sociais de produção" (LEFEBVRE, 1976 *apud* GIRARDI, 2008, p.30), e que pressupõe a formação de territórios[1]. Este, fundado na hegemonia das relações sociais de produção capitalistas (em sua base material e ideológica) pressupõem dois elementos primordiais: a) O espaço socialmente produzido constitui uma totalidade articulada, conforma fora observado, que se expressa nas diferentes combinadas particularidades de cada lugar e de cada momento histórico. Assim, cada região ou país tem características distintas no processo de exploração capitalista, porém, vinculadas à mesma totalidade, às mesmas leis gerais do desenvolvimento capitalista. (SANTOS, 2003; MÉSZÁROS, 2009, 2011); b) O espaço socialmente produzido é essencialmente espaço de poder (RAFESTIN, 1993) e, por consequência, de luta das classes.

Fruto dessa contradição, na busca de sua sobrevivência, o trabalhador vivencia as consequências mais nefastas do sistema, sendo "bombardeado" pela ideologia dominante que se expressa na educação, na mídia e na religião. Concomitantemente cresce, junto à estrutura material, o mundo das aparências e da fetichização.

Nesta movimentação constante e contraditória, entre a materialidade do mundo das necessidades e a ideologia que a consciência é forjada. Mas a consciência é dinâmica. Assim, o confronto entre uma determinada forma de consciência – que denominamos ingênua e alienada – com a necessidade objetiva de sobreviver pode gerar uma nova forma de consciência: uma consciência social[2]. Quando isto ocorre, o trabalhador torna-se capaz de assumir uma posição histórica enquanto trabalhador, segundo Iasi (1999), enquanto membro de um determinado grupo – com interesses em comum – que luta ou reivindica outra condição de vida. Este é o caso de costureiras, de professores, de metalúrgicos, de camponeses, de trabalhadores sem terra, de trabalhadores desempregados, de trabalhadores sem teto, etc.

Entretanto, quem reivindica, reivindica perante "alguém". Para Iasi (1999) o processo reivindicatório muitas vezes suscita novas contradições que, por sua vez, abrem a possibilidade de surgimento de uma nova forma de consciência, a saber: a consciência de classe ou consciência para si. A consciência de classe caracteriza-se, neste sentido, como uma visão de totalidade, que exige a negação de si próprio enquanto sujeito / grupo particular, para assumir-se como sujeito universal.

---

[1] Os autores estudados que tratam do conceito de território são principalmente: Rafestin (1993), Santos (2003), Souza (2003), Fernandes (2004), Oliveira (2004), Sposito (2004), Saquet (2007), Thomaz Junior (2010).

[2] Segundo autores clássicos como Marx e autores mais contemporâneos como Mauro Iasi, a consciência social é também chamada consciência em si.

Compreender estes aspectos da consciência em si e seus limitantes, assim como das possibilidades de forjar consciência para si, para além de simplesmente entender as elaborações teóricas sobre o tema, está vinculado ao problema concreto e metodológico da trajetória militante que é contribuir na construção da unidade das organizações sociais do campo para além de grandes eventos e agendas comuns. Organizações estas, que vivenciam problemas similares no continente sul-americano.

Portanto, consciência não é somente compreender, mas agir. Tem uma relação de unidade entre o pensamento e ação. E caracterizar consciência como essa unidade pensamento-ação é fazer a crítica à visão mecânica e linear que apontávamos acima, e buscar compreender a consciência como processo, como práxis, como movimento de diferentes momentos, da alienação à consciência social, e à consciência de classe. Assim, uma forma de consciência pode estacionar ou regredir de acordo com sua vivencia individual e coletiva, enquanto grupo. O desvelamento da ideologia dominante exige na atualidade cada vez maior precisão na busca do que é singular nas relações sociais de dominação (materiais e imateriais), exige compreender a dinâmica concreta da dominação que aparece cada vez mais complexificada, cada vez mais consentida.

Estas reflexões, fruto do acúmulo dos estudos e da prática cotidiana, direcionaram a outro elemento bastante importante enquanto premissa norteadora ao conceito de consciência. É a consciência como relação intrínseca entre uma dimensão cognitiva e uma dimensão prática, entre a dimensão da compreensão e da dimensão da ação, que historicamente foram fragmentadas tornando-se uma dualidade, muitas vezes isolada uma da outra.

Poderíamos encontrar na práxis (na relação intrínseca entre prática e teoria) os elementos chaves da consciência? Como os cursos e as atividades de formação políticas programadas por um movimento social do campo poderiam contribuir para o avanço de uma consciência ingênua para a consciência social, política, ou mesmo da superação da consciência social para consciência de classe?

Estes elementos apareceriam com bastante ênfase nas inquietações que seguem. Se a ideologia dominante, atrelada à dominação material do capital, gerava uma forma de consciência ingênua da realidade, ou melhor dizendo, uma compreensão superficial e alienada de sua própria vida, das relações sociais vivenciadas: qual seria o papel da formação política para o avanço à consciência política destes trabalhadores? A arte de protesto, de rebeldia, engajada com as lutas sociais teriam papel importante? A consciência social de trabalhadores organizados possibilita que tipo de avanço na luta de classes no momento histórico no qual vivemos? Quais os limites e fronteiras da consciência social que a empurra para a necessidade

de superar-se para uma forma de consciência de classe ou de consciência universal? Como estas contradições se expressam na atual luta cotidiana?

Essas questões realizadas de maneira dispersa em outros momentos da trajetória militante se encontram agora melhor sistematizadas no tema da investigação deste mestrado, na qual o objetivo central é *realizar uma análise do papel das políticas de formação da Via Campesina na consolidação de uma organização social que busca construir uma territorialização contra-hegemônica no campo denominada atualmente de agronegócio*. Buscar as chaves de como a formação política contribui realmente na luta que é o espaço concreto de avanço da consciência, são inquietações presentes em toda a trajetória militante e que de certa maneira destacaramos nos momentos de estudo desta prática.

Nesta investigação, este objetivo navega em algumas categorias de análise que acreditamos essenciais para sua compreensão. São elas: território (e suas variantes), organização social e consciência.

b) Concepção teórico-metodológica de investigação.

Ter clareza do método na ação-investigativa é uma premissa fundamental para esclarecer ao pesquisador e para o leitor as múltiplas determinações que acompanham o tema investigado. Método é pressuposto para a realização de uma pesquisa e é determinado pelo objeto a ser estudado. Está vinculado à concepção de mundo e por isso também é um tema bastante polêmico.

Neste sentido destacamos a importante contribuição de Spósito (2004) nas reflexões a respeito da relação entre geografia e filosofia, nas quais analisa da discussão do método em geografia. O autor retoma os diferentes métodos construídos historicamente, como por exemplo, o hipotético-dedutivo, o fenomenológico hermenêutico, o dialético, e destaca em cada um o posicionamento entre o sujeito que investiga e o objeto de investigação. O autor também menciona que método é comportado por elementos, e entre eles estão os conceitos e as categorias. Ressaltando assim, que entre as categorias da dialética encontram-se: "1. Matéria e consciência. 2. Singular, particular e universal. 3.Qualidade e quantidade. 4 Causa e efeito. Necessário e contingente. 6. Conteúdo e forma. 7. Essência e fenômeno. 8. Espaço e tempo." (SPÓSITO, 2004, p. 63-64).

Compreendemos que a questão do método[3] possibilita a apreensão do movimento do objeto no contexto histórico-geográfico em que se desenvolve. Por este motivo, apresentamos a continuação uma reflexão sobre o método, bem como sobre suas respectivas premissas, a ser desenvolvida neste processo investigativo. Posteriormente, procuramos apontar – a partir do projeto original – quais são os objetivos e planos traçados que orientam esta investigação.

Com base nos elementos assinalados, o método escolhido para esta pesquisa fundamenta-se na concepção teórico-metodológica de Karl Marx, mesmo cientes e buscando fazer a crítica às diversas interpretações equivocadas e de influência positivista de seu pensamento, que segundo Paulo Netto (2011), marcaram deformações na leitura do pensamento marxiano. Em Marx, método relaciona-se à atitude do pesquisador em apreender não a aparência, mas a essência do objeto, buscando nele as diferentes causas e conexões que lhe são pertinentes, questões que o determinam, questões que o condicionam, vínculos que estabelece com a totalidade, o que há de singular em seu processo histórico. Estes aspectos dimensionam um caráter de processualidade[4], de movimento, de diferentes momentos do objeto que necessita ser captada no ato de conhecer.

O ato de conhecer é em parte o ato de entrar a fundo na abstração do objeto. Buscar nela, em sua primeira imagem, em sua primeira fotografia, esmiuçar os seus aspectos mais concretos, as suas determinações mais simples, as suas múltiplas relações. Ir do abstrato ao concreto. Segundo Marx (1982, 1989) uma abstração se torna concreta quando saturada de muitas determinações.

Conforme fora observado, o ato de conhecer não se limita somente em buscar a raiz, as causas e as diferentes relações existentes no objeto. É também o caminho de retorno ao objeto, já compreendendo toda a riqueza da diversidade existente em suas entranhas. Realizar o caminho de volta é construir o objeto enquanto concreto pensado, procurando evidenciar a singularidade, o que há de comum nas particularidades na qual o objeto se expressa e se relaciona, evidenciar como as diversas partes que constituem o objeto se interelacionam e quais exercem papel determinante, assim como, de que forma estas diversas partes constituem uma totalidade. Netto, citando Lukács em sua obra, afirma que o "conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade" (LUKÁCS, 1970, *apud* PAULO NETTO, 2011, p. 45). Portanto, é neste ato de ir ao concreto que Marx relaciona

---

[3] A palavra método, em sentido etmológico, provém do grego, resultante da conjunção da preposição metá – que significa através de, e, hodos – caminho. Portanto sifnigica o caminho que permite chegar a um fim. Decorrente disto, devemos afirmar que o método exige conhecimento prévio do fim ao qual se quer chegar. Ou seja, não é possível estabelecer um método antes sem definir/establecer um objetivo a ser alacançado.

[4] O termo processualidade é utilizado aqui como indicativo de desenvolvimento de um processo, de modo que se diferencia do sentido jurídico que o termo eventualmente possa vir a ter.

especialmente três categorias de análise que se relacionam. São elas: a totalidade, a contradição e a mediação entre as relações.

Neste sentido, o método em Marx não pode ser visto como um conjunto de regras que se aplicam ao objeto para analisá-lo, mas consiste em captar em si o movimento do objeto e a forma como se movimenta. Assim, "é a estrutura e dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador" (PAULO NETTO, 2011, p.53).

Outro elemento fundamental, na perspectiva marxiana, consiste na distinção entre o ponto de partida para o método da investigação e o ponto de partida para o método da exposição. Segundo Caroni (1984), é necessário explicitar a diferença entre o método de exposição e o método de pesquisa. Esta distinção ocorre na medida em que:

> É mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão intima entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode escrever adequadamente o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *apriori*. (MARX, 1980 *apud* CARONI, 1984, p. 2).

Esta distinção se dá pelo fato de que num primeiro momento da investigação ainda se tem uma visão caótica, confusa do objeto de pesquisa, e a ele é necessário fazer perguntas, questionamentos para buscar em seus meandros a essência de seu movimento. Este ato é o ato de ir ao concreto do objeto. Num segundo ato, relacionado ao método de exposição dos resultados, pressupõe-se uma maior compreensão das diferentes relações sob as quais o objeto se movimenta. Parte-se então do resultado destas relações, expondo suas múltiplas determinações. Parte-se do concreto pensado.

Em se tratando da área de conhecimento da geografia, Sposito (2004), aponta que a mesma tem sido marcada historicamente por um distanciamento da filosofia, e que este diálogo fora realizado em grande medida pelo marxismo. Por sua vez Quaini (2002) afirma que há ainda uma grande dissociação entre as áreas da geografia e da filosofia no que diz respeito às reflexões, regras lógicas e produção científica, mas que não se pode negar que estas temáticas se encontram interligadas, assim como, com outras áreas do conhecimento. Uma das temáticas de constante encontro entre estas áreas é a questão do método de análise.

No caso do método sob uma perspectiva marxista, Quaini (2002) aponta que Marx transitava por problemas "tipicamente geográficos" como, por exemplo, o caso dos regimes e paisagens agrárias. O autor também afirma que o marxismo parte da análise da sociedade desde seus diferentes fatores e condições, inclusive os geográficos, e que no "discurso de

Marx se nota como a diferença geográfica nunca esconde a diferença histórica". (QUAINI, 2002, p. 78 e 82). Nesse sentido, Spósito, retomando as observações de Quaini, evidencia a importância de ter claro o método na intermediação entre o investigador e a realidade para não incorrer em problemas como o determinismo natural ou econômico na discussão dos temas geográficos. Afirma que: "um método que seja bem claro não admite – embora adversários e mesmo seguidores do marxismo tenham querido sustentá-lo – nem determinismo natural, nem o determinismo econômico" (SPÓSITO, 2004, p.54).

A afirmação anterior constitui um elemento primordial no que se refere ao método, uma vez que exige do pesquisador um exercício de despojamento dos determinismos naturais e econômicos decorrentes de uma concepção positivista, muitas vezes implícita no senso comum quando se trata do método em Marx.

Analisamos anteriormente que o método compreende elementos, sendo que um deles é a formulação de conceitos. Um dos principais conceitos da Geografia é o território, para o qual diferentes autores dimensionam distintas abordagens. Para Quaini, as análises realizadas por Marx no Capital e nos Grundrisse - sobre a acumulação primitiva e a estrutura chave do capital - apontam a separação do produtor/trabalhador dos meios de produção e do ser humano da natureza. Essa questão, desde a ótica da geografia se expressa na "progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria" (QUAINI, 2002, p.66).

Por sua vez, alguns conceitos trabalhados por Marx como expropriação e subsunção do trabalhador à lógica do capital, através da jornada de trabalho na produção de mais-valia, são conceitos implícitos na compreensão das relações sociais de produção da vida material. Elementos que reconfiguram para uma distinta abordagem produzida até então sobre território.

Segundo Saquet (2007) referindo-se ao geógrafo Giuseppe Dematteis (1980), o "encontro da geografia com o marxismo no mundo ocidental ocorre a partir da década de 60", e se dá desde o debate teórico-metodológico fortalecendo a "abordagem territorial como um dos conceitos principais", desde autores como Quaini, Rafesttin, Lefebvre, Harvey, entre outros (SAQUET, 2007, p. 44-45).

Retomando o pensamento de Quaini, a territorialização do capital (em suas condições materiais, políticas e ideológicas) se desenvolve na divisão territorial do trabalho. Neste caso, a divisão territorial do trabalho está relacionada às diferentes etapas/formas de trabalho localizadas em diferentes regiões. Citando Marx:

> A divisão territorial do trabalho, que vincula ramos particulares da produção a determinadas regiões de um país, recebe novo impulso da exploração manufatureira, encarregada de fabricar todas as especialidades. A ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que fazem parte da esfera das condições gerais de sua existência, fornecem ao período manufatureiro abundante material para a divisão do trabalho no interior da sociedade. (MARX, 1970 *apud* QUAINI, 2002, p.111)

Desde essa abordagem territorial (baseada na aproximação do marxismo e da geografia) há uma perspectiva de construção do conceito de território relacionado a "poder" (RAFESTTIN, 1993), às relações de produção, à dominação ideológica, ao conflito de classes, e, à subsunção de formas de trabalho não capitalistas. Assim, a divisão territorial do trabalho submetida à territorialização do capital se dá, desde as escalas locais, onde se instalam tecnologias avançadas, prevendo o aumento da produtividade para extração de mais-valia, até mesmo na sua articulação (local) com uma escala global de dominação.

Os conceitos de território e territorialização serão desenvolvidos posteriormente nos capítulos que seguem. Não obstante, importa frisar aqui o fato de se tratar de um conceito fundamental para a análise e desenvolvimento desta pesquisa. Neste sentido, devemos afirmar que na territorialização do capital se desenvolvem aspectos materiais e ideológicos de dominação, aspectos que permeiam a temática desta pesquisa.

c) Procedimentos da Investigação

O tema central da investigação é o estudo das políticas de formação da Via Campesina, especificamente na região América do Sul, e suas possíveis implicações na práxis da luta contra-hegemonia do capital. Tendo em vista a plenitude do domínio do agronegócio no campo, a preocupação central está em analisar qual a incidência da formação proposta por esta organização para sua luta de resistência e de construção de uma territorialização contra-hegemônica.

A partir do pensamento de Antonio Gramsci, analisaremos as diferentes interfaces existentes na relação entre os conceitos de organização social e consciência, vinculados ao conceito de território. Para tanto, tomamos as experiências dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional e suas iniciativas conjuntas para a formação político-profissional de militantes e quadros dirigentes[5].

[5] Entende-se por militantes àqueles e àquelas que participam ativamente na construção de um projeto por convicção e clareza de seu papel. Por quadro dirigente entende-se que ademais desta atuação clara e precisa, tem a característica de dirigir, de coordenar e comandar ações de um determinado plano estratégico.

Definimos por Gramsci[6] devido aos seus estudos sobre a organização como intelectual coletivo e a necessidade da formação política para construção de uma consciência unitária e coerente das classes subalternas. Também por suas análises sobre o papel dos intelectuais e a necessidade da classe trabalhadora forjar seus próprios intelectuais orgânicos. O autor, convicto de que a leitura marxiana da realidade era fundamental para construir uma revolução social, combateu veementemente uma interpretação mecanicista do marxismo, que o deturpava em sua essência. Chamava-a em muitas circunstâncias de filosofia da práxis. Também, o autor teve forte influência na construção das estratégias de esquerdas latino-americanas no período pós-ditaduras militares surgidas como mecanismo efeitivo para evitar a instauração de novas "Cubas Socialistas" pelo continente.

A necessidade de priorizar processos de formação na Via Campesina América do Sul tem sido apontada, em seus documentos, de maneira incisiva e contundente. Esses processos são vistos como fundamentais para avançar na compreensão da realidade vivenciada, bem como de relacionar as lutas concretas ao pensamento construído historicamente de maneira que permitam vislumbrar com maior claridade os problemas, os caminhos e as estratégias a serem construídas para uma transformação social. Processo este que exige ademais da luta econômica e política, a necessidade de realizar trabalhos pedagógicos que possam "sedimentar a consciência dos trabalhadores". Uma organização social desempenha "um papel importante na formação política dos trabalhadores, na medida em que desenvolve atividades pedagógicas, que funcionam como elemento de denúncia e crítica à sociedade capitalista". (OLIVEIRA; FELISMINO, 2008, p.02).

Assim sendo, a construção de uma territorialização contra a hegemonia do capital no campo, na qual se inscreve a Via Campesina, tem diferentes dimensões. Além da dimensão da luta econômica e política, encontra-se também a dimensão da consciência, da desconstrução da ideologia dominante manobrada pelo capital. Perpassa assim pela construção de ações pedagógicas que possibilitem elaborar criticamente um novo projeto para o campo, forjando intelectuais orgânicos desde o seio da classe trabalhadora em seu caráter universal.

Portanto, a presente investigação teve como objetivo geral analisar, a partir das contribuições do pensamento de Antonio Gramsci, a política de formação da Via Campesina Internacional através das experiências concretas construídas na região América do Sul em

---

[6] Militante político de nacionalidade italiana. Nascido em 22 de janeiro de 1891. Militou em Comissões de Fábricas em Turim e ajudou a fundar o Partido Comunista e foi preso pelo fascismo de 1926 a 1937, ano de seu falecimento (27 de abril).

suas possíveis implicações na construção da consciência de classe e de uma territorialidade contra-hegemônica desde a organização social.

A partir deste objetivo geral, se desdobraram outros que marcaram o processo desta pesquisa. Foram eles:

a. Traçar em linhas gerais um quadro panorâmico do agronegócio na América do Sul;
b. Relacionar conceitos gramscinianos acerca do trabalho pedagógico e a organização social com os conceitos de território, territorialidade e territorialização na perspectiva do o avanço de consciência da classe trabalhadora;
c. Mapear as experiências de formação político-profissional desenvolvidas pela Via Campesina Internacional na América do Sul;
d. Analisar as características destas experiências numa perspectiva de avanço da consciência de trabalhadores e trabalhadoras do campo;
e. Analisar as possíveis implicações destas experiências de formação, na perspectiva de construção de uma territorialização contra-hegemônica.

Na pesquisa realizamos uma revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com sujeitos envolvidos em experiências da Via Campesina. Ao primeiro momento destinamos ao levantamento detalhado das experiências de formação da VCI com foco naquelas realizadas na região América do Sul (Uruguai, Paraguai, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colombia e Venezuela). Esta etapa levou à necessidade historicizar e contextualizar o surgimento desta organização, assim como de caracterizar suas ações e estratégias políticas. Também possibilitou a identificação das principais categorias de análise que posteriormente foram analisados desde os conceitos de autores já mencionados.

Ainda no processo investigativo realizamos entrevistas através de questionários com educandos e educandas, com coordenações político-pedagógicas, educadores e com dirigentes envolvidos na projeção e construção destes processos de formação. Estas entrevistas possibilitaram identificar desde a visão dos diferentes sujeitos, o papel destes processos de formação para o fortalecimento das próprias organizações e para na construção de territórios contra-hegemônicos. Também identificamos os principais limites existentes nestes processos que necessitam ser superados para a efetivação de seus propósitos. Os critérios utilizados para a identificação e seleção dos entrevistados foram: tipo de participação (educando, educador, coordenação ou dirigente); diversidade de países; diversidade de organizações

sociais partícipes da VCI; diversidade de processos de formação aos quais os entrevistados participaram; e critério de gênero. Foram distribuídos 35 questionários para educandos/as e de 30 questionários a educadores, coordenadores e dirigentes. Entretanto retornaram somente 25 de educandos/as e 25 de educadores.

As entrevistas foram organizadas em dois aspectos, um de caracterização dos participantes, outro com questões de opiniões. A respeito da caracterização dos entrevistados seguem dois quadros síntese por perfil.

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados (as): Educadores (as), CPP(s) e Dirigentes

Item	Característica	Quantidade
Gênero	Homens	15
	Mulheres	10
Organizações	FENOCIN	1
	CNA	1
	FNCEZ	2
	MNCI	1
	MAB	1
	MPA	1
	MST	10
	CLOC – VC	3
	Não informado	3
	Organizações não partícipes da VCI	2
Países	Argentina	1
	Brasil	16
	Colômbia	1
	Equador	2
	México	2
	Venezuela	3
Residência	Campo	8
	Cidade	7
	Campo e cidade	3
	Centro de Formação/ Escola	2
	Não informado	1
Tipo de atuação (Muitos responderam dois ou mais tipos de atuação)	Educador/a	8
	Coordenação Político-pedagógica	17
	Dirigente	2
	Secretária	2
	Acompanhamento de produção agrícola	2
Experiência de formação que contribuiu (Muitos responderam duas ou mais experiências de formação que já contribuiu)	IALA Paulo Freire	12
	IALA Guarani	3
	IALA Amazônico	2
	IALA Colômbia	1
	ELAA	3
	ENA	2
	Outras escolas de agroecologia locais ou de organizações	4
	Cone sul	4
	Escola Nacional Andina de formação de Dirigentes	1

	Escola de Mulheres	1
	Curso de Dirigentes da VC Sudamérica	1
	Acampamento de Juventude	2
	Brigadas Internacionalistas	1
	Curso de Teoria Políticia americana - ENFF	3
	Curso de formação de Formadores - ENFF	3
	Curso de Estudos latino-americanos – ENFF/UFJF	3
	Encontro de formadores em Agroecologia	2
	Comissão de formação da VC América do Sul	4
	Comissão de formação da VC Andina	2
	Secretária	2

Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados (as): Educandos (as)

Item	Característica	Quantidade
Gênero	Homens	14
	Mulheres	11
Organizações	ATC	1
	ACADEI	1
	CNA	1
	ANUC – UR	1
	Frente Dario Santillán	1
	MST	9
	MMC	3
	MPA	2
	Movimiento Tierra y Libertad	1
	OCN	3
	PJR	1
	UNORCA	1
Países	Argentina	1
	Brasil	15
	Colômbia	2
	México	1
	Nicarágua	1
	Paraguai	3
	Peru	1
Residência	Campo	11
	Cidade	10
	Campo e cidade	2
	Não respondeu	1
Atividade que realiza atualmente (Muitos responderam dois ou mais tipos de atuação)	Militância	23
	Trabalho	11
	Estudo	4
Experiência de formação que contribuiu (Muitos responderam duas ou mais experiências de formação que já contribuiu)	IALA Paulo Freire	20
	Especialização em Estudos Latino-americanos	2
	Curso de Teoria Política Latino-Americano – ENFF	1
	ELAA	1
	Mestrado em Desenvolvimento Territorial na A. L. e Caribe	1
	Cone Sul	2
	Formação de Formadores	2

As questões de opinião destinadas a educadores, coordenações pedagógicas e dirigentes foram as seguintes:

a) Em sua análise qual papel o curso/escola/atividade de formação da Via Campesina desempenha no território onde se localiza?
b) Em sua analise qual papel o curso/escola/atividade de formação da Via Campesina desempenha junto às organizações sociais do campo?
c) Em sua análise quais são os limites que necessitam ser superados nos cursos/escolas/atividades de formação da Via Campesina?
d) Observações que queira pontuar:

A respeito das questões de opinião destinadas aos educandos e educadas foram as seguintes:

a) Quais eram suas expectativas em relação ao curso/escola/atividade de formação da VC que você participou?
b) Em que aspectos o curso/escola/atividade de formação da VC contribuiu ou tem contribuído para sua militância?
c) Em sua análise que papel o curso/escola/atividade de formação da VC desempenha no território onde se localiza?
d) Em sua análise que papel o curso/escola/atividade de formação da VC desempenha junto às organizações sociais do campo?
e) Em sua análise quais são os limites que necessitam ser superados nos cursos/escolas/atividades de formação da VC?

A análise das entrevistas está no capítulo 05, no qual exploraremos visões dos educandos e educadores sobre o papel dessas experiências na formação dos quadros da via campesina, juntamente com a reflexão dos diferentes elementos considerados pedagógicos nas ações da VC, região América do Sul.

Retomamos abaixo a forma de organização da dissertação e o desenvolvimento dos objetivos específicos para melhor identificação dos momentos de análise realizados durante a investigação:

No primeiro capítulo está desenvolvida uma caracterização do cenário, da territorialização hegemônica do capital, segundo o objetivo “a” da investigação. Este foi realizado essencialmente com pesquisa de caráter bibliográfico e com mapeamentos dos

principais dados que evidenciam a força do agronegócio, hidronegócio e da mineração na região sul-americana nos últimos anos.

No segundo capítulo está desenvolvida uma caracterização da VCI em seus processos históricos, organizativos e estratégicos. Este, escrito a partir da investigação documental e bibliográfica, assim como a partir de diferentes depoimentos encontrados em obras, cartilhas e artigos sobre o tema. Um capítulo de fundamental importância para compreender a totalidade das ações da VCI e sua luta contra-hegemônica, além de situar o papel das políticas de formação como elemento estratégico desta organização.

Os resultados do mapeamento das experiências de formação da Via Campesina na América do Sul, referenciados no objetivo "c" estão descritos no terceiro capítulo desta dissertação, no qual está desenvolvida a sistematização das mesmas. Foi realizado a partir de uma ampla investigação documental e de campo com a coleta de dados e análise de documentos, como cartas e declarações; relatórios de cursos de formação; vídeos de processos de formação e encontros de formadores; propostas político-pedagógicas dos cursos; assim como participação em reuniões e encontros que tratavam do tema.

Consideramos que o objetivo "b" está desenvolvido no quarto capítulo da dissertação, onde se relacionam as diferentes interfaces dos conceitos de organização, consciência e formação e suas conexões com os conceitos geográficos de território, territorialização e territorialidade. Um capítulo essencialmente de revisão bibliográfica.

Quanto aos objetivos "d" e "e", compreendemos que os mesmos estão abordados essencialmente no quinto capítulo no qual se retomam conceitos chaves analisados no capítulo anterior relacionando à experiência organizativa da Via Campesina e o papel da formação política e profissional para os movimentos sociais do campo. Neste capítulo também são analisadas as entrevistas relacionando-as aos conceitos e à experiência da Via Campesina acima citada.

Nas considerações finais dessa dissertação retomamos as principais reflexões e questões descritas neste trabalho, assim como assinalamos outras questões relevantes que surgiram desta investigação e que será foco para estudos futuros.

Por fim, consideramos que estas referências metodológicas da investigação explicitam o caminho seguido para a realização desta pesquisa e sua exposição.

CAPÍTULO 01
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO NA AMÉRICA DO SUL

No presente capítulo apresentamos algumas das principais características do desenvolvimento do capital no campo nos últimos trinta anos na América Latina. O capital nesta região vem redesenhando-se e ampliando seu processo de territorialização a partir do critério produtividade para exportação de produtos agrícolas e de recursos naturais. Consequência de uma política neoliberal consolida-se no campo o agrohidronegócio[7] e na mineração que, relacionados a gigantescos projetos de infraestrutura para facilitar a circulação de suas mercadorias, é estabelecido de maneira hegemônica na região, desterritorializando os diferentes sujeitos do campo através da expropriação, exploração e a subsunção de formas não capitalistas de produção para, contraditoriamente, reproduzir o capital.

Vale recordar de antemão que para divisão internacional do trabalho estabelecida, cabe aos países da América Latina exportar matérias primas (mineiras e agrícolas). Mercadorias como minério de ferro, alumínio, gás, petróleo, soja, celulose e etanol, que são altamente demandantes de água e energia, são produzidas em larga escala e estão no centro das prioridades. Uma combinação de exploração e expropriação dos recursos naturais na forma capitalista de produção vem territorializando-se de tal maneira que, nos últimos anos, os antigos latifúndios improdutivos passam a ser grandes propriedades com elevado nível de produtividade sob o domínio de transnacionais e multinacionais.

Estas características marcam a atuação do capital no campo na forma do agronegócio, da mineração, do chamado hidronegócio, e da construção de megaprojetos de integração para circulação de mercadorias. Estas, fundadas em processo de crescente desterritorialização dos povos do campo e das florestas como o caso de camponeses, indígenas e quilombolas. Marca-se assim um novo momento histórico dos conflitos territoriais causados pelo capital no campo e cuja resposta são processos de resistência e de luta contra-hegemônica.

---

[7] Conceito utilizado pelo autor: Thomaz Junior.

A atual territorialização hegemônica do capital ocorre essencialmente pelo domínio das relações econômicas de produção capitalistas, da política e da ideologia. Este processo não é novo, mas encontra novas formas e configurações. Desde a acumulação primitiva de capital o sistema expropriou terra e território de diversos grupos campo num processo de desterritorialização. Quando não diretamente expropriando, em diferentes circunstâncias, subsumiu camponeses e comunidades tradicionais à lógica do grande capital.

1.1. A Produção capitalista no campo

A história da expropriação do homem em relação à natureza está vinculada a historia da separação do produtor ou trabalhador dos meios de produção e das suas condições de trabalho, ou como afirma Quaini, "em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso em valor de troca ou mercadoria". (QUAINI, 2002, p.66).

A produção capitalista no campo se efetivou historicamente a partir da expropriação de recursos naturais e dos sujeitos do campo; da renda da terra; da renda produto e renda trabalho; da extração de mais-valia através da jornada de trabalho e assalariamento no campo; e da subsunção de formas não capitalistas à produção ou ao próprio mercado capitalista. Todas estas formas estiveram diretamente articuladas às diferentes condições naturais, assim como o desenvolvimento de tecnologias que marcaram a acumulação capitalista de maneira desigual e combinada nos mais diferentes países e regiões.

Nos últimos anos, o capital no campo tem se reconfigurado na forma do agrohidronegócio (THOMAZ JR, 2010) e da mineração. Em consequência, mas também como matriz estão sendo levados a cabo grande projetos de integração para circulação de mercadorias. Todos esses setores estão marcados pelo domínio de empresas transnacionais vinculadas à agricultura e aos diferentes recursos naturais como o caso da mineração, água e biodiversidade, sendo o papel do Estado fundamental no auxílio deste processo de territorialização do capital.

Em se tratando do agronegócio, segundo Campos (2009), num primeiro momento o termo, que vem do inglês *agrobusiness,* estaria relacionado literalmente a negócios que envolvem produtos agrícolas e agropecuários. O termo *agrobusiness* é advindo da década de 1950 nos Estados Unidos, onde se aprimorou a crescente integração de atividades agropecuárias, agroindústrias e setores de serviços.

Entretanto, hoje, este conceito representa toda uma política de aperfeiçoamento da exploração capitalista no campo, representa a hegemonia do capital no campo assim como seus fortes impactos aos trabalhadores do campo, camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Neste sentido, do "ponto de vista da divisão de classes sociais, o agronegócio é atrelado às classes dominantes nas diferentes escalas", que evidentemente "escamoteiam esse caráter" se apresentando como aspectos "meramente econômicos", quando em verdade atuam também na "esfera política" e ideológica, "incidindo sobre decisões governamentais desde a escala local até a escala nacional". (CAMPOS, 2009, p. 28)

Assim, podemos afirmar que o agronegócio, enquanto política econômica para o campo vem se territorializando de maneira incisiva nos diferentes países "fadados" à produção primária na geoeconômica mundial sob a hegemonia do capital. As características gerais desta territorialização estão relacionadas a um amplo processo de desterritorializaçao de "formas não capitalistas de produção e circulação de produtos".

Esta desterritorialização envolve a questão da produção de alimentos, da expropriação e/ou expulsão dos mais diferentes sujeitos do campo, da transferência "de técnicas e tecnologias que se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor" seja mais acelerado; das "identidades sócio-culturais", entre outras. Um processo impregnado de conflito, pois o agronegócio "não é apenas uma articulação de capitais, mas também de técnicas associadas aos processos de trabalho dos distintos segmentos capitalistas que compõem", numa intrínseca relação de poder. (CAMPOS, 2009, p.37)

> No seu processo de territorialização o agronegócio se apropria dos espaços que já contam com uma densa configuração territorial, adequando o uso da mesma às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões que já tem tradição de produção agrícola, mas que, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos, [...] ampliaram a integração com segmentos a montante e jusante da produção em escala mundial. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões sul e sudeste e parte do centro-oeste que já haviam passado por um processo de modernização da agricultura. Mas o processo de territorialização também inclui a apropriação de espaço com baixa densidade técnica e demográfica, que constituíam 'lugares de reserva' de produção e consumo agropecuários globalizados. (CAMPOS, 2009, p.39)

Para Campos, estes elementos vinculam-se a uma estratégia política, onde o agronegócio promove "várias ações para obter apoio e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização", entre os quais, a eleição de empresários para cargos públicos, o financiamento de campanhas eleitorais de diferentes partidos formando uma base "de apoio multiescalar – desde o município até a nacional" (CAMPOS, 2009, p.43). Nesses

espaços, realizam investimentos com recursos públicos ou impedem aprovação de medidas que contrariam seus interesses.

Outra estratégia política promovida pelo agronegócio é a apropriação de espaços da mídia (radio, televisão, jornais, etc.), assim como universidades e centros de pesquisa (públicas ou privadas) promovendo programas de educação tecnológica, de graduação e pós-graduação em agronegócio, assim como grupos de estudo e laboratórios para desenvolver pesquisas em diferentes áreas do conhecimento de acordo com seus interesses.

A estes elementos, Campos (2009) analisa como uma "tríplice aliança entre agronegócio, latifúndio [arcaico] e Estado", que de maneira articulada efetiva seu domínio em seu processo de territorialização hegemônica do capital, mesmo que este último se encontre num período de crise estrutural.

Para Garcia (2013), a intrínseca relação entre capital e Estado é uma característica da hegemonia capitalista. Afirma a autora que por trás de uma grande empresa existe sempre um Estado forte que a financia.

> Detrás de una gran empresa hay siempre un Estado fuerte, que la financia y estructura el campo jurídico y político para que ella actúe. Y detrás de un Estado hegemónico hay siempre empresas multinacionales que actúan dentro y fuera del país, llevando su marca y creando su imagen junto a la imagen del país potencia. En algunos casos, la relación entre empresas y Estado se explicita con la penetración de agentes de las empresas en el aparato estatal, influenciando políticas públicas directamente. Esa relación dinámica entre capital y Estado es característica de la hegemonía capitalista, en la que los intereses de las clases dominantes son presentados como intereses universales. (GARCIA In ZUBIZARRET, 2013, p. 189)

O agronegócio também se caracteriza pelo controle das transnacionais nos diferentes territórios e territorialidades, onde as empresas atuantes controlam toda a cadeia de produção envolvendo desde sementes, tecnologias, insumos, agrotóxicos, créditos bancários, etc. destinados a aumentar a produtividade. Juntamente segue a especialização e o monocultivo da produção destinado à celulose, agrocombustíveis, e, soja e milho para produção de ração animal, óleos e farinhas. A produção em larga escala por consequência assume a função de destruição da biodiversidade com: o crescimento do uso de agrotóxicos, a transgenia, alterações de códigos florestais para expandir a produção, e a compra e venda de créditos de carbono.

Na sequencia, pretendemos apontar algumas características chaves desta hegemonia do capital no campo, na forma do agronegócio em pleno momento histórico de crise estrutural do capital.

1.1.1. Agronegócio

O sistema do agronegócio tem como principais agentes hegemônicos as empresas, grande parte transnacionais, com destaque para Bunge, Louis Dreyfus, Cargill e ADM, na produção de óleos, conservas e farinhas; Monsanto e Syngenta na produção de adubos, fertilizantes, e agrotóxicos; Sadia e JBS na produção de carnes; Cosan-shell na produção de etanol; Nestlé e Danone em laticínios; Klabin e Fibria na produção de celulose.

Na revista EXAME[8] publicou em abril de 2012 as 50 (cinquenta) maiores empresas com sede no Brasil. A Bunge Alimentos encontra-se em primeiro lugar com cerca de 19.319,9 milhões de dólares em venda (critério considerado para classificá-las). Das elencadas nesta revista, 14 são do ramo de produção de óleo, farinha e conservas, e 10 na produção de adubos, fertilizantes e agrotóxicos.

Quadro 3 - Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2011[9].

Lugar	Empresa	Sede	Segmento	Vendas (em US$ Milhões)
1°	Bunge Alimentos	Gaspar (SC)	Óleos, farin. e conservas	19.319,9
2°	Cargill	São Paulo (SP)	Óleo, farin. e conservas	19.093,2
3°	JBS	São Paulo (SP)	Carne bovina	13.420,5
4°	BRF/Sadia	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12.859,8
5°	BRF	Itajaí (SC)	Aves e suínos	12 831,0
6°	ADM	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	9.903,0
7°	Copersucar Cooperativa	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	8.000,0
8°	Unilever	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e Conservantes	7 295,5
9°	Louis Dreyfus	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	6 824,4
10°	Basf	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	5 755,1
11°	Coamo	Campo Mourão (PR)	Atacado e com. Exterior	5 703,3
12°	Souza Cruz	Rio de Janeiro (RJ)	Fumo	5 675,1
13°	Nestlé	São Paulo (SP)	Leite e derivados	5 240,4
14°	Suzano	Salvador (BA)	Madeira e celulose	4.800,0
15°	Heringer	Viana (ES)	Adubos e defensivos	4 833,5
16°	CNH	Contagem (MG)	Máq., equip. e ferram.	4 824,6
17°	Marfrig	São Paulo (SP)	Carne bovina	4 576,6
18°	Bunge Fertilizantes	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4 473,6
19°	Bayer	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	4 410,7
20°	Amaggi	Cuiabá (MT)	Atacado e com. Exterior	4 129,7
21°	Copersucar	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	3 969,6
22°	Klabin	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3 888,6
23°	Syngenta	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3.840,0
24°	Fibria	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	3 753,9
25°	Aurora	Chapecó (SC)	Aves e suínos	3 614,1
26°	Kraft Foods	Curitiba (PR)	Óleos, farin. e conservas	3 574,9
27°	Frigorífco Minerva	Barretos (SP)	Carne bovina	3 565,0

[8] Revista Exame, abril de 2012. Disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/as-50-maiores-empresas-do-agronegocio-em-2012 Acesso em: 01 de agosto de 2012.

[9] Esta tabela encontra-se no artigo "O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD" escrito por Andrea Francine Batista e Julciane Anzilago, publicado no livro digital "Ensaios sobre a Questão Agrária".

28°	DuPont	Barueri (SP)	Adubos e defensivos	3 436,1
29°	Mosaic	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3 292,4
30°	Pepsico	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	3 185,4
31°	Vale Fertilizantes	Uberaba (MG)	Adubos e defensivos	2 985,1
32°	Cooxupé	Guaxupé (MG)	Café	2 984,8
33°	Duratex	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	2 907,3
34°	Yara	Porto Alegre (RS)	Adubos e defensivos	2 831,6
35°	C. Vale	Palotina (PR)	Aves e suínos	2 754,4
36°	Seara	Itajaí (SC)	Aves e suínos	2 743,5
37°	Cosan Açúcar e Álcool	Barra Bonita (SP)	Açúcar e álcool	2 623,1
38°	Ultrafertil	Cubatão (SP)	Adubos e defensivos	2 328,5
39°	Cosan	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	2 271,3
40°	Noble	São Paulo (SP)	Algodão e grãos	2 106,4
41°	Caramuru	Itumbiara (GO)	Óleos, farin. e conservas	2 039,1
42°	Itambé	Belo Horizonte (MG)	Leite e derivados	1 984,5
43°	Camera	Santa Rosa (RS)	Óleos, farin. e conservas	1 907,6
44°	Usaçúcar	Maringá (PR)	Açúcar e álcool	1 906,6
45°	Ajinomoto	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1.000,0
46°	Granol	São Paulo (SP)	Óleos, farin. e conservas	1 889,1
47°	Cocamar	Maringá (PR)	Óleos, farin. e conservas	1 861,1
48°	Lar	Medianeira (PR)	Algodão e grãos	1 849,2
49°	M. Dias Branco	Eusébio (CE)	Óleos, farin. e conservas	1 829,9
50°	Bianchini	Porto Alegre (RS)	Óleos, farin. e conservas	1 791,2

Fonte: Revista EXAME (abril de 2012).

Já na edição de julho de 2013, a Revista Exame, edição especial 40 anos[10], aponta as empresas que mais venderam e as que mais lucraram no ano de 2012 (quadro 4). Mesmo que em algumas reportagens apontam a estagnação do desenvolvimento do agronegócio de um ano a outro, o valor em vendas líquidas permanece num alto patamar, assim como o predomínio de muitas delas entre as 50 maiores empresas do ramo.

Quadro 4 – Classificação das empresas quanto ao volume de venda em 2012[11].

Lugar em 2012	Lugar em 2011	Empresa	Sede	Segmento	Vendas líquidas (em US$ Milhões)
1°	2°	Cargill	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	11914,9
2°	1°	Bunge	Gaspar (SC)	Óleos, farinhas e conservantes	11099,4
3°	3°	JBS	São Paulo (SP)	Carne bovina	8281,4
4°	5°	BRF	Itajaí (SC)	Aves e suínos	7193,8
5°	6°	ADM	Vitoria (ES)	Óleos, farinhas e conservantes	5440,0
6°	7°	Copersucar - Cooperativa	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	4887,5
7°	9°	Louis dreyfus	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	4740,7
8°	8°	Unilever	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	3432,5
9°	11°	Coamo	Campo Mourão (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	3395,8
10°	10°	Basf	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	3302,8

[10] Revista Exame. Edição Especial 40 anos. **Melhores e Maiores**. As mil maiores empresas do Brasil. São Paulo: julho de 2013. Edição 1022E.

[11] Ibiden, 2013, p. 620.

11°	12°	Souza Cruz	Rio de janeiro (RJ)	Fumo	3071,9
12°	20°	Amaggi	Cuiabá (MT)	Atacado e comercio exterior	2853,3
13°	19°	Bayer	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	2774,3
14°	15°	Heringer	Viana (ES)	Adubos e defensivos	2679,1
15°	--	Raízen Energia	Barra bonita (SP)	Açúcar e álcool	2649,8
16°	16°	CNH/ Cse New Holland	Contagem (MG)	Maquinas equipamentos e ferramentas	2628,7
17°	23°	Syngenta	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	2577,3
18°	14°	Suzano	Salvador (BA)	Madeira e celulose	2516,6
19°	18°	Bunge Fertilizantes	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	2398,3
20°	13°	Nestlé	São Paulo (SP)	Leites e derivados	2322,0
21°	17°	Marfrig	São Paulo (SP)	Carne bovina	2292,2
22°	21°	Copersucar	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	2223,9
23°	28°	Dupont	Barueri (SP)	Sementes	2133,6
24°	25°	Aurora Alimentos	Chapecó (SC)	Aves e suínos	2097,8
25°	22°	Klabin	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	2038,8
26°	24°	Fibria	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	1931,4
27°	--	Mondelez Brasil	Curitiba (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	1913,0
28°	27°	Frigorífico Minerva	Barretos (SP)	Carne bovina	1897,3
29°	34°	Yara	Porto Alegre (RS)	Adubos e defensivos	1881,2
30°	29°	Mosaic	São Paulo (SP)	Adubos e defensivos	1710,3
31°	30°	Pepsico	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	1640,6
32°	33°	Duratex	São Paulo (SP)	Madeira e celulose	1638,2
33°	35°	C. Vale	Palotina (PR)	Aves e suínos	1600,6
34°	--	Fosfertil	Uberaba (MG)	Adubos e Defensivos	1539,6
35°	36°	Seara	Itajaí (SC)	Aves e suínos	1484,1
36°	41°	Caramuru	Itumbiara (GO)	Óleos, farinhas e conservantes	1373,3
37°	49°	M. Dias Branco	Eusébio (CE)	Óleos, farinhas e conservantes	1287,3
38°	40°	Noble	São Paulo (SP)	Algodão e celulose	1272,7
39°	--	Fiagril	Lucas do Rio Verde (MT)	Atacado e comercio exterior	1223,5
40°	--	Goiasfertil	Cubatão (SP)	Adubos e defensivos	1186,2
41°	46°	Granol	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	1144,1
42°	48°	Lar	Medianeira (PR)	Algodão e celulose	1113,4
43°	47°	Cocamar	Maringá (PR)	Óleos, farinhas e conservantes	1075,3
44°	32 °	Cooxupé	Guaxupé (MG)	CAFÉ	1053,9
45°	--	Comigo	Rio verde (GO)	Algodão e celulose	1045,1
46°	44°	Usaçucar	Maringá (PR)	Açúcar e álcool	1003,0
47°	--	Cooperativa agrária	Guarapuava (PR)	Algodão e celulose	995,4
48°	42°	Itambé	Belo horizonte (MG)	Leite e derivados	984,7
49°	45°	Ajinomoto	São Paulo (SP)	Óleos, farinhas e conservantes	961,3
50°	--	Biosev	São Paulo (SP)	Açúcar e álcool	902,5

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

Entre os anos de 2011 e 2012 houve pouca alteração entre as 10 primeiras colocadas. No ano de 2010, segundo notícia online da Revista Exame[12], estavam entre as 10 primeiras colocadas. Dentre os três últimos anos analisados as empresas do agronegócio que se mantém entre as 10 primeiras colocadas quando ao valor de venda em dólares são: Bunge, Cargill, Unilever, Copersucar-Cooperativa, BRF, JBS e ADM, empresas atuantes nos segmentos de derivados da soja, açúcar, etanol e carnes.

A Bunge, holandesa, está instalada em diversos municípios brasileiros, e também na Argentina, Paraguai e Uruguai. Tem fábricas, plantas de processamento, terminais portuários e escritórios, e atua produzindo óleo e farinha de soja, girassol, açúcar e bioenergia. A Cargill, estadunidense, atua no Brasil de 1965. Tem fábricas, armazéns, escritórios e terminais portuários em 141 municípios brasileiros (EXAME, abril 2013, p. 101). Atua no ramo da soja, açúcar, cacau, etanol, amidos e adoçantes, algodão, trigo e milho. Está atuando também na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela.

A Unilever é anglo-holandesa e atua no Brasil, Argentina, Chile e Colômbia. A Copersucar-Cooperativa, brasileira, exporta etanol para Trinidad Tobago e açúcar para Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai. O grupo JBS, brasileiro, tem instalações em Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, e Uruguai, com unidades de abate de bovinos, unidades de carnes em conserva, unidade de vegetais, confinamentos, plantas industriais de laticínios, indústrias de couro, unidade fabril de colágeno e unidade de biodiesel. Segundo a revista Carta Capital[13] numa reportagem de março de 2013, o grupo JBS, presidida por Joesley Batista, entrou também no ramo da mídia comprando o Canal Rural do grupo gaúcho de comunicação RBS, dono do diário Zero Hora de Porto Alegre e das transmissoras da Rede Globo no sul do país. O Canal Rural é um grupo especializado em transmissões de leilões de gado.

A empresa ADM, americana, atua no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai na produção de derivados da soja, girassol e insumos. A empresa BRF (Brasil Foods) atua no Brasil e Argentina nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas e vegetais congelados, com as marcas: Sadia, Perdigão, Batavo, Elegê, Qualy, entre outras.

---

[12] Revista Exame online, disponível em: http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-10-maiores-empresas-de-agronegocio-do-brasil?p=1#2 Acesso em julho de 2013. Ou também em reportagem sobre as 10 maiores do agronegócio do Brasil disponível em: http://pratoslimpos.org.br/?p=1685 Acesso em julho de 2013

[13] RIBEIRO, Assis. Grupo JBS entra no ramo da mídia. Um boi, uma boiada. Carta Capital: 04/03/2013. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/um-boi-uma-boiada . Acesso em julho de 2013.

Dentre outras empresas que estão entre as primeiras 50 colocadas está a Dreyfus que atua na Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil na produção de grãos e oleaginosas, café, fertilizantes, biosev, e sucos. Também a Syngenta atuando em Chile e Brasil no ramo de sementes, cana de açúcar. Em Holambra, São Paulo encontra-se o *Seeds Care Institute*, considerado o mais moderno laboratório de tratamento de sementes da América Latina, de propriedade da Syngenta.

No ramo do etanol, a Raízen, controlada pela Consan-Shell, segundo reportagem disponibilizada no site *Brasilagro* de março de 2013[14], tem previsão de investimento em etanol celulósico, onde irá instalar sua primeira usina em Piracicaba (São Paulo). A perspectiva da empresa é um crescimento de moagem de cana em toda a região centro-sul do Brasil. Ainda referindo-se ao agronegócio, a revista Exame[15], aponta que em relação às dez empresas que mais lucraram no ano de 2012 está a Souza Cruz, a JBS, Klabin, Bayer, Cargill, entre outras. Baseado nos dados encontrados na referente revista, reproduzimos abaixo um quadro com os principais dados das dez empresas que mais lucraram neste ano.

Quadro 5 – Classificação das empresas quanto ao lucro líquido em 2012.

Ordem de lucro	Entre as 400 maiores empresas do agronegócio	Empresa	Segmento	Controle acionário	Lucro líquido ajustado U$
1°	11°	Souza cruz	Fumo	Inglês	789,5
2°	3°	JBS	Carne bovina	Brasileiro	374,4
3°	25°	Klabin	Adubos e celulose	Brasileiro	328,8
4°	13°	Bayer	Adubos e defensivos	Alemão	231,2
5°	1°	Cargill	Óleo, farinhas e conservantes	Americano	187,1
6°	23°	Duppont	Sementes	Americano	179,4
7°	32°	Duratex	Madeira e celulose	Brasileiro	172,7
8°	9°	Coamo	Atacado e comercio exterior	Brasileiro	145,7
9°	37°	M. Dias Branco	Óleo farinhas e conservas	Brasileiro	141,2
10°	72°	Alto Alegre	Açúcar e álcool	Brasileiro	126,1

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

A empresa Souza Cruz, com sede no Rio de Janeiro, foi considerada em 2012 a mais produtiva do setor.

Destas empresas 6 são brasileiras, duas americanas, uma alemã, e uma inglesa. Duas estão no ramo de adubos e defensivos; 3 no ramo de óleos, farinhas e conservantes; 1 de madeira e celulose, 1 de açúcar e álcool, 1 de carnes, 1 de fumo. A Klabin, por exemplo,

[14] BATISTA, Fabiana. Raízen define investimento em etanol celulósico. Site do Brasilagro. http://www.brasilagro.com.br/index.php/noticias/detalhes/11/49563

[15] Revista Exame. Edição Especial 40 anos. Melhores e Maiores. As mil maiores empresas do Brasil. São Paulo: julho de 2013. Edição 1022E. p. 69

atuante na área de papel e celulose, somente na fábrica de Telêmaco Borba (Paraná) teve um lucro de 200 milhões de reais. (EXAME, 2013, p.103). Se analisando a totalidade das empresas que mais lucraram no ano passado no Brasil, para além do agronegócio, observa-se que a Petrobras ficou em primeiro lugar, e em segundo lugar, ficou a AMBEV. (EXAME, 2013, p.65). Como esses rankings levam em consideração o lucro, devemos lembrar que quanto maior também maior será a extração da mais-valia. Sendo assim, quanto maior o lucro das empresas maior a exploração do homem e da natureza exercido por ela.

No setor do agronegócio, o investimento em tecnologias pelas empresas e estabelecimentos capitalistas para aumentar a lucratividade é um imperativo. Um exemplo do investimento em inovações tecnológicas é a empresa de gestão de colheitas Enalt, que vem desenvolvendo um sistema de colheitas acompanhadas por GPS, onde os sensores de precisão acoplados à maquinaria agrícola dos setores de cana de açúcar, e, papel e celulose recebem em tempo real as informações – agricultura de precisão. Essa empresa tem sua sede em São Carlos (São Paulo) e entre seus principais clientes estão empresas como a Odebrecht. (EXAME, 2013, p. 223).

Em relação a investimentos e inovações tecnológicas, a revista Exame (2013) menciona também as principais empresas que investiram alto em 2012 para ampliação de suas estruturas e operações no Brasil para aumentar as vendas e o lucro. Dentre as 100 empresas com maiores investimentos, mencionamos como destaque: Petrobras, Vale do Rio Doce, Suzano, JBS, BRF, Klabin, Duratex, Mineração Paragominas, Bunge, Souza Cruz e Cargill (EXAME, 2013, p. 410-413). O quadro 6 abaixo sintetiza os investimentos por empresa e sua colocação por ordem de valor de investimento.

Quadro 6 - Classificação das empresas quanto aos investimentos realizados em 2012.

Ordem por valor de investimento	Empresa	Segmento	Controle Acionário	Investimento
1°	Petrobrás	Energia	Estatal	Exploração e produção de campos do pré-sal e pós-sal, e, melhora de infraestrutura, logística e tecnologia.
2°	Vale do Rio Doce	Mineração	Brasileiro	Expansão das operações integradas de minério de ferro em Carajás – PA.
5°	Suzano	Papel e celulose	Brasileiro	Construção de fabrica em Imperatriz (MA) e manutenção de reserva florestal no Piauí, parte do projeto de expansão no nordeste.
18°	JBS	Bens e consumo	Brasileiro	Não informado.
35°	BRF	Aves e suínos	Brasileiro	Expansão da capacidade do complexo industrial em Lucas do Rio Verde (MT) e construção de fabrica em Vitoria de Santo Antão (PE).

44°	Klabin	Papel e celulose	Brasileiro	Máquinas para fabricação de papéis para sacos industriais com capacidade de 80000 toneladas por ano, na cidade de Correia Pinto (SC).
47°	Duratex	Madeira	Brasileiro	Implantação de fabrica de placas de MDF em Itapetininga (SP), e aquisição de unidade de fabricação de válvulas Industriais de bronze Lupatech em Jacareí (SP).
67°	Mineração Paragominas	Mineração	Norueguês	Infraestrutura para armazenagem de resíduos de minério na cidade de Paragominas (PA).
68°	Bungue	Bens de consumo	Holandês	Ampliação de canaviais, melhorias de técnicas agrícolas e de sistemas de irrigação e aumento da capacidade de moagem das usinas de cana-de-açúcar.
75°	Souza Cruz	Bens de consumo	Inglês	Modernização do parque industrial, substituição de equipamentos de informática e renovação de frota de veículos de distribuição.
77°	Cargill	Bens de consumo	Americano	Construção de unidade de processamento de milho em Castro (PR) para produção de amidos e adoçantes.

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

Desde o último quadro acima mencionado, percebemos que junto ao agronegócio, acrescentam-se empresas exploração e expropriação de recursos naturais vinculadas à energia e mineração. Ampliando os dados das empresas do agronegócio, mineração e energia que mais venderam no último ano, podem-se citar, segundo a revista exame (EXAME, 2013, p. 342):

Quadro 7 - Classificação de empresas quanto ao volume de vendas em 2012.

Lugar	Empresa	Segmento	Capital acionário	Vendas (em US$ Milhões)
1°	Petrobras	Energia	Estatal	109.713,3
2°	BR distribuidora	Atacado	Estatal	39.024,5
3°	Vale	Mineração	Brasileiro	28.989,4
6°	Cargill	Bens de Consumo	Americano	11.914,9
10°	Bunge	Bens de consumo	Holandês	11.099,4
11°	Braskem	Química	Brasileiro	10.416,0
14°	JBS	Bens de consumo	Brasileiro	8.281,4
17°	BRF	Bens de consumo	Brasileiro	7.193,8
21°	Ambev	Bens de consumo	Belga	6.584,7
29°	Cosan	Atacado	Brasileiro	5.526,6
31°	ADM	Produção agropecuária	Americano	5.440,0
39°	AES eletropaulo	Energia	Americano-brasileiro	5.027,3
41°	Copersucar	Energia	Brasileiro	4.887,5
46°	Louis Dreyfus	Produção agropecuária	Frances	4.740,7
52°	Itaipu binacional	Energia	Estatal	3.797,9

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

Como já mencionado acima, muitas dessas empresas possuem operações ou instalações em diferentes países da América do sul. O quadro 8 elenca as 200 maiores empresas transnacionais em 2012 e que mantêm operações na América do Sul relacionadas ao agronegócio, hidronegócio e mineração Importante destacar que a maioria das empresas atua em dois ou mais setores, assim como a diversidade de empresas controladas e coligadas aos grupos. Percebe-se também que muitas delas têm controle acionário brasileiro. (EXAME, 2013, p. 418-422):

Quadro 8 - Classificação das maiores empresas em 2012 que mantém operações na América do Sul.

Lugar	Grupo privado	Controle acionário	Setores de atuação e participação	Algumas das Principais controladas e coligadas	Países onde o grupo mantém operações na America do Sul
2°	Vale	Brasileiro	Mineração (89%), Transporte (3%) Outros (8%)	Controladas: Compañia Minera Misky, Peru Fertilizantes, Ferrovia Centro-atlântica, Brasil Logística, Ferrovia Norte-sul, Mineração Corumbaense Reunidas, Brasil minério de ferro e manganês, PT Internacional, Nickel Indonésia Tbk, Indonésia Níquel, Minera Três Valles, Chile Cobre, Vale (Austrália, Áustria holding GmbH, Canadá,Colômbia, fertilizantes, International, manganês, Minas do Azul, Moçambique, Nouvelle-Caledonie, Oman Pelletizing, Shippong Holding)	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru.
3°	J &F Investimentos	Brasileiro	Bens de consumo (99%), Financ. (1%)	Controladas: JBS, Eldorado Brasil. J&F Floresta Agropecuária, Flora, J&F Oklahoma, Banco Original, Vigor, J&F Infraestrutura	Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai.
4°	Odebrecht	Brasileiro	Química e Petroquímica (50%), Ind. Construção (37%), Transp. (2%), Outros (11%)	Controladas: Construtora Norberto Odebrecht, Braskem, Odebrecht (óleo e gás, realizações imobilizarias, transPort participações, Investimentos, energia e defesa e tecnologia, agroindustrial, ambiental)	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.
12°	Votorantim	Brasileiro	Sider. e Metarlurg. (37%), Ind. da construção (29%), Financ. (25%), Papel e celulose (5%), Prod. Agropecuária (3%), Autoind.(1%)	Controladas: Acariúba Mineração, Interavia Transportes, Silcar Empreendimentos, Votorantin Cimentos, Votorantin Metais Companhia Brasileira de Alumínio, Votorantim Metais Cajamarquilla, Cia Mineradora Atacocha, Companhia Minera Milpo, Fibria Celulose, Citrovita Agroindustrial, Citrovita Agropecuária, Citrosuco, Santa Cruz geração de energia, Votorantin Investimentos Latino-americanos, Votorantin Corretora de Seguros, etc.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai.
13°	Ambev	Belga	Bens de consumo (100%)	Controladas: AmBev (Luxemburgo, Peru, Equador, bebidas), Aspen, Brahmaco, Pampa, Musa, Inkee, ITB, Agrega, Anep, Disban, NCAQ, Arosuco, CRBS, Skol, etc.	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai.
15°	BRF	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: BRF Brasil Foods África, BRF Suínos do Sul, Perdigão International, PSA Laboratório Veterinário, 49-Qualy, Sadia Alimentos, Sadia Chile, Sadia Uruguai,	Argentina, Brasil. Chile, Uruguai e Venezuela.
17°	Consan	Brasileiro	Química e petroquímica	Controladas: Rumo, Cosan Lubrificantes, Radar, Cosan Alimentos,	Bolívia, Brasil, Paraguai e

			(75%), Prod. Agropecuária (15,51%), Varejo (2,83%), Transporte (2,29%) e outros (4,27%)	Coligadas: Raízen Energia, Raízen Combustíveis.	Uruguai.
18°	Cargill	Americano	Bens de consumo (100%)	Controladas: Innovatti Ind. e com. De Ésteres Sintéticos; Cargill (Agro.Comerc. de energia, Holding Participações, Lecitina, Nassau Limited); Armazéns Gerais Cargill, Casa & BSL, TEAG – Terminal de Exportação de Açúcar de Guarujá. Coligadas: TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos.	Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela.
30°	Unilever Brasil	Anglo-holandês	Bens de consumo (100%)	Controladas: Unilever Brasil industrial, Unilever Brasil gelados do nordeste, Unilever Brasil nordeste produtos de limpeza	Brasil, Argentina, Chile e Colombia.
38°	Copersucar	Brasileiro	Atacado (99%), Serviços (1%)	Controladas: Cia auxiliar de armazéns gerais, Copersucar Armazéns Gerais, Copersucar International NV, Copersucar Trading AVV, Copersucar Europe BV, sugar Express Transportes. Coligadas: Uniduto Logística, Logum Logística, Copa Shipping Company Limited.	Brasil, Colômbia, Peru.
.40°	Louis Dreyfus	Frances	Prod. agropecuária (100%)	Controladas: Luis Dreyfus (commodities agroindustrial, armazéns gerais e Citrus NV), Coinbra Investiment and Trading, Coimbra Frutesp com. e processamento de cítricos, Cogepar soc. de empreend. Imobili. e partic., Amaggi & LD commodities, Amburana Inv. e Partc., LDC Gearbulk Terminal Portuários e Partic., NST Terminais e logística, TEG Terminal Exp. Portuários e Partic., Sociedade Americana de Inversiones, Porto Paraty Sociedad de Empreend., Imob. e Partic, Gogest Soc. de Empreend., Imob. e Partic., Macrofertil Ind. e Comercio de Fertilizantes, Fertibrasil Log. de Fertilizantes, Cambucá invest. e partic., Avena Terminais portuários, Lisianto Invest. e Partic., Hédera Invest. e Partic. LD commodities International	Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru, e, Uruguai.
57°	BASF	Alemão	Química e petroquímica (100%)	Controladas: Basf Poliuretanos, Basf Performance Plumers Industria de Polímeros e Plásticos de Engenharia	Brasil.
60°	Natura	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: Ind. e Comercio de Cosméticos Natura, Natura Cosméticos (Chile, Peru, Argentina, México, Colômbia, Espanha), Inovações e Tecnologia de Produtos, Europa SAS Distrib. de México, Cosmetics (EUA), International BV (Holanda)	Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, e Peru.
64°	André Maggi	Brasileiro	Atacado (85%), Prod. Agropecuária (11,23%), Transporte (3,12%), Energia (0,42%)	Controladas: André Maggi participações, Amaggi Exportações e Importações, Amaggi International, Maggi Energia, Amaggi Argentina, Ilha Comprida Energia, Agropecuária Maggi, Amaggi Construção de Rodovias, Agropecuária Morrinhos, Agro-Sam Agricultura e Pecuária, Hermasa Navegação da Amazonia, Amaggi Transportes. Coligadas: Terminal de Granéis do Guarujá	Argentina, Brasil.
72°	Suzano holding	Brasileiro	Papel e celulose (100%)	Controladas: Suzano (papel e celulose, America, Trading, Europe, Energia Rnovável), Bahia Sul Holdings, Coml e agric Paineiras, Stenfar, Sun Paper, Asapir, Ondurman, Nemonorte, Nemopar, Futuragene PLC, Amulya, Paineiras Logistica, Premesa, Aaisan e Epícares	Argentina, Brasil.

83°	Frigorífero minerva	Brasileiro	Prod. Agropecuária (100%)	Minerva (alimentos, Overseas, Middle East, Beef, Dawn Farms), Eurominerva Comercio, Friasa, Transminerva, Brascasing, Pul, Frigomerc	Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai.
88°	Klabin	Brasileiro	Papel e celulose (93%), prod. Agropecuária (7%)	Controladas: Klabin (Argentina, Trade ltda, Forest Productos Company do Paraná Produtos Florestais, Florestal), Ikapê Empreendimentos, Centaurus Holding. Coligadas: empresa de controle partillhado, Florestal Vale do Corisco (51%)	Brasil, Equador.
104°	Mosaic	Americano	Química e petroquímica (98,20%), Serviços (1,80%)	Controladas: Fospar, Mosaic Fertilizantes Coligadas: IFC Industria de Fertilizantes Cubatão	Brasil.
105°	ALL – America latina	Brasileiro	Transporte (100%)	Controladas: ALL America latina logística (Rail TEC E Ritmo Logistica, Sevicios Integrales, Argentina, Malha Sul, Intermodal, Overseas, Serviços, Equipamentos, Participações, Armazéns Gerais, Malha Paulista, Malha norte, Malha Oeste), PGT Grains Terminal, Portofer Transporte Ferroviário, Boswells, ALL (Mesopotamica central, Raisil Management), Terminal XXXIX de Santos, Brado Holding, Brado Log. e participações, Brado Logística, Vétria, Track Logística Coligadas: Rhall terminais, TEMAG, TGG – Terminais de Granéis do Guarujá.	Argentina e Brasil.
108°	M. Dias Branco	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Controladas: Indústria de alimentos Bomgosto, Tergan Terminal de Grãos de Fortaleza, M Dias Branco (internacional Trading, Internacional Trading Uruguay, Argentina)	Brasil, Argentina, Chile, Paraguai.
131°	Camil	Brasileiro	Bens de consumo (100%)	Camil Internacional Argentina, e Ciclo Logística Coligadas: Molinos Arroceros Nacionales (Saman), Camil Chile SPA, Camil alimentos peru, Arrosur, Tacua, Agencia marítima Sur, Galofer, Comisaco, Mercantil Uruguaya (Samu), Empresas Tucapel, Servicios Externos, Costeño Alimentos, Ormus, Buskoy.	Argentina, Brasil Chile, Peru, Uruguai.

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

Já desde a perspectiva dos maiores grupos da America Latina (quadro 9) - e não somente que mantém operações na América do Sul, podemos observar que as empresas brasileiras, mexicanas, colombianas e venezuelanas estão entre as dez primeiras que mais venderam no ano de 2012 e estão relacionadas a bens de consumo, mineração, energia e indústria química e petroquímica. O Brasil concentra o maior número de empresas e respectivas vendas. (EXAME, 2013, p.494).

Quadro 9 - Classificação dos maiores grupos em 2012 da América Latina

Lugar	Empresa	País	Setor	Vendas líquidas (em US$ Milhões) Em 2012
1°	Petrobras	Brasil	Energia	142036,3
2°	Pemex	México	Energia	126367,7
3°	PDVSA	Venezuela[16]	Energia	124459,0
4°	America Movil	México	Telecomunicações	59.778,0
5°	Vale	Brasil	Mineração	47203,1
6°	J&F Investimentos	Brasil	Bens de consumo	39537,1
7°	Odebrecht	Brasil	Química e petroquímica	38584,1
8°	Ecopetrol	Colômbia	Energia	37735,2
9°	Walmart do México e Centro América	México	Varejo	32077,1
10°	Ultrapar	Brasil	Diversos	27217,8
13°	COPEC	Chile	Papel e celulose	22761,0
23°	Codelco	Chile	Mineração	15860,4
26°	BRF	Brasil	Bens de consumo	14395,2
29°	YPF	Argentina	Energia	13639,4
52°	Medellín	Colômbia (empresa publica)	Energia	7145,4
54°	Unilever	Brasil	Bens de consumo	6856,3
59°	Anfogasta	Chile	Mineração	6.740,1
65°	Louis Dreyfus	Brasil	Produção agropecuária	5697,6
69°	Petro Peru	Peru	Energia	5248,7
78°	Refinariade Pampilla	Peru	Energia	4.840,7
80°	CMPC	Chile	Papel e celulose	4759,3
102°	Basf	Brasil	Química e petroquímica	4759,3
108°	Natura	Brasil	Bens de consumo	3203,2
122°	Carbones de Cerrejón	Colômbia	Mineração	2910,0
127°	Heringer	Brasil	Química e petroquímica	2608,8
129°	Suzano Holding	Brasil	Papel e celulose	2622,2
162°	Minera Cerro Verde	Peru	Mineração	2127,0
163°	Klabin	Brasil	Papel e celulose	2101,8

Fonte: Revista EXAME (julho de 2013).

Podemos afirmar a partir destes dados que fica bastante evidente a dimensão que estas empresas multinacionais apresentam grande importância na territorialização do capital no campo, consolidando uma hegemonia sob os aspectos econômicos, político e ideológicos. Também ficam evidentes as principais áreas de atuação e investimentos destas empresas que estão vinculadas à produção de soja e milho; papel e celulose; açúcar e etanol; mineração, energia e indústria química e petroquímica.

Esta hegemonia do capital no campo está também intrinsecamente vinculada ao *acaparamiento de tierras*, processo que não é novo, mas toma uma nova dimensão na busca desenfreada dos capitalistas investirem em seus capitais. No Brasil, em 2010, cerca de 4,2

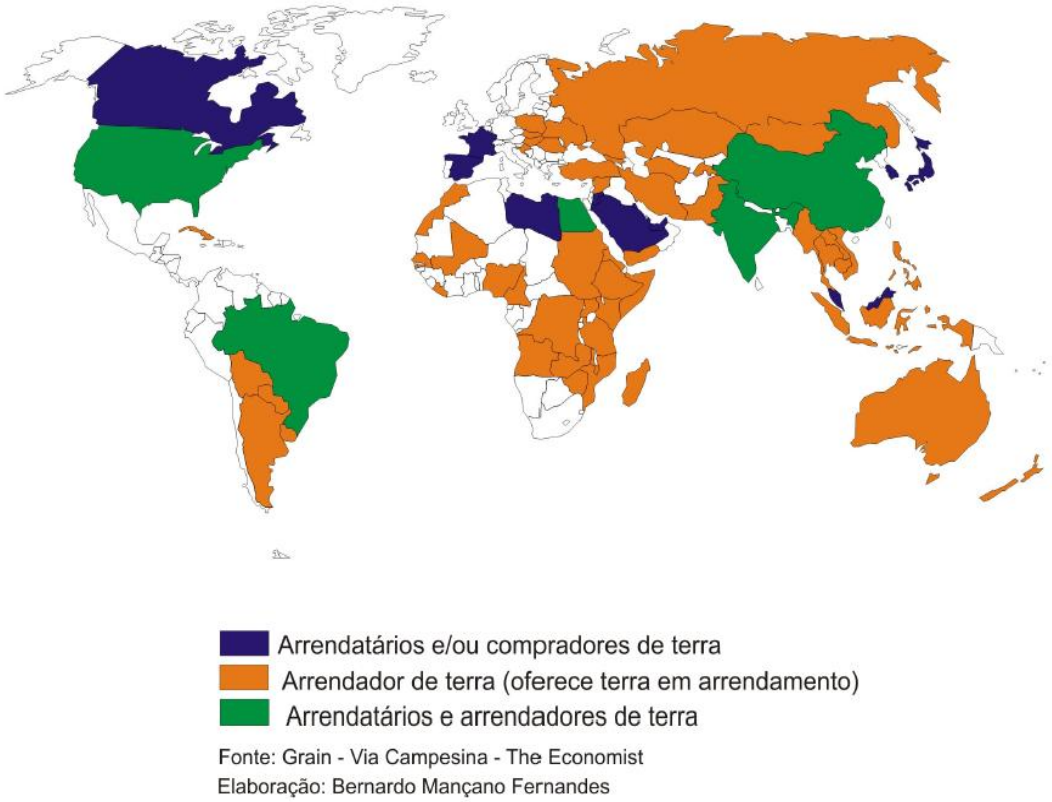
[16] Com a peculiaridade de ser estatal e investir os recursos em projetos sociais.

milhões de hectares de terra já eram propriedades estrangeiras (de empresas transnacionais ou governos) concentradas principalmente nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia. Paraná e Rio Grande do Sul também são estados com expansão de este tipo de comercialização de terras.

Segundo BORRAS (2011), a China, Coreia do Sul e nações do Golfo Pérsico têm comprado terras no Brasil e Argentina. Estados Unidos e alguns países Europeus têm investido em compras de terras na Colômbia, México, Peru e Uruguai. Terras do Brasil, da Colômbia e do Equador tem sido compradas pelo Japão. E ainda, dentro do próprio continente, países como México, Brasil, Chile e Argentina têm comprado terras em outros países da região.

Fernandes (2009) afirma em seu artigo que o "agronegócio e a agricultura camponesa disputam territórios em quase todo o mundo" e que "empresas e governos de diversos países estão arrendando ou comprando" gigantescas áreas para produção de soja e agrocombustível. (FERNANDES, 2009, p.2). O mapa abaixo, elaborado também por Fernandes (2009), demonstra em termos geopolíticos três principais grupos: os países arrendatários e compradores, os países que oferecem terra para arrendamento ou compra, e países que são ao mesmo tempo arrendatários e arrendadores de terra. O mapa está disponível neste artigo.

Figura 1 - Arrendamentos e/ou compra de terras para produção de alimentos e agroenergia



Outro aspecto marcante da territorialização do capital no campo é o patenteamento de sementes, em especial as geneticamente modificadas, que são geralmente vinculadas ao uso de determinados defensivos. Além de serem amplamente difundidas na produção capitalista, essas sementes chegam também às pequenas comunidades camponesas que buscam fazer de seu território um espaço de manutenção do grupo ou da família – formas não capitalista de produção. Essas comunidades passam a ser cada vez mais subalternas ao capital quando são movidas a produzir mercadorias que possibilitam uma renda maior com base em pacotes tecnológicos determinados pelo capital. Ou seja, o capital também determina quais territórios produzem que tipos de mercadorias, influenciando nos preços através das *comoditties* agrícolas que passam a ser reguladas por uma média universal de preço (desde a oferta, procura e do desenvolvimento tecnológico das mercadorias).

Outra característica do agronegócio nos tempos atuais é a compra e venda de títulos de propriedade de áreas de oxigênio, chamados de créditos de carbono. A não emissão de

poluentes na atmosfera gera créditos que podem ser comercializados na bolsa de valores ou diretamente entre empresas.

1.1.2 Hidronegócio

Segundo Thomaz Junior (2010), a água é um dos focos dos empreendimentos produtivos capitalistas no campo, de forma que o autor utiliza o termo agrohidronegócio para enfatizar este caráter. Podemos tomar como exemplo o fato do Aquífero Guarani, terceiro maior do mundo e que compreende áreas do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, ser uma região altamente utilizada pelo agronegócio. Nessa região são cultivadas culturas do agronegócio e estão instaladas plantas processadoras da cana-de-açúcar (açúcar e álcool) e soja, milho, celulose. Exemplos destas transnacionais são a Bunge, a Cargill, Dreyfus e ADM[17].

Outro exemplo é a própria transnacional Nestlé. Segundo reportagem do Jornal Brasil de Fato, de abril de 2013[18], o empresário austríaco Peter Brabeck-Letmathe, presidente do Nestlé desde 2005 afirma a necessidade de privatização do fornecimento da água, afirmando que os governos deveriam garantir 5 litros diários de água para beber e 25 litros diários para higiene pessoal por individuo, mas que o resto do consumo deveria ser gerido de acordo com critérios empresariais. O grupo Nestlé é uma das líderes mundiais em venda de água engarrafada, como qualquer outro setor alimentício e ter um valor de mercado.

Também parte do hidronegócio a construção das grandes hidrelétricas para fornecimento de energia. Apesar de no Brasil ter sido um setor construído pelo Estado, passou às mãos do capital na onda de privatização dos anos 90. Algumas hidrelétricas, como é o caso da Itaipu, ainda são Estatais, mas é base de um sistema de produção de energia para a produção de mercadorias. Outro exemplo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu (Pará). Tem a previsão de ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás da chinesa "Três Gargantas" e da Itaipu (Brasil-Paraguai). Segundo reportagem de Telma Monteiro escrita para o Jornal da cidadania em setembro de 2102[19], no Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) de Belo Monte, o projeto

---

[17] Ver artigo do Livro Ensaios sobre a Questão Agrária nominado "O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD, de Andrea Batista e Julciane Anzilago.

[18] FRANCISCO NETO, José (Trad.). **Presidente da Nestlé diz que água deve ser privatizada.** 24.04.2013. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/12746

[19] MONTEIRO, Telma. **Belo monte é forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas**. 12.09.2012 Disponível em: http://telmadmonteiro.blogspot.com.br/2012/09/belo-monte-e-forma-de-viabilizar.html . Acesso em junho de 2013.

também prevê direitos minerários na região da Volta Grande do Xingu, onde há 18 empresas que estão fazendo requerimento para mineração de ouro, dentre elas a Companhia Vale do Rio Doce. A região em questão é um território indígenas onde nos últimos anos foram descobertas jazidas de bauxita, manganês, ouro, cassiterita, cobre, urânio entre outros minerais. Segundo a autora, a implantação do projeto hidrelétrico de Belo Monte "é a única forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas". Recorda-se que a mineração é uma das áreas que mais utiliza água para o processamento da mercadoria final, o que impacta também na qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Nesta região do Xingu nos últimos meses vem intensificando-se os conflitos territoriais entre indígenas, mineradoras e empresas hidrelétricas, como o caso de Belo Sun Mining Corporação. É o caso, por exemplo, do bloqueio da ferrovia de Carajás pelos indígenas das etnias Guajajara e Awá-Guajá em outubro de 2012.

1.1.3 Mineração

Os impactos sócio-ambientais da mineração e do garimpo são imensos. Por exemplo, somente em relação ao uso da água para mineração, segundo reportagem do Jornal Brasil de Fato, de julho de 2013[20], a mineração consumiu no ano de 2012, segundo dados incompletos da Agencia Nacional de Águas, cerca de cinco quatrilhões de litros de água.

A extração de recursos minerais como matéria prima para indústrias siderúrgicas, metalúrgicas, química e petroquímica e construção civil, ou ainda o carvão mineral e petróleo para fontes energéticas e indústrias químicas e petroquímicas são também focos de grandes transnacionais e/ou multinacionais do ramo, como é o caso da Vale, Petrobrás, Odebrecht, Ecopetrol, Codelco, Anfogasta, Petroperu, Refinaria de Pampilla, Basf, Heringer, Minera Cerro Verde, entre outras da América do Sul.

No caso da empresa Odebrecht, conforme quadro 8 acima citado, mantém operações comerciais na construção de hidrelétricas e na indústria química / petroquímica em países como Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Peru.

Segundo reportagem no Jornal Brasil de Fato de dezembro de 2012[21], a empresa Odecrecht, é considerada por alguns analistas como a principal construtora de obras de

---

[20] Entrevista de Carlos Bittencourt à IHU em 17.07.2013. **Código da Mineração: "a urgência é do mercado", afirma Carlos Bittencourt.** Disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/13631. Acesso em 15 de agosto de 2013.

[21] JORNAL BRASIL DE FATO. ZONTA, Márcio. **Odebrecht onipresente no Peru**. 26/12/2012. Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/node/11367. Acesso em julho de 2013.

integração econômica capitalista no continente latino-americano. A empresa de capital acionário brasileiro realizou nos últimos 30 anos somente no Peru obras de hidrelétricas, infraestrutura de portos, gasodutos, vias urbanas e rodovias conectando o país a outros. No caso de projetos de integração entre países, a empresa conduz as obras da construção interoceânica sul e norte, da rodovia Sisa Cuñunbuque, interligando os principais portos do Peru a outros países. Outra obra da empresa é a construção de hidrelétrica entre os Andes e a entrada da Amazônia Peruana no rio Huallaga.

Em reportagem do Jornal Brasil de Fato de fevereiro de 2009[22], As construtoras Odebrecht e Camargo Corrêa, alem da Petrobrás, Vale e Votorantin foram apontadas como empresas que se internacionalizam com financiamento público, tornando-se agentes de conflitos entre países. O caso emblemático foi o conflito entre Brasil e Bolívia por conta da nacionalização do petróleo arrancada pela Bolívia em 2006. Ou mesmo as denúncias sob a empresa Petrobrás em sua atuação no Equador, onde a mesma pratica extração de Petróleo no Parque Nacional de Yasuni, uma área de diferentes comunidades indígenas e de grande biodiversidade. Ou ainda as denúncias à empresa Odebrecht na construção da Hidroelétrica São Francisco com recursos do BNDES no Equador por não cumprir leis ambientais e destruição de comunidades ribeirinhas.

O Equador, por exemplo, nos últimos anos tem investido em atividades mineras em larga escala. Segundo Acosta (2011) em seu estudo referente ao tema, para se produzir uma tonelada de cobre se requer e se contaminam entre 10.000 a 30.000 litros de água, no caso do ouro, "uma onza de oro requiere 8.000 litros de água". Geralmente as minas a céu aberto secam as vertentes ao seu redor. Existem estudos de caso onde se registraram que as minas tem baixado o nível das águas dos lençóis freáticos em 300 metros, pois necessita "bombear cerca de 100 millones de galones de água diariamente para acceder al material mineralizado". O autor ainda cita a enorme contaminação produzida pelos gases como o caso do cobre que contém arsênico e outros metais pesados. No caso da planta de Oroya no Peru, 99% das crianças apresentam chumbo no organismo acima das normas da Organização Mundial de Saúde. Ainda cita o deslocamento forçado ocorrido na Colômbia entre os anos de 1995 a 2002 em áreas mineras. (ACOSTA, 2011, p. 59-60)

O autor ainda comenta:

---

[22] JORNAL BRASIL DE FATO. GARCIA, Ana; MENDONÇA, Maria Luísa. **Transnacionais brasileiras são denunciadas por movimentos latino-americanos**. 12/02/2009. Disponível em http://www.brasildefato.com.br/node/4209. Acesso em julho de 2013.

> Aunque parezca paradójico, este tipo de Estado, que muchas veces delega parte sustantiva de las tareas sociales a las empresas petroleras o mineras, abandona, desde la perspectiva del desarrollo, amplias regiones, tal como se ha visto en la Amazonia ecuatoriana. Y en estas condiciones de desterritorializacion del Estado, se consolidan respuestas propias de un Estado policial que reprime a las víctimas del sistema al tiempo que declina el cumplimiento de sus obligaciones sociales y económicas. (ACOSTA, 2011, p. 59-60)

Mesmo que o extrativismo petroleiro e minero tenha uma larga trajetória na América Latina, ele assume nova característica neste momento histórico. Gudynas (2011), baseado na reflexão de práticas estatais de uso do extrativismo para programas contra a pobreza, o define como neoextrativismo progressista. Estes processos, segundo o autor, mesmo que progressistas são práticas de alto impacto sócio-ambiental, além de serem completamente dependentes de "circuitos econômicos globales". (GUDYNAS, 2011, p. 76).

Considera o autor que na América do Sul, uma nova esquerda vem forjando os governos nos últimos anos, e mesmo que estes, mesmo com características distintas, compartem uma crítica ao reducionismo de mercado e políticas pela redução da pobreza como uma das tarefas prioritárias.

> La nueva izquierda ha logrado conquistar varios gobiernos sudamericanos en los últimos anos. Su presencia ha sido clara bajo las administraciones de Nestor Kirchner y Cristina Fernandes de Kichner en Argentina, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador, Luis Inacio Lula da Silva en Brasil (y su actual sucesora Dilma Roussef), Tabaré Vasquez en Uruguay (y su sucesor, José Mujica), Hugo Chávez en Venezuela. A esa corriente se la ha sumado el gobierno Michele Bachelet de Chile (que sin embargo fue reemplazado por una administración conservadora), mientras que Fernando Lugo en Paraguay muestra una vocación progresista pero enfrenta una base partidaria muy débil. De distintas maneras se ha llegado a que al menos ocho países se encontraran bajo la nueva izquierda en los últimos años. (GUDYNAS, 2011, p. 76)

Neste sentido, o extrativismo contemporâneo, ou neoextrativismo progressista é um dos pilares estratégicos de projetos desenvolvimentistas e de combate à pobreza sob a gestão destes governos acima mencionados. Para Gudynas, esta contradição *neoextrativismo-governos progressistas*, mesmo que esteja nos marcos de um Estado mais ativo e com regras mais claras "(independientes si estas sean buenas o no)", em muitos casos estes programas de combate à pobreza acabam possibilitando uma pacificação dos protestos sociais. (GUDYNAS, 2011, p. 79), assim como, incentivam a exploração de sectores como a mineração, petróleo e monocultivos para exportação.

> En efecto, desde la Venezuela de Hugo Chavez al moderado Lula da Silva en Brasil, persistió la apuesta a sectores como minería y petróleo. El porcentaje de productos primarios sobre las exportaciones totales supera el 90% en Venezuela, Ecuador y

> Bolívia, y es más del 80% en Chile y Perú; en Brasil de Lula creció hasta llegar al 60% (según datos de CEPAL). En este sesgo el papel clave no juegan la minería, hidrocarburos y monocultivos de exportación. (GUDYNAS, 2011, p.77)

Outra tese defendida pelo autor é que este neoextrativismo é funcional na globalização comercial-financeira e mantém a América do Sul numa inserção subordinada. Neste proceso: "persiste la fragmentación territorial, en áreas desterritorializadas, generándose un entramando de enclaves y sus conexiones a los mercados globales, que agravan las tensiones territoriales". (GUDYNAS, 2011, p. 80-81).

1.1.4 Megaprojetos de Infraestrutura

Para possibilitar melhor viabilidade para a circulação e a comercialização destas mercadorias e recursos naturais estão desenvolvendo-se diferentes megaprojetos de corredores logísticos. Alguns destes enfatizando a viabilidade da escoação da produção de soja e seus derivados no Brasil para exportação como o caso da rota exportadora no Norte, outros enfatizando a integração entre países da América do Sul.

No caso da criação de uma rota exportadora na região norte, segundo reportagem postada em 24 de janeiro de 2013[23], a mesma deve ser capaz de escoar até 20 milhões de toneladas de grãos do Estado do Mato Grosso (municípios de Sinop, Sorriso, Nova Mutum e Lucas do Rio Verde) até a região norte. O plano de investimento está na construção de transbordos, armazéns, terminais portuários, etc, abrindo nova rota. Parte dos recursos privados que serão investidos no Município de Itaituba (Pará), no distrito de Mirituba (à margem o Rio Tapajós), com a intenção de transformar o município numa referência capaz de receber a produção do Mato Grosso para distribuí-las aos portos de Santarém e Vila Rica (Pará) e ao porto de Santana (Amapá). Empresas como Bungue e Cargill (que já opera no terminal graneleiro do Porto de Santarém-Pará) já adquiriram terrenos em Mirituba.

Um estudo realizado por Ceceña, Aguilar e Motto (2007), desde o observatório Latinoamericano de Geopolítica, apontam os principais megaprojetos de integração de infraestrutura na América do Sul para a construção de um projeto de territorialização hegemônica do capital. Entre estes se destacam o Projeto Hidrovia Paraná-Paraguai, o eixo Mercosul-Chile, Eixo Peru-Brasil-Bolívia, eixo Interoceânico central, e o eixo Amazonas.

---

[23] FREITAS JR, Gerson. Megaprojeto privado cria rota exportadora no Norte. Desde o Valor Econômico. Postado em 24/01/2013 pelo site Amazônia. Disponível em: http://amazonia.org.br/2013/01/megaprojeto-privado-cria-rota-exportadora-no-norte/ Acesso em junho de 2013

O projeto *Hidrovia Paraná–Paraguai* pretende agilizar o transporte e o aproveitamento dos recursos naturais e integra a região central da América do Sul ao largo dos Rios Paraguai, Paraná, Uruguay e Rio da Prata, fazendo contato entre Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Também está projetado para realizar o transporte de trigo, soja, madeira, minérios, fertilizantes e combustíveis, na extensão navegável de 3.422 km desde Cárcere, no estado de Mato Grosso.

O projeto de integração *eixo Mercosul-Chile* tem uma extensão de cerca de 3,1 milhões de km² integrando os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul com Uruguai, a região ocidental do Paraguai, a regiões de Argentina. Nesta região mencionada encontram-se os territórios agrícolas mais produtivos do mundo e as cidades mais importantes economicamente conformando um eixo de um PIB estimado em 469.7 bilhões de dólares. Desde informação oficial compreende 62% da economia argentina, 63% da economia brasileira, 52% da chilena e a totalidade da uruguaia. Os principais produtos destacados são: cereais, oleaginosas, hortaliças, frutas, carnes, soja, couro, madeira, pescados, minerais metálicos, papel, alimentos, bebidas, sucos, laticínios, vinhos, petroquímica, materiais de construção, alumínio, borracha, plástico, entre outros.

O *Eixo Peru-Brasil-Bolívia* encontra-se numa região de grande biodiversidade abrindo possibilidades a indústria farmacêutica e biotecnológica. É também uma região de grande capacidade para energia elétrica, e de produção de soja, cana-de-açúcar, gado, madeira, piscicultura, papel fertilizantes, gás natural, ouro, diamante entre outros. Uma superfície de 3,5 milhões de km², dos quais 82% encontram-se no Brasil, 10% no Peru, 8% na Bolívia.

O projeto do *Eixo Interoceânico Central* compreende os países da Bolívia, Brasil (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo), Chile, Paraguai e Peru. Calcula-se que corresponde a uma superfície equivalente a 19% da América do Sul. Região de produção de soja e cana-de-açúcar para agrocombustíveis, oleaginosas, laticínios e com disponibilidade de recursos naturais como carvão, cobre, estanho, ferro, lítio, potássio, ouro, prata, e, zinco. Também é uma região que possui reservas de recursos energéticos como gás na Bolívia.

O projeto *Eixo Amazonas* cruza uma região de imensa biodiversidade (40% da biodiversidade do planeta) abrindo uma fissura no continente desde sua parte mais larga. Estima-se que nesta região encontra-se de 15 a 20% da água doce não congelada do planeta. Uma região de produção de biotecnologia, química, farmacêutica, de alumínio, fertilizantes, e, de produção de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, café, soja. A região também contempla

atividades de extração de recursos naturais como petróleo, metais, urânio, ferro, ouro e esmeraldas.

Estes megaprojetos de integração em infraestrutura, de mineração, construção de hidrelétricas, e de produção de gado, soja, celulose, e cana-de-açúcar está vinculado intrinsecamente a altos níveis de desmatamento de florestas nativas. A aprovação do novo código florestal no Brasil facilita a viabilização destes empreendimentos transnacionais.

A região amazônica do Brasil, segundo dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia com sede em Belém-Pará)[24], perdeu cerca de 184km² de floresta de junho de 2012 a junho de 2013**,** um aumento de 437%. O desmatamento totalizou 1.838km² no período de agosto de 2012 a junho de 2013, e ocorreu principalmente no Estado do Pará (42%), no Estado do Amazonas (32%), no Mato Grosso (18%) e Rondônia (5%).

No caso do estado do Mato Grosso, praticamente metade da madeira retirada entre agosto de 2010 e julho de 2011 foi ilegal, segundo reportagem do Jornal Estadão com dados do Imazon[25].

1.2 Crise estrutural do sistema capitalista

As informações já apresentadas neste capítulo demonstram o caráter hegemônico da territorialização do capital no campo, desde o domínio de transnacionais/multinacionais nos aspectos econômicos, políticos (financiamentos e consentimentos do poder político) e ideológicos (mídia, escolas e outros). Nesta base está assentada a histórica da América Latina, mas o processo atual demonstra uma intensidade jamais vista. A produção em larga escala para exportação de agrocombustíveis, derivados da soja, papel/celulose; a extração de recursos naturais através da mineração; e o hidronegócio, se integra à megaprojetos de infraestrutura para facilitar a circulação e comercialização destas mercadorias. O estabelecimento desta hegemonia provocou e provoca a desterritorialização dos povos do campo, como comunidades indígenas, quilombolas e camponeses.

---

[24] Informação de **Altino Machado** e publicada por **Terra Magazine / Blog da Amazônia**, em 17/07/2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522016-amazonia-perdeu-184-kms-de-floresta-em-junho-aumento-de-437-em-relacao-ao-ano-passado Acesso em julho de 2013

[25] Reportagem disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,metade-da-madeira-retirada-de-mt-e-ilegal-,951618,0.htm . Acesso em julho de 2013.

Esta territorialização hegemônica é colocada em prática pela aliança entre empresas transnacionais / multinacionais[26] (sejam elas latino-americanas ou não, estatais ou privadas) e os Estados Nacionais, explorando a natureza através também da expansão de um modelo baseado na exploração do homem como fundamento – o capitalismo.

Milton Santos (2003) e István Mézarós (2009) convergem na interpretação que o período histórico vivido é um período de crise permanente, estrutural, global do sistema capitalista e que se manifesta em diferentes aspectos, países ou setores de produção. Para Santos (2003), a relação entre a "tirania do dinheiro" e a "tirania da informação" são as bases estruturais da globalização do capital. Uma associação que forja hegemonia e pressiona processos não hegemônicos a desaparecer tanto fisicamente ou mesmo pelo processo subordinação destes à totalidade hegemônica. O autor afirma que:

> O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidencia tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estagio de crise. […]. A tirania do dinheiro e a tirania da informação são pilares da produção da historia atual do capitalismo globalizado. [...]. A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo pensamento único, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonizados. Em outras palavras, os processos não-hegemônicos tendem a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é capazes de uma reprodução própria. [...] Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. Aí, está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo. (SANTOS, 2003, p.35-36)

[26] Há autores que distinguem as características de empresas multinacionais e das empresas transnacionais, como o caso de Zubizaerreta (2012). Neste caso, as transnacionais fixam-se em estratégias de produção com base internacional, ultrapassando suas fronteiras para atuar no mercado exterior, mas não mantendo vínculo com qualquer país. Não tem seu capital originário especificamente de um país e não domina necessariamente a totalidade da cadeia produtiva de uma mercadoria. Instala filiais, em diferentes países, a partir do critério de mercado consumidor, infraestrutura, matéria-prima, mão de obra barata e isenção de impostos para adquirir maior lucratividade. Já o conceito de multinacional aparece primeira vez nos anos 60, numa palestra de David E. Lilienthal, a definindo como empresas que tem sede em um país, mas operam e funcionam desde as leis de outros países. (ZUBIZAERRETA, 2012, p.18). Entretanto a maioria dos autores não coloca diferença entre as multinacionais e transnacionais. Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia (SANDRONI, 1999), as multinacionais são estruturas empresariais básicas do capitalismo nos países altamente industrializados. "Caracteriza-se por desenvolver uma estratégia internacional a partir de uma base nacional, sob uma coordenação de uma direção centralizada", e são conhecidas também "pela denominação de empresas internacionais ou transnacionais". Estas resultam "da concentração do capital e da internacionalização da produção capitalista". (SANDRONI, 1999, p. 415). Assim, o fato é de que empresas de caráter transnacionais e/ou multinacionais estão circunscritas na lógica capitalista de produção de mercadoria, de extração de mais valia e expropriação dos recursos naturais, e estão atuando em todos os países da América do Sul, independente dos governos de caráter progressista, como o caso de Venezuela, ou governos de centro-esquerda ou ainda neodesenvolvimentistas como o caso de Equador, Bolívia, Uruguai, Argentina e Brasil. Estas empresas tem uma forte atuação em plena época de crise estrutural do sistema capitalista.

Mészáros (2009) aponta que o capitalismo entra numa crise estrutural e sistêmica depois de vivenciar uma era de crises cíclicas. Esta crise estrutural é marcada por uma continuidade depressiva e duradoura, embora possa haver alternância em seu epicentro. Ao contrário de outros momentos históricos, que alteravam ciclos de expansão em crise, desde o final dos anos 60 e início de 70, o capitalismo entra numa crise crônica e permanente. Crise estrutural que exige uma mudança estrutural de seu núcleo central estabelecido pelo triple capital, trabalho assalariado e Estado para uma real superação.

Segundo o autor é necessário cuidar com a falsa ilusão sobre o declínio dos EUA como potencia hegemônica, como é o caso de análises realizadas por alguns autores. Esta potencia hegemônica se estabelece em processos de "extraterritorialidade", como por exemplo, reivindicando para si o controle de exportação de sistemas de alta tecnologia como o caso da indústria de computação, assim como de uma forte atuação ideológica ocultando seu agressivo expansionismo e intervencionismo, e, deslegitimando qualquer processo de revolta social, ou de construção de sociedades de caráter socialista. Mészáros afirma:

> [...] Com efeito não há nenhum indício serio do ansiosamente antecipado declínio dos Estados Unidos como potencia hegemônica, apesar do aparecimento de numerosos sintomas de crise no sistema global. As contradições que pudemos identificar dizem respeito ao conjunto interdependente do sistema do capital global no qual o capital norte-americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos, paradoxalmente ate mesmo por meio de suas praticas de imperialismo de cartão de credito – à primeira vista bastante vulneráveis, até o presente momento, implantadas com sucesso e sem muita oposição. (MÉSZÁROS, 2009, p.41)

O capitalismo também se apropriou de maneira tão intensa das forças da natureza que acelera irremediavelmente sua destruição e sua autodestruição, com vistas à crescente produção de mercadorias de maneira alienada e reificada, impulsionando cegamente ao consumismo, e à descartabilidade (obsolescência planejada) desenfreada. A questão da ecologia, que alguns anos atrás era de certa forma ignorada, passa a ser uma questão central e de sobrevivência da própria humanidade.

Mészáros aponta também que a crise estrutural tem como característica uma crise de dominação, onde a crescente concentração do capital com a ciência e tecnologia abala a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital. Os indicativos que comprovam esta questão como, por exemplo, a progressiva vulnerabilidade da organização industrial, a inter-relação econômica dos diferentes ramos da indústria em forma de oligopólios e superconglomerados, a crescente ideia de controle dos trabalhadores, a religião, a educação e

a mais considerada mais importante crise pelo autor que é a desintegração da forma da família atual, uma célula da sociedade de classes.

O autor aponta que para uma crise estrutural é necessário uma mudança estrutural, e consequentemente aponta que a transformação socialista continua sendo a radical superação do próprio capital. Para Mészàros "nenhuma conquista imediata pode oferecer saída para esse dilema".

> O objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global e na totalidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa ou daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida (subdesenvolvida) (MÉSZÁROS, 2009, p. 80)

O único caminho para este momento histórico seria uma mudança radical econômica e política que seja orientada pela massa como precondição. Entretanto, há uma necessidade de uma teoria da transição, que em experiências anteriores de construção socialista, tiveram vários problemas, como o caso da revolução russa na era stalisnista. Mas também houve "heroicas contribuições tanto humanas como teóricas" na busca de caminhos alternativos como o caso das contribuições de Antonio Gramsci, que devido às circunstancias do fascismo na Itália foram condenadas a permanecer isoladas. Neste sentido, a revolução bolivariana, em seu espírito de determinação radical e da crítica radical da política, repercute positivamente em todo o continente latino-americano.

Faz-se necessário a construção de uma nova ordem hegemônica como alternativa histórica, com um caminho hegemônico alternativo onde a base da reprodução social seja o controle dos produtores, ideia que sempre foi parte da luta socialista. Este processo necessita de uma articulação intrínseca à construção de uma consciência social, o que envolve inclusive a importância estratégica do planejamento na busca da "igualdade substantiva" (MÉSZÁROS, 2009; 2012), que nasce da necessidade de por fim à desigualdade de classes. Neste sentido, a chave histórica encontra-se no desenvolvimento de uma "autoconsciência positiva da humanidade", na busca de encontrar "essa dimensão positiva". (MÉSZÁROS, 2009; 2012).

1.3 Consequências da hegemonia do Capital no Campo: Territorialização e desterritorialização

Como consequências desta territorialização hegemônica do capital são nitidamente visíveis os impactos sócio-ambientais com bruscas alterações de ecossistemas. Podemos citar o aumento da concentração de terras; o alto desmatamento em regiões de florestas com expansão pecuária em áreas de reserva e possivelmente com posterior produção de celulose; a diminuição da biodiversidade; o aumento de concorrência por áreas férteis e logisticamente bem localizadas, no ímpeto de extrair-se maior renda da terra.

Esta hegemonia do agronegócio no campo, se territorializa de diferentes formas construindo, destruindo e reconstruindo no ímpeto de manter sua dominação e superar suas diferentes expressões de crise. O fato de impulsionar o trabalho assalariado desde as grandes processadoras dos produtos agrícolas, de integrar comunidades inteiras ao processo produtivo de alguma empresa (por exemplo, no caso da produção de leite e carnes), acaba também subordinando e subsumetendo à sua lógica a agricultura camponesa e outras formas não capitalistas de produção (indígenas, quilombolas, etc.).

Sobre a crescente desterritorialização dos povos do campo e destruição da agricultura campesina, François Houtart afirma que:

> Hemos asistido los últimos 40 anos una aceleración de la destruición de la agricultura campesina en la que han intervenido muchos factores. El uso de la tierra para actividades agrícolas ha disminuido ante la rápida urbanización e industrialización. Por lo tanto, la población rural ha disminuido de forma relativa. En el año de 1970 había 2400 millones de personas en las zonas rurales frente a 1300 millones en las urbanas. En 2009, eran 3200 millones frente a 3500 millones, respectivamente" […]. "Al mismo tiempo la adopción de tipos de agricultura basadas en el monocultivo ha provocado enorme concentración de tierras, una verdadera contrarreforma agraria, que se ha visto acelerada en estos últimos años por el nuevo fenómeno de apropiación de tierras, estimado entre los 30 y los 40 millones de hectáreas en los continentes del hemisferio sur, con 20 millones en África solamente. (HOUTART In ACOSTA, 2011, p. 158).

Conforme o autor, outros fatores que possibilitam destruição da agricultura campesina são os monocultivos, a introdução de defensivos químicos e organismos geneticamente modificados, que assim como a apropriação das sementes pelas empresas transnacionais, fortalecem um modelo produtivista de agricultura e acumulação de capital. "La agricultura se convierte una nueva frontera del capitalismo, especialmente con la caída de la rentabilidad del capital productivo y la crisis del capital financiero". (HOUTART In ACOSTA, et all, 2011, p.162).

O capital produz a lógica da descartabilidade e do consumo exacerbado, produzindo inclusive a necessidade artificial para estimular o consumo de mercadorias. No caso do campo estas questões podem nitidamente ser visualizadas (desde os diferentes dados já mencionados), na apropriação dos recursos naturais como a água[27], na mineração (base da indústria bélica e de eletrônicos), e nos monocultivos para agrocombustíveis, celulose e soja.

Em tempos que apontam uma grave crise estrutural do sistema capitalista, muitos são os mecanismos que buscam amenizar ou reverter suas consequências, se reconfigurando numa re-territorialização de dominação que envolve aspectos econômicos, militares, ideológicos e culturais. Essa premissa foi nos últimos anos se aprimorando, conforme aponta Ceceña (2007), com os acordos de livre comércio na América Latina[28], os já mencionados megaprojetos de infraestrutura integrada para transporte de produtos, de modos que diminua o custo e acelere a circulação[29], e, a constituição e ampliação do número de bases militares estadunidenses no continente latino americano com a finalidade de reprimir, vigiar e controlar os possíveis levantes e insurgências em contraposição ao desenvolvimento do capital. Entretanto há diferentes resistências camponesas e dos povos do campo, um exemplo destas resistências está sendo levado a cabo pela Via Campesina.

Estes aspectos nos remetem à necessidade de refletir sobre as formas de organização da produção camponesa e do trabalho na América do Sul, região a qual se foca o tema desta pesquisa. Esta questão está vinculada aos conceitos de trabalho-classe-consciência na dinâmica da luta de classes no campo, conceitos estes que de uma forma ou de outra estão relacionados intrinsecamente.

É o trabalho, ou força de trabalho como mercadoria, que é o motor do sistema. Esta, sob a "gerência territorial" do capital, é dinamizada numa "plasticidade" ampla e sem precedentes, movendo-se e instalando-se nas mais diferentes formas. No caso do campo, pode expressar-se na forma de trabalho assalariado (na colheita, preparo da terra ou trabalho em agroindústrias, etc.), ou na subsunção de formas de trabalho camponês, familiar ou comunitário à sua gestão (inclusive impondo ou introduzindo sutilmente o que o pequeno produtor deve plantar para o "satisfazer o mercado"). E mesmo na subsunção quase

---

[27] Ver filme La Guerra del Água.

[28] Como Tratado de Livre Comercio na América do Norte (TLCAN), Plan Colombia, Plan Puebla-Panamá, Tratado de Livre Comercio de Centro-América e República Dominicana (CAFTA-RD).

[29] Como por exemplo, IIRSA: Integração de Infraestrutura Regional Sudamerica.

naturalizada do trabalho ao capital produzindo alienação e estranhamento[30], reside também no trabalho toda a potencialidade da emancipação humana.

A subsunção de formas não capitalistas de produção ao capital que citamos acima não é a única forma de subsunção. Poderíamos citar outro exemplo que é o trabalho doméstico da mulher[31] como um trabalho não produz diretamente mercadoria com extração de mais valia, mas é realizado para manter e reproduzir a força de trabalho assalariada, ou seja, um trabalho subsumido ao trabalho assalariado, submetido à lógica de produção e reprodução social da força de trabalho comprada pelo capitalista. No campo, o trabalho doméstico inclui além do cuidado com a casa, as crianças e os idosos, também a produção de hortaliças, raízes e pequenos animais para subsistência da família.

Este debate remete indubitavelmente à discussão da conformação das classes sociais no campo. Neste campo há muito debate realizado e muito ainda a ser feito[32]. Somente para situar de maneira breve este tema, menciona-se aqui duas questões que permearam e ainda permeiam os debates na esquerda: Seria então o camponês uma classe, ou parte da classe universal trabalhadora? O camponês pode ser considerado um sujeito revolucionário na luta pela transformação social? Ou seja, com potencial de impulsionar a destruição da forma de produção capitalista? Esta questão permeou a construção de diferentes lutas e de diferentes táticas e estratégias na luta pela transformação social.

Neste debate, concordamos com o posicionamento de Thomaz Junior que entende "o campesinato como integrante da classe trabalhadora"[33] completamente submerso no metabolismo social do capital que expropria e subjulga sob sua égide. Em se tratando de classe social, podemos apontar alguns indícios para sua definição, que desde a concepção marxiniana, está instrinsicamente vinculada ao trabalho, à posição nas relações sociais de produção, à propriedade privada dos meios de produção.

Entretanto, seria muito simplista analisar que a conformação de classe social se dá somente pela posição social que se ocupa na pirâmide da sociedade. Pensar classe social não é uma formula matemática onde se calcula quem tem ou não dos meios de produção e daí automaticamente se forjam as classes que vão lutar entre si. Estes elementos são fundamentais como afirmado acima, porém não são os únicos. Uma classe social, por si só, não se reconhece como tal de maneira mecânica e automática, ela se efetiva na medida em que vai

---

30 Conforme reflexões realizadas por Jesus Ranieri em seu texto: A atualidade da categoria estranhamento e o seu lugar na forma contemporânea de exploração do trabalho pelo capital.

31 Não nos referimos aqui ao trabalho de diaristas ou domésticas.

32 De maneira breve, apontamos alguns elementos deste debate. Pretendemos em outros estudos posteriores aprofundar este tema.

33 No Texto: Trabalho e Classe trabalhadora no Século XXI. Uma contribuição à crítica aos limites da teoria.

tomando consciência de si mesma, de seus limites e potencialidades em relação à classe oposta através da luta, assim sendo, o conceito de classe é indissociável da luta de classes.

Para Thompson (1977), classe é uma categoria histórica, e, portanto implica um largo processo para forjar-se como tal. Subentendemos parte deste processo inclusive as próprias lutas particulares ou corporativas e sindicais com vistas à resolução de um problema específico, por exemplo, problema da terra, o problema dos salários, o problema de habitação, etc.

> Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico... A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes (THOMPSON, 1977, p. 3).

Podemos afirmar que classe e a consciência de classe poderia ser a síntese de uma larga tentativa de (des) estranhamento, de (des) fragmentação das próprias identidades diversas nas quais assumem os diferentes sujeitos da classe trabalhadora, a partir da particularidade de seu trabalho, de sua função neste sistema totalitário. (Des) fragmentar as múltiplas lutas particulares que se forjam nos mais diferentes espaços e territórios de dominação do capital que atua de maneira desigual, mas sempre combinada e circunscritas na totalidade de sua dominação material e imaterial.

Quando neste trabalho propomos inscrever a Via Campesina Internacional como organização social que faz enfrentamento às consequências do capital no campo, buscamos analisar desde seu projeto estratégico de suas práticas organizativas, de suas ações que buscam unidade entre os diferentes sujeitos do campo (sejam camponeses, trabalhadores assalariados, indígenas e comunidades afrodescendentes). Esta diversidade também é marcada pelas circunstancias particulares que cada organização social vive em seu país, assim como a diversidade político- organizativa das mesmas.

CAPÍTULO 02
VIA CAMPESINA SUDAMÉRICA: resistência e territorialização contra-hegemônica

Neste capítulo apresentamos um histórico e uma caracterização da Via Campesina Internacional como uma articulação internacional de organizações do campo que constrói um projeto distinto para o campo baseado na soberania alimentar e na agroecologia. Traçamos as condições objetivas e subjetivas de seu nascimento, suas linhas políticas e estratégicas, sua organicidade, suas lutas, seus processos de resistência e de construção de uma territorialização contra-hegemonia ao capital.

Fruto das contradições do desenvolvimento desta política econômica, do capital, forjaram-se historicamente diferentes organizações e movimentos sociais, mobilizando-se e enfrentando as políticas neoliberais para o campo e suas consequências. Dentre estas organizações de camponeses indígenas e afrodescendentes, destacamos a conformação de uma articulação internacional de movimentos, a Via Campesina Internacional (*VCI*).

A VCI vem forjando a proposta de um novo modelo agrícola baseado em princípios da agroecologia (ALTIERI, 2004) e da soberania alimentar em contraposição a este modelo econômico para o campo fundado no agronegócio (FERNANDES, 2008), no hidronegócio (THOMAZ JR., 2010), na extração dos recursos naturais em escala gigantesca e que domina também política e ideologicamente constituindo-se, nos últimos anos, numa hegemonia do capital no campo. Para tanto, a VCI realiza lutas, mobilizações, debates e *processos de formação político-profissional* junto à sua militância e dirigentes na busca de organizar os sujeitos históricos do campo não somente para um processo de re-territorialização formal, de um retorno às suas origens territoriais, mas como reconfiguração desta territorialização sob parâmetros de um projeto para campo fundado na construção de uma nova sociedade.

A Via Campesina nasce nos marcos das drásticas consequências do neoliberalismo para a agricultura que cada vez mais desvelava consequências comuns nas mais diversas regiões e países. Nasce com o propósito de articular os diferentes movimentos sociais do campo, indígenas e afro-descendentes numa plataforma política de luta e debate. Ela reúne organizações com características, formas e estratégias de luta distintas, onde se discutem e se planificam ações comuns contra as consequências do capitalismo no campo, construindo

territorialização contra-hegemônica. Quanto se afirma que a Via Campesina luta por uma territorialização e uma territorialidade contra–hegemônica se afirma que seu enfrentamento é diretamente contra o poder hegemônico do capital no campo.

A partir da articulação destas diversas organizações, em 1993 se realiza a primeira conferencia oficial da Via Campesina, na qual são definidas as primeiras linhas de ação e estrutura organizativa. Ela nasce com uma natureza plural, com ampla representatividade e diferentes formas organizativas a nível mundial, baseadas em objetivos comuns que perpassam pela solidariedade internacional, pela promoção de construção de novas relações econômico-político-sociais, luta pela terra e reforma agrária, cuidado com os recursos naturais (solo, água, sementes etc.), pela busca da soberania alimentar, entre outros. (DESMARAIS, 2007a e 2007b).

Segundo Desmarais (2007b), a Via Campesina aglutinou desde a "rejeição explícita ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural; uma franca recusa da exclusão desencadeada pela política de desenvolvimento agrícola", assim como pela determinação de trabalhar em conjunto para dar voz aos camponeses e "para estabelecer um modelo alternativo de agricultura baseado na soberania alimentar". Afirma ainda que para a Via Campesina, "a luta é entre dois modelos de desenvolvimento econômico e social divergentes e opostos" (DESMARAIS, 2007b, p.3)

A Via Campesina Internacional configura-se como a mais importante forma de articulação entre os diferentes sujeitos sociais do campo, que nasce justamente num momento histórico de impulso do neoliberalismo e de redimensionamento do desenvolvimento do capital no campo, quando, em um movimento intenso e crescente, as grandes transnacionais vinculadas à agricultura, à mineração, e á questão hídrica vão se territorializando e, consequentemente, desterritorializando as comunidades camponesas, indígenas e tradicionais.

Uma das questões que colocamos para refletir neste capítulo é o porquê e o como, em meio a uma crise estrutural do capital, parece existir cada vez maior consentimento à dominação. A crise e seus reflexos deveriam colocar em evidencia as contradições do sistema e assim produzir inquietações e a emergência de uma nova forma de consciência. Entretanto, vivenciamos de maneira geral um momento de descenso da luta de massas, e quando vibra alguma dissonância ao desenvolvimento do capitalismo – as lutas e o povo nas ruas – parece serem espontâneas ou de caráter disperso. Raros são os processos organizativos contundentes que apontem para um projeto claro de transformação social. E quando existem estão mergulhados – pelo próprio tempo histórico - numa espécie de fragmentação de classe esquizofrênica, parafraseando Milton Santos (2003).

Será o esgotamento dos instrumentos político-organizativos construído até o momento? Será um momento histórico onde se prima pela organização local como alternativa, com pouca ou nenhuma necessidade de articulação entre estas particularidades? Será um sentimento de impotência diante da totalidade do sistema capitalista? Neste emaranhado de questões, é *mister* questionar inclusive como atua a ideologia dominante nos dias de hoje. Como atua na produção da conformidade ou mesmo na dispersão das particularidades, na busca individual ou local para a solução de problemas que são comuns à universalidade do sistema dominante? *Neste contexto, qual seria o papel da Via Campesina Internacional?*

2.1 Breve Histórico da Via Campesina

A articulação internacional de organizações e movimentos camponeses não nasce do nada. Ela é fruto de diversos processos de aproximação e solidariedade de luta dentre países do continente. Como exemplo, podemos citar os processos da Revolução Cubana e da Revolução Nicaraguense.

Historicamente os trabalhadores e trabalhadoras organizaram-se se maneira internacional para combater o capitalismo. Poderíamos citar aqui a criação da Associação Internacional de Trabalhadores em 1864, a chamada I Internacional onde conviviam anarquistas e socialistas. Também a II Internacional em 1889, depois da experiência da Comuna de Paris, com a cisão entre os comunistas e os anarquistas, ou a III Internacional em 1919, fruto da primeira experiência concreta de revolução socialista, ou ainda a IV Internacional (1938) depois da morte de Lênin e as divergências entre as posições de Stalin e Trotski.

O movimento internacional anarquista também seguiu organizando-se e expandindo-se. Segundo Vieira (2011) houve influencia dos anarquistas, desde imigrantes italianos e espanhóis, na América Latina como fundadora do movimento operário principalmente nos países: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, a partir de 1890. O movimento anarquista deu bastante importância à cultura e a processos de formação política. Nesse sentido organizavam sarais culturais, teatro, círculos de leitura, escolas operárias, assim como a imprensa sindical.

Entretanto para Vieira (2011) nesta história de articulação internacional dos trabalhadores, não foi dado muita importância ao campesinato. “Inegavelmente a classe operaria urbana ocupou o centro das atenções das organizações e movimentos apresentados anteriormente” (VIEIRA, 2011, p.152).

A autora aborda também como foi a discussão da questão agrária e do campesinato nos diferentes momentos da luta internacional dos trabalhadores. Entre estes debates, aqui se menciona a criação, dentro da III Internacional em Moscou em 1923, da Crestintern ou Comunista Internacional Camponesa Vermelha, ou ainda I Internacional Camponesa, que rivalizando com Partidos Agrários tentava organizar camponeses desde sua base. Esta, com os objetivos de estabelecer e manter laços entre cooperativas e organizações político-econômicas de camponeses no mundo, também:

> [...] coordenava os esforços para difusão da luta pelo 'governo operário-camponês'. No documento aprovado na conferência de fundação, salientava-se a necessidade de união entre a cidade e o campo, e a aliança operário-camponesa através das lutas e trabalhos conjuntos contra os grandes proprietários de terra e os capitalistas. (VIEIRA, 2011, p.168)

A autora ainda afirma que a estrutura organizativa da Crestintern seguia a forma da III Internacional, onde o congresso era sua instância política máxima, com um comitê central e um secretariado geral. As organizações de maior expressão contavam com maior numero de integrantes nas estruturas da Crestintern. Assim, o critério usado para a filiação de organizações à I Internacional Camponesa era que "um partido político ou organização camponesa estivesse em oposição às políticas agrárias de seu governo nacional". Essa linha, em tese poderia incorporar grupos muito distintos, e realizar aos poucos a influencia comunista. (VIEIRA, 2011. p. 168).

Na existência do Crestintern, não foi realizado nenhum congresso, apenas sua conferência de fundação, em 1923, como mencionado acima, uma reunião ampliada em 1925, e uma segunda conferência em 1927, período em que circulou um jornal, inicialmente mensual, em diversos países do mundo. Para Vieira (2011), a Crestintern "não chegou a figurar como órgão dirigente do movimento comunista internacional", e a partir de 1925 começou "a perder espaço" onde uma das causas pode ter sido a dificuldade em "construir um programa que pudesse dar conta das diferenças e necessidades de cada país" (VIEIRA, 2011, p.169). Este declínio ocorreu concomitantemente no mesmo período da queda do interesse ao tema agrário da III Internacional (1927-1928), período do início da decadência da Nova Política Econômica e da virada da experiência agrária na União Soviética.

A autora afirma, baseada nos estudos da obra de Jackson (1966)[34], que a Crestintern e a política agrária da III Internacional teve pouca influencia nos movimentos europeus,

[34] JACKSON, George D. Comiterns anda peasant in East Europe: 1919-1930. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1966.

entretanto, elas tiveram grande "influencia em movimentos posteriores como as revoluções camponesas na América Latina, na China e no Vietnã." (VIEIRA, 2011, p. 170).

No caso da América Latina, nos anos que seguiram, houve um importante investimento na organização dos camponeses como classe a partir da iniciativa dos Partidos Comunistas na América Latina. No caso do Brasil, em especial depois de 1945, foram criadas associações e ligas (Ligas Camponesas) que tiveram em sua conformação a presença de importantes quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O triunfo da Revolução Cubana, de 1 de janeiro de 1959, contou com o apoio dos camponeses e desembocou numa ampla reforma agrária[35]. A consolidação da revolução cubana vai se forjando baseado em seus próprios esforços político-organizativo, mas também com a solidariedade internacional de diferentes organizações de esquerda a nível mundial. Como retribuição a esta solidariedade, mas também como princípio revolucionário Cuba possibilitou a formação de profissionais em medicina para militantes dos diferentes países, através da ELAM (Escuela Latino-americana de Medicina). Também possibilitou a formação de muitos militantes de movimentos sociais emergentes na América Latina desde a escola de mulheres, e a escola de formação de pequenos agricultores da ANAP[36].

Não se pode também deixar de mencionar o surgimento do movimento da Teologia da Libertação que surge na América Latina de maneira orgânica, e que a partir da década de 70, direciona as suas "missões" para uma luta anticolonialista e de auxílio às populações pobres, o que também possibilitou uma aproximação com os movimentos de base e movimentos de luta pelo acesso a terra. O surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) se forjou principalmente nas décadas de 70 e 80 na América Latina, e consistiam essencialmente em organizar comunidades pobres e despossuídas com objetivos de realizar uma articulação da vida política e social com os valores religiosos, clarificando a leitura da realidade e o desvelamento da ideologia dominante. Estas comunidades impulsionaram a organização de sindicatos, associação de moradores, cooperativas e movimentos sociais em busca de transformar a realidade desde a iniciativa de reivindicações de pequenas melhorias ao mesmo tempo em que iniciando uma caminhada para um processo de conscientização política e social.

---

[35] A Revolução Cubana foi encabeçada pelo movimento 26 de julho que não era vinculado ao Partido Comunista Cubano, mas com o decorrer da consolidação deste processo, assume-se como uma revolução de caráter socialista.

[36] ANAP: Associación Nacional de Agricultores Pequeños. Criada em Cuba em 1961, fruto do I Congresso Nacional de pequenos agricultores do país.

Junto a esses processos, a discussão da Educação Popular como processo de conscientização e de ação política despontou em diferentes países da América Latina. No Brasil, uma referência da Educação Popular é Paulo Freire. A articulação latino-americana da Teologia da Libertação ocorrerá apoiada pela CELAM (Consejo Episcopal Latino-americano) criado por Dom Helder Camara[37], realizou diferentes encontros latino-americanos das CEBs, e de Educação popular, possibilitando assim, o contato e a articulação solidária entre organizações e movimentos sociais.

Em 1979, podemos destacar também o triunfo da Revolução Nicaraguense, levando à derrota a ditadura de Anastácio Somoza, desde a luta empenhada pela FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), que também realizou a reforma agraria. Na consolidação do processo revolucionário, levou-se a cabo entre outras questões, a execução da Cruzada Nacional de Alfabetização, onde os combatentes sandinistas se organizaram em brigadas de alfabetização em todo o país, assim como, receberam brigadas de solidariedade internacional de representantes de organizações camponesas do continente latino-americano para a produção de alimentos.

Percebemos assim, que a articulação internacional de camponeses não é recente e faz parte da história das lutas dos trabalhadores. No caso específico da conformação da Via Campesina, destacamos a importante influencia do processo revolucionário cubano, da ação das CEBs e da teologia da libertação, assim como do processo revolucionário nicaraguense. Nestes, a solidariedade e a articulação internacional foram bases para a conformação da articulação internacional de organizações do campo, a Via Campesina. Pois diversos militantes e dirigentes que participaram de processos acima citados, são hoje militantes e dirigentes de organizações sociais partícipes da VCI. Dentre eles, mencionamos Egídio Brunetto[38], um dos seus fundadores. Abaixo transcrevemos alguns depoimentos que trazem presente estes elementos. Estes depoimentos fazem parte das entrevistas realizadas por Vieira (2011):

---

[37] Assim como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)

[38] No dia 28 de novembro de 2011 faleceu em um acidente de carro no Estado do Mato Grosso onde era assentado com sua família. Um camponês de trajetória humilde que desde muito cedo desenvolveu o valor da indignação. Envolveu-se inicialmente com a Pastoral da Terra em Xanxerê, Santa Catarina, e mais tarde (década de 80) passou a militar no MST. Sua persistência em buscar analisar as características comuns de exploração dos camponeses nos diferentes países da América Latina, o levou a pautar na luta pela terra a questão da unidade internacional dos camponeses e trabalhadores do campo através de suas organizações locais. Foi um dos fundadores da Via Campesina Internacional.
A ele rendemos uma breve e sincera homenagem.

[...] alguns dirigentes que começaram a falar de Via Campesina vinham de partidos de esquerda, mas não acho que foi uma esquerda tradicional a que se instalou no modelo de organização da Via Campesina [...] Evidentemente há uma influência desses dirigentes. Recordemo-nos que muitos desses dirigentes, a maioria, teve formação política ideológica nas décadas de 1960 e 1970 (Entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/set.2007) (VIEIRA, 2011, p. 182).

Teve muita influência também, é que nós pegamos o auge da Revolução Nicaraguense, que era uma revolução popular, mas camponesa também. E eles tinham muitos quadros camponeses e eles teorizavam muito sobre as mudanças no campo. Então, nós tivemos muito intercambio com a ATC, que era a organização dos camponeses da frente sandinista. [...] A segunda vertente foi que, eu acho, [...] os cubanos, muito espertamente, começaram a convidar esses movimentos, que iam surgindo cm uma matriz de esquerda na América Latina, para eventos que eram organizados pela União de Trabalhadores Agrícolas, que era o braço rural da Federação Sindical Mundial [ligada aos soviéticos]. (Entrevista com João Pedro Stedile em 19/dez/2007) (VIEIRA, 2011, p. 183).

Minha primeira viagem foi em 1987, para Nicarágua. Nós sempre trabalhamos, desde antes do movimento ser movimento [MST], muito nessas reuniões. A gente tinha muito contato, principalmente na época da Revolução Sandinista e tinha uma mística das lutas na América Central na nossa região. E no nosso primeiro congresso foi trazida muita gente que fez parte desta articulação depois. Então foi criando todo um clima, uma mística em relação à questão internacional. [...] Nós vivemos dois períodos, e eu acho que isso é importante. O Ascenso das lutas revolucionárias nos anos 1980: as lutas de independência da África, as lutas guerrilheiras da América Central, a revolução Sandinista, etc. E depois da queda do socialismo, da União Soviética, do Leste Europeu, essa crise política e ideológica de ofensiva do neoliberalismo. [...] Nós somos meio que a síntese dessas duas etapas, não é? (Entrevista com Egídio Brunetto, em 23/mar/2007) (VIEIRA, 2011, p. 183).

Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influencias que nós sofremos da CPT. A CPT sempre teve uma visão latino-americanista, provavelmente por influencia de Dom Pedro Casaldaliga [...]. E eu acho que uma outra influencia foi também das ideias de esquerda, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contesto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista. (Entrevista com João Pedro Stedile, em 19/dez/2007) (VIEIRA, 2011, p. 182).

A Via é uma articulação de organizações camponesas numa época em que o sindicalismo é derrotado, os movimentos tradicionais são derrotados e o campo vai sofrer grandes contradições, entre o capital que se desenvolve na agricultura e o que vai dar na resistência. Então, a América Latina joga um papel importante nesse período [...] é um cenário bastante importante dessa contradição e movimento camponês, uma espécie de vanguarda. [...] Olha na América Latina: quem são as organizações? A ATC na Nicarágua, as de El Salvador, as de Guatemala, o próprio México. Elas estão ligadas aos movimentos revolucionários [...] No Chile a resistência contra a ditadura era ligada aos partidos. Então, essas organizações ideológicas seguem e vão, claro, surgindo novas organizações (Entrevista com Egídio Brunetto do MST em 23/mar./2007). (VIEIRA, 2011, p.181).

Estes depoimentos demonstram em certa medida alguns antecedentes do surgimento oficial da Via Campesina, a partir da influência de processos de luta em andamento na América Latina que também primavam pela luta e solidariedade internacional.

Importante também recordar que outros tipos de organização internacional de agricultores foram criados, como é o caso da FIPA, Federación Internacional de Productores Agropecuários, fundada em 1946, uma organização formada por associações de pequenos e grandes camponeses que vinham de países considerados "desenvolvidos". Segundo Borras (2004), a FIPA "se há convertido en la organizacion dominante del sector agrícola em general que há actuado, y así lo afirma, como representante oficial ante las agencias intergubernamentales y los circuitos del agronegócio", e tem se beneficiado com as reformas políticas que estão favoráveis ao mercado e a regulação comercial. Na década de 80, a FIPA tem recrutado organizações de campesinos pobres dos países em desenvolvimento. (BORRAS JR, 2004, p.5).

A Via Campesina, uma articulação internacional de camponeses pobres, trabalhadores assalariados do campo, indígenas, mulheres camponesas, comunidades tradicionais afrodescendentes, têm divergido radicalmente das linhas da FIPA por seu vínculo ao agronegócio.

Segundo Borras (2004), a VCI também surge de uma histórica contraposição ao neoliberalismo, o qual levou a cabo uma privatização massiva de terras publicas ou comunais para fazer uso do capital dormente em forma de terra. Esta política, conhecida como Reforma Agrária Orientada pelo Mercado, ou RAOM, pagava aos fazendeiros a soma total de 100% do valor de mercado oferecendo um plano de financiamento flexível desde empréstimos. Este modelo, RAOM, foi aplicado em diferentes países, entre eles, o Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, e Colômbia entre os anos 1994 a 2003. Segundo Borras (2004), foi "precisamente la amenaza del neoliberalismo lo que impulso a diversos grupos nacionales y locales de campesinos y agricultores a crear su propia red". (BORRAS JR, 2004, p. 6-10).

A Via Campesina, portanto, nasce também nos marcos da luta das organizações sociais contra as consequências das políticas neoliberais para o campo, da luta contra as políticas de reforma agrária orientada ao mercado. E tem sido marcada por suas ações de enfrentamento ao controle corporativo dos recursos naturais e da tecnologia, os gigantes corporativos mundiais, os organismos geneticamente modificados, as transnacionais e multinacionais.

Sua trajetória enquanto organização inicia entre os anos de 1992 e 1993, num momento auge do neoliberalismo a nível mundial. Segundo Rosset (2010), analisando de

maneira aprofundada, é possível afirmar que a história da VCI está conformada por cinco momentos, ou fases que estão delimitadas de acordo com os desafios históricos, seus lineamentos e posicionamentos. Nesta análise, um primeiro momento, entre 1980 a 1992, é marcado por sua origem e conformação. Trata-se de um período de transformações na natureza da intervenção do Estado em relação à sociedade, desde um modelo neoliberal. Entre estas décadas os maiores problemas enfrentados pelas organizações campesinas, em grande parte devido a globalização, foram a diminuição acelerada de cultivos e o preço do gado (ROSSET, 2010, p. 24-28).

> [...] La razón fue que ésta trajo consigo la apertura de los mercados a partir de la adopción de tratados de libre comercio y acuerdos para eliminar barreras arancelarias, tales como el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), la OMC, y el Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLC), así como la adopción de políticas dictadas desde los organismos internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional […] Esto vino además del desplazamiento que ya había ocurrido resultado del establecimiento de programas financiados por el Banco Mundial y USAID para implementar a marcha forzada la Revolución Verde. (ROSSET, 2010, p. 27).

As organizações sociais desenvolveram analises que identificou as empresas transnacionais e o capital financeiro internacional como as forças motrizes por detrás da OMC, BM. FMI e dos acordos de livre comércio. Assim, o inimigo das "organizaciones campesinas se encontraba más Allá de las fronteras nacionales, este debía ser también el enemigo de sus pares en otros países". (ROSSET, 2010, p. 28)

Rosset (2010) ainda afirma que o nascimento da Via Campesina se "prefigurou" na América Latina desde a fundação da CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones Rurales) a princípio dos anos 90. E que ao largo dos anos 80, o continente latino-americano tinha experimentado um longo processo de construção de "redes de la sociedad civil campesina, a partir de la Conferencia Continental de la Reforma Agrária y los Movimientos Campesinos celebrada em Manágua em 1981" (ROSSET, 2010, p. 28). Uma conferência que reuniu e possibilitou um intercambio de experiências entre organizações campesinas revolucionarias e organizações campesinas nacionais. A partir deste momento se realizaram anualmente reuniões continentais de organizações camponesas até o ano de 1989, quando se iniciou na Colômbia um processo similar de intercambio baseada na preparação de uma Campanha Continental dos 500 anos de resistência indígena, negra e popular. Para a preparação desta campanha foram realizadas conferências continentais até 1995 que ocorreram em Bogotá (1989), Xelaju – Guatemala (1991), Manágua – Nicarágua (1992), São Paulo – Brasil (1995). (ROSSET, 2010, p. 28-29).

Em uma destas conferências, realizada em Quito em 1990, se publicou uma declaração que demonstrava uma preocupação coletiva pela destruição da natureza. Rosset (2010) considera em suas reflexões que a Campanha Continental 500 anos possibilitou reunir organizações de povos indígenas, camponesas, operários, estudantes, professores, ativistas da teologia da libertação, entre outros, representando enfim uma contínua resistência dos povos à conquista. Assim, se conforma a CLOC que neste momento integrava 47 organizações de camponeses, indígenas, mulheres camponesas, e, organizações afrodescendentes.

A CLOC se constitui estruturada em cinco grandes regiões (Norte, Centro, Caribe, Andes e Cono Sur), sob uma coordenação coletiva. "El liderazgo colectivo y rotativo es una característica de la mayoría de los movimientos sociales contemporáneos en Latinoamérica como el MST en Brasil, los zapatistas en México y los pueblos indígenas de Ecuador". E enquanto se conformava no continente latino-americano a CLOC, os camponeses e pequenos agricultores da Índia, Europa e América do Norte foram chegando também à conclusão da necessidade de uma luta internacional para combater o neoliberalismo. (ROSSET, 2010, p. 31).

Estes processos possibilitaram enfim que 1992 organizações sociais camponesas da América Central, da região caribenha, da América do Norte e da Europa, reunidos em Manágua – Nicarágua, dois anos depois da derrota eleitoral sandinista, durante o II Congresso da UNAG (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos), concebesse a criação da Via Campesina.

> A Via Campesina começou a ser gestada na Nicarágua, no âmbito de um congresso da Unag [...] para o qual são convidados dirigentes camponeses da Europa e da América Latina. Foi aí que começamos a nos dar conta de que a problemática camponesa passava por fora das fronteiras latino-americanas. (Entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/set./2007) (VIEIRA, 2011, p. 188).

Para Rosset (2010) inicia-se então uma *segunda fase*, ou momento na historia da Via Campesina (1992-1999). O autor transcreve em seu artigo um depoimento de um delegado centro-americano a respeito desta criação:

> Y este movimiento campesino comienza ya a plantear algunos temas, que reforma agraria, que la parte ambiental, que la parte de comercio, que la parte de financiamiento, ya varios temas de la parte agrícola, y justamente en un congreso de la UNAG, que en la época de la revolución se invitaba a productores de otras partes del mundo, en 1992, que en ese momento era miembro de la integración centroamericana, dice ¿Por qué no hacemos una articulación mundial? Y es ahí donde se comienza a gestar Vía Campesina. (Representante centroamericano entrevistado el 28 de mayo de 2008). (ROSSET, 2010, p. 32).

Seguindo estas diretrizes, dirigentes de organizações campesinas das regiões América, Europa e Ásia (mais de 70 países) se reuniram em Mons, na Bélgica em maio de 1993. Estabeleceram-se aí uma estrutura organizativa, e uma declaração de objetivos, um marco político geral do que seria a Via Campesina. A Via Campesina acaba mantendo essencialmente a estrutura da CLOC, mas em escala mundial, com uma Comissão de Coordenação Internacional (CCI) integrada por coordenadores de cada uma das regiões acima citadas.

Segundo Vieira (2011), a conferência realizada em Mons realizada por uma ONG holandesa, a Fundação Paulo Freire, que trabalhava com a temática agrária, tinha inicialmente a intenção de fazer uma investigação a nivel mundial sobre as transformações no mundo rural. Uma pesquisa que fosse realizada de forma participativa pelos próprios camponeses, por isso a participação dos movimentos sociais. Entretanto não previa seu "componente político", foi uma surpresa para a ONG, mas também foi uma surpresa para as organizações sociais convocadas que não tinham dimensão do que um encontro internacional poderia gerar enquanto articulação política.

> Essas primeiras articulações se consolidaram quando a Fundação Paulo Freire, ONG holandesa que trabalhava sobre a temática agrária, organizou, em maio de 1993 em Mons (Bélgica), um encontro de 55 organizações de camponeses de 36 países. A Fundação, que estivera presente no encontro da Unag na Nicarágua, havia ficado encarregada de dar suporte e facilitar os contatos entre as organizações signatárias da Declaração de Mangágua. A entidade anfitriã não havia planejado, contudo, que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político como a Via Campesina. (VIEIRA, 2011, p. 188-189)

Segundo depoimento de Rafael Alegria, em 1992 na realização de um Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicarágua se tomou a decisão de constituir uma organização de camponeses e indígenas, para precisamente confrontar o modelo econômico não somente em nível de região centro-américa, mas latino-americano. Neste congresso estavam presentes campesinos e campesinas da Europa, América Central e Norte-américa. Essa decisão estava fundada nas avaliações realizadas sobre os impactos negativos do neoliberalismo para o campesinato, Neste momento já existiam movimentos na América Latina articulados, e no continente europeu já estava organizada a "Coordinadora Campesina Europea (CPE)". Esta articulação possibilitou a organização de uma I Conferência em Mons (Bélgica), em maio do ano de 1993, onde se constitui oficialmente a Via Campesina, forjada como um movimento de caráter plural, multicultural, autônomo e independente de partidos

políticos, grupos econômicos, religiosos, constituindo-se numa organização de participação de caráter horizontal. (EHNE, 2008, p.5-8).

À Europa correspondeu em primeira instancia a coordenação da primeira sede provisória da VCI, e esteve na sede de Bizkaia da Organização EHNE. Mais tarde a sede da VCI trasladou-se para Honduras, onde se deu a forma de uma Secretaria Operativa Internacional, que se tornaria itinerante ou rotativa. As Conferências internacionais da Via Campesina são o órgão máximo de debate e decisão, e reúnem-se a cada quatro anos. Nelas se define a direção política e as estratégias para o próximo período. Neste sentido, a II Conferência fora realizada em Tlaxcala (México) em abril de 1996. Nesta, publica-se um manifesto que expressa as razoes para unir forças e organizar-se. Abaixo se reproduz um pequeno trecho deste manifesto:

> Nos une el rechazo a las condiciones económicas y políticas que destruyen nuestras formas de sustento, nuestras comunidades, nuestras culturas y nuestro ambiente natural. Estamos llamados a crear una economía rural basada en el respeto a nosotros mismos y a la tierra, sobre la base de la soberanía alimentaria, y de un comercio justo. (EHNE, 2008, p.8).

Para Rosset (2010), nesse período da II Conferência a Via Campesina demarcou claramente seu posicionamento em relação às ONGs não permitindo a inserção destas organizações que não fossem realmente de base campesina. Demarcou também suas diferenças com fundações e agencias de cooperação que impunham suas condições ao investir recursos. Estas decisões tem garantido sua "independência y autonomia". Também há notórias diferenças entre movimentos sociais e as ONGs que estão relacionadas ao modo de organizar-se e do fazer política. Enquanto que um movimento social tem a responsabilidade com sua base e as tomadas de decisões realizam-se de forma coletiva buscando consenso, as ONGs, em contraste são organizações pequenas, e geralmente conformadas exclusivamente por uma junta diretiva, realizando seu trabalho baseado em projetos pontuais, com objetivos técnicos e de curto alcance. (ROSSET, 2010, p. 34-36).

Durante o período da II Conferência foi ratificado que a Via Campesina teria caráter de movimento social consolidando-se a partir de uma estrutura regional. Também foi identificada a temática de gênero como parte "fundamental para su funcionamiento interno" (ROSSET, 2010, p. 37). Este debate da participação igualitária de gênero vinha sido enfaticamente apontado pelas CLOC em suas assembleias, demanda que foi incluída na

declaração do Congresso da CLOC realizada em Brasília em 1997. Este tema também foi levado à III conferência Internacional da Via Campesina que ocorreu em 2000 em Bangalore.

Neste período também se define o conceito de Soberania Alimentar sendo este apresentado pela VCI para sua discussão pública na Cumbre Mundial de Alimentação que ocorreu em 1996. Este conceito vai além de um modelo agrícola "pues incluye la construcción de nuevos derechos y la transformación de la sociedad como un todo". (ROSSET, 2010, p. 37-38). Sobre o tema da Soberania Alimentar, a VCI aponta que todos os países devem ter o direito e capacidade de definir a produção de seus próprios alimentos, assim como as políticas agrícolas, a Reforma Agrária e o controle de recursos para garantir o acesso equitativo à terra, à água, bosques e sementes.

A III Conferência da VCI ocorreu em Bangalore na Índia em setembro/outubro de 2000. Durante esta conferência ocorreu também a I Assembleia de mulheres. Rosset (2010) aponta que se inicia aí uma terceira fase ou momento da trajetória da VCI que pode ser denominada como "el liderazgo internacional", marcado pelo período de 2000 a 2003 (ROSSET, 2010, p. 42). Este é um momento em que se constituem alianças estratégicas com diferentes atores sociais para pressionar mudanças nas políticas institucionais do BM, OMC, FMI e Nações Unidas / FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). Um exemplo citado pelo autor foi o desempenho da VCI nas ações de protesto que contribuíram para o colapso da Conferencia Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em setembro de 2003 em Cancún. Nestes protestos contra o impacto da liberação do comércio, Lee Kyung Hae, uma liderança campesina da Coréia do Sul[39], no dia 10 de setembro subia nas barricadas da polícia que sitiavam a sede das negociações e se matou com uma faca cravada no coração. Portava um Cartaz com o lema "La OMC mata a los agricultores". Muitos agricultores coreanos antes dele se suicidaram quando perceberam que com os baixos preços de suas colheitas não conseguiriam cobrir os empréstimos realizados para investimento. (ROSSET, 2010, p. 42).

A IV Conferência da VCI ocorreu em São Paulo, Brasil, em junho de 2004. Neste período também ocorreram a II Assembleia de Mulheres e a I Assembleia de Jovens. Rosset (2010) que aí começaria uma *quarta fase* ou momento da trajetória da Via Campesina, onde se primaria o fortalecimento de sua estrutura organizativa. Dando-se conta de que havia ganhado espaço político, decidiu fortalecer-se de maneira interna através de processos de

[39] Lee Kyung Hae foi fundador de uma cooperativa e uma associação de agricultores de seu país. Havia perdido neste período suas terras, assim como milhões de agricultores coreanos.

formação interior de suas organizações e o refinamento de seus mecanismos de funcionamento com a construção de secretarias operativas regionais que assegurassem o fortalecimento das esferas regionais e locais.

Uma entrevista realizada por Rosset e Martinez em 2005, aponta a opinião de uma das lideranças latino-americana a respeito desse momento histórico:

> Ahora necesitamos poner énfasis en el entrenamiento interno. Debemos crear las condiciones para que haya siempre cuadros con las habilidades y la capacidad de intervenir en la realidad que la confronta. Necesitamos fortalecer nuestras organizaciones en el ámbito local. Necesitamos promover procesos organizacionales. Necesitamos desarrollar un plan para fortalecer la capacidad organizativa de nuestros miembros. Ya tenemos escuelas de entrenamiento, escuelas de formación política, como la escuela del MST, la de Centroamérica y la escuela itinerante de mujeres. Necesitamos expandir esto. Desarrollar nuestra capacidad de organización. Éste esfuerzo debería construir una cultura interna de movilización. Necesitamos entrenarnos cuadros en todos los niveles de organización. En este momento, muchas organizaciones son débiles porque tienen pocas habilidades de cuadros en lo local y regional. (Líder campesino latinoamericano). (ROSSET, 2010, p. 44).

Na sua IV Conferencia se discutiu muito os mecanismos internos do movimento e o fortalecimento de suas organizações, assim como se discutiu uma metodologia das reuniões na qual a *mística*[40] torna-se elemento fundamental. Neste momento se integraram à VCI organizações sociais da Ásia e da África. Toma-se a decisão de rotar a Secretaria Operativa Internacional da região centro América (Honduras) para Ásia (na Indonésia).

A V Conferência ocorreu em Matola, perto de Maputo (Moçambique) em outubro de 2008. Neste período também ocorreram a III Assembleia de Mulheres e a II Assembleia da Juventude. Um momento também que se somam 39 organizações, especialmente do continente africano. Para Rosset (2010), inicia-se aí uma *quinta fase* ou momento da trajetória da VCI (2008-2010). Em meio à chamada crise mundial dos alimentos. Nesta Conferência pela primeira vez a Via Campesina define o capitalismo como a fonte dos problemas enfrentados pela população rural, e as empresas transnacionais como as piores inimigas dos camponeses de todo o mundo. Como consequência lança-se uma campanha contra as transnacionais.

A conferência de Maputo publicou uma declaração final onde apontava também o tema de gênero, combatendo toda a forma de violência contra as mulheres, e reconhecendo o papel central da mulher na agricultura de autossuficiência alimentaria. Também neste

[40] A *Mística* é uma prática desenvolvida pelas organizações sociais do campo que está relacionada aos aspectos da subjetividade da luta e à forma como se expressa a convicção da luta. Materializa-se através de expressões artísticas como a poesia, a dança, o teatro, a música, e também na representação de símbolos como os instrumentos de trabalho, elementos da natureza e bandeiras.

momento se intensifica a discussão da Soberania Alimentária atrelada às práticas de cultivo agroecológico como um de seus principais pilares, tornando-se assim uma necessidade constante a formação para a transição do modelo convencional de agricultura para uma agricultura agroecológica. Nesta perspectiva, a criação e o fortalecimento de experiências de formação político e agroecológica foram temas importantes levantados pela Via Campesina.

> Las organizaciones del movimiento han descubierto que el asunto de las tecnologías de producción se ha vuelto una herramienta ideológica y de politización, por lo que sienten el desafío de promover entre sus miembros prácticas congruentes con su perspectiva en la mencionada lucha de modelos. (ROSSET, 2010, p. 50).

A V conferência possibilitou construir um plano estratégico que reafirma a necessidade de seguir a luta a partir de temas como soberania alimentar, reforma agrária, aquecimento global, defesa dos recursos naturais (terra, água, sementes), assim como desdobrar ações que garantam equidade de gênero e da juventude, da formação de quadros, e articulação e mobilização social.

Assim, a trajetória da VCI tem sido marcada por conquistas e desafios. Destes podemos mencionar como: solidariedade internacional; a articulação da luta internacional dos sujeitos do campo; mobilizações constantes contra ação dos organismos do capital no campo; construção de estratégias fundadas numa nova forma de agricultura baseada na transformação da sociedade; construção de uma forma organizativa horizontal e integradora; e a preocupação constante na formação de sua militância e quadros.

Para Rafael Alegria em entrevista à EHNE (2008), a Via Campesina Internacional forja-se como um "movimiento horizontal, integrador, ideológico y dialético", desde alguns princípios fundamentais que são "anti-neoliberal, global, solidário, de lucha por outro modelo social y político que no es ni el capitalismo ni el neoliberalismo" (EHNE, 2008, p.5-6). Nesta entrevista, Alegria aponta que um dos desafios que se fazem presentes neste momento é a necessidade de discutir como fortalecer os laços com governos progressistas na América Latina para o fortalecimento não somente desde a resistência, mas da construção de um novo poder. Segundo ele "Cada vez más Gobiernos incluyen principios de soberanía alimentaria en leyes y Constituciones". Alegría afirma:

> Evo Morales nos manda cartas de apoyo y dice que es fundador de La Vía Campesina, Chaves también dice que es miembro de La Vía Campesina. Tenemos presidentes gobernando en procesos revolucionarios. Vamos a discutir cómo trabajar para fortalecernos, ya no desde la resistencia, sino desde el poder. Pero, no hay que olvidar que no hay poder ni lucha política si no hay poder popular, si no hay lucha

> social, si no hay organización, si no hay movilización, si no hay alianzas estratégicas. (EHNE, 2008, p.7).

Percebemos neste comentário de Rafael Alegria que há uma necessidade de fortalecer laços e alianças junto a governos progressistas que debatem e implementam leis que favorecem a discussão da soberania alimentar e agroecologia, linhas políticas e estratégias da VCI. Este é considerado um desafio apontado principalmente pelas organizações latino-americanas que são partícipes da VCI, pela característica peculiar vivenciada no continente que mencionamos no capítulo anterior.

Assim, as principais linhas políticas da Via Campesina Internacional foram, portanto, sendo forjadas em sua construção histórica, a partir de lutas, encontros, conferências, congressos regionais, oficinas, intercâmbios, cursos de formação política e profissional, acampamentos etc. Conforme descrito no documento *"Via Campesina: a articulação internacional dos camponeses"*, estas linhas de atuação são:

- Luta pela reforma agrária e mudanças sociais no campo: sustentadas por uma mudança do modelo econômico, social e político vigente;
- Soberania alimentar e comercio internacional: com produção de alimentos diversificados e sadios (produção agroecológica), buscando planificar e regulamentar a produção para comercialização dos mesmos construindo uma política agrícola alternativa à desenvolvida pela Organização Mundial do Comercio (OMC);
- Agricultura camponesa sustentável;
- Biodiversidade, biosegurança e recursos genéticos: reconhecendo e respeitando a imensa diversidade humana, cultural, de ecossistemas, e de sistemas produtivos, bem como a necessidade de busca dos direitos do agricultor e da agricultora no acesso aos meios, investigações e políticas que conservem a biodiversidade e projetem a soberania alimentar;
- Gênero e Direitos Humanos: buscando os princípios da participação da mulher nos espaços de tomada de decisões, bem como a defesa dos direitos civis e políticos, rechaçando qualquer tipo de violência cometida.

Estas linhas políticas estão estreitamente vinculadas aos seus compromissos de ação nas quais podemos destacar: luta contra as transnacionais; denúncia de governos e instituições que favorecem as transnacionais financiando-as e protegendo-as, inclusive os instrumentos

que são utilizados por elas para controlar os recursos e as economias como o caso de OMC e os acordos de livre comércio; lutar contra programas de privatização de recursos naturais como a água; e, a denúncia das consequências da revolução verde, o controle das sementes e o uso de agrotóxicos e transgênicos (EHNE, 2008).

Destas ações realizadas pela VCI, citamos como exemplo a ocupação de uma área da Syngenta que estava destinada a produzir agrocombustíveis no Brasil, estado do Paraná. Segundo uma entrevista realizada com Egídio Brunetto (MST-Brasil), considera-se que apesar do assassinato de um dirigente na região, Keno, conseguiu-se uma vitória na conquista desta área e que esta seria destinada a realização de uma experiência de sementes crioulas. Abaixo, transcreve-se um trecho de seus comentários nesta entrevista:

> Es una victoria de La Vía Campesina. Hace dos años en un encuentro sobre la biodiversidad hicimos una pelea contra los experimentos de Syngenta con maíz transgénico. Se nos reprimió y perdimos un compañero, pero después de dos años hemos conseguido echarle y ahora en ese terreno se va a hacer una experiencia con semillas tradicionales. (EHNE, 2008, p.56).

Estas linhas de atuação podem ser consideradas como elementos de um programa de luta, ou linhas estratégicas de ação, que nas especificidades de cada organização partícipe da VCI (formas organizativas, características, objetivos e conjunturas locais sobre as quais atuam), revelam uma singularidade de atuação baseada nas consequências do sistema capitalista que se estende de maneira desigual e combinada pelo mundo. As linhas de atuação destas organizações referidas acima vão se materializando e sendo reconstruídas através de suas lutas na dinâmica da conjuntura local, bem como através de sua articulação internacional realizada pela própria similitude nas consequências do sistema capitalista que as atinge.

2.2 Organicidade da Via Campesina Internacional

A Via Campesina é um movimento internacional que aglutina diferentes organizações sociais do campo. Por sua vez, grande parte destas organizações esteve historicamente atrelada a partidos comunistas e socialistas; ou a grupos libertários e de influencia anarquista; à igreja – vinculadas essencialmente à concepção da teologia da libertação; grupos cooperativistas e com iniciativas em produção agroecológica.

Como mencionado em outro momento a VCI preza pela discussão coletiva e horizontalidade organizativa. Quanto aos seus aspectos organizativos, se definem durante as suas conferências, já que estas são a instância máxima de decisões. Rosset (2010) afirma que:

> Ahí, los representantes de sus organizaciones realizan un análisis colectivo y desarrollan políticas, así como negociaciones y procesos de creación de consenso. La Conferencia Internacional se lleva a cabo cada tres o cuatro años, donde se define la dirección política y las estrategias destinadas a mantener el funcionamiento interno del movimiento. Por otra parte, el Comité Coordinador Internacional (CCI) se reúne dos veces al año, para evaluar el cumplimiento de los acuerdos de la Conferencia Internacional y analizar la situación individual de las regiones. Además, la CCI se involucra en un análisis colectivo de lo que está ocurriendo en la agricultura en el ámbito mundial y define planes de acción conjunta, así como estrategias de promoción en la esfera internacional. Finalmente, el Organismo Internacional de Secretaría Operativa, que se encuentra actualmente en Yakarta, Indonesia, está a cargo de coordinar las acciones y la aplicación de los acuerdos alcanzados en la Conferencia y en las reuniones de la CCI.
> El trabajo de La Vía Campesina se lleva a cabo y se coordina a través de una serie de estrategias de las Comisiones Internacionales de Trabajo. Una comisión en la que participan un representante hombre y una mujer que deben ser líderes campesinos electos en cada una de las nueve regiones, coordina el trabajo del movimiento en cada grupo temático. Las comisiones actuales son las siguientes: (I) Reforma agraria, (II) Soberanía alimentaria y comercio, (III) Biodiversidad y recursos genéticos, (IV) Cambio climático y agricultura campesina, (V) Derechos Humanos, (VI) Agricultura campesina sostenible, (VII) Migración laboral, (VIII) Mujer y equidad de género, (IX) Educación y formación, y (X) Juventud. De forma añadida, ha emprendido también campañas que abordan algunas de los cuestiones siguientes: (I) Campaña mundial por la reforma agraria, (II) Semillas: patrimonio rural de los pueblos al servicio de la humanidad, (III) Campaña para eliminar todas las formas de violencia contra la mujer, y (IV) Campaña para una carta internacional de derechos campesinos. (ROSSET, 2010, p. 45)

A estrutura organizativa acima apresentada demonstra alguns aspectos de seus princípios de coletividade e horizontalidade, onde se tenta evitar as hierarquias internas. Segundo uma entrevista realizada com Egídio Brunetto, Vieira (2011), houve inicialmente algumas disputas internas para se que sua estrutura organizativa fosse vertical, como uma Federação Internacional. Entretanto houve uma compreensão comum de todas as regiões que compõem a VCI que esta estrutura organizativa deveria ser altamente coletiva. “Ela tem que ser coletiva, participativa e democrática. (Entrevista com Egídio Brunetto em 23/mar/2007)” (VIEIRA, 2011, p. 202). As experiências concretas dos movimentos servem de base para a construção da articulação internacional, desde os países e para além dos países e da luta corporativa local.

Este elemento está relacionado ao método de organização. Para Vieira (2011), a questão do método é um dos principais elementos de mudança na articulação internacional de camponeses, visto que se difere de outras formas organizativas de trabalhadores, buscando a horizontalidade, a massificação da luta e uma atenção especial ao risco de burocratização.

Outro aspecto importante citado pela autora e respaldado por diferentes entrevistados é a questão da ideologia. Enquanto as experiências passadas de articulações internacionais históricas primavam pela homogenidade, a Via Campesina é aberta para diferentes filiações

ideológicas. A autora explica na sequencia que este tema está relacionado à compreensão da situação agrária vivida e do que se deve questionar em meio a esta leitura. O caráter comum entre a diversidade de pensamentos está em questionar o modelo de agricultura capitalista dominante, mas não há consenso se o caráter da luta é socialista, mesmo que muitos militantes carreguem a influencia dos movimentos socialistas, principalmente de organizações representantes da CLOC.

Transcrevemos abaixo trechos das entrevistas realizadas por Vieira (2011):

> A gente vem construindo um monte de coisas: ajuda, solidariedade, lutas internacionais. Sabemos que nem todo mundo vai viajar para outros lugares para militar, mas já começa a ter essa compreensão, definir os inimigos, que é no final de contas o capital. [...]. Agora, do ponto de vista da construção ideológica é um pouco mais complicado. Há um entendimento do projeto alternativo, mas tem gente que quer negar a ideia de um instrumento político. Então, não está colocada em debate a questão do socialismo. Embora, eu ache que 90% das organizações acabariam tendo consenso nessa ideia. Mas não está colocado, não é a discussão atual. (Entrevista com Egidio Brunetto em 23/mar/2007). (VIEIRA, 2011, p. 248).

> A hegemonia ideológica da Via Campesina Internacional tem uma marca antineoliberal e anti-imperialista. Mas ela ainda não é anti-capitalista, não é socialista. Até porque os europeus passaram por toda aquela experiência e se tu fala socialismo, eles dizem 'tá bom, mas que socialismo?'. [...] e quando começa a querer adjetivar é que as coisas não estão bem resolvidas. (Entrevista com João Pedro Stedile em 19/dez/2007). (VIEIRA, 2011, p. 248).

> Existem organizações que se dizem anticapitalistas. E outras que são apenas antineoliberais, ou seja, que se opõem somente a esta fase do capitalismo, mas creem que existem outras faces do capitalismo mais humano com as quais estariam de acordo. [...] Então, claramente, esses conceitos não são apenas palavras distintas. Há uma ideologia, uma cosmovisão que é diferente. E nessa diversidade o caminho é árduo, é difícil. Às vezes, mesmo dentro de uma mesma organização, dentro de um mesmo país. (Declaração de Mafalda Galdames, da Anamuri, em 21/mar/2007 em conversa gravada). (VIEIRA, 2011, p. 248-249)

A estratégia e o método adotados pela VCI para trabalhar com estas diferentes concepções é a de utilizar nos pronunciamentos e documentos somente aquilo que é consenso e comum, resultado do acúmulo das discussões realizadas adotada. Entretanto é importante afirmar que desde a consolidação da VCI, organizações latino-americanas "percebem de forma diferente dos europeus a criação e o papel que joga a Via Campesina na luta política contemporânea, acionando tradições e trajetórias diferentes". Estas diferenças não são apenas disputas nacionais, ou locais, mas acabam demonstrando "processos interescalares mais complexos na dinâmica das articulações internacionais". (VIEIRA, 2011, p.251).

Hoje a VCI conta com 165 organizações em 74 países, as quais estão distribuídas em nove grandes regiões. São elas: África I, compreendendo Moçambique, Congo, Zimbabwe, Magadascar, Tanzânia e Angola com seis organizações; África II compreendendo Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Congo Brazzaville, Ginée Bissau, Ghana, Gamvia com oito organizações; Sudeste e Leste da Ásia, compreendendo Indonésia, Coréia do Sul, Tailândia, Timor Leste, Filipinas, Malásia, Vietnã, Japão e Camboja, Taiwan, e Palestina com 14 organizações; Sul da Ásia, compreendendo Índia, Nepal, Bangladesh e Sirilanka, com 21 organizações; Europa, compreendendo Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suécia, Noruega, Áustria, País Basco, Suíça, Bélgica, Malta, Dinamarca, Grécia, Holanda, Escócia, Romênia e Finlândia, com 29 organizações; América do Norte, compreendendo Estados Unidos, Canadá e México, com sete organizações; América Central, compreendendo Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Belize, El Salvador, Guatemala, com 27 organizações; América do Sul, compreendendo Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Perú, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai, com 40 organizações e; Caribe, compreendendo Cuba, Haiti, República Dominicana, Ilhas Windiward (Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente) e Puerto Rico com 13 organizações. O quadro abaixo apresenta esta síntese:

Quadro 10 – Número de organizações do campo por grande região da VCI [41]

Região	Países	Numero de organizações
Africa I	Moçambique, Congo, Angola, Magadascar, Tanzânia e Zimbabwe.	06
Africa II	Mali, Nigéria, Senegal, Togo, Congo Brazzaville, Guniée Bissau, Ghana, Gambia.	08
Sudeste e Leste Ásia	Indonésia, Coréia do Sul, Tailândia, Timor Leste, Malásia, Vietnã, Japão, Camboja, Taiwan, Palestina e Filipinas.	14
Sul Ásia	Índia, Nepal, Bangladesh e Sirilanka.	21
Europa	Espanha, Turquia, Alemanha, Itália, Bélgica, Portugal, França, Suécia, Noruega, Áustria, País Basco, Suíça, Bélgica, Malta, Dinamarca, Grécia, Holanda, Escócia, Romênia e Finlândia.	29
América do Norte	Estados Unidos, Canadá e México.	07
América Central	Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Belize, El Salvador, Guatemala,	27
Caribe	Haiti, República Dominicana, Cuba, Ilhas Windiward (Granada, Dominica, Santa Lúcia e São Vicente), Puerto Rico.	13
América do Sul	Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Perú, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai e Uruguai.	40

O quadro abaixo demonstra as organizações da Via Campesina na América do Sul.

[41] Dados atualizados no ano de 2013 atraves de documentos internos da Via Campesina Internacional

Quadro 11 – Organizações sociais membras da Via Campesina América do Sul

REGIÃO	PAÍS	ORGANIZAÇÕES	
		SIGLA	
AMÉRICA DO SUL	PARAGUAI	OLT	Organização de Luta pela Terra
		MCNOC	Mesa Coordenadora de Organizações Camponesas
		MCP	Movimento Camponês Paraguaio
		CONAMURI	Coordenadora Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas
		MAP	Movimento Agrário e Popular
		ONAI	Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas
	ARGENTINA	MOCASE – VC	Movimento Camponês de Santiago de Estero
		COCITRA	Coordenadora de Organizações Camponesas, Indígenas e Trabalhadores Rurais da Argentina
		APENOC	Associação de Produtores do Noroeste de Córdoba
		MNCI	Movimento Nacional Camponês e Indígena
		CAI	Conselho Assessor Indígena
	CHILE	ANAMURI	Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas
		RANQUIL	Confederação Nacional Sindical Camponesa e do Agro Ranquil
		Mapuches de Izquierda	Assembleia Nacional Mapuches de Esquerda.
		CONAPROCH	Consejo Nacional de Productores de Chile
	BRASIL	MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
		MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
		MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
		MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
		PJR	Pastoral da Juventude Rural
		MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
		CONAQ	Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas
	URUGUAI	RMRU	Rede de Mulheres Rurais do Uruguai
	BOLÍVIA	CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia
		MST-B	Movimento de Trabalhadores Sem Terra Da Bolívia
		CSCIB	Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia
		CNMCIOB-BS (Bartolinas)	Confederação Nacional de Mulheres Campesinas, Indígenas e Originarias da Bolívia – Bartolina Sisa
	COLÔMBIA	CNA	Coordenadora Nacional Agrária
		FENSUAGRO	Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária
		FENACOA	Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias
	PERU	CNA-PERU	Confederação Nacional Agrária
		CCP	Confederação Campesina do Peru
		FEMUCARINAP	Federação Nacional de Mulheres campesinas, artesãs, indígenas, nativas e assalariadas do Perú.
	EQUADOR	FENOCIN	Confederação Nacional de Organizações Campesinas, Indígenas e Negras do Equador
		FENACLE	Federação Nacional de Trabalhadores Agroindustriais, Camponeses e Indígenas livres do Equador
		CONFEUNASSC	Confederação Única de Afiliados ao Seguro Social Camponês
		CNC - EA	Coordenadora Nacional Camponesa Eloy Alfaro
		FEI	Confederação de Povos, Organizações Camponesas e Indígenas do Equador
	VENEZUELA	CANEZ	Coordenadora Agrária Nacional Ezequiel Zamora
		FNCEZ	Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora

Fonte: <http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>

Fortalecer a articulação internacionalista destas organizações e aprofundar os planos e estratégias de luta comum, projetar e realizar a formação de dirigentes e militantes (intelectuais orgânicos) são alguns dos desafios históricos para a construção de uma territorialização contra-hegemonia do agronegócio. Este desafio passa pelas mãos dos diferentes sujeitos trabalhadores do campo (camponeses, trabalhadores assalariados rurais, indígenas, e afroedescendentes, etc.) em busca de construir unidade desde as particularidades, em profunda relação com intelectuais de esquerda. Neste sentido o internacionalismo tem um caráter fundamental como dimensão pedagógica na luta constante para a resignificação do espaço e do território e da construção da unidade político-organizativa desde a imensa diversidade das organizações partícipes da VCI.

Quando afirmamos que a VCI a partir de suas lutas, seu projeto estratégico e suas ações pedagógicas constrói um processo de territorialização contra-hegemônica, afirmamos também está relacionado à construção de uma concepção de mundo coerente, consciente e crítica. Tem a ver com experiência histórica, tem a ver com processo, com a resignificação de conceitos, palavras, espaços, relações sociais e com a natureza. É também territorialidade contra-hegemonica no ato de um constante "refazimento".

Segundo Fernandes:

> Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios. (FERNANDES, [2008?], p. 3)

Neste sentido, analisar territorialidade não considerando as diferentes conflitualidades nela existente, os "diferentes territórios contidos no território", os diferentes "projetos de desenvolvimento territorial" contrapondo-se incessantemente, seria ignorar a existência das classes sociais em confronto, fortalecendo assim a hegemonia dominante. Fernandes [2010?] afirma ainda que o agronegócio sob a argumentação do desenvolvimento do país promove uma invisibilidade do seu real caráter e consequências, como por exemplo, a crescente expropriação e concentração de terra e destruição do campesinato, desde o território material e do território imaterial de dominação.

O território imaterial, relacionado à intencionalidade do controle e domínio do conhecimento e suas interpretações (o que "também é uma disputa territorial") tem uma relação intrínseca com a produção e o território material. É nesta relação, que a hegemonia

dominante perdura, na exploração do trabalho, na apropriação e concentração dos meios de produção, na teoria, na comunicação, na ideologia. É parte da construção de uma territorialidade contra-hegemônica do capital, portanto, fazer a luta no território material e no território imaterial, desafio imprescindível da Via Campesina.

Como proposto por Fernandes (2005), Girardi (2008) sintetiza desta forma:

> [...] sobre territórios materiais e territórios imateriais, assumimos que o território possui duas dimensões internas de análise: a dimensão *material* e a dimensão *imaterial*. Essas duas dimensões são indissociáveis na construção dos territórios e indispensáveis na análise geográfica. A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão *imaterial* corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as *ações*, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas imprimir o poder. As dimensões materiais e imateriais são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, manutenção e expansão da materialidade do território. Nesse sentido, o *discurso* faz parte do território. A relação entre território e discurso se dá, segundo Delaney (2005), através das "visões de mundo ou presunções ideológicas, metafóricas ou metafísicas [...] e os modos com que essas representações são organizadas em esforços para justificar (ou criticar) a ação do poder." (p.17). Ainda o autor propõe que o discurso pode naturalizar ou desnaturalizar compreensões do espaço, sendo que alguns discursos "emergem como 'dominantes' ou 'hegemônicos' e se tornam consenso." (GIRARDI, 2008, p.39).

Compreender com maior precisão esta dimensão imaterial em relação direta com a dimensão material e suas múltiplas determinações na construção de uma territorialização contra-hegemônica do capital das organizações partícipes da VCI é uma das dimensões desta investigação. Assim, considera-se preliminarmente que a as políticas de formação da VCI Sudamérica tem um papel fundamental na consolidação da organização política, assim como fazem parte do processo de territorialização contra-hegemônica da VC, processo esse que se efetiva: nas lutas concretas pela soberania alimentar; nas mobilizações e campanhas; nas atividades de formação político-profissional; na implementação da produção agroecológica; na construção de novas relações de gênero; na resignificação da cultura dos sujeitos do campo desconstruindo os aspectos da ideologia dominante que nela encontram-se impregnadas; enfim na construção de uma estratégia comum para o campo que se contraponha a hegemonia capitalista.

Aqui caberia a pergunta: a organização política e o seu "quefazer" cotidiano - entre estes a formação política - possibilita as condições para forjar novas formas de consciência? Esta, de maneira unitária e coerente poderiam captar o movimento concreto da dinâmica da luta de classes e intervir potencialmente na construção de uma nova sociedade? Reafirma-se aqui mais uma vez que este movimento não se resume a um ato puro e simples de ter

consciência para agir sobre a realidade. Esta é uma dinâmica muito mais complexa, que exige ademais da compreensão do papel do indivíduo na história, e da dinâmica do sistema ao qual se contrapõe, exige construir mediações, método e processos que estabeleçam o "fazimento" de sujeitos coletivos e universais.

Na perspectiva de assomar-se à importância das políticas de formação da VC neste "quefazer", destaca-se abaixo (mesmo que num capitulo posterior se relaciona com maior detalhamento) os diversos espaços de formação político-profissional[42] promovidos na América do Sul. Estes espaços - ou "ações pedagógicas", nos termos gramscinianos - pretendem forjar militantes e dirigentes destas organizações, intelectuais advindos da própria classe, na busca de uma construção contra-hegemônica ao sistema capitalista. Cada organização em seus países promove cursos livres, cursos formais (escolarização), seminários ou atividades de cunho formativo. Entretanto, existem algumas atividades planificadas e realizadas através da articulação internacionalista destas organizações. É aí que se objetiva a intenção da investigação: nas experiências e na política de formação construída conjuntamente pela articulação internacional de organizações campesinas, através da Via Campesina América do Sul.

Algumas destas iniciativas constam descritas nos relatórios citados nas referências bibliográficas. Por exemplo, no relatório de atividades da Comissão da Agricultura Camponesa Sustentável da Via Campesina, dentre as diversas atividades relatadas no período de outubro de 2008 a agosto de 2010, foram citados encontros, cursos, seminários e conferências que promoveram o debate acerca da agroecologia, sua necessidade, concepções e abordagens, demonstrando fortemente ser uma linha de atuação desta organização. Outras experiências sistematizadas demonstram que neste campo existem escolas formais (com vínculo à escolarização) e outras não formais ou livres (não necessariamente vinculadas a um grau de escolaridade). Dessas podemos citar as iniciativas em nível de Educação Média (Técnico) e de Educação Superior (Técnico Superior ou Graduação) como no caso de Institutos e Universidades. Estes cursos e programas geralmente são organizados em parcerias ou acordos da VCI com outras instituições (Escolas, Universidades ou Governos) que possibilitam a admissão de educandos (as) vindos de organizações sociais do campo.

Quanto às iniciativas já concretizadas existe a ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) localizada no Município da Lapa, e a Escola Milton Santos (Educação Média),

[42] É considerada formação político-profissional atividades de formação militante que qualifiquem a atuação política e profissional (por exemplo, no caso da agroecologia). Podem ou não estar vinculadas à educação formal, ou escolaridade.

localizada no Município de Maringá, ambas no estado do Paraná. Também os Institutos de Agroecologia - IALAS (Educação Superior) como o IALA Paulo Freire (Instituto Universitário Latino-americano de Agroecologia Paulo Freire) localizado na Venezuela, no estado de Barinas, o IALA Guarani, localizado no Paraguai, e o IALA Amazônico, localizado no estado do Pará. Quanto às atividades pedagógicas de caráter não formal, podemos citar cursos de formação de mulheres, cursos de formação de formadores, cursos de formação de militantes do Cone Sul, cursos de teoria política latino-americana etc.

Enfim, a Via Campesina Internacional se autodenomina um movimento antiglobalização neoliberal que resgata a solidariedade e a necessidade de enfrentamento a este modelo de maneira internacional, apontando a importância das mobilizações de massa, o trabalho de base com movimentos, e não "abandona a questão da luta de classes". E mesmo que não defenda uma "ideologia homogênea" cria métodos de convivência e debate em busca dos consensos para estabelecer as bases de sua articulação internacional. (VIEIRA, 2011, p.251-252).

Suas linhas estratégicas, que permeiam suas ações e lutas, estão relacionadas a: luta pela Soberania Alimentar, através da agroecologia; a articulação internacional de sujeitos do campo; a organização política e econômica com estrutura horizontal e coletiva, permeado por um método de construção de consensos e do que é comum; assim como a formação político-ideológico profissional que fortaleçam as próprias organizações e a articulação internacional projetando mais e novos quadros para a luta.

CAPÍTULO 03
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DA VIA CAMPESINA NA AMÉRICA DO SUL

No presente capítulo abordamos as políticas de formação da Via Campesina como parte de suas linhas estratégicas na construção de territorialização contra-hegemônica. Focalizamos a sistematização e análise destas experiências se dá na região da América do Sul em sua trajetória de 20 anos. Este capítulo está conformado pela sistematização das experiências, a partir de suas características similares e pela busca de identificação dos aspectos comuns existentes entre as mesmas.

Consideramos que para analisar a política de formação da Via Campesina é necessário inicialmente realizar a sistematização das discussões realizadas a respeito do tema, assim como mapear e situar histórica e geograficamente as experiências de formação existentes que fazem parte desta política. Este processo de identificação das mesmas e de suas principais características possibilita um olhar para a totalidade do que seriam os traços desta política de formação, e ainda um breve encontro com a singularidade que há entre as varias e diferentes experiências. Em alguns momentos traçamos paralelos com experiências de formação em outros continentes, ou no mesmo continente, mas regiões diferenciadas. Uma formação construída a partir de um esforço coletivo em contemplar a diversidade, e de encontrar nela seus aspectos comuns que a identifiquem como formação da VCI.

> A Via Campesina em seus debates, achamos que para responder os grandes desafios [...] na luta internacional – na luta em defesa das sementes, da água, da biodiversidade..., temos que aumentar nossa capacidade de análise, nossa capacidade de trabalhar com a natureza. [...] desafiar-nos a construir uma luta internacional dos camponeses. Queremos formar do jeito da Via Campesina e cada organização vai formar de seu jeito. Temos que fazer um esforço coletivo de vermos que jeito, que forma, vamos fazer em cada realidade. (Egídio Brunetto)

A citação acima é a transcrição de uma fala de Egídio Brunetto[43], realizada por ocasião de debate sobre a concepção de formação no "I Seminário sobre Formação Política da

[43] Nesta ocasião Egídio Brunetto era representante da CCI (Comissão Coordenadora Internacional) da Via Campesina pela América do Sul. Era também dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelo coletivo de relações internacionais.

Via Campesina Internacional" que ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST (Guararema – SP) nos dias 5 a 7 de junho de 2007[44].

Este seminário contou com a presença de formadores da Via Campesina de diferentes países de América Latina, África e Europa. Foi um marco histórico para o intercambio de experiências, opiniões, concepções, princípios, métodos e conteúdos de formação política que foram realizadas até então, bem como pela evidencia da necessidade em construir um programa de formação unitário.

Algumas questões debatidas no Seminário, de uma forma ou de outra já haviam sido apontadas em documentos da própria organização escritos anteriormente ao evento, como por exemplo: a necessidade de ampliar a capacidade da militância e dirigentes de leitura e análise da realidade vivida; a respeito do cotidiano da vida no campo direcionada à estratégia do grande capital; da exploração e apropriação dos recursos naturais e da mão de obra; enfim, a análise de como opera a forma atual do capital na agricultura de maneira desigual e combinada nos diferentes países ali presentes.

Esta leitura era evidentemente comum a todas as organizações que ali participavam. Era também um motor na busca de princípios que norteassem a construção de um programa de formação que fosse ao mesmo tempo fundamentado nas diferentes iniciativas de educação popular realizadas até então em cada organização social, mas também nos elementos singulares, ou comuns em todas estas experiências. A formação política se desenhava como elemento importante para o fortalecimento destes movimentos sociais e da própria unidade entre as organizações partícipes da Via Campesina Internacional. Neste sentido, construir um programa de formação da VCI exigia fundamentalmente tomar em conta os desafios de tal organização, assim como contribuir para o seu acúmulo de forças. Enfim, a formação deveria estar estreitamente vinculada à estratégia da organização.

Uma das intervenções nas plenárias de debate aponta neste sentido: "Não é suficiente que cada organização lute para a transformação do mundo. Deveríamos como resultado final deste seminário, ter como produto uma ideia comum do que será a formação da VC, ao menos para saber se estamos no caminho certo" (anônimo). Esta preocupação se desdobrava também em outras questões muito discutidas durante o evento, como por exemplo, a presença incondicional do princípio internacionalista e a superação do distanciamento método – conteúdo, historicamente cristalizados como conceitos isolados pelas experiências de

[44] As informações que seguem a respeito deste seminário são de apontamentos pessoais realizados durante a participação do evento, assim como da memória e sistematização dos debates – documento interno da Via Campesina Internacional.

formação política realizadas na trajetória das esquerdas. Também, a preocupação constante em reconhecer as diferentes experiências em suas particularidades, desde as perspectivas de luta de cada país, desde o ponto de vista dos territórios e suas características socioculturais era constante, assim como a contundente afirmação de que o conhecimento não deve ser uma mercadoria, e que os mesmos não devem ser transmitidos, mas construídos coletivamente na dinâmica da luta de classes.

Assim, alguns comentários apontavam para a necessidade de aprofundamento de uma concepção de formação política que também envolvesse a formação profissional. Conceber um programa de formação política a partir das experiências já existentes (como cursos, encontros, congressos, intercâmbios), e das necessidades de aprofundamento de conhecimentos técnicos, apontava para a construção de um programa que vinculasse fundamentos histórico-econômico-filosóficos da luta política aos temas específicos da luta dos camponeses pela agroecologia e a soberania alimentar.

Aliás, o tema da *soberania alimentar* foi citado muitas vezes como um tema unificador, que abrangia os objetivos e pautas de luta de todos os movimentos sociais ali presentes. Um tema que dá identidade à articulação destes camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes e trabalhadores assalariados. Portanto, deveria ser uma linha geral vinculada aos processos de formação política a serem construídos.

Na preocupação em finalizar o evento com um primeiro esboço de um programa de formação política foram sintetizadas algumas questões debatidas em trabalhos de grupo por grandes regiões. Estas questões estavam relacionadas às necessidades/ demandas emergentes da formação, ao perfil dos participantes destas atividades, ao método pedagógico, e aos desafios que se conseguiam visualizar coletivamente.

Com relação às necessidades ou demandas, se elencaram: construir espaços de socialização de experiências de formação política e luta de classes nos aspectos histórico-filosóficos, políticos e organizativos; buscar metodologias de estudo com a base onde fosse possível um debate permanente dos temas mais emergentes aos mais complexos; considerar a importância de formar educadores e quadros para acompanhar os diferentes níveis de formação (da base à formação de quadros); e por último, mas não secundário que a formação pudesse potencializar o enfrentamento ideológico ao imperialismo e suas consequências para os trabalhadores. Essas demandas estavam alçadas na necessidade de projetar militantes e quadros organizadores, com clareza política e ideológica, que fossem bons comunicadores, e que cultivassem valores como a solidariedade, estudo constante, internacionalismo entre outros.

Assim, como linhas gerais do método, a formação deveria ser um processo dinâmico e permanente. Como afirmava a intervenção de um dos grupos de trabalho em plenário: a "formação é parte da organicidade do movimento, é parte da luta". Deveria também "levar consciência, conhecimentos"[45], e estar estreitamente vinculado ao projeto político da organização, um projeto político em construção. Não menos importante era construir metodologias não autoritárias onde os/as participantes pudessem pensar por si, analisar por si os temas emergentes dos diferentes territórios da luta de classes.

Outro tema bastante discutido foi a relação entre teoria e prática, ou seja, como a prática da luta e a busca de compreender teoricamente os temas que dela se sobressaem é fundamental. A prática sem a teoria ou vice-versa foi considerada pelos participantes do evento, cega. Neste sentido, a teoria tem a função de contribuir a evidenciar os problemas, clarificá-los, interpretá-los para uma pratica mais consequente. A relação prática-teoria, a práxis, deve ser permanente, precursora e resultante de uma prática coletiva.

Também, como elementos gerais sobre a construção de um método do programa de formação se enfatizava de que uma organização tem diferentes níveis de conhecimento, e cada nível requeria conteúdos, linguagens e metodologias apropriadas. Assim, ficava claro que o programa de formação deveria contemplar a formação de base, formação de militantes e a formação de quadros.

O encontro destes formadores, proporcionado pelo evento, evidenciou uma riqueza enorme de opiniões, experiências e debates conceituais. Incluso como desafio foi mencionado a necessidade de ter sempre presente a diversidade de características das organizações da Via Campesina para organizar os processos de formação - como concebem a vida, o mundo, o campo, a luta e a formação, desde os indígenas, afrodescendentes, camponeses e trabalhadores assalariados. Também foi mencionado em diferentes ocasiões o desafio de avançar na participação das mulheres e da juventude.

Em síntese este evento foi fundamental para iniciar um processo de sistematização das experiências de formação e educação popular que de maneira pulverizada ocorriam nas organizações, ou mesmo entre organizações integrantes da Via Campesina Internacional. Foi um primeiro esforço em buscar elementos que dariam unidade aos processos de formação da Via Campesina apontando para a construção de um Programa de Formação da organização em nível internacional. Um dos critérios de participação neste seminário foi acompanhar processos de formação política construídos desde estas organizações.

---

[45] Frase mencionada em plenário no relato de um dos grupos de trabalho e discussão. Nota-se que nesta expressão há uma relação dos termos consciência e conhecimento como conceitos de mesmo significado.

Destacamos abaixo as experiências de formação existentes na América do Sul até então, bem como as que se projetaram a partir das discussões realizadas neste seminário:

- Curso para militantes de base da região cone sul (itinerante);
- Escola de formação de militantes de base da região andina (itinerante);
- Escola de formação de dirigentes - Egídio Brunetto (itinerante);
- Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes (Formação de formadores e teoria política latino-americana) – ENFF (Brasil);
- Curso de especialização em estudos latino-americanos (Parceria ENFF- UFJF);
- Curso de mestrado em Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe (Cátedra parceria: UNESP/UNESCO/ENFF) (Brasil);
- Escola de Formação de mulheres: continental, região *conosur* e região andina (itinerante);
- Acampamento da juventude latino-americana da VCI (Argentina);
- Campanhas da VCI;
- Escola Latino-americana de comunicação popular da CLOC-VC (itinerante);
- Campesino a Campesino;
- Encontro de formadores em agroecologia;
- Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA (Brasil);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Paulo Freire (Venezuela);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Guarani (Paraguai);
- Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Amazônico (Brasil);
- Universidade Campesina "Suri" – UNICAM-SURI (Sistemas Universitários Rurales Indocampesinos) (Argentina);
- Escola Nacional de Agroecologia do Equador - ENA (Equador);
- Escola de Agroecologia Raul Balbuena, Viotá, Colômbia.

Estas experiências que foram citadas acima são processos de criação e coordenação conjunta entre organizações da Via Campesina, ou mesmo cursos/atividades/escolas de uma organização que em parceria ou não com outras instituições, foram projetadas para ser realizada em caráter internacional. Todas estas conforme as preocupações mencionadas no "I Seminário de formação política da Via Campesina" estão circunscritas num mesmo patamar político organizativo. Importante também mencionar que estas experiências ocorrem na região

da América do Sul, no território sul-americano, ou conforme a terminologia utilizada pela VCI, região *Sudamérica.*

Vale destacar que para a construção de muitas destas experiências de formação acima citadas, foi referência o primeiro curso organizado pela VCI, o chamado curso cone sul, que desde 1998 ocorre anualmente.

Abaixo, segue uma breve descrição de cada um destes cursos[46], atividade e escolas consideradas parte da política de formação da VC. Tentamos agrupá-las a partir de suas características comuns, o que não significa que seja uma classificação realizada coletivamente por esta organização. Neste sentido, estarão identificadas com os seguintes subtítulos: cursos livres ou informais e atividades de formação política; cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional; e, escolas e institutos de formação política-profissional em agroecologia.

As informações são oriundas majoritariamente de: relatórios, memórias e informes, (documentos internos), assim como de reportagens, pequenos vídeos e declarações que foram encontrados através de meios alternativos de comunicação em internet (*blogs, youtube*, etc.).

3.1 Cursos livres ou informais e atividades de formação política:

Cursos livres ou informais são aqueles que não estão vinculados diretamente a processos de escolarização ou da educação formal, regularizada. São cursos, escolas itinerantes, ou atividades como acampamentos e campanhas, com caráter de formação sócio-política possibilitando estudo e debate de temas conjunturais, mas também de temas que dão suporte a realização de uma leitura da sociedade em suas contradições como a filosofia, economia política e história.

3.1.1 Curso para militantes de base da região cone sul (itinerante):

O *Curso para Militantes de Base Cone Sul* surgiu no ano de 1998 tendo como objetivo principal capacitar militantes de base para o fortalecimento da unidade na luta pela transformação social, avaliando suas práticas, intercambiando experiências de formação, de

[46] A descrição de cada curso, atividade ou escola se deu a partir da quantidade e do nível de informação disponível e sistematizada em documentos, entrevistas, vídeos, declarações, etc., sobre as mesmas. Neste sentido, algumas destas experiências encontram-se pouco mais detalhadas que outras.

produção e cooperação agrícola, experiências históricas, culturais e políticas de suas organizações e países, e estudando temas pertinentes aos mesmos.

Os primeiros passos deste curso foi um intercâmbio realizado entre Brasil e Paraguai desde uma articulação do Movimento dos Trabalhadores sem terra - MST no estado do Mato Grosso do Sul com movimentos do Paraguai. Neste período havia uma forte discussão sobre os chamados "brasiguaios", trabalhadores brasileiros que iam procurar emprego no campo Paraguaio, ou vice versa. Era necessário aprofundar as reflexões sobre este assunto assim como estreitar a relação com os movimentos sociais campesinos do Paraguai, em especial, neste momento, com o Movimento Campesino Paraguaio – MCP.

Estes passos foram inicialmente levados por um grupo de militantes do MST, mas com o decorrer do tempo veio necessidade de envolver outros países da região na discussão dos problemas comuns dos camponeses do Paraguai, do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai. Neste mesmo período vai se constituindo a articulação da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo – CLOC.

O *Curso Cone Sul*, inicialmente era organizado sob uma metodologia que combinava estudo e trabalho de base junto às comunidades de onde era realizado. Posteriormente foi inserido na metodologia o elemento da organicidade – a saber, uma forma de possibilitar a participação mais efetiva dos e das militantes na construção cotidiana do curso a partir de núcleos de base, equipes e coordenação geral.

Temas como historia, filosofia, economia política, questão agrária, comunicação, temas organizativos, oratória e a própria linguagem estiveram presentes desde o inicio. No caso da linguagem, por exemplo, as coordenações dos cursos tinham o desafio de trabalhar com camponeses que ainda não eram alfabetizados, assim como encontrar metodologias que pudessem possibilitar a comunicação entre militantes que falavam em português, espanhol, guarani[47] e mapuche[48].

Como afirma Albuquerque da PJR em um depoimento publicado em website de sua organização[49]:

---

[47] Língua dos indígenas de etnia Guarani do sul da America do Sul. No Brasil foi praticamente extinta, entretanto, hoje uma língua muito presente em pequenas comunidades no Paraguai. Inclusive com diversas escolas que trabalham a alfabetização bilíngue (guarani e espanhol).

[48] Mapuche significa na língua mapudungun gente da terra. Língua dos povos indígenas localizadas na região centro-sul do Chile e no sudoeste da Argentina, o povo mapuche.

[49] ALBUQUERQUE. Kleitinho. Curso cone sul: uma experiência transformadora, 09.06.2012. In**: PJR**. Disponível em: <http://www.pjr.org.br/teste/index.php?option=com_content&view=article&id=162:curso-cone-sul-uma-experiencia-transformadora&catid=38:artigos&Itemid=58>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2013.

> As dificuldades com a língua, vista no primeiro momento desapareciam com a luz do sol de cada dia, que muitas das vezes não aparecia dando lugar ao frio. Ali sentíamos o verdadeiro espírito de companheirismo, as afinidades de realidades tão distintas e tão parecidas ao mesmo tempo, afloravam nas conversas, no fazer diário e no estudo. (ALBUQUERQUE, 2012, não paginado).

No decorrer das turmas deste curso foram inseridos outros temas relevantes para os movimentos sociais, tais como agroecologia, juventude, relações de gênero e feminismo. Como afirma Nívia Regina numa breve matéria na página do MST-RJ[50] a respeito da participação das mulheres na luta: "[...] para alguns o primeiro contato mais profundo sobre o tema, permitindo trazer reflexões acerca da luta geral das mulheres, mas também o papel da mulher nos seus movimentos e organizações".

Estas primeiras turmas eram coordenadas pelo Movimento Sem Terra, mas com o fortalecimento da CLOC – Via Campesina, passou a ser organizado, gestionado e coordenado por esta articulação internacional. Participaram nos *Cursos de Militantes do Cone Sul*, organizações do Brasil, Paraguai, Argentina, Chile, Equador, Bolívia, Honduras e México. Com a maior incidência de participantes de brasileiros, paraguaios e argentinos. Organizações como MOCASE, CAI, APENOC, SERCUPO, Red Puna, PORIAHU, CSUTCB, FMC, MCP, OLT, MCNOC CONAMURI, ANAMURI, Confederación Sindical El Surco, FENSUAGRO, FENOCIN, MST, PJR, CPT, MAB, MPA, e FEAB estiveram presentes em diferentes turmas. Também visitaram a experiências organizações do México (CIOAC, CNPA) e Guatemala (CONIC).

Sua característica de itinerancia também esteve presente desde o início. As duas primeiras turmas (1998 e 1999) ocorreram em Sidrolândia e Dourados no Estado do Mato Grosso do Sul, a terceira (2000) em Chapecó no Estado de Santa Catarina na primeira estrutura da Escola Nacional do Movimento Sem Terra, a quarta e quinta (2001 e 2002) turma ocorreu novamente no estado do Mato Grosso do Sul no município de Gloria de Dourados, a sexta, sétima e oitava (2003, 2004 e 2005) ocorreram no estado do Paraná, num assentamento no Município de São Miguel do Iguaçu, próximo à fronteira com Paraguai.

O ano de 2006 não foi realizado o curso por dificuldades financeiras (alimentação, passagens de participantes do curso e dos educadores). A nona turma (2007) foi realizada num assentamento em Viamão no Estado do Rio grande do Sul. Já a décima, décima primeira, décima segunda, e décima terceira (2008, 2009, 2010, 2011) no Paraguai, em Assunción. A décima quarta (2012) realizou-se na Argentina, no Município Ojo D'água em Santiago de

---

[50] REGINA, Nívia. CLOC realiza a XIV turma do curso de formação do Cone Sul. 30.05.2012. In: **MST**. Disponível em:< http://mstrio.casadomato.org/cloc-realiza-a-xiv-turma-do-curso-de-formacao-do-cone-sul/.>Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

Estero para que os próprios participantes do curso pudessem contribuir na construção física, através do trabalho voluntário, da universidade campesina de formação política e agroecologica de camponeses e indígenas – UNICAM.

Os critérios para a escolha do local de itinerancia foram diversos e estiveram inicialmente relacionados à localização geográfica que possibilitasse um acesso menos custoso para as organizações. Posteriormente estes critérios foram ampliados e estiveram ligados essencialmente aos elementos conjunturais de cada ano, ou a necessidade de fortalecer os coletivos de formação, bem como os centros e escolas de formação locais.

A estimativa é que nestes 14 anos de curso participaram mais de 1200 militantes destas organizações. Não existe ainda um balanço de onde estão estes militantes, mas muitos deles estão assumindo atividades de direção nas organizações de origem, da CLOC, ou ainda participando de outros cursos e escolas internacionalistas. É o caso de uma das militantes de uma organização paraguaia que participou também da primeira turma do Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Freire na Venezuela.

São, portanto, princípios do curso: o internacionalismo; a itinerancia; o estudo de temas pertinentes às necessidades das organizações sociais que nele participam; a busca de analise aprofundada da realidade vivida pelos camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes e trabalhadores/as do campo; o trabalho de base com as comunidades onde o curso é realizado; a organicidade; a participação dos /das militantes na construção do cotidiano do curso através de núcleos de base, equipes e coordenações.

Como afirma Albuquerque seguindo em seu depoimento na pagina da PJR acima mencionada: “[...] Compreendíamos melhor a conjuntura da realidade em que vivemos e nos aproximava em quanto povo, enquanto classe trabalhadora. Com o passar dos dias iríamos identificando e unificando nossas bandeiras comuns de luta”. (ALBUQUERQUE, 2012, não paginado).

As coordenações pedagógicas, a cada curso, eram compostas por diferentes organizações. Um espaço também considerado de aprendizagem e projeção de formadores da Via Campesina. Ainda que considerado pelas avaliações de algumas turmas um elemento de desafio nos aspectos de consolidação de uma equipe com maior experiência que pudesse acompanhar e rotar nas diferentes turmas deste curso.

3.1.2 Escola de formação de militantes de base da região andina (itinerante):

A *Escola de Formação de Militantes de Base da Região Andina*, também chamada de *Escola Andina da CLOC-Via Campesina*, é bastante recente e também tem o caráter itinerante. Realizaram-se até então quatro turmas, sendo que as primeiras ocorreram no Equador, uma na Colômbia e a ultima delas, a IV escola andina ocorreu no mês de novembro de 2012 na Venezuela, na Escola de Formação de Quadros Mariscal Sucre no estado de Cojedes. Teve a participação de oito países: Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. A linha temática de estudo estava voltada a Questão Agrária, economia política, historia e temas orgânicos da VCI, entre outros.

Participaram desta experiência, militantes de organizações sociais que estudavam no momento no Instituto de Agroecologia Latino-americano IALA Paulo Freire, localizado também na Venezuela. Quanto aos temas estudados no curso básico de militantes da região andina, são basicamente os mesmos do curso cone sul (historia, economia política, questão agrária, comunicação, oratória, temas organizativos), acrescidos de temas como a mineração, culturas originárias, e cartografia social. Da mesma forma os critérios para escolha do local de itinerancia giram em torno de alternar a localização geográfica, e de fortalecer coletivos e processos de formação locais.

3.1.3 Escola de formação de dirigentes - Egídio Brunetto (itinerante):

Além da formação de base e formação de militantes se tomou a decisão de construir um curso ou uma escola de formação de dirigentes, que ocorreria uma vez a cada dois anos, também de caráter itinerante. A primeira escola se realizou no Chile com cerca de 90 participantes. No ano de 2012 o curso não foi realizado porque a prioridade foi garantir uma forte participação de dirigentes de todos os países da região sudamérica na *I Assembléia da CLOC-Via Campesina* que ocorreu em Manágua - Nicarágua em outubro. A segunda Escola está prevista para acontecer no ano de 2013 no Paraguai, já nomeada de Egídio Brunetto.

A escola está voltada para dirigentes que estão atuando nas instancias das suas organizações, e instancias da própria CLOC-VCI. Os temas de estudo giram em torno da análise de conjuntura, historia político-social da America Latina, econômica política, filosofia política, a atualidade do capitalismo na agricultura, teoria da organização, historia e organização da CLOC – Via Campesina.

Por ser uma experiência bastante recente, não foram encontrados muitos registros sobre a primeira turma, como por exemplo, quais países e organizações participaram; perfil e

conformação da coordenação política pedagógica; município onde ocorreu e período de realização.

3.1.4 Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF (Brasil):

A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma Escola de formação de quadros do Movimento Sem Terra. Entre os diversos cursos, seminários, encontros realizados na mesma, há um núcleo de estudos latino-americanos para organizações da Via Campesina Internacional, e um núcleo de cursos formais, onde a partir de parcerias com instituições universitárias, faculdades e instituições de pesquisa e investigação científica, projetam-se cursos de caráter latino-americano para representantes dos movimentos sociais articulados na Via Campesina Internacional.

Antes de aprofundar o que cada núcleo contempla e suas características, é necessário identificar alguns elementos históricos de sua construção. Esta escola foi inaugurada no ano de 2005, com um grande *Seminário Internacional sobre Formação de Quadros*, com a presença de diversas experiências de formação e educação popular. O ato de inaugurar esta escola com este evento já demonstra seu caráter de construção internacionalista. Sua construção foi realizada através de brigadas de trabalho voluntário onde participaram assentados (as), acampados (as) de todo o país, assim como voluntários de organizações parceiras nacionais e internacionais.

Conforme aponta Ana Maria Justo Pizetta (2007), a construção da ENFF ocorreu no período de 2000 a 2005 "configurando-se em torno de 12 mil horas trabalhadas por 1000 pessoas (927 homens e 63 mulheres) representando 112 assentamentos e 230 acampamentos os quais foram organizados em 25 brigadas de trabalhadores e trabalhadoras voluntárias". (PIZETTA, 2007, p.25), Ainda segundo a autora, estas brigadas representaram 20 estados da federação onde o MST está organizado.

Em nota de rodapé a autora explica a terminologia: "brigadas de trabalho voluntario":

> Brigadas de Trabalho voluntário foi o nome que o MST escolheu para os grupos de trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, que os estados organizaram para contribuir na construção da ENFF. Elas permaneciam durante 60 dias no canteiro de obras e eram auxiliados em seu aprendizado por uma brigada permanente formada por assentados e acampados com

> experiência na construção com terra, muitos dos quais capacitaram-se a partir da vivencia nos espaços de trabalho da Escola Nacional. (PIZETTA, 2007, p. 25)

O significado desta metodologia, de construção coletiva, de construção com terra, do trabalho vinculado ao processo de consciência, ao processo educativo, é um princípio fundamental do próprio do MST. A autora afirma, retomando autores como Ricardo Antunes, e Georgy Lukács que o trabalho é "um ato de por consciente" exigindo assim o "conhecimento concreto" de determinadas finalidades e meios, "ainda que jamais perfeito" (PIZETTA, 2007, p. 29). Sobre a importância desta metodologia, conforme dois dos depoimentos coletado pela autora, de trabalhadores assentados que fizeram parte do processo de construção coletiva da escola.

> Na escola, trabalha-se voluntariamente para construir algo que será das pessoas e, elas vão poder utilizar e dar continuidade ao trabalho que realizamos aqui. Eu aprendi não só a trabalhar na construção, aprendi a construir com terra, fazendo a analise do solo adequado para a produção dos tijolos. Aprendi a ler projetos, através dos cursos que foram ministrados na obra. Assim, aprendo na teoria e na pratica. E nos cursos de formação aprendi sobre as linhas políticas do MST, a formação, através desse processo, foi me construindo, deixei de beber, ajudado pelo coletivo. (PIZETTA, 2007, p.30)

> [...] a gente se descobre politicamente e descobre a importância de ser um ser humano, faz se sentir mais humano. Fora da Escola eu era individualista e ignorante. Aqui, eu aprendi 100%, não sabia nada de construção. O exercício do trabalho voluntário faz com que a gente comece a compreender a importância de cada ação que se faz, o respeito aos limites de cada pessoa. Aprendi a doar trabalho, amizade, compreensão. (PIZETTA, 2007, p. 32)

A Escola Nacional Florestan Fernandes em princípio era um *Curso Nacional de Formação de Militantes* que como mencionado anteriormente era realizado no estado de Santa Catarina, municicpio de Chapecó, posteriormente acaba tornando-se a escola de formação de quadros do MST. Segundo Silva (2005) a campanha nacional para a construção de uma sede para a ENFF inicia em 1998, desenvolvendo junto a militancia um "sentimento de honra em participar da Escola como construtor e/ou estudante". Uma campanha que desde o início teve um sentido de "fortalecer a dimensão coletiva do MST", passando a ser um grande "curso de formação massiva, onde todos possuem o direito e o dever de participar, intensificando a necessidade histórica do estudo para o fortalecimento da orgnaização social". (SILVA, 2005, p. 174).

A atual sede da ENFF é localizada no município de Guararema – SP, mas como afirmam seus documentos internos, a escola não se reduz a estrutura física, mas significa a

política de formação de quadros da organização, e nesse sentido diversos de seus cursos ocorrem espalhados nos diferentes estados do país.

A ENFF atualmente organiza seus trabalhos a partir de quatro núcleos de estudo, dos quais um especificamente é vinculado a formação de militantes e formadores latino-americanos, como se mencionou acima, o núcleo estudos latino-americanos. E outro denominado núcleo de cursos formais, onde os cursos, conforme comentado acima, são parcerias com Instituições formais de educação (Universidades, faculdades, etc.). E destes alguns são pensados para militantes de organizações sociais campesinas articuladas na VCI.

No caso do primeiro núcleo, dois cursos fazem parte deste: *O Curso de Teoria Política Latino-americana* e o *Curso de Formação de Formadores da América Latina*. O *Curso de Teoria Política Latino-Americana* já foi realizado em seis edições. Num período de três meses, militantes dos diferentes países de todo o continente americano. Numa das edições, participaram militantes da África e noutro da Palestina. Nas ultimas turmas participaram diversos militantes de organizações campesinas do Haiti. Estes em sua maioria falavam em crioulo ou francês, o que se resolveu pela tradução simultânea juntamente com participantes de fala hispânica.

Temas como economia política; filosofia política; estudo do pensamento e de pensadores latino-americanos como José Martí, Simon Bolívar, Mariátegui, Che Guevara, entre outros; historia das resistências e processos revolucionários do continente; e teoria política da organização, são parte do programa deste curso.

Quanto ao curso de *Formação de Formadores da América Latina*, já foram realizadas cinco edições. Voltado a militantes e dirigentes que trabalham com educação popular, formação política e/ou organizam e acompanham processos formativos, é um curso com período de trinta a quarenta dias no qual se estudam os temas do *Curso de Teoria Política Latino-Americana* de maneira mais sintética, mais temas referente à educação popular, ao trabalho de base e o trabalho organizativo de camponeses, indígenas, afrodescendentes, e assalariados do campo.

Também, vinculado a este núcleo, existe um acompanhamento sistemático das brigadas internacionalistas de solidariedade que tem o papel de fortalecer os laços da luta internacional e de contribuir voluntariamente com as organizações sociais dos diferentes países nos aspectos organizativos e da formação política. Este acompanhamento se dá inicialmente com um momento conjunto de estudo da realidade do país onde se estará realizando atividades, do princípio internacionalista, dos movimentos camponeses que ali atuam, da língua do país (casos como espanhol, inglês, crioulo, francês). No momento

existem brigadas internacionalistas de solidariedade no Haiti, na Venezuela, na Bolívia e no Paraguai com diferentes atividades vinculadas à produção e formação junto às organizações articuladas na VCI.

Quanto ao núcleo de cursos formais, aos cursos de caráter latino-americano, citamos o *Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos*, uma parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, e o curso de *Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América latina e Caribe*. A característica essencial destes cursos é o vínculo ou parceria com outras Instituições devidamente regulamentadas no que diz respeito ao processo de escolarização. São cursos construídos conjuntamente com instituições de ensino superior e que ocorrem geralmente nas dependências de tal instituição. São cursos criados especialmente para integrantes dos movimentos sociais, turmas especiais com processos seletivos diferenciados, mas não menos rigorosos.

O *Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos* é uma parceria da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, com a Escola Nacional Florestan Fernandes. É realizado no Município de Juiz de Fora em Minas Gerais, nas dependências da faculdade de serviço social da Universidade, e na sede da ENFF, alternadamente. Com início em 2003 a primeira turma teve a participação de representantes das diferentes organizações campesinas do Brasil, do Paraguai, e Chile. Com metodologia de alternância, aconteciam etapas nos meses de fevereiro e julho num período de dois anos. A cada dois anos nova turma se iniciava, sendo que em 2013 se iniciou a sexta turma.

O curso proporciona a discussão de temas como metodologia da pesquisa social aplicada aos movimentos sociais; conceitos da crítica à economia política, arte e literatura na América Latina; historia político – econômica e antropológica da America Latina, historia das lutas de resistência e revoluções latino-americanas; pensamento e pensadores latino-americano; movimentos sociais na América Latina, etc.

Outro curso com esta característica é o *Curso de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe*, cátedra construída através da parceria, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita – UNESP, campus de Presidente Prudente; a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF do MST, Brasil. Um esforço conjunto destas três instituições para constituir este curso, *strictu sensu*, voltado a integrantes de movimentos sociais da Via Campesina a nível internacional. O Programa da cátedra foi oficialmente foi aprovado neste ano de 2013 e contempla temas que envolvem a discussão de questão agrária, soberania

alimentar, campesinato, resistência, educação do campo, produção familiar, relações de gênero e território na America Latina.

A primeira turma, parte deste projeto da Cátedra, realizando o mestrado regular em Geografia na UNESP com militantes da Via Campesina Brasil. São quatorze educandos/ militantes que realizam investigações em temas como: Educação do campo; disputas territoriais entre o agronegócio x campesinato; o modelo energético e capitalismo; políticas públicas; políticas do banco mundial para agricultura; construção de territórios camponeses, as relações de trabalho em assentamentos da reforma agrária, o protagonismo das mulheres na luta por política agrária; o plano camponês; a CLOC – Via Campesina; e o caráter educativo da luta pela terra.

Estes cursos fazem parte do núcleo de cursos formais da ENFF, e são experiências de formação política-profissional com características peculiares da educação formal, onde se exige uma determinada escolaridade e ao mesmo tempo escolariza.

O programa de formação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em sua diversidade de características, tem princípios que já foram mencionados acima como, por exemplo: o internacionalismo, o estudo, o trabalho e a organicidade. Carrega também o princípio, não menos importante, que é o da educação/ formação para a transformação social, e neste sentido deve articular teoria e pratica envolvendo a construção de novos valores. A Escola Nacional conta também com uma ciranda infantil[51] chamada Saci Pererê que realiza um processo de educação infantil aos filhos que participam da vida da escola, sejam estes educandos ou integrantes do corpo de trabalhadores da escola.

3.1.5 Escola de Formação de mulheres: continental, região *conosur*, e região andina (itinerante);

A *Escola de Formação de Mulheres*, como é chamada na VCI, tem caráter itinerante. Inicialmente realizaram-se escolas regionais *conosur* e andina, e é com estas experiências que se forja a chamada *Escola Continental de Mulheres*.

Esta escola nasce de atividades muito pontuais com a finalidade de fortalecer a participação das mulheres nas instancias e atividades da CLOC-Via Campesina, assim fazendo jus à linha política de paridade de gênero na organização. A participação da mulher

[51] A Ciranda Infantil nasce no MST pela necessidade de possibilitar maior participação das mulheres nas instancias da Organização, em reuniões, encontros, congressos e cursos, assim como a busca de discutir a vida da infância no movimento e seus aspectos educativos.

nas instancias não deveria ser apenas como número, mas uma participação efetiva e com qualidade. E neste sentido a escola contribuiria para fortalecer esta participação.

A escola de mulheres da região andina ocorreu em Quito no Equador com duração de um período de 20 dias. Foram realizadas também algumas escolas de mulheres na região *conosur,* entretanto não foram encontradas informações mais detalhadas sobre as mesmas.

A primeira *Escola Continental de Mulheres* ocorreu em Colômbia, com a presença de 56 participantes de 17 países num período de 15 dias. Os temas estudados foram: filosofia política; economia política; historia da America Latina; capitalismo na agricultura; teoria da organização; soberania alimentar; temas orânicos da CLOC - Via Campesina; divisão sexual do trabalho e feminismo; e, participação da mulher nas lutas campesinas.

Segundo a declaração final da *I Escola Andina de Mulheres*[52] firmam-se os compromissos de: sustentar a luta pela soberania alimentar; lutar por uma reforma agrária integral que garanta o acesso da mulher à terra; pela a conservação das sementes; a resistência e a promoção da agricultura campesina; lutar contra todas as formas de violência contra a mulher. Transcrevemos um trecho da declaração abaixo:

> La importancia de la creación y estructuración de espacios de formación que respondan a nuestra cosmovisión andina y que nos permitan profundizar en la construcción de la propuesta feminista campesina y popular, la cual concebimos como un gran insumo para definir los cambios socialistas que aspiramos. En ese sentido, expresamos nuestro rechazo al capital y al patriarcado que nos han oprimido históricamente. (CLOC, 2012, p. 1)

A *Escola de Formação de Mulheres* e as assembleias de mulheres realizadas antes dos congressos e encontros da CLOC e da Via Campesina fazem parte da estratégia de estimular e qualificar a participação das camponesas, indígenas e afrodescendentes em suas organizações e nas instancias organizativas a nível internacional.

3.1.6 Acampamento da juventude latino-americana da VCI (Argentina):

O acampamento da juventude latino-americana ocorre anualmente na Argentina, e é frequentemente realizado no mês de outubro em homenagem a Ernesto Che Guevara. Já foram realizados 13 acampamentos ocorridos no país (mas de caráter latino-americano) como

---

[52] CLOC. Declaração Final da Primeira Escola Andina de Mulheres da CLOC- Via Campesina. In: **CLOC**, 13 de julho de 2012. Disponivel em: <http://www.cloc-viacampesina.net/es/temas-principales/102-mujeres/1130-declaracion-final-de-la-i-escuela-andina-de-mujeres-de-la-cloc-via-campesina>. Acesso em janeiro de 2013

um espaço de estudo e discussões de temas conjunturais da America Latina e do Mundo, de trabalho voluntário, e intercambio de experiências.

Estima-se que somente no décimo acampamento realizado no ano de 2010 em Quimili, houve a participação de cerca de 1000 jovens de diferentes movimentos e lugares do continente, como os movimentos campesinos de Argentina, Brasil, Paraguai, Equador, Colômbia, e Chile. Nele se discutiram temas de conjuntura e diferentes problemáticas nas quais atravessa estes diferentes países.

O XII acampamento latino-americano de jovens ocorreu de 8 a 13 de outubro de 2012, nas dependências da UNICAM em Ojo d´Água, Santiago Del Estero, Argentina. Foram discutidos temas como: os problemas vivenciados pela juventude do campo; reforma agrária e soberania alimentar, com metodologias de trabalho em grupo, exposições e debates.

O acampamento latino-americano da juventude é também considerado um espaço importante de integração de movimentos campesinos e urbanos. As últimas discussões são de que o acampamento possa também seguir de maneira itinerante, e possivelmente alternar com um ano a ser realizado a nível nacional, ou seja, em cada país, e noutro ano a nível internacional.

3.1.7 Campanhas da VCI:

As campanhas da Via Campesina Internacional são permanentes e buscam mudanças profundas e conjunturais. Fazem parte de um campo de batalha de ideias, e assim tem uma dimensão pedagógica ao dialogar tanto para dentro das organizações, quanto para com a sociedade.

Com caráter de mobilização, difusão, denúncia e apoio solidário, as campanhas têm um papel informativo e formativo buscando forjar instrumentos e metodologias que integrem investigação, capacitação e formação política.

São Campanhas da VCI:

- Campanha contra os agrotóxicos e pela vida: com o lema: “Agrotóxicos matam”, pretendem fazer o debate sobre o modelo de agricultura capitalista, assim como propor o modelo agroecológico de produção;
- Campanha das sementes: sob o lema: “Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, fazem o debate e a luta pela não privatização das sementes, pois as mesmas são base fundamental para a soberania alimentar. Buscam retomar os

conhecimentos indígenas e campesinos a respeito da diversidade das sementes, defendendo a agricultura campesina e a biodiversidade.

- Campanha global pela Reforma Agrária: com o lema: "Pela Terra, água, território e soberania alimentar, Reforma Agrária já", pretende reafirmar a reforma agrária como uma necessidade para a humanidade, e, a função social e ambiental da terra e da água, denunciando a agressão do modelo agrícola sobre os territórios indígenas, camponeses e afrodescendentes.
- Campanha basta de violência contra as mulheres: com o lema: "As camponesas e camponeses da Via Campesina dizemos: Basta de violência contra a mulher". Pretende dar visibilidade à violência que acontece com as mulheres da classe trabalhadora, assim como lutar por políticas publicas que combatam as formas de violência contra a mulher. Ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento das organizações sociais que lutam pela emancipação feminina.

3.2 Cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional:

Os cursos livres ou informais e atividades de formação política-profissional têm a característica de não estarem vinculados a processos de escolarização ou que exigem determinada escolaridade, entretanto realizam além da formação política, estudos a respeito de temas específicos que capacitam ou potencializam a atividade da militância em determinadas áreas. É o caso de cursos voltados a comunicadores populares, ou cursos de agroecologia à campesinos das bases das organizações sociais, ou ainda o método de trabalho campesino a campesino. Segue abaixo a descrição destas atividades que já estão em andamento.

3.2.1 Escola Latino-americana de Comunicação Popular da CLOC-VC (itinerante):

Foram realizadas até o momento duas Escolas de Comunicação popular da CLOC-VC. A primeira escola ocorreu na escola de formação Francisco Morazán Quezeda, Manágua – Nicarágua, em novembro de 2011. A segunda ocorreu no Rio Grande do Sul nas instalações de uma escola de formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (Brasil), em setembro de 2012. Por ser também uma escola bastante recente, não foram encontrados registros com dados de número e organizações sociais participantes.

Esta escola nasce a partir da necessidade de preparação ou formação de comunicadores populares, potencializando assim a articulação internacional, a solidariedade entre os povos e a capacidade de comunicação no interior de cada organização e entre as organizações sociais. Ao mesmo tempo em que também contribui para a formação de formadores em comunicação popular na medida em que são organizados, coordenados e acompanhados por militantes dirigentes das próprias organizações com apoio de especialistas na área. Tem a característica de realizar a formação política-profissional, ou política-técnica, prática.

Está vinculada também à necessidade de fortalecer os processos organizativos da CLOC – Via Campesina, consolidando um coletivo continental de comunicadores populares que possam construir metodologias próprias de comunicação da articulação internacional de camponeses, realizar cobertura das campanhas, de ações de solidariedade internacional, convocatórias para jornadas através de programas de rádios comunitárias, boletins, etc.

Os principais temas de debate desta escola são filosofia política, economia política, historia da America Latina, teoria da organização, questão agrária, temas orgânicos da Via Campesina, e temas referentes à comunicação popular como radio comunitária, produção de vídeos, etc.

3.2.2 Campesino a Campesino:

O Movimento agroecológico *Campesino a Campesino* é considerado um método de trabalho de base que busca através da prática fazer crítica à revolução verde e construindo concretamente alternativas. Este método nasce na década de 60 e depois de décadas de êxito em países como Guatemala, México, Honduras e Nicarágua, é realizado em 1997 pela ANAP – Cuba, organização partícipe da Via Campesina. Sua metodologia tem influencia até os momentos atuais para os trabalhos de diferentes organizações. Tem sua fundamentação no pensamento de Paulo Freire e traça uma metodologia de comunicação horizontal entre os camponeses e os técnicos contrapondo-se à forma clássica do extensionismo. Desde uma concepção de educação popular, o trabalho horizontal de conscientização e crescente politização estão fundados na práxis e na formação para a transformação social.

A obra de Giménez (2008) detalha diversas histórias do surgimento deste método de trabalho em Cuba, México, Guatemala e Nicarágua. Em uma das passagens de sua obra, ele afirma:

> El surgimiento y la rápida diseminación de Campesino a Campesino en Nicaragua, durante la Revolución Sandinista, no fue una coincidencia. La Revolución era un faro para el movimiento social en Latinoamérica. Intelectuales y activistas de todo el mundo estaban participando en el audaz proyecto político sandinista de cambio social. Estos "internacionalistas" apoyaban activamente los programas populares que se desarrollaban: alfabetización, atención para la salud y reforma agraria. Muchos expatriados eran profesionales de la clase media quienes aportaron con sus múltiples habilidades. Otros eran jóvenes, idealistas, voluntarios irreverentemente, llamados "sandalistas" porque se vestían con pantalones de *lona*," jeans" y usaban sandalias, llevando mochilas en la espalda. Otros visitantes en Nicaragua fueron los campesinos, quienes, con la ayuda de ONG progresistas, llegaron para compartir su conocimiento y para aprender del experimento revolucionario. Era un tiempo de gran efervescencia política, y debido a la contra-revolución apoyada por los Estados Unidos, también era un tiempo de peligro, sacrificio y esperanza encarnizada. Era transformador. En la Nicaragua revolucionaria, el trabajo dirigido por campesinos para la agricultura sustentable, iniciado en Guatemala y México, fue una herramienta para la solidaridad política. Los campesinos mexicanos conocedores de la agroecología y las metodologías de campesino a campesino se unieron con las experiencias revolucionarias nicaragüenses. (GIMÉNEZ, 2008, p. 85, 86)

O autor também aponta em sua obra que há uma pedagogia campesina relacionando ao elemento do método de trabalho do Campesino a Campesino. Esta perpassa por alguns princípios chaves que primam pelo intercambio cultural e pelo desenho da investigação participação-ação. São seus princípios: motivação e ensino aos campesinos o ato de experimentar; obtenção e utilização o êxito rápido e reconhecível; uso de tecnologias apropriadas; o ato de iniciar com poucas e bem escolhidas técnicas; e o "ato de formar campesinos promotores". (GIMENEZ, 2008, p. 110).

Giménez (2008) afirma que esta pedagogia campesina está organizada em fases cíclicas que se conjugam: problematizar, experimentar, e promover. A primeira delas está em aprender os conceitos básicos da agroecologia perguntando-se em coletivo, em grupo. A segunda, a experimentação, está relacionada ao ato de desenhar experimentos e avaliar as possíveis alternativas para resolver determinado problema, aprendendo inclusive a formular hipóteses de trabalho, observações dirigidas, comparações e socializações de resultados. A terceira está relacionada à promoção, ao ato de aprender a organizar e realizar oficinas de aprendizagens e dias de campo, a promover a aprendizagem agroecológica e desenvolver habilidades de comunicação em grupo.

Entre feiras, ajuda mútua e muritões, o método campesino a campesino, possibilita compartilhar experiência de trabalho, informações e novas tecnologias para a agricultura. Em depoimento sistematizado na obra de Gimenez, José Mendonza analisa a importância do método para aprendizagem: "Una de las principales cosas es poder hacer para enseñar. Hacer las cosas para enseñar a otros es el mejor método que existe para avanzar en el campo. (José Jesús Mendoza, Santa Lucía, Nicaragua)". (GIMENEZ, 2008, p. 107)

Este método de trabalho vem sendo discutido nas diferentes organizações que compõem a VCI, com algumas experiências no Equador e em Colômbia. Seus princípios giram em torno de começar desde o pequeno, trabalhando em escalas menores e desenvolver um efeito multiplicador das experiências agroecológicas que vão se concretizando. A partir destes princípios se desenvolvem ações do tipo: diagnósticos, intercâmbios, oficinas, encontros, assembleias, testemunhos, demonstrações didáticas e sociodramas, entre outros. Considera-se na VC que este método de trabalho possibilita inspiração ao trabalho das diferentes organizações sociais do campo.

3.2.3 Escola de Agroecologia Raul Balbuena, Viotá, Colômbia.

A Escola de Agroecologia Raul Balbuena, localizada em Viotá na Colômbia é uma escola da FENSUAGRO, organização partícipe da Via Campesina. Um centro de capacitação e formação política e agroecológica de militantes e dirigentes da organização. Uma escola de capacitação não formal, ou melhor, que não trabalha com níveis de escolaridade, não estando assim vinculada a instituições formais, e por este motivo tem maior autonomia em relação aos programas, períodos de cursos e atividades, e linhas políticas da mesma.

Está sendo projetada a possibilidade de construir um instituto latino-americano de agroecologia – IALA em Colômbia, com um curso de tecnólogo em agroecologia, no qual os estudos serão realizados com metade do tempo em estudo e metade do tempo em trabalhos com as comunidades camponesas.

3.2.4 Encontro de formadores em agroecologia:

Foram realizados até o momento dois *Encontros de Formadores e Formadoras em Agroecologia* no continente. Além destes encontros latino-americanos realizaram-se também no ano de 2010 o *I Encontro Asiático de Agroecologia*, em Colombo (Sri Lanka), e, um encontro da região África 1 da Via Campesina (Masvigo, Zimbabue) em junho de 2011, que de acordo com a declaração de Shashe[53], teve a presença de 47 participantes de 22 organizações presentes em 18 países, como por exemplo: Zimbabue, Moçambique, Ruanda, Angola, Zambia, África do Sul. Foram camponeses, investigadores, acadêmicos, intérpretes que debateram entre outros temas a o latifúndio e a intervenção das corporações

[53] VIA CAMPESINA, Declaração de Shashe. In: **Land Research Action Network.** Junho de 2011. Disponível em <http://www.landaction.org/spip.php?article617&lang=en>. Acesso em março de 2013.

transnacionais (TNC's) na agricultura, e a agroecologia e a reforma agrária como pilares fundamentais da construção da soberania alimentar.

Percebemos a partir desta declaração o posicionamento dos participantes frente a estas temáticas. Transcrevemos abaixo alguns trechos desta declaração correndo o risco de delongar sobre o tema, mas na intenção de evidenciar os principais temas debatidos e os posicionamentos dos participantes referente ao impacto das grandes corporações transnacionais da agricultura na vida dos camponeses e demais trabalhadores do campo:

> [...] As importações de alimentos baratos e subsidiados trazidos pelas TNC's, possíveis graças aos acordos de comercio livre, baixam os preços aos quais vendemos os produtos das nossas quintas e obrigam as famílias a abandonar a agricultura e migrar para as cidades, enquanto reduzem as produções local e nacional de alimentos. Os investidores estrangeiros, convidados por alguns dos nossos governos fracos e corruptos, açambarcam as melhores terras aráveis, tiram a produção de alimentos das mãos dos pequenos camponeses e reorientam essas terras em direção a projetos com consequências ambientais danosas, tais como a exploração mineira, as plantações de agrocombustíveis que alimentam os automóveis em vez de alimentar as pessoas ou ainda a produção de matérias agrícolas destinadas a exportação. Não só as praticas agrícolas impedem os nossos países de atingir a soberania alimentar como também apenas enriquecem uma pequena minoria da população [...]. (VIA CAMPESINA, 2011, não paginado)

> Confrontamo-nos com as transnacionais e que querem, seja por ações de lobbies/advocacias ou por artimanhas, impor a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) nos países onde a sua utilização não e permitida. Devemos, igualmente, fazer face às organizações internacionais como a AGRA (Aliança para a Revolução Verde em África) que colaboram estreitamente com as multinacionais como a Cargill e a Monsanto bem como com os governos para privatizar as instituições publicas de pesquisa agrária e de sementes e substituí-las por estruturas que promovam a utilização de sementes geneticamente modificadas. Essas sementes perigam a integridade genética das nossas variedades locais e a saúde dos nossos consumidores. Essas mesmas empresas chegam a manipular as organizações regionais de camponeses para promoverem a utilização das OGM's. Apelamos a essas organizações regionais para que resistam a esta instrumentalização [...]. (VIA CAMPESINA, 2011, não paginado)

Finaliza-se a declaração afirmando a necessidade de uma agricultura agroecologica relacionada à soberania alimentar, restaurando a degradação ambiental provocada pelo sistema capitalista.

> Acreditamos que... a agricultura agroecológica, tal como e praticada pelos pequenos camponeses bem como as políticas a favor da Soberania Alimentar são as únicas soluções reais e eficazes para responder aos múltiplos desafios com os quais as nossas regiões se confrontam. Apenas os métodos agroecológicos (também chamados agricultura sustentável/durável, biológica, ecológica, etc.) podem restaurar a qualidade dos solos e dos ecossistemas agrícolas que foram degradados pela agricultura industrial [...] (VIA CAMPESINA, 2011, não paginado)

> O atual sistema alimentar mundial e responsável por quase 40 a 51 % das emissões mundiais de gazes com efeito de estufa A quase totalidade destas emissões poderia ser eliminada se transformasse o sistema alimentar mundial de acordo com os princípios agroecologicos, da reforma agrária e da soberania alimentar. A agricultura camponesa sustentável refresca o planeta, e esta e a nossa melhor solução para lutar contra as mudanças climáticas [...]. (VIA CAMPESINA, 2011, não paginado)

Já em relação aos *Encontros de Formadores e Formadoras do Continente Latino-Americano*, o primeiro deles foi realizado na Venezuela, estado de Barinas, nas dependências do Instituto de Agroecologia latino-americano – IALA Paulo Freire em agosto de 2009. Um espaço de debate sobre a formação de quadros; a reforma agrária e soberania alimentar; a cosmovisão indígena e metodologias de educação popular.

Segundo a memória audiovisual organizada por uma equipe de educandos (as) do Instituto[54], os objetivos do encontro são essencialmente três: contribuir para a construção da unidade de organizações sociais articuladas na VCI; construir enquanto camponeses, indígenas e afrodescendentes a própria ciência (da produção, da educação, etc.); e o terceiro está justamente em celebrar uma das experiências de formação em agroecologia latino americana, o local que sediou o encontro. Abaixo transcrevemos um depoimento de Judite Stronzake (MST/Brasil) sobre o significado deste Encontro para a Via Campesina:

> [...] uma ideia é que tem o sentido de construção da unidade da via campesina internacional, (...) faz 15 anos que a via campesina existe e neste aspecto da formação, da educação, da formação da juventude campesina, dos demais movimentos é algo um tanto recente. Então este encontro é parte de um processo de construção desta unidade de pensamento e de concepção. E também nos toca enquanto campesinos, indígenas e afrodescendentes do continente começar a criar nossa próprias teoria, nosso próprio pensamento, nossa ciência, a partir deste processo de construção da unidade dos campesinos no continente. O desafio de ter a nossa ciência seja em qualquer ramo, seja da formação humana, da produção, da educação, da convivência, da cosmovisão, da organização da produção de comunidades campesinas. Também tem este sentido de que a partir deste encontro necessitamos ter algumas ações comuns. Então é a unidade, a teoria própria da Via Campesina, dos movimentos campesinos, e é a ação, seja para contribuir nas ações de protesto dos movimentos e coes comuns no campo da produção, da educação, da formação, da integração, direitos humanos. Este encontro também vem consagrar e confraternizar de que este projeto aqui onde estamos, é um projeto da Via Campesina. (I ENCUENTRO, Parte I, 2009, imagem em movimento)

E complementa ainda[55]:

---

[54] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte I. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Video Digital (4 partes), color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yeFTm17R4rs>. Acesso em outubro de 2012.

[55] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Video Digital, color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-8ISdWzdikw>. Acesso em outubro de 2012.

> Este encontro então é um posicionamento dos movimentos que dizem ok, aceitamos e vamos construir esta unidade internacional, de formar novas consciências, novas práticas, nova gente para poder fazer as mudanças estruturais que devemos fazer. Então este encontro vem como um momento muito importante e muito significativo que é consagrar uma estratégia nova, dentro do continente, dentro da via campesina [...]. (I ENCUENTRO, 2009, imagem em movimento).

> [...] sair de uma posição de resistência, e ir para uma ofensiva continental, e isto, tem como essência a formação e a educação [...] pra que nos possamos vencer, conquistar, mudar a realidade em que vivemos, temos que avançar na formação, na educação. Então, este I Encontro tem esta perspectiva de nos convencer, de criar orientações comuns de formação e educação, e construir um processo comum de organização de tarefas nesta área de formação. (I ENCUENTRO, 2009, imagem em movimento)

Segundo Donald Spinoza (ATC/ Nicarágua)[56], o encontro vem reafirmar uma cadeia já existente de movimentos em prol da agroecologia ou que tem uma visão agrocológica.

> Este encuentro de agroecología es reafirmar una cadena que ya existe, una cadena que está formada por todas las organizaciones campesinas que trabajan en prol de la agroecología, o que tienen esta visión agroecológica, y digo que ya existía, pero que este encuentro la fortalece, la hace más fuerte, y si es más fuerte, nada y nadie la va a romper, y aquí el IALA y las otras escuelas de formación agroecológica son un ejemplo de esta cadena […]. (I ENCUENTRO, Parte I, 2009, imagem em movimento)

No que se refere ao ensino da agroecologia, citamos abaixo alguns depoimentos que trazem elementos da concepção e do método debatido no Encontro. Francisco Javier Velasquez, subdiretor acadêmico do IALA Paulo Freire (MPPES/Venezuela) afirma que o ensino da agroecologia está relacionado a um estreito vinculo com à pratica social[57].

> […] la enseñanza, el aprendizaje del agroecología es algo que deriva directamente de la práctica, la clave esta, sigue estando digamos, no al interior del aula, con lo cual no estamos diciendo, ojo n´, que lo académico es superfluo. Lo académico tiene un sentido, pero en la medida en que esta imbricado, en que está relacionado, en que está estrechamente vinculado a lo que es la practica social" (I ENCUENTRO, Parte II, 2009, imagem em movimento)

Uma agroecologia pensada a partir da totalidade, onde a formação humana e técnica devem ser imbricadas é uma questão chave para Nilcinei Toná (MST /Brasil)[58]:

---

[56] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte I. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Video Digital (4 partes), color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yeFTm17R4rs>. Acesso em outubro de 2012.

[57] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte II. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Video Digital (4 partes), color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=02EEWIFzicE>. Acesso em outubro de 2012.

[58] Ibiden

> La formación en agroecología so es posible ser pensada como una totalidad. Hay que formar personas en sus dimensiones como seres humanos en sus multiplas capacidades, en aspecto político, en aspecto de educación, en aspecto también entonces técnico, de comprensión de los ambientes, de cómo los maneja, de cómo se hace una relación, diferente con la naturaleza. (I ENCUENTRO, Parte II, 2009, imagem em movimento).

Um aspecto bastante importante apontado por Erik Nuñes da Alma Mater (MPPES/Venezuela) é o da necessidade das universidades romperem o isolamento com as forças sociais mobilizadas: com os trabalhadores, operários e camponeses. Na transcrição abaixo[59], segue este comentario:

> Lo que estamos haciendo acá es algo verdaderamente importante en América Latina. Creemos que es integrar las luchas de los campesinos, de los movimientos organizados campesinos, con la educación superior, con una educación superior que rompa con ciertos marcos institucionales, ciertas murallas que caracterizan a nuestras universidades, que por tanto que rompan con el aislamiento, sobretodo el aislamiento con las fuerzas sociales fundamentales, con los trabajadores, con los obreros, y con los campesinos. (I ENCUENTRO, Parte II, 2009, imagem em movimento).

Para Eduardo Sevilla Guzmán[60]:

> […] para mí lo más importante es eso, o sea, el conocimiento popular, ha creado un concepto que tenemos que continuar desarrollando, a través de método que utiliza la agroecología, que es la investigación – acción participativa. (I ENCUENTRO, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Neste I Encontro se reafirmou também, desde os educadores e organizações sociais ali presentes, o papel da agroecologia na construção de um modelo alternativo de agricultura impulsionado pelo capitalismo, como uma "emergência social". Conforme Daniel Pascual Hernandez (Via Campesina/ Guatemala)[61]:

> […] la agroecologia como un proceso de transformación del actual modelo de producción capitalista que destruye e contamina, que aniquila nuestros recursos naturales. Estamos en esta construcción y creo que este encuentro ser aún paso fundamental a establecer y llegar a un consenso de que efectivamente la agroecología no puede al servicio del capitalismo, más bien al servicio del procesos socialistas" (I ENCUENTRO, Parte III, 2009, imagem em movimento)

---

[59] Ibiden

[60] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte III. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Vídeo Digital (4 partes), color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-8ISdWzdikw>. Acesso em outubro de 2012.

[61] Ibiden.

Peter Rosset aponta a estreita vinculação que existe entre a agroecologia e a reforma agrária, a maneira de produzir alimentos[62].

> […] se puede decir de que la reforma agraria no puede funcionar si reproducimos el modelo dominante después de conquistar la tierra, entonces la reforma agraria requiere la agroecología. Pero de igual manera no podemos hacer agroecología si no tenemos tierra, entonces para que la maioria pueda entrar en la agroecología es necesario hacer reforma agraria, y la soberanía alimentaria no la vamos alcanzar si no hacemos reforma agraria, y además otra manera de producir los alimentos […]. (I ENCUENTRO, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Para Álvaro Salgado (CENAMI/ México)[63]:

> […] la agroecología entonces es una emergencia social política de distintos actores políticos, sujetos sociales, sobretodo, campesinos y campesinas y comunidades indígenas. Aunado a esta emergencia social, esta insurrección y subversión de lo que aparentemente ya esta establecido como un programa histórico que es la industrialización, de la urbanización, emerge la ciencia agroecológica pero también emerge el movimiento social campesino, quizás es la primera ciencia que surge de un movimiento social, un movimiento político, y como ciencia debe tener todos los problemas para generar conocimientos, para validarlos, para hacerlos teoría. Pero a parte tiene el reto y el desafío de tener consenso y partir de los planteamientos propios de las comunidades indígenas y campesinas y agricultores agroecológicos, […] Yo creo que pensar la agroecología como un movimiento indígena es algo más allá que técnicas convencionales agroecológicas. Por eso me refiero que no hay un abc de la agroecología, sino que hay procesos de investigación, acción participativa, pero también de investigación militante, de resolver problemas concretos pero también de encontrar formas de proyección de esta agroecología de este movimiento campesino hacia la ciudad, hacia otro sector. (I ENCUENTRO, Parte III, 2009, imagem em movimento)

Também circundou os debates no encontro, o tema das diferentes concepções de agroecologia, e como deveriam ser tratadas. Miguel Altieri[64], um dos educadores que assessorou o encontro, comenta que:

> […] porque los procesos son no solamente agroecológicos, pero sociales políticos. Entonces como integrar […] estas escuelas de pensamiento en agroecología. Hay habido muchas tensiones entre aquellos que dicen que lo técnico es lo más importante, y otros que dicen que lo social y político es lo más importante. Yo creo que los dos son importantes y que hay que crear son puentes de comunicaciones entre las diversas escuelas. (I ENCUENTRO, 2009, imagem em movimento)

---

[62] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte III Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Vídeo Digital (4 partes), color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ysjukjxRcK8>. Acesso em outubro de 2012.

[63] Ibiden.

[64] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Vídeo Digital, color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-8ISdWzdikw>. Acesso em outubro de 2012.

Como aspectos orgânicos da projeção e continuidade do debate e da formação politica-profissional em agroecologia, se apontam a necessidade de criar mais escolas e cursos em agroecologia para campesinos e filhos de campesinos, indígenas e afrodescendentes. Salomón Rui Dias (MCP/Paraguai)[65] comenta num depoimento audiovisual o inicio da articulação pela construção de um outro IALA, o chamado IALA Guarani, a ser realizado no Paraguai.

> […] queremos iniciar en el próximo año, una IALA en Paraguay que es la IALA Guaraní. En este momento se está haciendo todos los esfuerzos ahí en Paraguay. A varios equipos que trabajan para crear mallas curriculares, que trabajan con las comunidades campesinas de alrededor de donde va ser IALA guaraní. Contamos con la solidaridad de los compañeros […] de la vía campesina, del gobierno bolivariano de Venezuela, y otras instituciones que está muy de cerca a este emprendimiento que es la agroecología. (I ENCUENTRO, 2009, Parte IV, imagem em movimento)

O segundo *Encontro Continental de Formadores e Formadas de Agroecologia* se realizou em Chimaltenango, Guatemala, como indicativo que saiu do I Encontro. Seu período de realização foi no mês de agosto de 2011, com a participação de cerca de 150 formadores, representantes de 49 organizações de 20 países: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Peru, Panamá, Venezuela.

Segundo comentário sobre o depoimento de Daniel Pascual na Rádio Mundo Real[66]:

> O modelo proposto que é a agreocologia vai muito alem da produção orgânica diz Pascual, é um sistema alternativo de produção de terra, sementes, solos, ciclos de produção, milpa, feijão, árvores, frutais, animais, ervas medicinais e comestíveis, como um sistema completo que possa alimentar o mundo e esfriar o planeta, mas também defender o território. (RADIO MUNDO REAL, 2011, imagem em movimento)

Na declaração final deste II Encontro[67], aponta-se a proposta da agricultura agroecologica, camponesa e indígena, baseadas na biodiversidade, na produção de alimentos saudáveis eliminando os agrotóxicos e a dependência do capital. Abaixo se transcreve alguns trechos importantes que demonstram esta concepção, e o esforço em buscar linhas comuns

---

[65] I ENCUENTRO Latinoamericano de Formadores (as) en Agroecologia. Parte IV Produção: Brigada Audiovisual de IALA Paulo Freire. Barinas, Venezuela: 2009. Video Digital, (4 partes) color. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ysjukjxRcK8>. Acesso em outubro de 2012.

[66] RÁDIO MUNDO REAL. Moldando futuro. Encontro de Formadores e Formadoras de Agroecologia da Via Campesina na Guatemala. 1 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.radiomundoreal.fm/Moldando-futuro?lang=es>. Acesso em março de 2013

[67] MMC. Declaración Final de II Encuentro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos. 03 de Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/noticias/080811_declaracao_cloc.html> Acesso em 01 de março de 2013.

dentro da diversidade de pensamentos, ações, e proposições. A questão do encontro da cosmovisão indígena e do materialismo histórico dialético é um destes temas.

> [...] Recordamos que o I Encontro das Américas afirmou que a agroecologia: 'é necessária para que os povos garantam a soberania alimentaria e energética para a emancipação humana, ademais, a agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade em onde não tenha a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração, cujo fim não é o agregado', 'deve ser em massa e internacional, por isso os conhecimentos acumulados pelos povos, devem contribuir para o desenvolvimento de novas forças produtivas da natureza e do trabalho humano, para que tenhamos tempo e condições de organizar todas as outras dimensões das nossas vidas, ou seja, as nossas lutas, comunidades, cultura, estudos, festas, entre outras', 'inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, de consciência política e organizativa, avançando nos processos de cooperação, para a transformação, agroindústria, intercambio e destino dos frutos do nosso trabalho, promovendo uma aliança entre os povos da cidade e do campo'. Este I Encontro também indicou que o 2 Encontro deveríamos aprofundar o diálogo de saberes entre o materialismo histórico e as cosmovisões indígenas e camponesas, assunto que efetivamente retomamos aqui. (MMC, 2011, não paginado).

> Denunciamos o modo de produção capitalista e as suas expressões de dominação como o agronegócio e a exploração mineira, com a sua acaparamento e concentração de terras e água, desalojo e criminalização das organizações e as famílias camponesas e indígenas, a superexploração da força de trabalho e os bens da natureza. A imposição de um modelo de produção baseado no monocultivo, na diminuição da biodiversidade, no uso de agrotóxicos, de transgênicos e o patentear do patrimônio cultural dos povos (as sementes, o conhecimento, as tecnologias, as praticas). (MMC, 2011, não paginado).

> A Via Campesina, por outro lado, tem a proposta da agricultura agroecologica, camponesa, indígena, comunitária que se apresenta como pilar fundamental na construção da soberania alimentar. Este modelo de agricultura produz alimentos sãos, baseados na diversificação de cultivos, em novos relacionamentos entre homens, mulheres e a natureza, na eliminação de agrotóxicos, de transgênicos e da dependência do capital [...] A agricultura camponesa é parte do processo de transformação estrutural da sociedade e confronto às crises, portanto aqui reafirmamos que a agroecologia indígena e camponesa alimenta ao mundo e esfria o planeta. (MMC, 2011, não paginado).

> Defendemos a Reforma Agrária integral popular como parte da soberania alimentar a autonomia e a autodeterminação dos povos. O direito a decidir as suas próprias políticas agropecuárias, desenvolver novos relacionamentos e valores entre homens e mulheres e entre estes com a natureza [...] Nós, como Via Campesina, uma articulação de movimentos e organizações, pluricultural, reconhecemos e fortalecemos o intercâmbio de experiências e saberes entre camponeses, camponesas, indígenas e afrodescendentes, difundidas e multiplicadas nos diferentes espaços de formação e educação, exercitados nos Programa camponês a camponês, nas escolas camponesas, escolas de educação formal e educação Berta e nos processos comunitários territoriais [...] compreendemos que não há uma homogeneização dos métodos, senão princípios que nos unificam na construção da agroecologia, tais como organizar, formar e mobilizar. (MMC, 2011, não paginado).

> A cosmovisão, na nossa busca por compreender o mundo, no seu relacionamento com o tempo, com as energias criadoras e formadoras, e com a melhoria histórica (da agricultura, os territórios, a humanidade) esta complementada por uma

> interpretação materialista histórica e dialética da realidade, e junto a esta procura desenvolver o pensamento político ideológico para conseguir uma mudança estrutural da sociedade e assim a libertação e o bom viver dos nossos povos. (MMC, 2011, não paginado).

Consideramos por fim que estes encontros possibilitam intercâmbio de experiências de formação em agroecologia e fortalecem a discussão estratégica da agroecologia como elemento da luta pela soberania alimentar. Também possibilita um debate conceitual e das diferentes concepções de agroecologia existentes, entre elas, a polêmica existente entre a agroecologia em larga e pequena escala. Ainda consideramos que é um espaço fundamental para fortalecer a ainda incipiente rede de educadores em agroecologia que a CLOC – Via Campesina se propõe construir.

3.3 Escolas e Institutos de formação política- profissional em agroecologia:

As Escolas e Institutos latino-americanos de formação política-profissional em agroecologia são parcerias da VCI com outras instituições de escolarização, na sua grande maioria Universidades, juntamente com outras instituições, o que possibilita a legalização dos cursos de tecnólogo, engenharia e especialização em Agroecologia. Cada qual com suas peculiaridades, porém em todas convivem duas dinâmicas distintas, a dinâmica de movimento social e a dinâmica da institucionalidade da educação formal. Abaixo descrevemos as experiências com estas características:

3.3.1 Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA

A *Escola Latino-Americana de Agroecologia* (ELAA) está localizada no assentamento Contestado do MST, no Município da Lapa, Paraná. Com uma área de aproximadamente 3000 ha, o assentamento contempla a moradia de 108 famílias desde 1999. A estrutura destinada à Escola tem atualmente uma capacidade para 200 pessoas.

Inaugurada em 27 de agosto de 2005, surge por ocasião do V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, mês de janeiro. Nesta ocasião reuniram-se representantes do Governo da República Bolivariana da Venezuela, do Governo do Estado do Paraná, da Universidade Federal do Paraná e dirigentes da Via Campesina Brasil e internacional assinando um protocolo de intenções para o desenvolvimento de diferentes atividades de cooperação técnica no âmbito da soberania alimentar.

A escola edificada num contexto de ser um instrumento da própria classe trabalhadora oferece o curso de *Tecnologia em Agroecologia*, através de uma parceria com o Instituto Federal do Paraná, que garante a certificação e o reconhecimento formal do curso[68], a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Segundo reportagem publicada na página do INCRA[69], no dia 30 de setembro de 2008, por ocasião de comemoração dos três anos de ELAA: "[...] 'A construção da ELAA tem sido fundamental para fortalecer a articulação da Via Campesina na América Latina, preparando jovens de vários movimentos socais para atuar nas comunidades onde vivem', afirma José Maria Tardin, da equipe pedagógica da escola". Ainda segundo José Tardim num depoimento audiovisual[70] para uma reportagem do Programa Movimento, do Cefuria:

> A Escola latino-americana é de agroecologia. Isso é uma diferença importante que devemos destacar. Então ela é a primeira escola técnica de nível acadêmico, universitário, para formar jovens na agrecologia. Ela é uma escola criada e mantida pela luta, pelo esforço, pela organização dos movimentos sociais do campo articulados na Via Campesina. Então ela é uma escola totalmente direcionada para formar no campo da educação em agroecologia, jovens oriundos de famílias camponesas, sejam dos assentamentos ou dos acampamentos, ou das comunidades tradicionais de todos os estados do Brasil. (CEFURIA, 2008, aos 01:55 min).

A Escola tem como base alguns princípios filosófico–pedagógicos que norteiam sua prática cotidiana, estes foram baseados em experiências de outras escolas organizadas e coordenadas pelos movimentos sociais como, por exemplo, o Instituto Josué de Castro. Como princípios filosóficos: educação para transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, educação para as varias dimensões do ser humano, para os valores humanistas e socialistas, educação como processo permanente de formação e transformação humana.

Quanto aos princípios pedagógicos, estão em linha de frente: o vínculo teoria e prática, a combinação entre a formação politica-profissional, a realidade como base da produção de conhecimentos, o vínculo orgânico entre processos educativos e econômicos, o vinculo orgânico entre educação e cultura, a gestão democrática e a auto-organização dos educandos/as.

---

[68] ESCOLA Latino-americana de agroecologia. Os 07 anos de ELAA. Disponível em: <http://escolalatinoamericanadeagroecologia.blogspot.com.br/search/label/videos>. Acesso em março de 2013.

[69] INCRA. Escola Latino-americana de Agroecologia completa 3 anos. 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/2055-escola-latino-americana-de-agroecologia-completa-tras-anos> . Acesso em março de 2013.

[70] CEFURIA. 3 Anos e Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA. Programa Movimento. 10 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=w4aIMGlk554&feature=youtu.be>. Acesso em março de 2013.

Com o objetivo geral de formar jovens de nível superior com condições de contribuir na produção agroecológica nas comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes, através da dos movimentos sociais do campo, a escola pretende contribuir para a elevação do nível cultural e cientifico dos educandos através atividades concretas político-organizativo-produtivas, por exemplo, o banco de sementes e construção de novas tecnologias agrícolas que respeitem o ambiente. Analisar e propor transformações da realidade socioeconômica ambiental, compreender a dinâmica da produção camponesa, assim como da metodologia de trabalho popular vinculada à produção de agrossistemas fundados na agroecologia são características que se pretendem alcançar na formação do perfil do educando/a deste curso: militantes técnico-educadores de agroecologia.

Já foram concluídas duas turmas. A primeira com 22 militantes se formou numa Jornada Nacional de Agroecologia que ocorreu em 2009 em Francisco Beltrão, junto a cerca de 4 mil camponeses da Via Campesina, a turma se chamava Mata Atlântica. Participaram somente da primeira etapa militantes de organizações sociais da Venezuela, e concluíram o curso somente dois paraguaios. Essa primeira turma começou com 90 militantes. A segunda começou com 60 militantes e terminou com 37 educandos/militantes que se formaram em abril de 2010 num ATP na própria escola. Chamava-se turma resistência camponesa. Todos ligados aos movimentos sociais do campo do Brasil e Paraguai. A terceira turma iniciou em fevereiro de 2010 com 70 educandos de 12 organizações e 6 países. Encontra-se hoje com 52 educandos, militantes de organizações sociais da Via Campesina Internacional do Brasil, Paraguai, Colômbia, Equador, e República Dominicana. Previsão de formatura: novembro de 2013.

O projeto político-pedagógico da escola esta enraizada em práticas que possibilitem a juventude do campo trabalhar e estudar. O método da alternância, ou seja, período escola, período comunidade acontece aproximadamente de 75 dias e 90 dias respectivamente. Assim, a cada 90 dias a militância que está fazendo o curso se encontra nas dependências da escola para avaliar as atividades desenvolvidas a campo (tempo comunidade), estudar disciplinas do curso, realizar investigações, e trabalhos na escola.

Ou seja, nos momentos de tempo comunidade, os educandos estão vinculados diretamente à prática de produção agroecologica desde os territórios de onde vivem. Uma observação referente aos educandos internacionalistas, é que estes para não necessitarem deslocar-se de país a cada 75 dias, realizam na grande maioria práticas produtivo-organizativas no próprio assentamento e/ou áreas de assentamentos e acampamentos do MST

no próprio estado. Este momento é coordenado e acompanhado por educadores, coordenação pedagógica, dirigentes dos movimentos sociais dos locais onde se estabelecem estas práticas.

Já o tempo escola é organizado através de diferentes momentos pedagógicos como tempo aula, tempo leitura, tempo trabalho, tempo unidade camponesa e agroecologia, tempo socialização de experiências e tempo esporte e cultura. Através destes tempos, perpassa a coletividade e a organicidade funcionando através dos núcleos de base, coordenação dos núcleos de bases de onde são escolhidos dois representantes para participar da coordenação executiva da escola, equipes de trabalho como, por exemplo, de saúde, comunicação e cultura, relatoria, etc. Cada educando também participa, no tempo escola de um setor de trabalho da escola. São eles: pedagógico, administrativo, infraestrutura, produção e cozinha/refeitório, onde contribuem para a construção e consolidação da própria escola, um ambiente educativo inclusive neste sentido.

De acordo com reportagem de cobertura do Brasil de Fato[71], identificada *Educando para a Libertação* de Camila Hoshino, realizada em 13 de julho de 2012:

> O projeto político e econômico da agroecologia exige uma educação camponesa que vá além das paredes da escola, possibilitando uma reflexão a partir do diálogo com elementos da realidade. O objetivo desse processo pedagógico, orientado pelas bases libertadoras de Paulo Freire, é que o educando alcance o potencial do que José Maria Tardin classifica como 'militante-técnico-pedagogo em agroecologia'. Dessa forma, é possível que os jovens se tornem protagonistas do resgate da cultura e dos valores junto à comunidade e sua organização social. (HOSHINO, 2012, não paginado)

> Integrante do setor pedagógico da Escola Latino Americana de Agroecologia, Tardin explica que devemos pensar o educando como militante, uma vez que ele está comprometido com sua organização, com sua classe e possuiu a responsabilidade de atuar tecnicamente junto às famílias camponesas, promovendo a consolidação da transição para o modelo agroecológico. '[...] pensá-lo como pedagogo significa entender que ele não está sendo formado em uma escola técnica ou universidade tradicional que promove, direta ou indiretamente, a invasão cultural do capital sobre o campesinato, mas está problematizando sua realidade e elevando seu protagonismo político e social', [...]. (HOSHINO, 2012, não paginado).

O estudo está fundado na relação entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, e se expressa nos momentos de estudo em classe, nos trabalhos de campo, nos trabalhos de base e nas investigações.

Os conteúdos estudados estão conformados em cinco grandes áreas de conhecimento que estão presentes nos diferentes módulos:

---

[71] HOSHINO, Camila. Brasil de fato. Educando para a Libertação. Postado em 13 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10092>. Acesso em março de 2013

a. Ciências Básicas: matemática, física, química, biologia, português, espanhol;
b. Ciências Humanas: filosofia, história geral, historia da América Latina, economia política, geografia, sociologia, psicologia, teoria pedagógica, educação para a cooperação;
c. Produção Vegetal: Diálogo de saberes, princípios da agroecologia, solos, ecologia, botânica, bioquímica, fisiologia vegetal, climatologia, cultivos agroecológicos, plantas forrageiras, topografia, balanceamento energético;
d. Produção animal: anatomia e fisiologia animal, apicultura, nutrição animal, genética básica, melhoramento, genética animal, sanidade, PRV, criação intensiva e integrada;
e. Gestão: bioconstruções, máquinas agrícolas, tecnologia de processamento de alimentos, administração, economia e mercado, projetos.

Os processos de avaliação dos educandos ocorrem em sala de aula, no campo, nos setores de trabalho, na vivencia social (avaliada através dos núcleos em processos de crítica e autocrítica), e ao final de cada tempo comunidade. Como desafios permanecem o avanço da estrutura física da escola, como construção de laboratórios, salas de aula, etc., e a organização de um coletivo de educadores e educadoras que contribua de maneira mais efetiva na escola. A escola também está preparando uma revista interna de experiências pedagógico-produtivas, realizadas no e pelo ELAA. A mesma ainda não se encontra em circulação. A escola realiza também eventos e encontros com camponeses a respeito de temas pertinentes à concepção agroecológica, como por exemplo, o tema da permacultura.

A Ciranda Infantil Curipira é outro componente da escola fundamental para possibilitar condições aos pais e mães que são educandos ou que trabalham na escola em alguma função. Um espaço de educação infantil, dentro das dependências da escola que trabalha a temática da terra, do alimento e da agroecologia desde a infância.

Segundo reportagem[72] de 24 de maio de 2010, em depoimentos de Priscila Facina analisa o significado da escola como espaço de intercâmbio, assim como a origem da construção de primeiro curso em agroecologia de nível superior, aos quais transcrevemos abaixo.

[72] NÓRCIO, Lucia. Agencia Brasil. Escola Latino-americana de Agroecologia leva novas técnicas a pequenos produtores e incentiva intercambio cultural. In: **Ecodebate**. Publicada em 24 de 05 de 2010. Disponível em: instituto humanitas unisino: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/32736-escola-latino-americana-de-agroecologia-leva-novas-tecnicas-a-pequenos-produtores-e-incentiva-intercambio-cultural>

> 'É um espaço também de intercâmbio de culturas e saberes. A maior dificuldade inicialmente é o idioma. [...]', disse Priscila Facina, da coordenação pedagógica da escola, em entrevista à Agência Brasil. Ela lembra que foi no Paraná que surgiu o primeiro curso superior de agroecologia (NÓRCIO, 2010, não paginado).

Ainda na reportagem, mencionam-se depoimentos de dois educandos a respeito da importância do curso, da escola para sua militância. Um destes educandos, Leonel dos Santos, afirma que "[...] Estamos aprendendo uma nova matriz tecnológica para levar aos companheiros campesinos". Já Luiz Coicue, de uma reserva indígena da Colômbia diz: "[...] que sua comunidade aguarda com ansiedade as novidades que ele levará da escola. Ainda fazemos agricultura artesanal e agora vou levar tecnologia para a comunidade [...]".

3.3.2 Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Paulo Freire (Venezuela)

Segundo Judite Stronzake em reportagem escrita na página de internet do MST[73], o *Instituto de agroecologia Latino-Americano Paulo Freire* é resultado de um esforço amplo e coletivo para a formação de militantes "com consciência ideológica e técnica em agroecologia", é a construção de um território de integração latino-americana e de solidariedade entre organizações sociais para a construção de um novo projeto de sociedade. Importante mencionar que para este projeto fosse levasse a cabo, centenas de militantes do campo e da educação convergiram esforços desde seus espaços, de seus posicionamentos políticos, suas organizações ou instituições, destinaram tempo, energia, debate e ações concretas para que o mesmo se efetivasse. O significado disto aparece expresso abaixo:

> Resultado de uma soma de esforços com objetivo de qualificarmos e avançarmos na formação/ educação política e técnica da juventude que mora nas comunidades, a escola contribui para recuperar as sementes crioulas, alterar o modo de produção, concretizando a soberania alimentar e a organização social e econômica local. Investir em educação e formação estão entre as principais linhas dos destes movimentos sociais envolvidos. [...] O Iala Paulo Freire constitui-se como uma ferramenta de formação político- ideológica e técnica dos camponeses e indígenas. Serve como instrumento de luta da classe trabalhadora internacional e de solidariedade entre os povos em luta. Um novo aprendizado para todas as organizações e movimentos do campo, de como unir a ideologia com a técnica a serviço da luta dos trabalhadores. O Iala é uma construção coletiva, um território de integração e solidariedade entre todos os lutadores e lutadoras das organizações de todos os países. (STRONZAKE, [201-], não paginado)

---

[73] STRONZAKE, Judite. MST. IALA: do sonho coletivo à experiência concreta. In: **MST**. [201-]. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/291/internacional>. Acesso em março de 2013

O Projeto IALA nasce no mesmo período e nas mesmas condições objetivas que o Projeto ELAA, acima mencionado. Nasce também por ocasião do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005. Nasce de um acordo firmado entre governo bolivariano da Venezuela, Via Campesina, Governo do Estado do Paraná, e Instituições de Educação do Brasil e Venezuela nos marcos da ALBA, um protocolo de intenções e compromissos, o chamado acordo de Tapes.

Posteriormente já na Venezuela, para dar prosseguimento aos acordos e construir um curso em agroecologia, é assinado uma segundo termo de cooperação, agora de caráter técnico, chamado "Acuerdo de Cooperación em Materia Tecnico-Agrícola Vegetal entre LVC y el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST), la República Bolivariana de Venezuela" , através do Ministério de Agricultura e Terras e o Instituto Nacional de Terras, O Centro Genético Produtivo Florentino C.A. e a Prefeitura do Município de Alberto Arvelo Torrealba.

Este documento, assinado por Hugo Rafael Chavez Frías (então presidente da República Bolviariana de Venezuela), João Pedro Stedile (MST), por Antonio, Albarrán Moreno (então Ministro de Agricultura e Terra), (Antonio Albarrán Moreno), e Hugo de los Reyes Chavez (governador do Estado de Barinas), no dia 26 de setembro de 2005.

Estes acordos foram seguidos pela elaboração de ma proposta curricular de um Programa de Engenharia Agronômica com ênfase em agroecologia que inicialmente seria desenvolvido junto à Universidade Bolivariana de Venezuela (UBV), e que mais tarde seria constituído como IALA (Instituto de Agroecologia latino-americano).

Foram realizados encontros e seminários, já desde este momento de caráter internacionalista, com a finalidade de conceber, de construir a concepção do que seria o IALA. Participou deste momento movimentos sociais afrodescendentes de Venezuela, representantes da UBV, educadores como Miguel Altieri e Pinheiro Machado, dirigentes da Via Campesina do México (UNORCA), Brasil (MST), Nicarágua (ATC), Argentina e Colômbia.

Momentos estes que definiram o nome do Instituto homenageando ao educador brasileiro Paulo Freire, a sede do Instituto, questões referentes ao perfil dos ingressados, e aspectos metodológicos, o desenho curricular, a estrutura organizativa do instituo, e grupos de trabalho.

Nos meses de outubro novembro de 2006 e janeiro de 2007 foram se agrupando os/as militantes selecionados desde as organizações sociais partícipes da Via Campesina. Mesmo ainda sem as todas as condições objetivas para a existência do Instituto, nem mesmo do curso,

chegaram na Venezuela 183 educandos/as (62 mulheres e 121 homens), militantes sociais de países como México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Brasil, Nicarágua, Paraguai e Venezuela.

Estes militantes viviam na Cidade Esportiva de Barinas, e foram inscritos no curso de Produção Animal na Unellez para cursar disciplinas básicas, como química, física, matemática, biologia, etc. Neste momento realizavam estudos e alguns trabalhos voluntários junto ao Centro Florentino.

Enquanto isso se formou a comissão de assessoria acadêmica coordenada por Dr. Maria Egilda Castellanos para a construção do documento de fundação do Instituto. Este momento contou com a participação da comissão de assessoria acadêmica ALMA MATER (MPPES) e da Via Campesina através de representantes dos movimentos: Movimento dos trabalhadores Sem Terra - Brasil, Confederação Nacional de Organizações Camponesas, Indígenas e Negras de Equador – FENOCIN, e Movimento Campesino de Santiago de Estero – Argentina.

Em janeiro de 2008, o presidente Chávez recomenda a aprovação do decreto de criação do Instituto, e no mês seguinte, os educandos ocupam simbolicamente a área destinada para a construção do mesmo. Neste período já se contava com apenas 67 educandos. A grande maioria retornou aos seus países, ou inscreveu-se em outros cursos sob o acompanhamento de suas organizações, por conta da demora de criação oficial do IALA, ou mesmo por dificuldades político-organizativo causadas numa primeira experiência desse caráter. Em 15 de abril de 2008 é aprovado o decreto de criação oficial do instituto, e em agosto de 2008 aparece em gazeta oficial a nomeação da diretiva do Instituto. O Instituto então passa a ser regulamentado, subscrito ao Ministério de Poder Popular para o Ensino Superior de Venezuela. A regularização das disciplinas se dá desde então.

O curso está organizado num programa que prevê o estudo das seguintes disciplinas:

a. Ciências Bases: matemática, física, química, bioquímica, agroestatística, biodiversidade básica;
b. Básicas de Engenharia: biodiversidade ambiental, botânica aplicada, diversidade e melhoramento genético, topografia, *riegos* e drenagens, máquinas agrícolas, eco-regiões, trama ecológica, climatologia; agricultura ecológica, fisiologia vegetal, anatomia e fisiologia animal, manejo de solo, recuperação de solos e corpo de água.
c. Engenharia Aplicada: bioconstruções, agrobiotecnologia saberes populares e tecnologia agrícola, energias alternativas, manejo integrado de pragas e doenças, sistemas agrícolas integrais, produção e reprodução de espécies vegetais, manejo de

agroecossistemas, cultivos agroecológicos, agricultura urbana, reprodução de espécies animais, nutrição animal alternativa e plantas forrageiras, marco legal agrícola, legislação agrícola, manejo ecológico e integrado de animais no campo, produção ecológica de leite e carne; projeto formativo.

d. Socio-humanísticas: Projeto Formativo, ética da militância e relações de gênero, cosmovisões indígenas, ética da sustentabilidade, racionalidade-complexidade-transdisciplinariedade, teoria pedagógica, antropologia latino-americana, bases do conhecimento, historia da America latina, pensamento político venezuelano e latino americano, movimentos sociais indígenas, campesinos e afrodescendentes latino-americanos, sociologia, sociologia da agricultura, economia política, cooperação e cooperativismo.
e. Sócio-administrativas: Administração de empresas campesinas, redes sociais planejamento e gestão agroindustrial, contabilidade, economia para o desenvolvimento social.

A proposta metodológica desta escola tem algumas chaves norteadoras importantes a serem destacadas. A primeira delas é o sistema de alternância, que diferentemente da ELAA, os educandos permanecem maior tempo na escola com atividades sócio-produtivas nas comunidades vizinhas, e um menor tempo no chamado tempo comunidade (de 40 dias a 2 meses). O tempo comunidade se realiza também em cooperativas, *conucos*[74], áreas de assentamento de movimentos sociais campesinos na Venezuela, com o diferencial de serem em outros estados do país, ou áreas mais distantes das instalações de IALA.

Um segundo aspecto da proposta pedagógica é o chamado projeto formativo. Uma disciplina que de caráter orgânico, que esta relacionada à investigação cientifica, à interdisciplinariedade, e ao trabalho de campo, ou trabalho de base com as comunidades vizinhas. Uma disciplina que percorre todo o programa do curso.

Um terceiro aspecto é a questão do vínculo do estudo, da coletividade e do trabalho sócio-produtivo realizado no Instituto, através dos núcleos de produção. Os núcleos de produção são considerados a célula da estrutura organizativa do Instituto. Um espaço que permite a reflexão, a participação política, produtiva e organizativa no fazer cotidiano do instituto. Tem a função de planejar, avaliar e executar as atividades de campo a partir de um

[74] Termo utilizado na Venezuela para designar pequenas áreas de produção diversificada.

plano geral de produção, promover e participar de debates politico-organizativos do instituto, possibilitar a vivencia e a tomada de decisões em caráter coletivo, entre outros.

Durante o período das tardes, as atividades agrícolas são realizadas por estes núcleos, como por exemplo: a produção de sementes, animais, produção de grãos, transformação de alimentos, etc.

Assim como em outras escolas, os princípios filosóficos e político-pedagógicos são: relação entre teoria e prática; combinação entre educação e capacitação; a realidade como base da produção de conhecimentos; vincula orgânico entre processos educativos, processos políticos, processos produtivos e culturais; gestão democrática do processo e auto-organização dos educandos; educação para cooperação; combinação de processos coletivos e processos individuais; formação técnica como parte da construção de intelectuais orgânicos; educação para a investigação; educação desde e para os valores socialistas; enfim, educação como processo permanente de formação e transformação humana. Esses elementos estão vinculados à inter-relação dos temas de estudo com a prática cotidiana do trabalho sócio–produtivo junto às comunidades vizinhas e no território da escola.

No mês julho de 2012 ocorreu a formatura da primeira turma de Engenheiros em Agroecologia. No mês de outubro a grande maioria retornava aos seus países. A segunda turma ocorreu através de processo seletivo diferenciado nos meses de fevereiro a abril. Foi realizado pela Fundayacucho, órgão do governo bolivariano responsável pelos estudantes internacionalistas, ocorrendo desde a relação deste órgão com as embaixadas dos diferentes países. Um processo seletivo distinto da experiência com a primeira turma que fora realizado juntamente com as organizações sociais partícipes da VCI com processos de seleção e preparação. Nesta segunda turma, somente alguns educandos são integrantes da Via Campesina, representantes de organizações da Venezuela (da FNCEZ), do Paraguai, e de El Salvador.

3.3.3 Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Guaraní (Paraguai)

A partir das experiências da criação das escolas de agroecologia mencionadas acima, a Via Campesina reafirma a necessidade de construir mais escolas/institutos. Uma delas no Paraguai, denominado IALA Guarani.

O IALA Guaraní então começou a ser criado no final de 2008, com o objetivo de desenvolver o curso de Engenharia em Agroecologia para camponeses, indígenas e afrodescendentes vinculados aos movimentos sociais ligados a CLOC-Via Campesina. Assim

como na experiência realizada na Venezuela, tem como objetivos formar sujeitos com condições de analisar a realidade e fazer proposições de transformação da realidade social e produtiva, ter condições técnico-cientificas e metodológicas de discutir e programar a agroecologia nas áreas e comunidades do campo.

O curso, com duração de 5 anos foi organizado para ser realizado em 10 módulos presenciais diretos: 2 períodos de 4 meses anuais chamados de tempo escola e dois meses de tempo comunidade realizado nas comunidades campesinas e indígenas de Paraguai. O método pedagógico do IALA Guarani tem em vista o desenvolvimento da consciência crítica, combinando dimensões de formação humana, da formação política, escolarização e formação técnica.

A criação do curso teve a recomendação e o aval do Ministério de Agricultura e Gado do Paraguai, sendo que a definição de sua localização foi no Assentamento Santa Catalina em Curuguaty, Departamento de Canindeyú. Uma área de 11 hectares com possibilidade de aumento para 100 hectares, localizado a 50 km de onde houve o último massacre de campesinos no Paraguai. Uma região de muitos conflitos agrários e disputas territoriais na qual estão localizados muitos assentamentos da OLT e da MCP, assim como com várias comunidades indígenas ao redor.

A primeira turma do IALA Guarani começa no ano de 2010 e contou inicialmente com a participação de 83 militantes, dos quais 9 internacionalistas e 68 militantes de organizações campesinas de Paraguai. Hoje conta-se com a presença de 72 educandos dos quais 9 são internacionalistas: 1 Chile, 1 de Equador, 3 de Bolívia, 4 de Brasil. As organizações da Via Campesina presentes no Instituto são:

a. Paraguai: MCP, MCNOC, OLT, CONAMURI, MAP, CPA/SPN, ACM, OCRC, SERPAJ/OCN
b. Brasil: MST - BR, MAB.
c. Chile: RANQUIL,
d. Equador: FENOCIN,
e. Bolivia: MST-BO

O IALA Guarani ainda não está devidamente regulamentado. O procedimento é construir inicialmente o curso de Engenharia em Agroecologia e depois criar o Instituto. A princípio há um convênio com a Universidade Nacional de Pilar para realizar a criação do curso. O projeto está tramitando nas instâncias internas da Universidade.

O caráter internacionalista também está presente desde o início, mesmo que com poucos educandos de outros países no Instituto.

A grade curricular do curso está organizada da seguinte forma:

a. I Semestre: agricultura geral, história geral, agricultura campesina, matemática I, química geral, genética, biologia;
b. II semestre: agroecologia I, matemática II, química agrícola, física geral, botânica geral, produção de texto e leitura, ecologia geral;
c. III Semestre: agroecologia II, botânica aplicada, bioquímica, informática básica, física II, metodologia da investigação I, estatística;
d. IV Semestre: *riego* e drenagens, química agrícola II, economia política, microbiologia, edafologia, fisiologia vegetal, metodologia da investigação II;
e. V semestre: sociologia geral, zootecnia I, sistemas agroflorestais, climatologia, topografia, história de Paraguai, produção animal integrada;
f. VI semestre: antropologia social I, fitopatologia I, fitotecnia, entomologia, tecnologia do uso e conservação do solo, epistemologia, movimentos campesinos latino-americanos;
g. VII Semestre: engenharia rural, manejo e desenho de agroecosistemas I, agroecologia III, filosofia, produção animal ecológico, administração e planejamento, estagio;
h. VIII semestre: entomologia II, cooperação e cooperativismo, agroindústria e gestão agroindustrial, construções rurais, agrometeorologia, antropologia social II, estágio II;
i. IX semestre: nutrição animal alternativa e plantas forrageiras, zootécnica, direito agrário, sociologia rural, pensamento político latino-americano e caribenho, estágio III, bancas de qualificação de monografia;
j. X Semestre: manejo e desenho de agrossistemas II, fitopatologia II, energias renováveis, geografia e território, pensamento político latino-americano e caribenho, defesa de trabalho de conclusão do curso.

O curso tem também uma estrutura organizativa muito similar às das escolas já mencionadas, através dos núcleos de base, que tem o papel possibilitar o estudo, a reflexão e a análise e participação política na construção do Instituto. Também com a constituição de coordenação de núcleos e equipes de trabalho.

O trabalho produtivo, organizado de acordo com as necessidades do curso, tem a função de garantir a produção de alimentos visando a autonomia do Instituto. O momento de estudo está dimensionado a partir de aulas, estudo dirigido, e formação político.

Em 30 de agosto de 2012 a Via Campesina Paraguai divulga uma nota de aclaração diante de uma campanha da ABC Color, jornal de Paraguai, contra o IALA Guarani através do jornalista Jorge Torres Romero[75], por ocasião do Massacre de Curuguaty em junho de 2012. Neste massacre foram mortos 17 camponeses do acampamento Marina Cué, na resistência de uma reintegração de posse de terra de caráter violento. Uma área de 2000 hectares de propriedade do empresário ex-senador do Partido Colorado Blas N. Riquelme. As denúncias destes camponeses eram de apoderamento ilegal destas terras durante o período da ditadura, uma grilagem comprovada pela Comissão da verdade sobre a ditadura Strossner. Riquelme faleceu dois meses depois do massacre por uma complicação cerebrovascular e enterrado baixo homenagens realizadas pelo próprio congresso que destituiu o presidente Lugo.

A reportagem da ABC Color, intitulada "*Instituto que ligó dinero de Itaipú es campo de entrenamiento ideológico*" acusa o Instituto de desenvolver supostamente a *Curso de Engenharia Agroecologica* com estudantes de identidades falsas (inclusive de falecidos). Segue abaixo alguns trechos de sua reportagem:

> Según su nómina de estudiantes figuran venezolanos, ecuatorianos, bolivianos, brasileños y paraguayos. A juzgar por la lista hay alumnos de apenas 12 años y hasta nombres de personas con cédulas falsas e incluso dos fallecidos. […] Conforme a los antecedentes de este instituto, el mismo se creó inicialmente en Venezuela, donde lleva por denominación "Paulo Freire", en homenaje al teórico brasileño fundador de la Pedagogía del Oprimido. Desde su creación, el instituto ha capacitado a cientos de líderes sociales de toda Latinoamérica. […] El otro dato particular de este instituto es que para acceder a la carrera de ingeniería, según sus estatutos, el alumno necesariamente debe "tener vínculos organizativos y compromiso con los movimientos sociales que forman parte de la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC, organización solidaria con la Revolución Bolivariana de Venezuela), cuya sede está en el país caribeño. (ROMERO, 2012, não paginado).

Em declaração[76] publicada em 30 de agosto de 2012, a Via Campesina Paraguai aponta como ensaio absurdo de vinculação do IALA ao acontecimento do Massacre de Curuguaty sob um aspecto negativo. Reafirmando que o Instituto tem o compromisso e m formar profissionais comprometidos com a "defesa dos bens naturais, a soberania alimentar, e a agricultura livre de agrotóxicos". Afirma que:

---

[75] ROMERO, Jorge Torres. Instituto que ligo dinero de Itaipú es campo de enternamiento ideológico. In: **ABC Color**. 28 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/instituto-que-ligo-dinero-de-itaipu-es-campo-de-entrenamiento-ideologico-443690.html>. Acesso em: março de 2013.

[76] VIA CAMPESINA. Paraguay: Sobre ABC Color y su campaña sucia contra el IALA Guaraní. In: **Aporrea**. 03.08.2012. Disponível em: <http://www.aporrea.org/internacionales/a149359.html**>.** Acesso em março de 2013.

> Por el respeto que merecen los educandos y las educandas, debemos aclarar enfáticamente que no corresponde a la verdad la arbitraria afirmación de que en la nómica de estudiantes existan menores de edad o personas cuyo números de documentos correspondan a fallecidos. Son especulaciones vagas de una persona que no se ha tomado la mínima molestia de practicar un ejercicio mental de inferencia y cuyos conocimientos sobre su objeto de investigación son, por demás, extremadamente limitados, al punto de especular, conjeturar y hacer deducciones groseras que atentan contra el buen nombre de las personas. Entendemos que este medio de prensa, vocero del ala más conservadora de nuestra sociedad y representante de la oligarquía reaccionaria, promueve la persecución política contra las personas y grupos que optan por un pensamiento diferente. No es la primera vez que ataca el proyecto del IALA Guaraní ni lo etiqueta bajo la acusación de fomentar "adiestramiento de guerrilla", injuria que en su momento nos hemos encargado de desmentir sin la necesidad de recurrir a estrados judiciales. (VIA CAMPESINA In APORREA, 2012, não paginado).

Ademais destes elementos a declaração esclarece outros elementos acerca da criação do IALA, seu origem, apontando que o Guarani faz parte de uma rede de IALAS com o objetivo de formar técnicos de nível superior que tenham condições de organizar bancos de sementes, desenvolver novas tecnologias produtivas que respeitem o meio ambiente. Abaixo segue um trecho desta declaração:

> Algunos objetivos de la Red IALA son: formar técnicos de nivel superior que tengan la capacidad de organizar bancos de semillas en sus comunidades; desarrollar y aplicar nuevas tecnologías agrícolas que respeten el medio ambiente sin uso de agrotóxicos ni abonos químicos solubles; organizar y orientar a los campesinos y campesinas para ser multiplicadores de semillas en sus regiones; desarrollar la organización de la producción, de la cooperación y acciones de preservación y conservación ambiental en las diversas organizaciones campesinas de América Latina, en el marco de la agroecología, entre otros. (VIA CAMPESINA In APORREA, 2012, não paginado).

Em outra reportagem do mesmo periodista intitulada "*Agitador bolivariano creó nexos com organizaciones campesinas del norte*"[77], Jorge Torres acusa o embaixador da Venezuela de estar varias vezes no país para "sondear" legisladores com o objetivo de lograr o ingresso de seu país no Mercosul e também de colaborar com a consolidação de organização campesina liderada por jovens paraguaios que estudam no país caribenho, estudantes do IALA Paulo Freire.

Em notas através de meios de comunicação alternativas, representantes do governo bolivariano, e os próprios educandos divulgaram as confusões e desinformações realizadas pelo periodista. Sempre reafirmando que o projeto IALA é uma luta dos/das campesinos, indígenas e afrodescendentes articulados na Via Campesina Internacional que em parceria

---

[77] ROMERO, Jorge Torres. Agitador bolivariano creó nexos com organziaciones campesinas del norte. In: **ABC Color.** 07.07.2012, Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/agitador-bolivariano-creo-nexos-con-organizaciones-campesinas-del-norte-423366.html>. Acesso em 02.03.2013

com instituições e governos progressistas, possibilitam o estudo, a capacitação, a escolarização para um publico sempre renegado a estes direitos básicos da vida humana.

Segundo a reportagem num site de debate alternativo[78] no Paraguai a pobreza rural é quase a metade do país e somente 2,5% da população têm 80% das terras concentradas para exploração de grandes corporações multinacionais. A resistência destas organizações sociais campesinas e indígenas se dá pelo confronto ao modelo do agronegócio e pela defesa da reforma agrária. Abaixo se cita alguns trechos da matéria jornalística:

> La Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y La Vía Campesina han creado la red de Institutos Agroecológicos Latinoamericanos (IALA) en América Latina como alternativa productiva sostenible para la agricultura familiar campesina. Luchando por una vida digna en el campo de una manera integral y por la Soberania Alimentaria de los Pueblos. El espíritu del IALA es concebir la Educación como un espacio de autoeducación, en el cual se reflexione críticamente a partir de las propias experiencias y formas de vida. Como parte de la conformación de la red IALA, conscientes de que mediante la instrucción científica se puede avanzar en el desarrollo político y económico de nuestros pueblos, se está llevando a cabo el proceso de construcción del IALA Guaraní en Paraguay. A pesar de la falta de infraestructura, actualmente estudian en él casi 75 jóvenes integrantes de organizaciones campesinas indígenas de Paraguay, Chile, Bolivia, Ecuador y Brasil. […] Este proyecto refleja las premisas de la Educación Popular y los retos de la reforma agraria, donde la comunicación e interacción entre todas las personas participantes es vital para conseguir la libertad humana, donde prima la democracia en la escuela focalizada en el alumnado a través de una pedagogía práctica, donde existe una interrelación entre docente y discente, que aprenden y enseñan mutuamente, donde la filosofía educativa pretenda ponerse en el lugar de los oprimidos, donde el diálogo sea la base metodológica, y donde es de vital importancia el respeto entre las persona. (ISF, 2013, não paginado)

Em outra reportagem realizada por meios de comunicação alternativos nominada "Nace el IALA Guaraní, una experiencia formativa de la Vía Campesina en la región sudamerica"[79] aponta que este instituto, criado em território guarani, tem como espírito "[...] conceber la educación como un espacio de auto-educación, en el cual se reflexione críticamente a partir de las propias experiencias y formas de vidas en contraposición con una educación burguesa y los valores que enseña".

---

[78] ISF Navarra. Reto 4. Formación en Ingeniería Agroecológica para personas campesinas e indígenas en Paraguay. In: **Ingeniería sin Fronteras.** 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.cumpletureto.org/?p=627>. Acesso em: 03.03.2013

[79] INGENIERIA SIN FRONTERA. Nace el IALA Guaraní, uma experiência formativa de la Via Campesina en la región sudamerica. In: _____. [2010]. Disponível em: <http://admin.isf.es/UserFiles/File/federal/iala_viacampesina%282%29.pdf>. Acesso em 01.03.2013

3.3.4 Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Amazônico

A definição política de construir o IALA Amazônico ocorreu entre 2008 e 2009, mas sua implementação ocorreu somente no ano de 2010 com o começo da primeira turma de um curso de especialização em agroecologia amazônica.

O IALA Amazônico está localizado no assentamento Palmares II, no município de Paraupebas, região sudeste do Pará. O lançamento da pedra fundamental da construção do IALA Amazônico, segundo o blog da via campesina em 12 de janeiro de 2009, ocorreria durante o Fórum Social de Carajás que ocorreu entre 24 a 27 de janeiro de 2009, com a participação de cerca de 120 pessoas de vários "cantos do mundo", como por exemplo, a participação de Aleida Guevara (Cuba), Monica Baltodano (Nicarágua), José Bové (França)[80].

A peculiaridade deste é a especificidade do bioma amazônico, que perpassa diferentes países como Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia - na construção de um território amazônico. O primeiro curso do IALA tem o caráter de ser pós- graduação, *lato sensu* (especialização) em agroecologia. Uma parceria inicial com a Universidade Federal do Pará, campus de Marabá, mas com possibilidade de envolver outras instituições como, por exemplo, os Institutos Federais.

A primeira turma encerrou em 2012. Ela havia sido pensada para 50 participantes de todos os países com bioma amazônico. Entretanto, a turma foi composta com 28 participantes, a maioria de organizações sociais brasileiras (do Pará, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins), com um representante de Colômbia (participando somente de uma etapa) e uma representante do Equador (da região costeira).

Na formatura da primeira turma foi realizado um amplo seminário envolvendo a Via Campesina do Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela. Teve a participação do vice-diretor da Universidade de Rondônia, Fraçois Houtart, Horácio Martins, coordenações pedagógicas do ELAA, IALA Guarani. O Seminário "Relação Universidade e Movimentos Sociais na construção do pensamento crítico a partir da Pan- Amazônia" ocorreu nos dias 28 de novembro a 01 de dezembro nas estruturas do IALA. Ocorreu um amplo debate entre a visão dos movimentos sociais e a visão das instituições universitárias presentes a respeito do projeto IALA.

Deste seminário, apontou-se a necessidade de realizar uma maior articulação entre as escolas de agroecologia com o objetivo de fortalecer este projeto, através de instrumentos de

---

[80] VIA CAMPESINA. Instituto Latino-americano de agroecologia: a pedra fundamental. In: **La Via Campesina – Pará.** 28 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://laviacampesina-pa.blogspot.com.br/2009/01/instituto-latino-americano-de.html> Acesso em março de 2013.

comunicação como boletins, cartilhas, blogs, etc. Também foi reafirmada a necessidade de aprofundar a realização de trabalhos de interação sócio-comunitaria nos espaços onde são realizados os cursos através de atividades produtivas e de formação política.

Apontou-se também que o projeto IALA vai além de um processo de escolarização. Ele deve ser um espaço de experimentação e investigação cientifica, mas também de debate teórico sobre temas amplos e diversos e diferentes concepções a respeito da sociedade em que vivemos (desde as diferentes concepções de agroecologia, como a influencia do pensamento pós-moderno nas organizações sociais) e como isto se articula com o posicionamento da Via Campesina. Deve ser também um espaço de ampliação que potencialize a articulação de uma rede de educadores que compartam com o campo teórico da agroecologia.

Segundo reportagem da página do MST, de dezembro de 2012[81], sobre a formatura da primeira turma do curso de "Especialização em Residência Agrária – Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia", o mesmo realizou-se no Instituto de Agroecologia Latino-americano (IALA) Amazônico.

Na reportagem, sob uma entrevista com um professor da UFPA, Fernando Michelloti, a proposta pedagógica do curso se tornou referencia para outros projetos. Segue um trecho de seu depoimento:

> [...] O curso deu uma materialidade para o IALA Amazônico, hoje a gente tem um espaço e uma proposta pedagógica de referência. O grande desafio é ajustar o rumo e continuar com outros cursos e ações, para a ampliação de espaços de convergências de experiências agroecológicas e lutas políticas, que vão unificando os processos, reafirmando particularidades nas diferenças e construindo um projeto camponês para a Amazônia, comenta Michelloti. (MST, 2012, não paginado).

Para Ayala Ferreira da coordenação político–pedagógica do IALA "o desafio da Via Campesina, no processo de formação é construir um projeto estratégico em comum de superação do sistema capitalista de produção, conectando as experiências das organizações, universidade e dos sujeitos inseridos na resistência".

Numa reportagem de Solange Engelmman de novembro de 2012, publicada na página do MST[82], a posição de Françoís Houtart é de que o sistema capitalista caminha para uma grave crise climática, econômica, política e alimentaria, pelo fato de que este modelo de

---

[81] MST. Via Campesina forma primeira turma de Residência Agrária no Pará. In: ____**.** . 4 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/14162>. Acesso em janeiro de 2013.

[82] ENGELMANN, Solange. MST. Iala realiza debate sobre crise climática e disputas territoriais na Amazônia. In: **MST**. 30 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Iala-realiza-debate-sobre-crise-climatica-e-disputas-territoriais-na-Amazonia>. Acesso em janeiro de 2013.

desenvolvimento se fundamenta na "exploração desordenada da natureza". Nas palavras de Houtart:

> Tendo noção de que a ganância do capital atrapalha até mesmo a ampliação dos seus lucros, as grandes empresas capitalistas que mais contaminam a natureza buscam formas de dominar as reuniões internacionais das Nações Unidas para garantir que as resoluções estejam sempre a serviço do mercado e da continuidade da exploração do meio ambiente como mercadoria. (HOUTART *apud* ENGELMANN, 2012, não paginado)

A reportagem continua considerando a necessidade de construir uma alternativa ao modelo capitalista, pois a "existência de comunidades camponesas, indígenas e dos trabalhadores de forma geral" exige uma alternativa a este sistema.

> Para François, a partir desse tipo de crise a única possibilidade é construir uma alternativa para romper com o capitalismo, tendo como saída a luta de convergência dos movimentos sociais contra os problemas climáticos. "A luta campesina e indígena se apresenta como fundamental nesse cenário. Mas, precisamos construir um paradigma anticapitalista, a partir de uma luta de classes plural e convergente com vários setores, com os movimentos sociais camponeses e operários", explica. [...] No entanto, a existência das comunidades camponesas, indígenas e dos trabalhadores, de forma geral, depende da construção de uma alternativa ao sistema capitalista, pois dentro da lógica atual, há uma forte tendência para a extinção desses grupos sociais. (ENGELMANN, 2012, não paginado).

O seminário fez parte de uma proposta de fortalecer as alianças entre movimentos sociais e intelectuais. Segundo Ayala Lindabeth, coordenadora politica-pedagógica do IALA Amazônico a atividade teve a intenção de "fortalecer as alianças entre os movimentos sociais e intelectuais que a fazem as disputas territoriais, as formas de resistência e as experiências agroecológicas da Amazônia e construir um projeto hegemônico e emancipatório dos camponeses".

A posição da UFPA a respeito de uma experiência de permacultura[83] no Curso de Educação do Campo, Agroecologia e questão agrária na Amazônia em parceria com o IALA Amazônico:

> [...] prevê o planejamento e a implantação e manutenção dos agrossistemas produtivos com base em princípios gerais, tais como: o cuidado cm o planeta Terra, o cuidado com as pessoas, a distribuição, a circulação de excedentes e a imposição de limites ao consumismo exarcebados. Tais princípios permaculturais estão

[83] UFPA/Marabá. Educação do Campo, Permacultura e Agroecologia. In: **Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará – FREC.** 15 de maio de 2012. Disponivel em: <http://www.frecsupa.net.br/2012/05/educacao-do-campo-permacultura-e.html>. Acesso em 10 de março de 2013.

> intimamente relacionados aos prinícpios da Agroecologia e da Educação do Campo, pois para podermos realizar o exercício e a pratica de planear, implantar e manter agroecossitemas produtivos não há como dissocia-los do conhecimento do local e dos sujeitos que ali habita. Para isso, faz-se necessário a realização da pesquisa. Assim reafirmamos a pesquisa como princípio educativo, na medida em que enfrentamos a realidade a partir da sua investigação considerando o envolvimento dos sujeitos e valorizando os recursos locais (UFPA, 2012, não paginado)

A segunda turma está prevista para dar inicio em 2013 a princípio no segundo semestre.

3.3.5 Universidade Campesina "SURI" – UNICAM-SURI (Sistemas Universitários Rurais Indocampesinos) – (Argentina)

A proposta inicial que dá origem a criação da UNICAM – SURI foi a organização de uma escola para professores camponeses que consolidaria uma escola de agroecologia. Esta proposta começou há mais de 20 anos juntamente com a consolidação do movimento campesino Santiago del Estero.

A proposta inicial vinha ao encontro da necessidade de formar camponeses num contexto de uma educação no campo que respeitasse a historia e a cultura dos camponeses. Este processo dá nascimento à primeira escola de agroecologia em Quimilí, Santiago del Estero. Em continuidade com este projeto, se dá inicio a uma segunda escola localizada em Mendoza e uma terceira em Córdoba. Este projeto se fortalecia, e a ideia de construir uma universidade campesina esteve sempre presente. Ao momento que MNCI se incorporava na CLOC-Via Campesina, se aprofundava a necessidade de multiplicar, de ampliar a formação política e profissional que pudesse discutir uma estratégia de luta contra o sistema capitalista e imperialista. Para Adolfo Farías[84], representante de MNCI, setor de formação e educação, a UNICAM Suri se encontra no caminho desta estratégia e afirma que: "La Universidad tiene que ser un lugar donde ante todo podamos desarrollar compañeros con pensamiento crítico, desarmar el dogmatismo […]".

O desdobramento desta proposta dá origem à consolidação de uma Universidade Campesina à cerca de 4 km de Ojo D´Água em Santiago del Estero. Um espaço com 12 hectareas. Um projeto do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) com atividades de formação politica-profissional a nível internacional, que se propõe, como afirma Adolfo

---

[84] MOCASE. Comenzaron los Cursos de la Universidad Campesina. 12 de março de 2013. Disponível em: <http://mocase-vc.blogspot.com.br/>. Acesso em 13 de março de 2013.

Farias a "gerar um espaço de formação para o povo, e que seja um projeto futuro para a humanidade"[85].

A construção do espaço físico da Universidade segue em curso, baseado na construção natural mesclando com outros materiais e processos da engenharia tradicional. Assim como segue em curso a construção do projeto político-pedagógico e da grade curricular.

A construção de sua estrutura física se dá a partir de uma metodologia similar a da construção da ENFF (Brasil), através de brigadas de trabalho voluntario, a partir da construção com barro, adobe e pedras. Com metodologia também similar, combinando tempo trabalho e tempo estudo. Segundo a arquiteta Isabel Donato da Fundação ProEco San Miguel, que com o grupo Terra Morena é responsável pela obra[86]: "La UNICAM es una nueva forma de construir porque se propone generar una universidad con el pueblo".

Com a decorrente consolidação deste projeto, através de parcerias com instituições universitárias, o funcionamento dos cursos será através da metodologia de alternância, com 15 dias presenciais na Universidade e 45 dias em suas comunidades. Existe a possibilidade de construir um curso de arquitetura popular ainda em projeto.

De acordo com reportagem publicada no site do MOCASE[87], entre os dias 2 a 6 de março de 2013 realizou-se um primeiro curso teórico-prático (caráter de oficina) de construção de fardos de palha. Este curso teve a participação de 54 pessoas, permitindo também avançar na construção dos primeiros dormitórios, um edifício que terá capacidade para 40 educandos. Segundo esta reportagem, os primeiros quatro itinerários pedagógicos serão: Agroecologia, Direitos Humanos e Território, Comunicação popular e Musica popular.

3.3.6 Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA (Equador)

A Escola Nacional de Agroecologia ENA, do Equador é uma iniciativa de organizações camponesas e indígenas como, por exemplo, FENOCIN, ECUARUNARI, C-CONDEM; CNC-EA e o coletivo Serra Norte juntamente com outras organizações regionais.

Segundo reportagem da pagina da Via Campesina Internacional[88], no dia 13 de novembro de 2012 seria graduada a segunda turma da ENA com 36 técnicos agroecólogos

---

85 Ibiden.
86 Ibiden.
87 Ibiden.
88 VIA CAMPESINA. Escuela Nacional de Agroecología de Ecuador gradúa a su II Promoción Marlon Lozano Yulán. In: **La Via Campesina**. 13 de novembro de 2012. Disponível em:

com capacitação em desenvolver "*procesos productivos y de formacion agroecologica en sus comunidades y organizaciones*". Esta segunda turma leva o nome de Marlon Lozano, um militante da organização Terra e Vida assassinado em 2011.

O ato oficial de graduação foi realizado nas dependências da Universidade Politécnica Salesiana de Quito durante o um evento chamado Foro: "La Problemática Agraria en Ecuador y el aporte de la ENA en la formacion de nuevos liderazgos".

Ainda nesta reportagem se evidencia a concepção da Escola a respeito do campesinato, da agroecologia e seu papel na soberania alimentar. Segue abaixo alguns trechos da reportagem e de uma entrevista realizada com Freddy Congo, membro da CPP da ENA:

> Según la Coordinación de la Escuela Nacional de Agroecología, ENA, la Agroecología se la entiende como un proceso que impulsa la construcción de una manera de producir y consumir autogestionada, colectiva, sana, en armonía con la naturaleza y con las culturas ancestrales de cada lugar. Así, por su sentido colectivo y con memoria histórica, la agroecología impulsaría, con especial fuerza y coherencia, principios comunitarios y ecológicos dentro de la sociedad y el movimiento campesino, pues construye sus principios políticos desde la base de la vida humana: transformando la relación que se establece con la naturaleza para que nos alimente, y las relaciones sociales que sostienen ese proceso. […] La Agroecología es necesaria para que los pueblos garanticen la soberanía alimentaria y energética para la emancipación humana, además, la agroecología es vital para el avance de la lucha de los pueblos para la construcción de una sociedad en donde no haya la propiedad privada de los medios de producción y de los bienes naturales, sin ningún tipo de opresión y explotación, cuyo fin no es la acumulación, afirmó Freddy Congo, miembro de la coordinación. (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2012, não paginado).

A entrevista acima demonstra os princípios que envolvem a concepção de agroecologia trabalhada no curso, como sendo um processo de construção autogestionada, coletiva e em harmonia com a natureza. Afirma ainda da importância da agroecologia para a garantia da soberania alimentar e o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade sem propriedade privada e exploração. Percebemos nesta entrevista a agroecologia circunscrita na concepção de uma mudança estrutural da sociedade.

3.4 Aspectos Singulares entre as experiências de formação da Via Campesina

A partir deste breve e sintético relato das experiências de formação política consideradas parte de um programa de formação da Via Campesina, ou melhor, da Política de

---

<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/1520-escuela-nacional-de-agroecologia-de-ecuador-gradua-a-su-ii-promocion-marlon-lozano-yulan>. Acesso em fevereiro de 2013.

Formação da Via Campesina, buscamos fazer algumas reflexões a respeito de aspectos centrais identificados na sistematização das mesmas.

Entretanto para isso, apresentamos abaixo um quadro síntese destas experiências:

Quadro 12 - Síntese das experiências de formação da Via Campesina na América do Sul

Característica	Cursos/Atividades/Escolas	Local de Realização	Ano de início
Cursos livres ou informais e atividades de formação política	Curso para militantes de base da região cone sul	Itinerante	1998
	Escola de formação de militantes de base da região andina	Itinerante	2008 (possivelmente)
	Escola de formação de dirigentes – Egídio Brunetto	Itinerante	2011
	Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes	Brasil	2008
	Escola de formação de mulheres: continental, região *conosur*, e região andina.	Itinerante	Sem informação
	Acampamento da Juventude latino-americano da VCI	Argentina	2000
	Campanhas da VCI	---	---
Cursos livres ou informais e atividades de formaçõa político-profissional	Escola de comunicação popular da CLOC-VC	Itinerante	2011
	Campesino a campesino	Cuba, México, Guatemala, Nicarágua, Equador, Colombia	1960 (antes da conformação da VCI)
	Escola de agroecologia Raul Balbuena	Colombia	Sem informação
	Encontro de formadores em agroecologia	Itinerante	2009
Escolas e Institutos de formação política-profissional em agroecologia	Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA	Brasil (Lapa, Paraná)	2005
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Freire	Venezuela (Alberto Arvelo Torrealba, Barinas)	2006
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Guaraní	Paraguai (Curuguaty, Canindeyú)	2008
	Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Paulo Amazônico	Brasil (Paraupebas, Pará)	2010
	Universidade Campesina –"SURI" UNICAM-SURI	Argentina (Ojo D´Água, Santiago del Estero)	Sem informação
	Escola Nacional de Agroecologia do Equador – ENA	Equador	Sem Informação

Inicialmente, devemos considerar que as experiências que compõem a política de formação da Via Campesina constituem uma tentativa de dar unidade às experiências de

formação política e técnico-profissional desenvolvidos por cada organização a seu modo, sendo elas de caráter restrito à sua organização, ou com iniciativas de construção de processos latino-americanos ou mesmo entre organizações de um mesmo país.

Assim como a construção da Via Campesina, a política de formação da via campesina vem originalmente de experiências locais, com caráter regional, nacional ou internacional. Carregam consigo suas históricas maneiras, formas, metodologias, e concepções, que por vezes se entranham, ou se desencontram na sua imensa diversidade, entretanto não pareceram em nenhum momento empecilhos ou travas à necessidade emergente de construir coletivamente um programa de formação. A busca de construir um programa de formação da Via Campesina é justamente a necessidade encontrar as singularidades destes processos, a identidade destes processos, o que há de comum nestes processos, o que dá unidade à CLOC- Via Campesina, o que identifica sua Política de Formação.

Percebemos a preocupação constante em reconhecer todos os esforços em construção de processos educacionais e formativos para elevar a qualidade de participação de integrantes dos movimentos sociais do campo, e ao mesmo tempo a necessidade de organizar linhas comuns que orientem estas práticas fundamentadas no fortalecimento na unidade internacional de trabalhadores e trabalhadoras do campo, organizados em movimentos sociais que lutam contra as consequências do sistema capitalista no campo, na atualidade o agronegócio que se expressa de diferentes maneiras em cada território, porém com características similares e de caráter global, buscando a hegemonia sobre os recursos naturais e patrimônios culturais.

Consideramos importante destacaer o método de construção das políticas de formação da via campesina, desde a diversidade, que assim como o método de construção das próprias VCI, possibilita encontros e desencontros, discussões, tensionamentos e acordos. A importância deste método está justamente em como chegar aos possíveis resultados que se esperam.

Um segundo elemento importante e que está presente na origem das políticas de formação da Via Campesina é o fato de que estas devem incidir na construção de territórios contra-hegemonia do capital. Os processos de formação por sua própria peculiaridade de fazerem parte de organizações sociais do campo que confrontam diretamente as consequências do capital no campo necessitam incidir na ampliação da compreensão de seus integrantes dos mecanismos histórico-econômicos e ideológicos do capital sobre a vida cotidiana destes. Na mesma medida devem contribuir com instrumentos e informações que

possibilitem as organizações propor, cada vez com maior precisão, questões para a construção de uma nova sociedade, uma nova maneira de produzir a existência humana sem a exploração e a subsunção direta/ou indireta do ser humano e da natureza à ambição lucrativa e à contração de riquezas.

Neste sentido, as políticas de formação da Via Campesina tem uma posição de classe, e necessariamente estão vinculadas à estratégia da própria organização. Talvez por isso, incomodem um tanto a classe dominante, que através dos meios de comunicação de massa faz uma propaganda degeneradora, desinformativa, mantendo e impulsando através do senso comum posições na grande massa de repulsa a qualquer iniciativa que venha a contrapor este sistema. Como o exemplo do caso acima relatado da imprensa paraguaia contra o IALA Guarani.

Neste sentido a formação assume um papel de espaço de teorização, de reflexão sobre as práticas, e por isso imbricada organicamente às lutas desenvolvidas pelas organizações que dela participam, consequentemente aportando para a qualificação destas praticas militantes sócio-produtivas e políticas.

Isso se expressa também no cuidado que na dinâmica dos próprios cursos, escolas ou atividades, no envolvimento da dinâmica do curso com o trabalho de base, ou seja, com atividades sócio-político-organizativas e produtivas nas comunidades onde acontecem os cursos. Isso se expressa por diferentes denominações, como por exemplo: trabalho de base, interação socio-comunitária, tempo comunidade, projeto formativo, etc. Por exemplo, o *Curso Cone Sul*, o mais antigo e uma das referencias históricas de construção de uma política de formação da Via Campesina, possibilitou a projeção de militantes e quadros que vem construindo a luta e a organização camponesa nestes últimos anos, assim como na efetivação desta articulação internacional de campesinos.

Um terceiro elemento bastante importante é preocupação constante com a formação político-profissional nos diferentes níveis. Desde a formação de base, passando pela formação de militantes e formação de quadros ou lideranças. Como o caso do sistema campesino a campesino, uma metodologia de trabalho sócio-político-organizativo e agroecológico diretamente com os camponeses, ou mesmo o vinculo destes cursos e escolas de formação de militantes realizando trabalhos diretamente com a base, ou ainda, as campanhas da via campesina com temas referentes aos agrotóxicos, reforma agrária e soberania alimentar, a violência contra as mulheres, e sementes crioulas. São experiências diretamente ligadas à formação de base, mesmo que não se resumem apenas a ela, visto que na medida em que se

organizam, coordenam, realizam estas atividades se fortalecem ou se forjam também novos militantes e dirigentes que realizam estes processos.

Entendemos como base todas as pessoas, todas as famílias que de alguma forma estejam vinculadas a cada organização social articulada na Via Campesina. O vínculo destas com cada organização dependem do caráter de cada organização. Algumas são consideradas movimentos de massa, outras como articulação ou coordenação de diferentes organizações regionais, ainda redes, conselhos, confederações e organizações sindicais. Cada qual com sua estrutura organizativa e sua forma de representatividade. Algumas são especificamente de indígenas, ou campesinos, ou de mulheres trabalhadoras do campo, outras mesclam a organização de assalariados rurais, campesinos, indígenas e comunidades afrodescendentes.

Todas estas organizações, apesar de suas características peculiares estão relacionadas à organização de trabalhadores do campo. Estes de uma maneira ou de outra, são explorados ou subsumidos à lógica de produção capitalista e por isso com causas comuns. São frutos de um processo de seleção, apropriação e concentração de recursos naturais e da própria riqueza gerada pelo trabalhador e pela trabalhadora.

Em relação ao termo massa, referenciado em vários momentos deste capítulo pretende-se desenvolvê-lo mais adiante, sob a luz do pensamento de Antonio Gramsci. Neste sentido somente referenciamos que para a Via Campesina, o termo massa estaria relacionado a uma somatória de indivíduos trabalhadores que ainda não se deram conta de sua condição de explorado.

Também como parte deste terceiro elemento, sobre os níveis de formação política, há a formação básica de militantes, muitas vezes chamados de ativistas que desenvolvem atividades organizativas e educativas nas mais diferentes áreas e instancias. Podemos citar novamente o *Curso Cone Sul*, ou o *Curso Básico de Militantes da Região Andina*, ou ainda a formação de tecnólogos e engenheiros em agroecologia, ou comunicadores populares, ou a *Escola Continental de Mulheres*, o *Acampamento da Juventude Latino-Americana*, *Escola Nacional de Agroecologia* do Equador, UNICAM e *Escola de Agroecologia Raul Balbuena*, Viotá, Colômbia.

Ainda neste terceiro elemento, com relação à formação de quadros/dirgentes, citamos: a *Escola de Formação de Dirigentes* - Egídio Brunetto; os *Cursos Latino-Americanos da ENFF*; os cursos de especialização e mestrado da Escola Nacional Florestan Fernandes; os *Encontros de Formadores em Agroecologia*; os seminários de escolas e processos de formação; as escolas e institutos de agroecologia; a UNICAM; os próprios congressos, assembleias e instâncias da articulação internacional de camponeses; entre outros.

Um quarto elemento que faz parte das políticas de formação da Via Campesina está na busca constante de ampliar a participação das mulheres, seja nas instâncias e espaços de decisão política da organização como um todo, mas também de processos de formação política e /ou político-profissional com a finalidade de possibilitar maiores condições de intervenção das companheiras nos espaços onde atuam. A necessidade de avançar e qualificar a participação das mulheres do campo na luta política traçou de maneira duas linhas de atuação na formação da VC. Uma delas é que desde as convocatórias para participação nos cursos, escolas e atividades de formação seja orientado a indicação e participação de 50% de companheiras. Este critério de certa maneira põe o debate, nas instancias locais, a ampliação da participação de mulheres nos processos de formação, mesmo que ainda seja um grande limite em sua efetivação, ou seja, a maioria das atividades não contemplam 50% de participação de mulheres, entretanto consideramos um avanço crescente esta participação.

Ainda nesta perspectiva foram criados espaços de formação política especialmente para companheiras no intuito de aprofundar a discussão específica da situação da mulher do campo, sua condição de gênero, o debate do feminismo, e as formas de estimular sua participação. É o caso das escolas de formação de mulheres, tanto a escola continental, quanto a escola da regional *conosur*, e andina. Consideramos que é de fundamental importância a realização de escola somente para mulheres como metodologia de trabalho com as companheiras, mesmo que se compreende que este não seja o único espaço de formação.

Um quinto elemento que colocamos em destaque é a questão da mística, que a partir das várias formas de linguagens busca expressar a motivação e a convicção da luta. Desde a mística realizada nos encontros, conferências, reuniões, cursos, escolas e atividades de formação, constroem-se aspectos de identidade entre a diversidade político-organizativa existente na VCI, assim como expressam a construção da árdua unidade entre os diferentes.

A unidade e a identidade não se constroem somente através da mística, ela está presente no método, na forma, nas linhas estratégicas, no internacionalismo, nas ações de luta, etc. Entretanto, a mística, por se tratar de convicção, de atitude, e da subjetividade que impulsiona a ação humana individual e coletiva, possibilita construir e exercitar aspectos importantes que fortalecem a unidade.

A mística é expressa nas atividades da VC de diversas formas, entre elas: a expressão corporal, a música, o poema, o teatro. Também através da simbologia da natureza e das lutas das organizações do campo como: a terra, água e o fogo; as bandeiras; as ferramentas de trabalho dos sujeitos do campo; os chapéus e lenços que caracterizam a cultura e a vida cotidiana do campo; etc. Enfim, através das diferentes linguagens, realiza-se a comunicação

da utopia e da esperança, dos limites e dificuldades e das perspectivas que delineiam as linhas estratégicas da organização.

> En todos los encuentros, conferencias y jornadas que organiza La Vía Campesina hay un espacio específico que se conoce por «mística», como acto simbólico que pone alma, vida y sentimientos a la lucha campesina y refuerza la unidad y la motivación para llevarla a cabo. En concreto, consiste en la exposición teatral de una idea relacionada con la lucha durante unos diez minutos por parte de un grupo de personas, utilizando para ello elementos (vestuario, utensilios, música, baile, rituales...) vinculados a la cultura de los pueblos y suele haber espacio para la expresión espontánea. Normalmente se lleva a cabo a primera hora de cada jornada de debate y es rotativa entre las diferentes regiones. También tiene lugar en momentos álgidos, como la clausura de un encuentro, el homenaje a una persona, la visita de una personalidad pública o política […] (EHNE, 2008, p.24).

Um sexto aspecto que faz parte das políticas de formação da VC está na sua própria gênese, o internacionalismo, conforme descrito anteriormente. A luta de caráter internacional possibilita de maneira pedagógica compreender a totalidade do projeto do capital para o campo nas suas mais diferentes expressões, assim como possibilita a autocompreensão da totalidade de sua condição de sujeitos do campo, possibilita a autoidentificação enquanto classes sociais que num primeiro momento se contrapõe às consequências do capital que imediatamente lhe atingem, mas que criam condições objetivas para sua unidade mais ampla em busca de sua emancipação.

O internacionalismo como necessidade e como elemento estratégico de luta acompanha também os processos de formação política. Na convivência cotidiana entre as diferentes formas políticos-organizativas, as diferentes formas de produção e de agroecologia, as diferentes concepções e ideologias, as distintas perspectivas para a luta do campo, que se forja um processo de síntese. É através da prática cotidiana, e confronto constante entre os diferentes, mas não opostos, que se possibilitam condições objetivas de criação de identidade e unidade, desde as bases, desde a relação entre militantes e base, desde a relação entre dirigentes, militantes e base.

Com certeza o internacionalismo pode ser visto como elemento estratégico para o avanço da luta, mas também deve ser visto como elemento de um determinado método, mesmo que este também exige desenvolver formas de não distanciamento pelas diferenças, mas de síntese do que é comum. Porque não dizer que o internacionalismo é um aspecto pedagógico da luta de classes?

Consideramos por fim, que os elementos aqui citados, e que comportam a política de formação da Via Campesina, demonstram que estas experiências são parte das linhas

estratégicas desta organização. A construção dos cursos, escolas e atividades de formação realizada pelas organizações sociais do campo (com ou sem parcerias institucionais), estão intimamente vinculadas ao processo de espacialização e territorialização contra-hegemônica. Vingam a partir de pressupostos e princípios que fortalecem a sua estrutura organizativa, seus objetivos e sua luta, como: o internacionalismo; a relação teoria-prática (a práxis), a educação/formação para a transformação da realidade; o vínculo estudo com o trabalho com a comunidade, o vínculo estudo com o trabalho; a organicidade como forma de participação de todos e todas na construção do cotidiano do curso; a busca de ampliação da participação das mulheres; a mística; e por fim, mas não menos importante, a necessidade de constante vigilância ao método desta construção.

Estes princípios e pressupostos forjam diariamente traços de uma política de formação da VC. Seriam estes passos para a formação de seus próprios intelectuais orgânicos? Seriam estas as características de formação de um intelectual coletivo que é, por si, a própria organização?

CAPÍTULO 04
TERRITORIALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo discutir os conceitos de território, territorialização e territorialidade a partir de uma perspectiva geográfica e relaciona-los aos conceitos de organização e consciência desde a perspectiva de análise de Antonio Gramsci. Na abordagem deste autor, estes conceitos estão intrinsecamente vinculados aos temas: Estado e sociedade civil; hegemonia; organização política como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. A síntese destes conceitos contribui para uma leitura crítica desta luta contra-hegemônica do capital no campo realizada pela Via Campesina desde o enfrentamento, a organização, e a formação.

Para a construção deste capítulo, tomamos como princípio de que a produção do espaço geográfico, a produção de territórios está estritamente relacionada ao tema do poder. A produção de territórios desde o poder do capital condiciona uma geoconomia e uma geopolítica mundial sob seu domínio, envolvendo inclusive aspectos de dominação ideológica, de maneira hegemônica. A forma atual do capital, a partir de seus vetores de plena globalização, imperialismo, e financeirização da economia, produziu historicamente sua territorialização ao mesmo tempo em que desterritorializou e ainda desterritorializa os sujeitos do campo através da expropriação, exploração ou da subsunção de formas não capitalistas de produção.

Este movimento territorialização-desterritorialização ocorre em sua forma material e imaterial. Em sua forma material, se realiza através de transferências tecnológicas, instalação de grandes transnacionais, processadoras, portos e caminhos para circulação de mercadorias, criação de *comoditties*, etc, articulando seu domínio de maneira global e local concomitantemente. Em sua forma imaterial constrói uma territorialidade dos consentimentos, quando não pela coerção, e impõe sua ideologia através da mídia, da educação, da cultura e outros instrumentos para manter-se no domínio (FERNANDES, 2004, 2009). Para realizar sua territorialidade, encontra e aproveita de um terreno fértil para instalar-se: a alienação e o senso comum de trabalhadores.

Entretanto, essa desterritorialização não ocorre de maneira tranquila e conforme. Ela está mergulhada de conflito (FERNANDES, 2004), que pode gerar inicialmente uma reação individual e imediata, de revolta e de luta espontânea, mas que carrega em si a possibilidade de gerar processos de consciência mais amplos, da tomada de consciência em si à consciência para si (conforme mencionamos nas referências metodológicas da investigação).

A Via Campesina nasce da articulação de organizações sociais do campo que surgem nos marcos das diferentes formas de territorialização do capital na agricultura, conforme comentado no segundo capítulo. Esta articulação internacional, desde uma estrutura organizativa horizontal e coletiva, busca construir unidade de ação desde as mais diferentes formas político-organizativas a nível mundial. Suas linhas estratégicas estão essencialmente na construção de mudanças sociais no campo desde soberania alimentar e da agroecologia, onde a este se vinculam diferentes outras temáticas, como o caso da luta pela terra e pela reforma agrária, o respeito à biodiversidade, pela participação política das mulheres, entre outros.

Para fortalecer suas lutas e ações, assim como sua própria organicidade em caráter internacional, a Via Campesina forja diferentes experiências de formação política e profissional (descritos no capítulo três), nos quais desde seus princípios e pressupostos potencializam o caráter político-pedagógico da própria organização social, forjando seus militantes e quadros, seus intelectuais orgânicos.

Portanto, a territorialização contra-hegemonia do capital promovida pela Via Campesina ocorre desde: suas linhas estratégicas; suas ações de luta e enfrentamento ao modelo e às consequências do capital no campo; sua forma organizativa; e suas políticas de formação, forjando a consciência de sua própria classe.

Na sequencia, aprofundaremos a relação existente entre estes conceitos identicados, os quais perpassam pelo tema desta investigação: território-territorialização-territorialidade; organização sócio-política; e consciência.

4.1. Território, territorialização e territorialidade

Partimos da premissa de que todo o conceito se desenvolve historicamente, e que os mesmos se constroem a partir de determinado ponto de vista da realidade concreta – e com ela interagindo. O conceito de território e suas variantes, por exemplo, tem uma larga trajetória baseada em diferentes concepções de mundo e da compreensão da ação humana na natureza. Pretendemos aqui abordar os conceitos de território que têm similitude nos seguintes

pressupostos: é construído a partir das relações de produção entre os seres humanos para produzir e reproduzir a vida humana objetiva e subjetivamente, relações estas marcadas pelo conflito de diferentes classes sociais. Nesta perspectiva, o conceito de território percorre a primeira metade do século XX na área das ciências sociais em obras de autores vinculados à luta pela transformação social[89].

Por exemplo, Lênin ao mencionar o imperialismo assinala que território está relacionado à dominação, à partilha econômica do mundo. Ao realizar esta análise, Lênin olhava para como se redimensionava o poder hegemônico do capital mediante as relações econômicas, através da fusão de empresas, concentração de capital e conformação de grandes monopólios, assim como o papel dos bancos estreitamente vinculados ao Estado.

Este momento histórico, início do século XX, foi marcado por diferentes experiências de luta e debate sobre as consequências do capital na vida dos trabalhadores, assim como a necessidade e as formas de organização destes para a construção de uma nova sociedade. Foi o caso do processo soviético[90] e sua influência e inspiração a diferentes outros países, como por exemplo, o caso particular Itália, onde nasceu e viveu o autor ao qual se baseiam algumas análises deste trabalho, Antonio Gramsci.

Guiseppe Dematteis traz para a discussão de território os "*consigli di zona*" e os "*consigli de fabrica*" na Itália da década de 1920 e ressalta a forte organização dos operários em Turim, processo pelo qual Antônio Gramsci foi um grande animador e dirigente teórico. Estes conselhos tiveram um papel fundamental em contestar a organização capitalista do trabalho e unificar as diferentes posições políticas. Como afirma Saquet, uma maneira encontrada para "articular internamente o movimento operário que tinha uma organização explicitamente territorial: estabeleceu-se uma unidade entre as diversas categorias e posições políticas" (SAQUET, 2007, p. 41).

Segundo Saquet (2007), Dematteis publica em 1976, os "Cadernos do Território", no qual analisa os "novos arranjos territoriais do capital e do movimento operário após 1968". Para este, o encontro das análises marxinianas e a geografia se dá principalmente a partir da

---

[89] O conceito de território não nasce aqui, mas bem anterior a este momento histórico. Por exemplo, no século XVIII estava relacionado à construção dos estados nacionais contemporâneo. Este conceito também pode assumir, desde a geografia quantitativa, a organização espacial desprovida da relação direta com o poder, como a limitação distrital por exemplo. Desde a geografia crítica o conceito de território está relacionado a espaço e poder, onde o agente social está para além dos Estados Nacionais - como afirmavam os geógrafos tradicionais – mas, na produção de grupos sociais que para manter ou contestar o poder produzem, reivindicam e disputam territórios. Desde esta perspectiva, se enfatiza a dimensão tanto material quanto simbólica do poder. Alguns autores enfatizam mais em uma do que em outra. Outros autores apontam a relação intrínseca entre estas duas dimensões do processo de territorialização. Demarcamos neste trabalho este marco conceitual para desenvolver as reflexões sobre o tema.

[90] Considerada a primeira revolução de caráter socialista na historia de luta dos trabalhadores.

década de 1960, através de autores que realizaram um debate teórico-metodológico sobre território como uma categoria essencial para análise da relação espaço-poder, desde uma lógica anti-positivista. Alguns destes autores são: Máximo Quaini, Giuseppe Dematteis, Claude Raffesttin, Henry Lefebvre e David Harvey. Território nesta perspectiva, parte do princípio do conflito de classes onde o mesmo é espaço de interações sociais que se estabelecem em diferentes escalas, é, portanto, mediador das relações de produção. Esta elaboração teve a influencia de autores como Felix Guatarri, e Antonio Gramsci entre outros autores.

Saquet (2007) afirma que na retomada do conceito de território sob uma perspectiva de luta de classes, Gramsci é um autor de fundamental importância.

> Antonio Gramsci, como mencionei anteriormente, volta toda a sua produção intelectual à atuação na pratica revolucionaria, incentivando e orientando a aliança entre operários e camponeses [...] numa articulação de classe e territorial, como tática organizativa para a revolução que requer mudanças materiais e ideológicas (políticas, intelectuais). (SAQUET, 2007, p.61).

Construir uma revolução na Itália era a perspectiva deste autor, e sobre ela elaborou e/ou resignificou conceitos como, por exemplo: bloco histórico, organização política, hegemonia, e consciência. O conceito de território não foi trabalhado diretamente por Gramsci, mas encontra-se explícito em suas diferentes reflexões, que buscava analisar as condições objetivas da Itália e a especificidade de uma possível revolução em seu país. Segundo Saquet[91], o tema do território está presente em textos como "A questão meridional", e alguns textos sobre sindicato, organização e articulação nacional que constam na obra "Cadernos do Cárcere". Estes preceitos fundamentam a elaboração, dos diferentes autores acima mencionados, sobre o conceito de território fundamentado na: relação natureza e sociedade; economia, política e cultura; apropriação, dominação e controle; e, identidades e representações.

Raffestin (1993), um dos autores acima citado, afirma que o conceito de território está imbricado ao conceito de poder. Ele afirma que toda relação manifesta poder ou um campo de poder. Afirma também que o termo poder não é uníssono. Ele carrega certa ambiguidade, pois pode significar um conjunto de instituições que garantam a sujeição e o controle da população e dos recursos a um determinado Estado, mas também - e como origem - pode configurar pontos de poder que se estabelecem em toda e qualquer tipo de relação social. Estes pontos podem não ser palpáveis, ou podem parecer invisíveis, mas existem

[91] Informação oral.

concretamente e ali se desenvolvem. Neste caso as intencionalidades e finalidades é que revelam o poder em suas diferentes dimensões.

Assim, as relações de poder se expressam nos territórios de diferentes maneiras ao mesmo tempo em que realizam a organização e reorganização territorial da dominação nos aspectos materiais e imateriais (ou simbólicas e ideológicas). Ou seja, as relações sociais entre os sujeitos e objetos se concretizam no território e significam territorialidades. "O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. [...] O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico [...] sempre ligado ao controle e à dominação social". (SAQUET, 2007, p. 34)

Raffestin também trabalha o elemento do poder quando conceitua os sistemas territoriais, onde os territórios - através de malhas, nós e redes - mesmo que não diretamente visíveis, possuem ligações por decisões, projetos ou estratégias políticas. Afirma que: "O sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio pode ser decifrado por meio de ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção". (RAFFESTIN, 1993 p.158)

Parece clara a fundamentação de Raffestin em Maquiavel, pois neste, poder é essencialmente relação de dominação, de apropriação, de ocupação, de administração através de costumes, leis e da própria língua. "O poder é exercício da apropriação e dominação." (SAQUET, 2007, p. 28).

Segundo Saquet, de maneira similar ao pensamento de Rafesttin, Magnaghi compreende território como relações de poder e apropriação territorial, onde esta se materializa de maneira multiforme. Outro autor que trabalha o conceito de território nesta perspectiva é Gottman, que o analisa sob a perspectiva da colonização, onde a "ocupação do novo mundo que correspondia para a classe dominante de alguns países europeus, a novos territórios para dominação e exploração". Território, "portanto, destaca-se por duas funções principais: servindo de abrigo e servindo de trampolim para oportunidades". (SAQUET, 2007, p. 27)

Nestas abordagens percebe-se que o conceito de território está estreitamente vinculado ao tema do poder, do conflito e da disputa territorial. Território é em si disputa territorial, é processo, e, por ser processo contém o elemento da historicidade e das múltiplas escalaridades que o caracterizam como geo-histórico[92]. É desde esta perspectiva de processo ou de movimento, que Saquet (2007) afirma que Deleuze e Guatarri abordam o tema do

[92] Perspectiva geo-histórica em Máximo Quaini.

território sob a perspectiva de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Neste sentido, na disputa territorial, as lutas de movimentos sociais são essencialmente para desterritorialização do capital construindo nova reterritorialização, já que as comunidades tradicionais ou campesinas foram desterritorializadas pela territorialização do capital em seu poder hegemônico.

Quando afirmamos a expressão territorialização contra-hegemonica da Via Campesina, afirmamos que a partir do enfrentamento, da luta, de sua estratégia, sua organicidade e sua política de formação, constrói territórios, antes desterritorializados pela hegemonia do capital. Busca territorializar-se desterritorializando o poder do capital. Embora, compreendeemos também que desterritorializar o poder do capital no campo não ocorre em sua plenitude, a não ser que esteja nos marcos de uma mudança estrutural da sociedade. Afirmamos também que a territorialização contra-hegemonica da Via Campesina se dá nos marcos da resistência e do enfrentamento, põe a contradição do capital no campo em evidência, e realizar a luta de classes.

Este processo não é linear, e nem poderia ser. Não é como retirar algo de algum lugar e colocar outro "algo". Quando nos referenciamos á territorialização da Via Campesina, estamos mencionando o constante e insistente processo de desterritorializar o capital em seus aspectos econômicos e ideológicos, em sua territorialiadade material e imaterial. É sob esta perspectiva que se desdobra a inquietação a respeito do papel da formação política no processo de territorialização desta organização, fato este que se efetiva essencialmente na luta concreta, no processo organizativo das diferentes organizações dos diferentes sujeitos do campo. Pretendemos desdobrar esta reflexão posteriormente.

Guatarri desenvolve o conceito de território, desde uma abordagem humanista, ligado à subjetividade individual e coletiva, onde o agir social é um agir territorial que constrói e reconstrói território, que também é fruto da condição da reprodução social. "O território, é produto e condição de processos sociais" (SAQUET, 2007, p.88).

Segundo Saquet (2007), para Lefebvre, território é um espaço modificado pelo trabalho revelando sempre relações de poder - desde o Estado ao indivíduo - nas suas múltiplas dimensões. O território é assim objetivado pelas relações sociais de poder e dominação. Esta objetivação implica a cristalização de uma territorialidade, ou de diferentes territorialidades em conflito no espaço. Territorialidade, portanto, está relacionada à intencionalidade na objetivação do poder. Desde essa premissa, Lefebvre analisa a articulação afinada entre as territoralidades materiais e ideológicas como uma condicionam a outra e vice-versa.

Saquet (2007) também cita Bagnasco (1977 e 1978) como um autor que se baseia no pensamento de Gramsci. Em especial, Bagnasco analisa que o tema sobre "A questão meridional"[93], ou a sociedade meridional, é para o autor um "produto de articulações entre distintas classes sociais" como uma questão territorial[94], (desde a articulação de camponeses, estado e intelectuais). Para Gramsci a única classe territorialmente nacional, na Itália do início do século XX, era a pequena burguesia, e, era necessário organizar a aliança operária e camponesa para a constituição de um novo bloco histórico na luta contra hegemonia do capital. Era necessário que o partido comunista[95] se organizasse territorialmente[96] na dimensão política e ideológica para enfrentar as forças do bloco agrário-industrial do capital. Aponta Saquet, que:

> Gramsci elabora claramente uma compreensão (i) material do conflito de classes e do desenvolvimento italiano, no qual há produção material, a psicologia, a mentalidade camponesa, a consciência da classe trabalhadora, difusões, organização política, intelectuais, todos termos comuns em seus textos de 1916-1926. [...]. O problema das relações de classe, mas também é especialmente como um problema territorial, isto é como um aspecto da questão nacional. (SAQUET, 2007, p. 61)

Para Bagnasco (1977), o território está para "além da área e formas espaciais, significa conexão, articulação, é resultado e condição da dinâmica socioespacial, na qual se sucedem agregações territoriais, por mudanças/inovações e por permanências sociais" (SAQUET, 2007, p. 73). No entanto, é pressuposto considerar que território se constrói a partir do espaço.

É importante aqui determo-nos pouco mais sobre o tema e o conceito de espaço. Milton Santos, geógrafo brasileiro, destaca - desde uma abordagem materialista dialética - a centralidade do conceito espaço geográfico, e não de território. Para este autor, na produção do espaço é fundante o papel do trabalho e das técnicas como o grande mediador da relação

---

93 O texto "A Questão Meridional" de Antonio Gramsci trata da sociedade meridional. Segundo Gruppi (1978), da sociedade meridional era um grande bloco agrário constituído por três extratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e media burguesia rural; e, os grandes proprietários rurais e os grandes intelectuais. Neste sentido era necessária a aliança entre os camponeses do norte aos operários do sul construir um novo Estado, uma nova ordem política. Esta aliança deveria incorporar no programa de luta, as exigências de classe que cada qual representava. O proletariado poderia torna-se classe dirigente na medida em que criasse um sistema de alianças.

94 A leitura de Bagnasco era de que para compreender a especificidade das classes sociais e suas relações era necessário analisá-las sob uma abordagem territorial, "porque o desenvolvimento e a articulação entre classes são uma questão territorial" (SAQUET, 2007, p. 62)

95 Partido sob o qual Gramsci militava e era dirigente neste período.

96 Território para Gramsci, embora não mencionado diretamente, parece ser um conceito relacionado ao caráter nacional.

sociedade-natureza. Assim, o espaço é produzido na relação homem-espaço que aparece num primeiro momento apenas como paisagem.

> O trabalho e as técnicas ganham centralidade em sua argumentação; o homem é o sujeito, as técnicas, mediação e o espaço é um produto histórico [...] Para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, fixos, relações de trabalho, etc. (SAQUET, 2007, p.91).

Portanto, território para este autor deriva da produção do espaço. Território não é neutro, muito menos um ator passivo. Espaço e território fundamentados na sociedade do dinheiro produz uma fragmentação generalizada e esquizofrênica que acolhe a racionalidade dominante ao mesmo tempo em que permite a existência submetida de outras formas de vida. Essa fragmentação esquizofrênica permite a regulação e a pacificação de forças contrárias a seu domínio através de diferentes elementos. Entre estes, a questão da rapidez e fluidez de tecnologias difundidas de maneira selecionada em determinados lugares, enquanto que em outros lugares (não tão adequados aos interesses capitalistas) permanece um ritmo de produção mais lento. Esta "esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência" (SANTOS, 2003, p.80).

A partir de uma concepção crítica de território, Saquet (2007), assinala que território é resultado de "relações sociais que se territorializam desigualmente, por mediações e ações, sobretudo, econômicas e políticas, de controle na processualidade da luta de classes". (SAQUET, 2007, p.135). Neste sentido, Oliveira (2010) afirma que o desenvolvimento do capitalismo no campo submete o trabalho dos trabalhadores para a produção, mas também se reproduz na incorporação de "formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista". Assim o capitalismo "se nutre de realidades não-capitalistas" e essas desigualdades "não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista". (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Neste sentido, a territorialização do capital ocorre "quando a indústria, o proprietário da terra e o capitalista da agricultura se tornam a mesma pessoa ou empresa", e a monopolização do território ocorre desde a subsunção de formas não capitalistas de produção às leis do capital, ou seja, quando "agentes do capital monopolizam o território sem se territorializar, redefinindo assim, relações camponesas de trabalho e se utilizando deste para produzir capital". (OLIVEIRA, 2002, *apud* SAQUET, 2007, p.136).

Outro autor contemporâneo que reflete a respeito do caráter da conflitualidade na produção de território é Fernandes (1999; 2005; 2013). Para ele território se configura como

lugar de conflitualidade e de luta entre diferentes classes sociais, um lugar de dominação e de negociações. Em sua tese de doutorado (1999), o autor retrata como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST - Brasil) foi se territorializando em cada estado através da: luta e o conflito pela terra; da ocupação; da organização; do trabalho de base; da negociação; e, das alianças com outras organizações e instituições - como o caso da CPT, Partido dos Trabalhadores, das comunidades eclesiais de base, etc.

Esses elementos caracterizam os caminhos, ou forma de como este movimento social foi se espacializando e se territorializando. Na análise do autor, esse processo se dá essencialmente pela primeira necessidade de sobrevivência de famílias desterritorializadas pela ação do latifundiário e do capital na agricultura, e, nasce concretamente no processo de ocupação. A ocupação não é uma ação realizada não somente pelo MST, mas por outras organizações do campo, ou grupos não organizados, que a fazem pela necessidade de sobrevivência.

Fernandes analisa que desde esta ação primeira, a ocupação, se estabelece diferentes tipos e formas de espacialização e territorialização. As ocupações podem ser de caráter espontâneo (isolado), ou ainda organizado (espacializado), como o caso do acampamento.

> As ocupações isoladas e espontâneas acontecem, majoritariamente por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam uma área sem configurarem uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e então, pela própria necessidade passam a constituir um movimento social. O caráter da espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado. (FERNANDES, 1999, p. 278)

Concordamos com a leitura do autor que a territorialização ocorrem a partir das lutas, ocupações, organização, trabalho de base, e alianças que se estabelecem. Analisamos também que estes são os fundamentos que marcam o que queremos afirmar como territorialização da Via Campesina em contraposição aos interesses do capital no campo. Desta forma, as ocupações espontâneas, que não pressupõem uma base organizativa anterior de trabalho de base, se dão unicamente pela necessidade de mover-se e sair da condição passiva de sobrevivência, podem não conter, ou contém embrionariamente um projeto político mais amplo, uma estratégia política de transformação social. Esta ação quando intencional, mesmo que num primeiro momento impulsiva e dispersa pode caracterizar-se como processo de espacialização, e, posteriormente como afirma Fernandes (1999), forjar-se como movimentos territorializados. Os movimentos sociais territorializados, ou movimentos socioterritoriais na

visão do autor são resultado das experiências de lutas de diferentes processos de ocupações organizados e espacializados, têm um projeto político mais amplo, na busca por transformação da realidade.

Girardi (2008) aponta que a discussão de território é indissociável da discussão de espaço, pois o primeiro "é formado a partir do espaço geográfico". Para o autor, os dois conceitos estão vinculados a relações de poder que são desempenhadas por sujeitos que produzem espaços e tem objetivo de construir territórios. As relações desenvolvidas por estes sujeitos (indivíduos e/ou coletivos) podem se configurar como apropriação, dominação ou influência. E é justamente no ato de exercer o poder no espaço para a criação de territórios que estes sujeitos promovem o movimento de territoralização-desterritorialização-reterritorialização (TDR).

Neste sentido, Girardi (2008) afirma, com base nas proposições de Fernandes, que território contém duas dimensões, uma dimensão material e outra imaterial, e que estas são indissociáveis num processo de territorialização. A primeira se refere aos aspectos objetivos, à materialidade do território, e a segunda aos aspectos subjetivos, às estratégias dos sujeitos, às representações destes para a construção territorial. Neste último estão implícitos a ideologia e os posicionamentos políticos que tem ação direta e indiretamente na construção objetiva, e, portanto no aspecto material do território. Assim, a relação de dominação, a hegemonia e o consenso são elementos imateriais de uma construção territorial, ou de uma territorialização.

Resgatando a concepção de Raffestin (1993), Girardi (2008) analisa que território também pode se configurar como territórios-rede. Estes são marcados pela fragmentação, descontinuidade e sobreposição. A articulação destes é proposta por alguns autores como multiterritorialidade, um conceito que expressa a possibilidade de conectar diversos territórios, fisicamente ou mesmo simplesmente sob o elemento da influência. Neste conceito, observamos que mesmo que território indica a necessidade de um espaço, outros diferentes territórios podem estabelecer-se no mesmo espaço, o que não significa que são excludentes. Sob este espaço, se constroem processos de territorialização, que podem expressar interesses coincidentes e coexistentes ou de conflituosidade, ou melhor, territorialidades consentidas ou conflitantes. É o caráter da conflitualidade que gera o processo TDR, citado anteriormente.

É importante mencionar aqui que em alguns dos autores que foram citados até então afirmam que o tema da territorialidade aparece como parte do movimento TDR. Abaixo se descreve a concepção destes sobre o tema.

Conforme analisa Saquet (2007), territorialidade para Dematteis (1999) e Rafesttin (1981, 1993) é "um fenômeno social" que envolve grupos interagindo-se entre si "mediados

pelo território", mediações estas que mudam no tempo e no espaço. Territorialidade é compreendida como um processo relacional ligando o mundo real ao mundo das sensações e da representação. Assim, o agir social tem a escala local, é territorial e significa territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 75-76, 115, 128).

A territorialidade ou espacialidade está relacionada a um processo de construção de identidade segundo Saquet (2007). Envolve um campo simbólico que se constrói, desconstrói e se reconstrói através do tempo e de maneira relacional. Está diretamente relacionado à construção de uma abordagem territorial (i)material. Território (i)material está vinculado à expressão do território no pensamento. Poderíamos chamar de território (i)material "o movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões", ou seja, aspectos abstratos, cognoscivos que são interentes "aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo objetividade" (SAQUET, 2007, p.171). Importante citar que sob esta perspectiva o conceito de território busca superar a dicotomia historicamente construída entre a ideia e a matéria, entre a natureza e a sociedade.

É neste sentido, que territorialidade como expressão (i)material do território que se encontra imprescindivelmente a ideologia, a forma do pensamento único, o pensamento dominante do sistema em que se vive, como menciona Santos (2003). Nela estão presentes os consensos, a reprodução pura e fiel da territorialidade dominante, assim como os conflitos e crises que partem da vivencia concreta e cotidiana das contradições locais e particulares. Conflitos estes que podem gerar uma nova forma de pensamento, uma nova forma de consciência individual e coletiva.

Na territorialização como uma unidade dialética entre o material e o imaterial se encontram subentendidos projetos, política e estratégias. Mesmo que muitas vezes não claramente visíveis se materializam aí, se reproduzem aí, e, de aí partem as contestações. Daí nasce a possibilidade de uma articulação precisa entre o local à forma universal que singularmente se expressa no particular.

Santos (2003), como mencionado acima, quando analisa a atuação do capital trabalha especialmente que este produz "esquizofrenia do espaço", ou seja, produz a alienação. Analisa também a necessidade emergente de resignificar o espaço sob uma "nova consciência de mundo". No caso do campo, o autor analisa que a agricultura científica e globalizada produz a alienação do território. A agricultura, desde uma referencia mundial (universal) recebe influencia das mesmas leis que se desdobram nas localidades. Leis estas que regem "espaços da produção econômica", a partir do avanço tecnológico e do aumento exponencial

de quantidades produzidas "em relação às superfícies plantadas", visando unicamente o aumento da produtividade e o lucro. (SANTOS, 2003, p. 88-89).

É esta agricultura globalizada que produz uma "esquizofrenia do espaço" e do território, que de maneira fragmentada acolhem diferentes vetores da globalização, que reproduzem cotidianamente em espaços particulares as manifestações de um sistema que opera em sua totalidade. Entretanto, ao mesmo tempo produz também de maneira acelerada o sujeito contestador deste sistema. Sobre este tema, Santos (2003) destaca-se o trecho a seguir:

> O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados [...]. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo [...]. Mas a conformidade com a razão hegemônica é limitada, enquanto a produção plural de irracionalidades é ilimitada. É somente a partir de tais irracionalidades que é possível a ampliação da consciência […]. Este é o fundamento da esquizofrenia do lugar [...]. A mediação técnica e a produção correspondente, local e diretamente experimentadas, podem não ser inteiramente compreendidas, mas ao vividas como um dado imediato, enquanto a mediação política, frequentemente exercida de longe e cujos objetivos nem sempre são evidentes, exige uma interpretação mais filosófica. Uma filosofia banal começa por se instalar no espírito das pessoas com a descoberta, autorizada pelo cotidiano, da não-autonomia das ações e dos seus resultados. Este é um lado comum a todas as pessoas, não importa a diferença de suas situações. Mas outra coisa é ultrapassar a descoberta da diferença e chegar à sua consciência. (SANTOS, 2003, p.114-115-116)

Na perspectiva de Milton Santos a produção do lugar e do território fragmentado leva à reprodução do sistema capitalista de maneira globalizada, mas também, ao mesmo tempo impulsiona pelas suas próprias contradições, a possibilidade de uma nova consciência que inicialmente pode ser espontânea, mas que contém ali o gérmen de uma contestação à manifestação particular e local da dominação. Entretanto, continua o autor, este tipo de consciência pode "conduzir simplesmente à defesa individualista do próprio interesse, sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de ideias e de vida". A possibilidade de ultrapassar da ação espontânea para uma busca genuinamente mais duradoura, com "remédios estruturais", depende do conhecimento da totalidade, depende do desenvolver uma visão crítica ao conhecimento superficial e incompleto das manifestações locais deste sistema. O problema crucial estaria então em dissolver a ideologia do pensamento único que penetra em ações e objetos, estaria em:

> [...] como passar de uma situação crítica à uma visão crítica – e, em seguida alcançar uma tomada de consciência. [...] Para isso, é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para

> subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia. (SANTOS, 2003, p. 116)

Assim, para o autor a formação da "humanidade como um bloco revolucionário" exige uma "interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Esta totalidade – mundo se manifesta pela unidade de técnicas e das ações" (SANTOS, 2003, p. 171). É nesta totalidade territorial que se manifesta, de maneira particular nos lugares, atitudes de colaboração e/ou de choque contra o sistema. A criação de uma nova consciência de mundo, de estar no mundo, exige a proposição de uma nova política. Uma nova política que assegure junto à informação generalizada (que por agora é fragmentada), que cada lugar tenha uma comunhão universal com todos os outros.

> Ousamos, desse modo, pensar que a historia do homem sobre a terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. Aqui, não se trata de estabelecer datas, nem de fixar momentos da folhinha, marcos num calendário. Como o relógio, a folhinha e calendário são convencionais, repetitivas e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, que à sua época, cada geração encontra disponível, isso a que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias. (SANTOS, 2003, p.174)

Com a leitura deste autor, observamos que o processo de espacialização e territorialização se manifestam de maneira particular, mas sob uma lógica articulada e de totalidade. Refere-se aqui à atuação do capital, à forma hegemônica do capital que produz e reproduz um pensamento único ao mesmo tempo em que propicia as contradições, produzindo sujeitos excluídos que vão se dando conta de sua situação crítica. Prenúncio de consciência espacial, local, desde seu cotidiano de trabalho, e possibilidade de consciência universal.

Compreender, portanto a territorialização exige compreender os aspectos objetivos ou materiais (como técnicas, recursos, natureza e relações sociais de produção sobre a ótica da hegemonia do capital) e seus aspectos subjetivos ou imateriais (as relações de poder que se inscrevem num campo político esta materialidade). Território material e território imaterial se articulam construindo territorialidades e territorializações que se definem por conservar ou contestar a ordem vigente.

Neste sentido, a estratégia da territorialização hegemônica do capital no campo na atualidade se estabelece em um largo processo de desterritorialização de comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes. Segundo Raffestin (1993) se dá pela transferência tecnológica, pela instalação de empresas multinacionais e transnacionais, redimensionando e

centralizando a produção de mercadorias e de conhecimentos científicos que envolvem cada vez mais o aumento da produtividade, e, por conseguinte a extração de mais valia e da renda da terra. A territorialização do capital no campo também arrasta consigo a produção de novos polos de desenvolvimento a partir de tecnologias intermediárias criam empregos, poucos desperdiçam e aumentam a capacidade produtiva de determinado lugar. Geralmente estas tecnologias intermediárias, que não provocam grandes transformações sociais se situam "entre as técnicas ancestrais e as técnicas sofisticadas" (RAFFESTIN, 1993, p. 248-249).

Por fim, com as reflexões acima apontadas, consideramos que o tema do território e suas variantes estão intrinsecamente vinculados à construção de projetos estratégicos para o campo, foco deste trabalho. E estes projetos carregam aspectos materiais e imateriais para sua consolidação, em outros termos, para a construção de uma territorialização, se faz necessário construir territorialidades, sejam elas do consentimento (no caso do projeto do capital para o campo), sejam elas de contestação (no caso do projeto de luta contra-hegemônica da Via Campesina). Projetos que se chocam na forma de conflito de interesses, conflito de classes sociais.

A territorialização e territorialidade do capital no campo é marcada pela transferência de tecnologias para regiões de grande riqueza de recursos naturais como água, terra e minérios, ou mesmo regiões estrategicamente colocadas para produção de *comoditties* e matérias primas como a soja, milho, celulose, agrocombustíveis, etc.

Esta territorialização e seu projeto hegemônico se dão em escala mundial, inclusive em países latino-americanos onde se constituíram nos últimos anos governos de caráter progressista ou de centro-esquerda. Nestes, a territorialização do capital no campo se efetiva desde projetos neodesenvolvimentistas, onde o incentivo à extração, exploração, expropriação e subsunção de formas não capitalistas de produção nestes países, gera recursos que em parte são investidos em bens sociais aos trabalhadores, entretanto desde uma perspectiva de desenvolvimento do próprio capital. Em síntese uma contradição ocorre dentro destes países de governos progressistas e de centro-esquerda, onde para poder realizar projetos sociais que dê condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores, acaba possibilitando e incentivando a territorialização do capital.

Estes processos marcam uma contínua e intensa desterritorialização de sujeitos do campo - sejam estes camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes, e trabalhadores do campo - que, desde suas organizações buscam construir uma territorialização contra-hegemonia do capital. Exemplo disso, podemos citar os conflitos indígenas e campesinos na

Bolívia e no Brasil. Ou mesmo em países de governos não progressistas como a Colômbia, com os "paros campesinos e indígenas" ocorridos neste ultimo mês de agosto e setembro de 2013 contra a TLC e a incidência da Monsanto no controle das sementes.

Ou seja, em período de crise estrutural do capital, na América do sul, este necessita fixar investimentos em bens da natureza e na produção de mercadorias primárias para buscar solucionar parte de suas crises, articulando sua hegemonia desde a escala global e a escala local. Por sua vez, a vivência local e particular da contradição do capital provoca processos de desterritorialização, provocam condições objetivas para a revolta e o enfrentamento, mesmo que num primeiro momento de maneira espontânea, dada inclusive a não compreensão da totalidade da hegemonia do capital. Mas em alguns casos, na formação de organizações sociais que se reconhecendo enquanto classe possibilita condições objetivas para uma compreensão mais elaborada de sua condição de classe e para propor projetos contra-hegemonia do capital, sejam estes desde a negação das consequências do capital, ou da negação do próprio capital em sua totalidade.

A articulação internacional destas organizações possibilita as condições objetivas para a compreensão da totalidade da hegemonia do capital no campo, desde sua incidência nas diferentes regiões. A Via Campesina Internacional, mesmo que não se declare uma articulação com um projeto socialista, embora, a CLOC-VC tenha maior proposição neste sentido, carrega as condições objetivas para uma análise mais precisa da hegemonia do capital no campo e possivelmente contribuir em propostas para mudanças estruturais. Consideramos que hoje esta articulação internacional de organizações do campo constrói uma territorialização contra-hegemônica desde a resistência e a contestação das consequências desta fase do capital no campo. Uma territorialização e territorialidade contra-hegemônica que se dá desde a luta e o enfrentamento, desde seu projeto estratégico, sua forma organizativa e sua política de formação. Dá-se no ato de evidenciar a contradição da forma atual do capital, realizando a luta de classes no campo.

Assim, partimos do princípio que a organização sócio-política de caráter internacional de movimentos do campo tem também um papel pedagógico na luta de classes, possibilitando as condições para o avanço da consciência na medida em que constrói processos de territorialização contra-hegemonia no campo. Este processo forja as condições objetivas e subjetivas para formular e reformular suas estratégias a partir da perspectiva de uma mudança estrutural da sociedade.

4.2 Organização e Consciência: aproximações aos conceitos de Antonio Gramsci

Considerando, assim, o papel primordial da organização social como elemento chave da construção da territorialização contra-hegemônica do capital, é necessário analisarmos as diferentes dimensões e as diferentes determinações do conceito de organização. Como já mencionado acima em diversas oportunidades, o conceito de organização está estreitamente vinculada ao tema da consciência, e esses por sua vez estão circunscritos no território material em suas contradições ao qual se desenvolvem.

Para desenvolver estes conceitos, de organização e consciência como aspectos de territorialização contra-hegemônica, definiu-se pela abordagem gramsciniana. A abordagem desde a concepção de Antonio Gramsci sobre estes conceitos se deve essencialmente por 4 critérios, a saber: sua trajetória militante na construção de uma sociedade socialista; sua análise desde o ponto de vista marxiniano com rigorosas críticas a interpretações mecanicistas; à influencia de seu pensamento na construção das esquerdas latino-americanas principalmente após a Revolução Cubana e as ditaduras militares que seguiram no intuito de eliminar as possibilidades de novas Cubas no continente; e enfim, pela influência de alguns de seus conceitos na construção das políticas de formação da Via Campesina, mesmo que esta não seja explícita em nenhum documento ou discussão registrados.

Dos conceitos gramscinianos que perpassam a compreensão de organização e formação da VC pode-se citar alguns, os quais serão desenvolvidos neste capítulo. São eles: Estado e sociedade civil; organização como intelectual coletivo; formação política e intelectual orgânico. Estes conceitos com certeza estão vinculados a outros que são mencionados e trabalhados de maneira sintética.

Gramsci também menciona em alguns de seus textos, principalmente na "Questão Meridional" o tema do território, entretanto sua concepção parece estar vinculada somente ao caráter nacional, conforme especificado junto aos conceitos estado e sociedade civil. Ainda no detalhamento deste conceito, buscamos tratar da questão do campesinato e a aliança com o operariado na concepção do autor.

Ao trabalhar o conceito de organização política como intelectual coletivo, analisamos também os aspectos relacionados ao movimento espontâneo dos trabalhadores e os elementos que podem possibilitar um salto de qualidade para uma forma de direção consciente das lutas e perspectivas. Junto aos conceitos de intelectual orgânico e formação política, destacamos também aspectos de sua concepção de consciência, bem como o papel das escolas de formação política para a militância e dirigentes de uma organização.

4.2.1 Pressupostos da concepção e da prática de Gramsci

A partir da década de 70, diversos conceitos fundamentados no pensamento de Gramsci circularam de maneira mais incisiva no debate político e intelectual da esquerda latino-americana. Conceitos como sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico e bloco histórico, foram fazendo parte das discussões, estudos e construção de estratégias de partidos e diferentes organizações sociais. Segundo Bianchi, o autor fora se tornando uma referencia "incontrolável do debate político e objeto desse próprio debate", assim como fazendo "parte de um senso comum teórico-político" que orientou e ainda hoje orienta práticas e programas das esquerdas (BIANCHI, 2008, p.300; 14).

No caso do Brasil, segundo a introdução realizada pela ENFF em uma de suas coletâneas intitulada Gramsci e a formação Política, foi se consolidando como uma referência no que se refere ao entendimento do "caráter do Estado Brasileiro" e reorganização da sociedade civil brasileira (CADERNOS DE ESTUDOS DA ENFF, 2012, p. 8). Segundo Secco, o elemento central trabalhado por Gramsci - a "derrota do movimento socialista" foi procurado pelos brasileiros com algumas exceções, "como teórico da revolução derrotada". Como um teórico que "busca organizar pacientemente não as demandas de uma revolução proletária imediata, mas de todo um conjunto de tarefas históricas processuais que envolvem num primeiro instante a redemocratização do país" (SECCO, 2006, p. 145-146). De maneira crítica, Secco (2006) analisa que os diferentes conceitos de Gramsci foram deslocados da sua trajetória para o Brasil da década de 70 e instrumentalizaram práticas de diferentes reagrupamentos políticos ganhando dinâmica própria, independente das condições objetivas que os originaram.

A internacionalização do pensamento de Gramsci no continente latino-americano envolveu importantes autores como José Aricó, Raul Burgos, Lincoln Secco, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Welffort, Edmundo Dias, entre muitos outros. Essa internacionalização, entretanto apontou para diferentes interpretações, algumas consideradas como possíveis equívocos e parciais do conjunto de sua obra. Algumas, segundo Bianchi (2008), forneceram a porta à discussão do "adeus ao proletariado" [97]. Esta polêmica, em grande parte se deve a questões como: traduções; suprimento de partes importantes de suas análises; ou mesmo pela

[97] A expressão "Adeus ao proletariado" é o título de um dos livros de André Gorz, e está relacionada à concepção da abolição do trabalho nos tempos atuais. Trabalho sendo equivalente do termo emprego, não é mais algo que se faz, mas algo que se tem, uma atividade obrigatória e de não liberdade. E em consequência disso, a abolição do trabalho o proletariado não mais pode ser vista como classe sujeita dos processos de transformações sociais.

fragmentação de seus escritos por conta das próprias circunstancias histórias as quais ele escreveu – na prisão, como por exemplo, a obra "Cadernos do Cárcere" [98].

Um caso curioso é relatado por Bianchi em seu livro, no qual Palmiro Togliatti[99] suprimiu dos Cadernos do Cárcere "importantes passagens considerado comprometedoras pelo Partido Comunista Italiano", pois colocavam em cheque as linhas políticas difundidas pelo Comitê Central da URSS num momento de predomínio "stalinista" [100]. Além disso, Gramsci não podia usar vários termos, pois escreveu esta obra na prisão. Era necessário camuflar várias expressões e categorias justamente para garantir sua possibilidade de escrever e que seus cadernos pudessem sair da prisão sem problemas. Por exemplo, quando buscava mencionar o pensamento de Lênin, chamava-o de Vladimir Ulianov.

Neste sentido, a primeira edição brasileira assim como a argentina que realizadas a partir da edição de Togliatti, seguiu o mesmo critério e acabaram reproduzindo os problemas da edição original. Entretanto, é importante ressaltar que era esta era a única disponível na década de 60.

Para Edmundo Dias, os conceitos trabalhados por Gramsci como: sociedade civil e sociedade política; economia e política; ocidente e oriente; guerra de posição e guerra de movimento; se desdobraram desde um aspecto metodológico como se os mesmos fossem "entidades e processos autônomos", o que acabou confundindo e esterilizando as possíveis reflexões e práticas que poderiam permitir. Afirma em seguida que a "unidade do pensamento de Gramsci é marcada pela atualidade do processo revolucionário", e que leituras dissociadas deste contexto e dessa perspectiva torna "perversamente irônico" determinadas leituras de sua obra, já que uma das preocupações constantes de Gramsci era realizar uma análise concreta de situações concretas. (DIAS, 2012, p. 48-49)

Mesmo com as diferentes interpretações do autor em questão, é fato concreto a influencia de seu pensamento na construção e elaborações das esquerdas latino-americanas nos últimos anos, segundo Bianchi (2008). Um dos aspectos principais deste pensamento faz parte desta investigação: a importância da formação de militantes para o avanço de consciência na construção de organizações políticas nos marcos da luta socialista.

---

[98] Obra considerada por Palmiro Togliatti como uma crítica da função assumida pelos intelectuais italianos desde um instrumento de domínio das classes populares, assim como a expressão da rebelião de alguns pensadores diante dessa função.

[99] Palmiro Togliatti: líder do Partido Comunista Italiano e amigo de Gramsci.

[100] O termo "Stalinismo" se refere essencialmente a um método de condução do processo revolucionário da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS realizado por Stalin, após a morte de Lênin. Antonio Gramsci faz em sua trajetória diferentes críticas à essência desse método, mesmo sem usar o termo stalinismo.

Para compreender melhor os pressupostos de Gramsci, descrevemos abaixo alguns aspectos de sua biografia, e nela como foi desenvolvendo algumas de suas principais reflexões. Para aprofundamento de sua biografia recomenda-se a leitura de Lajolo (1982).

Antonio Gramsci nasce em 22 de janeiro de 1891 na pequena e pobre cidade da Sardenha[101] – uma ilha no mar mediterrâneo, na Itália. Desenvolveu desde os primeiros anos de sua infância um problema de saúde que mais tarde se agravaria fortemente. Aos 12 anos de idade, no ano de 1903, teria sido aprovado nos exames de admissão do ginásio, porém não pode cursá-lo por necessitar trabalhar para ajudar no sustento da família[102]. Dois anos mais tarde, na cidade de Santu Lussurgiu, vivendo na casa de camponeses pobres, conseguiu ingressar no ginásio. Em 1905 Gramsci pela primeira vez toma contato com a imprensa socialista, através do jornal *Avanti* que era enviado inicialmente pelo seu irmão desde a cidade de Turim, o qual mais tarde, ao ingressar no colegial em Cagliari iria viver com ele. Frequentou o movimento socialista participando de grupos que debatiam os problemas econômicos e sociais de Sardenha.

Em 1911, através de uma bolsa de estudos ingressa na Universidade de Turim para cursar Letras, onde entra em contato com a filosofia de Benedetto Crocce e Hegel. Neste período Turim passava por um grande desenvolvimento industrial com a presença das fábricas Fiat e Lancia. É em Turim que conhece Palmiro Togliati e junto com ele faz uma investigação sobre a estrutura social de Sardenha. À medida que seu horizonte se amplia vai percebendo que não existia contraposição entre os camponeses meridionais e os operários das cidades industriais, e que os inimigos destas classes eram os capitalistas do norte e os latifundiários do sul.

O ano de 1913 é marcado pela inserção de Gramsci ao Partido Socialista Italiano, na seção de Turim. Partido onde estava ingresso também Mussolini o qual foi projetado à candidatura de deputado, devido à indicação de Gaetano Salvemini[103]. Sobre a militância de Gramsci neste partido, a biografia organizada por Lajolo aponta:

> [...] Gramsci expressa sua convicção de que o movimento socialista tem de sair da atitude exclusivamente passiva da neutralidade, atitude que se revelou utilíssima no primeiro momento da crise mundial, mas que agora era inadequada [...], ou seja, é necessário que o proletariado não assista a historia como espectador – como desejariam os reformistas, enquanto burgueses se fortalecem prevendo o choque de

[101] Em 1912, Antonio Gramsci e Palmiro Togliatii realizam um estudo sobre a estrutura social de Sardenha.

[102] Trabalhou no Cartório de Ghilarza, no qual passava 10 horas por dia carregando pastas de processos volumosos.

[103] Integrante do Partido Socialista Italiano neste período. Gramsci e Togliati haviam indicado a Gaetano Salvemini para candidatura de deputado pelo Partido Socialista, entretanto o mesmo considerou que esta canditadura deveria ser destinada a Benito Mussolini.

> classes, mas intervenha ativamente no processo histórico com o objetivo de preparar o máximo de condições favoráveis para o arranque definitivo da revolução. [...] (LAJOLO, 1982, p.23).

Em 1914 eclode a I Guerra Mundial que se estenderia até novembro de 1918. No ano seguinte Gramsci abandona a Universidade e se torna redator do jornal socialista *O Grito do Povo*. Um período que também realizava diversas conferências nos círculos operários de Turim de temas como Comuna de Paris, Marx e etc. Entre 1914 e 1915 é um período em que Gramsci, mesmo com a saúde debilitada, segue um curso de filosofia sobre a interpretação crítica do marxismo, o que permite começar suas reflexões a respeito "da função da cultura em relação à consciência de classe do proletariado". Discutiam nestes círculos operários temas como a questão da família e a divisão social do trabalho - a "dupla exploração pela sociedade capitalista e pelo marido, ao homem cabe a atividade política e à mulher o trabalho domestico, e às poucas que participam do Partido não lhes são confiadas as tarefas de direção, mas apenas a execução prática" (LAJOLO, 1982, p.24, 28 e 29). Ao final das conferências realizadas, muitos se aproximavam de Gramsci para continuar debatendo ou mesmo para tirar dúvidas.

Em agosto de 1917, depois de uma greve operária e da prisão de quase todos os dirigentes do PSI de Turim, Gramsci se torna secretario da Comissão Executiva Provisória. Neste período, escreve também artigos sobre a Rússia e os bolcheviques, e participa de reuniões clandestinas da "fração intransigente revolucionaria" do PSI. Suas críticas à política reformista e ao método de atuação do partido tornavam-se cada vez mais duras.

> Na imprensa do partido, Gramsci sublinha – com um tom mais pedagógico do que político – o valor da vontade individual no processo de composição da vontade coletiva revolucionaria, agora que a sociedade socialista parece não ser mais utopia com a revolução de outubro. [...] Apesar das escassas informações Gramsci tenta explicar, fugindo dos esquemas deterministas dos reformistas a excepcionalidade e originalidade de Lênin [...] "Preocupado com a situação interna do Partido, esboça nas colunas do jornal a concepção de um novo órgão fundado no binômio intransigência–tolerância". [...] "É verdade que uma pessoa isolada consegue decidir de modo mais rápido, mas tão somente a discussão permite ao coletivo compreender a verdade e desenvolver a lógica do fim e dos meios para alcançá-la". Os elementos singulares de verdade, que cada um pode trazer consigo, sintetizam-se assim numa verdade mais complexa, expressão integral da razão. (LAJOLO, 1982, p.32 e 33)

Um grupo de jovens socialistas de esquerda, entre eles Gramsci e Palmiro Togliatti fundam em abril de 1919 o Jornal *L´Ordine Nuovo*. O objetivo destes redatores era elaborar uma estratégia desde a realidade italiana que possibilitasse os operários conquistar o poder

político. Num de seus artigos aponta que o jornal é um espaço importante para construir uma consciência coletiva. Os conselhos de fábrica eram objetivo político fundamental do Jornal.

No ano seguinte, no mês de março, teve início a greve dos metalúrgicos conhecida também como "greve dos ponteiros". A resposta da empresa FIAT foi de anunciar o fechamento de todas as fábricas para limitar as funções e o poder dos conselhos de fabrica[104]. A resposta dos operários foi de imediatamente proclamar a greve geral para todas as categorias, numa posição contrária à Confederação Geral do Trabalho - CGT. Cerca de 200 mil trabalhadores de Turim aderem à greve. Analisando a posição contrária da CGT e a posição de Tasca[105] de que os conselhos deveriam ser "apenas organismos sindicais", Gramsci aponta que há na "consciência de classe do movimento operário, uma forma de cultura superior à cultura da individualidade da burguesia, que se move numa atmosfera plúmbea, gelatinosa, de oportunismo egoísta". E ao mesmo tempo retoma uma tese de Lênin de que a organização no local da produção, os conselhos, são também "organismos políticos e culturais, enquanto instrumentos da revolução proletária, primeiro na fábrica e depois no país". (LAJOLO, 1982, p.38; 41)

No mesmo ano, em setembro de 1920, Gramsci participa do movimento de ocupações de fábrica em Turim onde se efetivou "uma forma de autogestão operária e de transferência de autoridade, constituindo-se numa ação revolucionária que se opõe ao capital e ao Estado, mas também contra o reformismo instalado no sindicato do partido Socialista" (DEL ROIO, 2005, p.47 *apud* LIMA, [20--]**,** p. 04). Mais de 140 empresas que haviam sido fechadas por ordem da Federação das Indústrias foram ocupadas.

Mesmo com a derrota da ocupação das fabricas realizadas neste ano, percebe-se a partir da atuação política de Gramsci que este se aproxima dos escritos de Karl Marx produzidos na década de 1850 representando uma crítica mais radical do sistema capitalista, crítica que seria aprofundada posteriormente nos Cadernos do Cárcere. Para Lima [20--], esta aproximação está bastante evidente na citação que consta no volume 01 da obra: "Escritos Políticos" - sob a tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira:

---

[104] Os conselhos de fábrica eram para Gramsci um espaço da real democracia operária, os órgãos do poder proletário que deveriam substituir o capitalista nas funções de direção. Era necessário aprender a dirigir a fábrica se se quisesse abolir o capitalismo. Entretanto, a experiência concreta dos conselhos de fábrica em Turim fracassou, pois ficou limitado apenas a esta cidade e fechado no interior da fábrica, não realizando aliança com camponeses e outras classes. Esta derrota trouxe ao partido a necessidade do fator "da unificação de todo o movimento a nível nacional" (GRUPPI, 1996, p. 75-76).

[105] Jovem dirigente socialista de Turim. Fundou junto a Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini o diário *L´Ordine Nuovo.*

> A revolução proletária não é o ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão 'proletariado') num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões 'modo de propriedade individual', 'modo de produção capitalista', 'sistema de fábrica', 'modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar'). Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana. É nesta determinada fase que lugar o ato revolucionário, que consiste num esforço orientado no sentido de quebrar violentamente estes quadros, de destruir todo o aparelho de poder econômico e político em cujo interior as forças produtivas revolucionárias estavam contidas de modo opressivo; [...]. (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 361-362 *apud* LIMA, [20--], p. 5 e 6).

As análises decorrentes da experiência da ocupação das fábricas, da militância realizada no PSI e os enfrentamentos com a linha reformista, faz Gramsci em 1920 aderir a uma fração comunista no partido, o que mais tarde resultaria sua saída e a fundação junto a outros companheiros de um novo partido que deveria ser um organismo de disciplina onde não existisse correntes, mas que fosse unitário nas suas decisões e ações.

Em 21 de janeiro de 1921, no XVII Congresso do PSI os delegados da fração comunista decidem constituir o Partido Comunista, seção italiana da Internacional Comunista na qual Gramsci é parte do Comitê Central. O dirigente então trabalha fundamentalmente na meta de desenvolver a consciência de classe do proletariado que seria "a formação dos quadros para um partido de massa", partido este que deveria ser "enraizado organizativamente" na fábrica, diferentemente da tese defendida por Bordiga[106] que via um partido como "núcleo restrito da vanguarda" (LAJOLO, 1982, p. 47-48). Estes elementos podem ser observados em três de textos escritos no ano de 1921e intitulados: "Um partido de massas"; "O partido e a massa"; e, "O partido comunista e a agitação operária em curso" [107]. Mais tarde, irá aprofundar sua concepção de partido, que em certa medida está expressa na obra "Maquiavel, a política e o Estado moderno".

Em março de 1922, Gramsci realiza um debate de estratégia com Umberto Terracini (representante italiano no Congresso da III Internacional Comunista). A posição criticada por Antonio era a da organização de pequenos núcleos de vanguarda e não a de conquistar as massas. Neste período torna-se representante da seção italiana na Internacional Comunista, e vai à URSS representando o partido. No mesmo ano o PSI, no seu XIX Congresso decide

---

[106] Amadeo Bordiga. Militante do Partido Socialista Italiano que mais tarde conformou a fração comunista abstencionista do PSI. Contribuiu na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI). Em 1930 foi expulso do partido por assumir a defesa de Trotski no período "stalinista".

[107] Textos disponíveis no site www.martists.org em sua seção espanhola. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/gramsci/index.htm

expulsar a corrente reformista e reafirma sua adesão à Internacional Comunista, período em que os fascistas chegam ao governo com nomeação de Mussolini. A presença de Gramsci na URSS coincidiu com o fascismo na Itália.

A experiência no organismo internacional permitiu que ele aprofundasse e enriquecesse temas de estratégia na sua formação política. A unidade de todas as forças revolucionárias era um tema que o acompanharia então, inclusive a unidade com os anarquistas e as alianças entre os operários do norte e os camponeses do sul. Mais tarde, em setembro de 1923 chama a atenção da necessidade do jornal ser um instrumento não somente do partido, mas de debate de toda a esquerda a aprofundamento das problemáticas da situação italiana.

Depois de um longo tempo residindo na URSS, em 03 de dezembro de 1923, Gramsci chega a Viena e aprofunda as análises de que na Itália o proletariado representando a minoria não conseguiria fazer uma revolução sem aliança com os camponeses. Para ele, os camponeses do sul necessitavam ser libertados do vaticano[108] com o auxílio de intelectuais progressistas, e levados a compreender seus próprios interesses, o que seria plenamente defendida por uma revolução socialista. No ano seguinte, 19 deputados comunistas ganham as eleições. Gramsci é eleito deputado pelo Distrito de Veneto[109]. Pouco depois Giacomo Matteotti, um deputado socialista, após se pronunciar no plenário sobre as ilegalidades e abusos cometidos nas eleições de abril é sequestrado e morto. Diversos partidos são então obrigados a entrar na clandestinidade. Realizam-se diversas manifestações contra o assassinato, entre elas, uma greve de cerca de 500 mil trabalhadores contra o fascismo.

Gramsci discute junto ao comitê central a estratégia da frente única e empenha-se em orientar ideologicamente os quadros do partido numa concepção de partido de massas "organizando cursos de formação, até mesmo por correspondência". Argumenta, na introdução do primeiro curso da Escola do Partido, que a espontaneidade é insuficiente para uma luta de caráter revolucionário, e que esta somente leva à classe operária aos limites da "democracia burguesa". Para ele seria "necessário o elemento da consciência, o elemento ideológico, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações fundamentais que operam no sistema dessas relações". Neste processo, o conhecimento deve estar

[108] A questão do Vaticano é também para Gramsci uma questão central. Pois através da religião se difundia opiniões sobre a pobreza que giravam em torno de quatro pontos difundidos em documentos autorizados: 1. A propriedade privada, espcialmente da terra, é algo natural, um direito que não poderia ser violado; 2. Que os pobres deveriam contentar-se com a sorte, pois a distribuição da riqueza era uma disposição de Deus; 3. Que a esmola era um dever cristão, implicando a existência da pobreza; 4. Que a questão social é antes moral e religiosa do que econômica, e neste sentido deve ser resvolvida através da caridade. (GRAMSCI, 1976, p.281)

[109] Distrito onde havia, de longo tempo, um intenso e rápido processo de expropriação camponesa.

intrinsecamente relacionado à reflexão sobre os "fatos concretos da vida coletiva, a fim de esclarecer e explicar aos militantes, através de um raciocínio global, os fenômenos econômicos, políticos e ideológicos, de modo a fazer com que cada aluno aguce suas capacidades críticas". Era necessário "o pessimismo da razão e o otimismo da vontade" (LAJOLO, 1982, p. 74-76).

Em agosto de 1924, Gramsci é eleito secretário do partido, um cargo novo, pois até o momento era uma função da direção coletiva. O ano de 1925 foi marcado por seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados em oposição às leis impostas por Mussolini com o objetivo de destruir a organização operária. No mês de agosto do mesmo ano, se realizou um curso do partido com militantes que vinham de maneira clandestina de diferentes pontos da Itália. O trabalho neste curso se tratava de desconstruir a concepção do determinista e espontaneísta de um processo revolucionário.

Segundo Bianchi (2008), é nesse momento histórico que Gramsci assume uma postura "anti-Bukarin" [110] quanto às suas posições filosóficas. Uma crítica que se dá durante a realização deste histórico curso de agosto de 1925. Gramsci realiza os debates em torno da tradução de uma obra de Bukarin sobre o materialismo histórico. Estava aí preocupado na possibilidade do partido "repetir os erros cometidos pelos socialistas no imediato pós-guerra" e questiona a Bukarin sobre seu entendimento de filosofia.

O ano de 1926 vem a ser marcado por três grandes fatos: O III Congresso do PCI, a primeira tentativa de interpretação da realidade italiana e da construção de uma estratégia de revolução nacional, e, a carta escrita por Gramsci ao comitê Central do Partido Comunista Russo chamando a atenção do perigo das lutas internas em sua função dirigente. Em relação à carta direcionada ao comitê central do Partido Comunista da URSS, Gramsci convida as oposições, que representavam um elemento desagregador do partido, à disciplina revolucionaria[111]. Era necessário salvaguardar a unidade do partido russo. Na carta, Gramsci aponta o perigo de que tais lutas terminem por anular o papel dirigente do Partido Comunista da URSS impulsionado por Lênin'.

---

[110] Nicolai Bukharin. Membro do Comitê Central da revolução soviética de 1918 a 1929. Escreveu manuais populares para introduzir a discussão sobre o materialismo dialético. A partir de 1928 foi considerado por Stalin como um possível rival, sendo afastado em 1929. Foi preso em 1937, e condenado à morte em Moscou.

[111] Este momento histórico refere-se principalmente às divergências que se destacaram no partido comunista depois da morte de Lênin. Referimos-nos às divergias entre Stalin e Bukarin por um lado e Leon Trotski e Zinoviev por outro. As divergências naquele momento encontravam-se na disputa entre modelos de revolução. Por um lado Trotski considerava a revolução de caráter permanente e de caráter internacional para inclusive dar suporte à construção do socialismo soviético. Por sua vez, Satlin afirmava a necessidade de consolidar a revolução na URSS para depois difundi-la.

> La situación interna de nuestro partido hermano de la URSS nos parece diferente y mucho más grave que en las precedentes discusiones, porque hoy vemos producirse y verificarse una escisión en el grupo central leninista que ha sido siempre el núcleo dirigente del Partido y de la Internacional. Una escisión de este género, independientemente de los resultados numéricos en las votaciones del Congreso, puede tener las más graves repercusiones, no sólo si la minoría de oposición no acepta con la máxima lealtad los principios fundamentales de la disciplina revolucionaria del Partido, pero también si sobrepasa, en el curso de su lucha, ciertos límites que son superiores a toda la democracia formal. (GRAMSCI, 2000, não paginado)

> Camaradas, en estos nueve años de historia mundial habéis sido el elemento organizador y propulsor de las fuerzas revolucionarias de todos los países; la misión que habéis desempeñado no tiene precedentes en toda la historia del género humano que puedan comparársele por su amplitud y profundidad. Pero hoy estáis destruyendo vuestra propia obra, estáis degradando y corréis el riesgo de anular el papel dirigente que el Partido Comunista de la URSS había conquistado bajo el impulso de Lenin; nos parece que la violenta pasión de las cuestiones rusas os hace perder de vista los aspectos internacionales de las propias cuestiones rusas, os hace olvidar que vuestros deberes de militantes rusos pueden y deben ser realizados sólo en el marco de los intereses del proletariado internacional. (GRAMSCI, 2000, não paginado)

Togliatti, então representante da Internacional Comunista em Moscou, recebe a carta somente em meados de outubro quando o grupo divergente já havia sido derrotado, não a entregando oficialmente aos destinatários, apenas comunicando a Bukharin.

No terceiro congresso do PCI, realizado em janeiro de 1926 em Lyon – França, pois já era impossível realizar plenárias comunistas na Itália, Gramsci insiste na necessidade de um partido forte e com ligação orgânica com as massas numa aliança entre operários e camponeses para a formação de uma frente revolucionária nacional, uma estratégia de revolução nacional. Para ele, o fascismo emergente não era somente uma reação armada de patrões contra a classe operaria, mas também elemento da ascensão da burguesia rural e urbana (o capital do norte com os latifundiários do sul). Em setembro deste ano, ocorre a Conferência Agrária do Partido, realizada em Bári, também de maneira clandestina, onde se aprovam as "teses sobre o trabalho camponês", inspiradas diretamente no autor. (GRAMSCI, 2004, p. 63)

Em 18 de novembro de 1926, Gramsci é condenado à prisão na pequena ilha de Ústica, ao norte da Sicília. Nesta ilha, juntamente com Bordiga e outros presos, organizam uma escola de formação para os prisioneiros. Responsabiliza-se por temas histórico-literários. É posteriormente transferido para a prisão de Milão e em 28 de maio de 1928 inicia-se um tribunal especial contra o grupo de direção do PCI. Em relação à Gramsci, o promotor do

processo judicial, Michele Isgró afirma "Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos" (GRAMSCI, 2004, p.67)

Condenado a um total de vinte anos, ficará na prisão até abril de 1937, falecendo três dias depois da soltura aos 46 anos. Na noite de 25 de abril tem um derrame cerebral, vindo a falecer dois dias depois no início de 27 de abril. Mesmo com o agravamento de sua saúde na prisão escreve diversos cadernos a partir de um programa de estudos realizados, onde circundavam as temáticas sobre os intelectuais, a cultura, a filosofia, a literatura popular, o jornalismo e a obra de Maquiavel.

Fruto destes escritos foi editado após sua morte os Cadernos do Cárcere. Nele estão contidas suas principais elaborações teóricas ainda que fragmentadas e de difícil compreensão por serem escritas na prisão e pela necessidade de driblar a repressão, assim como pela censura aos cadernos realizada no próprio interior do PCI e da Internacional. Carregam o pressuposto de que as classes subalternas são exploradas não só economicamente, mas também culturalmente pela classe dominante. Para Coutinho, "Os Cadernos do Cárcere" transitam por uma questão central, a de tentar responder "porque apesar da crise econômica aguda e da situação objetivamente revolucionaria existente na Itália e em boa parte da Europa nos inícios dos anos 1920, não foi possível repetir ali a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia". (COUTINHO, 2012, p.22-23). Esta preocupação perpassa pelos temas: conceito de hegemonia do capital a partir da direção intelectual e moral da classe burguesa; dificuldade de união das "classes subalternas"; e a necessidade de buscar construir, através de um bloco histórico[112], a hegemonia da classe trabalhadora. A hegemonia do proletariado estaria fundada na necessidade de uma preparação ideológica das massas através da filosofia da práxis (marxismo), da cultura, do partido e dos intelectuais orgânicos, advindos da própria classe organizada em luta.

Estes temas todos perpassam pela luta política que para Gramsci, similarmente com as ideias de Lênin, está vinculado à tomada do poder do Estado, embora houvesse significativas diferenças entre estes dois autores sobre este tema. Gramsci comparando a sociedade civil do ocidente (bastante desenvolvida) com a do oriente (gelatinosa) afirma que a luta política para a tomada do poder do Estado tinham caracteristicas distintas. Nas sociedades de Estados mais avançados e sociedade civil com estrutura mais complexas (caso da Itália) se resiste à "irrupções catastróficas" e neste caso as "estruturas da sociedade civil são como um sistema de trincheiras" (GRUPPI, 1978, p. 139).

[112] Encontro da superestrutura com a estrutura econômica, ou melhor, as relações sociais de produção e seus reflexos ideológicos.

Nesta concepção, com a tomada do poder, o Estado tende a desaparecer na medida em que uma sociedade atinja o pleno desenvolvimento da capacidade de se auto-regular. O Estado para ele deveria ser compreendido em sua relação intrínseca com a sociedade civil, ou seja, na unidade da sociedade política (instituições políticas de controle e regulação) e a sociedade civil (esfera privada ou organizativa) – uma distinção apenas conceitual porque ambas estão integradas na realidade concreta. A verdadeira emancipação proletária, portanto, se daria pela construção de uma hegemonia alternativa na sociedade civil. E a organização partidária seria uma força motriz no desenvolvimento da consciência de classe das massas trabalhadoras, assim como no papel de dirigir uma revolução. Mais adiante, aprofundamos estes temas.

Desde sua trajetória militante e investigativa, Gramsci desenvolve conceitos, que como comentado anteriormente, influenciaram as estratégias das esquerdas latino-americanas. O desenvolvimento destes conceitos deve-se a alguns pressupostos preliminares que marcaram sua vida. Um deles é o pressuposto da luta de classes, da relação conflitante entre a classe dominante e as classes subalternas. Neste sentido, em determinado momento de sua trajetória desenvolve um largo debate contra as concepções de Benedetto Croce, que havia se inserido no movimento revisionista afirmava a crise do marxismo. Segundo Croce, "a história seria uma luta de classes apenas quando existissem classes sociais [...], quando existissem interesses antagônicos e quando as classes fossem conscientes desse antagonismo", julgando urgente a eliminação dos conceitos de classe dominante, burguesia e luta de classes. (BIANCHI, 2008, p. 96)

Um segundo pressuposto se refere à plena convicção e dedicação de Gramsci à construção de uma revolução de caráter socialista na Itália. Esta deveria ocorrer a partir das condições concretas de seu país sem transportar mecanicamente modelos, e sob a conformação de instrumentos organizativos que pudessem de maneira coerente corresponder às necessidades e ao papel histórico do trabalhador no quefazer da revolução. Este é um marco que norteia o desenvolvimento de seu pensamento.

Um terceiro pressuposto importante a ser destacado é a crítica frequente e constante à visão mecanicista e positivista da teoria marxista. A teoria marxiniana em muitos momentos foi mencionada por ele como teoria ou filosofia da práxis. A questão da filosofia da práxis para Gramsci estaria "justamente, em sua capacidade de ser a teoria das contradições existentes na historia e na sociedade" (BIANCHI, 2008, p.63).

Esses pressupostos presentes no pensamento de Gramsci possibilitaram em sua práxis revolucionária desenvolver conceitos relacionados às suas preocupações cotidianas

com a organização popular, seja através da organização política, seja na forma de partido, seja através dos conselhos de fábrica, a célula fundamental do novo poder proletário. Também estiveram estreitamente vinculados à preocupação referente ao papel dos intelectuais na conformação ou desconstrução da ideologia dominante e a construção de uma estratégia da revolução socialista a partir da realidade vivida em seu país.

É importante analisar estes conceitos inseridos na totalidade de pensamento para poder aproximar-se à imensa contribuição do autor na obra marxiniana. E mesmo que para o objetivo desta investigação se focará em apenas alguns destes conceitos, neste capítulo pretende-se tentar abordá-los dessa maneira, sob o risco de parecer superficial ou disperso em alguns momentos.

4.2.2 O Estado e a Sociedade Civil

Discutir o tema Estado, desde a literatura marxista e da luta socialista implica em analisá-lo em relação e inter-relações com os mais diferentes temas que a ele se vinculam, como por exemplo: estratégia, tática, ideologia, relações de produção, luta econômica, luta política, instrumento, classe, partido, entre outros. A isto podemos chamar de *teoria política da organização.*

Estas relações/inter-relações, em verdade, só podem ser compreendidas no bojo das lutas concretas, das experiências históricas das Revoluções às quais foram debatidas e teorizadas. Fora do contexto histórico de onde emergiram determinados debates, teorias, ou mesmo de onde foram construídos determinados conceitos, estes correm o risco de serem mecanicamente transpostas a outras situações, outras experiências ou lutas. Quando isto ocorre, somado a uma leitura positivista e linear da historia e da realidade concreta, o risco de aplicação de modelos e seu consequente fracasso é iminente. Compreender, pois os debates e concepções que permeiam estes temas desde o chão histórico/geográfico de onde se forjaram é historicizá-los. Como afirma Gramsci[113] é tornar o pensamento e a prática unitária e coerente.

A partir destas considerações iniciais, entende-se que o tema Estado é com certeza um dos problemas teórico/prático chave da *teoria política da organização*. Foi incansavelmente apontado por intelectuais de esquerda, e pela necessidade concreta de processos revolucionários na busca de alterar a estrutura do sistema capitalista.

[113] Gramsci, 1995.

Podemos afirmar que obras como: Manifesto Comunista (1848) e Dezoito Brumário (1851/1852); A Guerra Civil na França (1871), de Karl Marx; A Origem da Família, Propriedade Privada e Estado (1884) de Frederich Engels; Estado e a Revolução (1917) de Lênin, tiveram grande peso nas formulações que seguiram e serviram de inspiração nas lutas pela construção socialista que ocorreram no final do século XIX e decorrer do século XX. Assim como a fundação da I Internacional em 28 de setembro de 1864, e a experiência da Comuna de Paris foram espaços de articulação de trabalhadores e trabalhadoras e debates sobre a construção de diferentes estratégias de lutas.

Na experiência dos 72 dias da Comuna de Paris em 1871, considerado o primeiro governo de autogestão da classe trabalhadora, ocorreu a transformação do Estado e seus órgãos em conselhos e comissões, com cargos administrativos, judiciais e de magistério preenchidos mediante eleições diretas, onde os eleitores poderiam cancelar a qualquer momento o mandato concedido.

A Comuna marca também um divisor de águas dentre duas grandes correntes de pensamento que conviviam na I Internacional: os anarquistas e os socialistas. A polêmica entre eles[114] arrastou-se por longos debates até o seu ultimo Congresso em 1872, onde a mesma se desfez. Uma das principais divergências entre essas duas correntes estava em que os anarquistas não acreditavam na necessidade da conquista do poder político dos trabalhadores para a realização de sua emancipação, em decorrência disso o Estado. Para esses o Estado, enquanto representação de poder deveria ser destruída desde o primeiro momento. Já para os socialistas, representando um fenômeno histórico, deveria ser apropriado e reestabelecido pela classe trabalhadora de maneira que nele contivesse o gérmen de sua própria autodestruição.

Alguns anos mais tarde, Bernstein[115], defende a necessidade de revisar as afirmações fundamentais do marxismo construído até então (1899). Uma destas é de que as condições no capitalismo estavam dadas para um crescimento progressivo e pacífico ao socialismo na medida em que as forças produtivas se desenvolvessem. A conclusão é de que a luta não é para destruir o sistema, mas fomentar o seu desenvolvimento, limitando-se assim a realização de pequenas reformas para melhorar as condições econômicas dos trabalhadores dentro do capitalismo. Esta tese demonstrava o interesse das tendências de direita que cresciam dentro do Partido Social-democrata alemão, e que tinham o interesse em defender a aliança com a

[114] Especialmente entre Karl Marx e Bakunin.

[115] Eduard Bernstein. (1850-1931). Teórico e militante do Partido Social-democrata alemão. Publica em 1899 um livro intitulado "As Premissas e as Tarefas da Social Democracia", que mais tarde foi conhecido como as bases do Revisionismo.

burguesia para garantir determinados ganhos. Bernstein com esta tese não realizou um ataque frontal ao partido, mas foi trabalhando lentamente em minar a base teórica marxista no interior do mesmo. O papel do Estado nesta concepção é bastante distinto da de Marx, explicitada anteriormente.

Esta posição foi veementemente enfrentada por diversos lutadores, entre eles Rosa Luxemburgo que expõe seu pensamento na obra Reforma ou Revolução (1899)[116], realizando uma crítica baseada no estudo aprofundado do Capital (de Karl Marx). Nesta obra, ela defende o socialismo como uma necessidade histórica.

A Revolução Russa (desde 1905 até 1917) marcaria outro momento histórico onde este debate continuaria presente. O II Congresso do Partido Social Democrata Russo (1903) gerou a divisão em dois outros grupos: os Mencheviques que pregavam a necessidade e esperar o pleno desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, e os Bolcheviques defendendo o papel do sujeito histórico e que os trabalhadores chegariam ao poder somente pela luta revolucionária. Duas teses distintas, duas estratégias distintas, duas formas de conceber o Estado de maneira distinta. Estas forças políticas entre outras conformavam os soviets[117] que surgiram em 1905, inspiradas na tentativa realizada pela Comuna de Paris. A vitória da revolução em outubro de 1917 foi levada a cabo pelos bolcheviques.

Já, na Itália, as diferentes associações, cooperativas e ligas influenciadas pelo anarquismo e o sindicalismo somam-se na constituição do Partido Socialista Italiano em 1892. Antonio Gramsci, conforme mencionado acima, militou inicialmente neste partido e realizou duras críticas aos caminhos que o mesmo andava tomando. As principais reflexões de Gramsci acerca do Estado estão nos marcos de sua militância política pela construção do Socialismo na Itália.

Para as formulações realizadas por Gramsci sobre o tema do Estado, toma-se por base a influencia do pensamento de Marx, Engels e de Lênin. Em relação ao pensamento de Marx: a ideia de que na produção social da vida os seres humanos contraem relações independentes de sua vontade, e que o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real sobre a qual se levantam uma superestrutura jurídica e política, e que correspondem formas determinadas da consciência social. Entretanto, na relação estrutura e superestrutura há momentos em que a segunda exerce papel

---

[116] Rosa Luxemburgo, polonesa, nascida em março de 1871 militou no Partido Social-Democrata da Alemanha, onde travou debates a respeito do caráter da revolução com Bernstein. A partir de 1914 esteve presente na fuundação da Liga Espartaquista. Foi assassinada em janeiro 1919.

[117] Ou conselho de trabalhadores.

preponderante, pois "[...] os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias" (GRAMSCI, 1976, p.34).

Gramsci neste sentido realiza uma crítica à leitura determinista que, a partir desta formulação de Marx, compreende a história reduzida ao desenvolvimento econômico, numa sucessão de modificações técnicas, e descoberta de novas matérias primas ou tecnologias. Para o autor, há que reconhecer o papel do sujeito histórico em ação, da ideologia, da disputa de projetos, e do Estado na luta pela construção de uma nova sociedade ou de manutenção da velha. E mesmo que Estado, como elemento da superestrutura surge para refrear o antagonismo de classes, e é via de regra o estado da classe mais poderosa, é uma esfera importante na luta social. "Eis aqui a correlação entre modo de produção, classe social e Estado" (GRUPPI, 1996, p.30).

As formulações de Lênin também tiveram grande peso na compreensão do Gramsci sobre o Estado. Como referenciamos acima, os bolcheviques constataram a necessidade de romper com uma visão determinista da base econômica sobre a superestrutura. Uma visão que tem a historia como uma evolução contínua onde as instituições políticas, incluso o Estado, deveriam sustentar através de reformas o máximo desenvolvimento das forças produtivas para que de maneira natural se entrasse numa sociedade socialista. Nesta visão não se admite nem rupturas, nem saltos num movimento dialético da história. Para Lênin e os bolcheviques era possível, e aí entrava o papel do sujeito revolucionário, o partido. A estratégia leninista estava em conquistar o Estado pela luta armada e construir as condições para a sua autodestruição, por se tratar de um instrumento da velha sociedade e de natureza burguesa e burocrática[118].

> Os bolcheviques puderam tomar o poder porque existiam os Soviets. Os Soviets realizaram todo um processo de ruptura, para quebrar o velho aparelho estatal, criando instituições de massas unitárias [...] eram então formas de democracia direta a partir da base, estritamente ligadas a assembleia legislativa, à qual deviam prestar contas de sua atuação. (GRUPPI, 1996, p. 58)

Para Gruppi (1996), Lênin afirmava que os soviets eram a retomada da experiência das comunas onde as assembleias decidiam e atuavam não como um espaço de retórica como era a democracia burguesa. Em sua formulação, a construção do socialismo não estava em administrar o Estado, mas tomá-lo das mãos capitalistas, quebra-lo e criar outro Estado, o dos soviets (ditadura do proletariado): um processo que poderia ser muito longo.

---

[118] Gramsci (1976) analisa que para a sociedade russa, de caráter gelatinoso, essa estratégia foi acertada, mas em sociedades civis de estrutura mais complexa a estratégia deveria ser diferenciada, e fundamentada na guerra de trincheiras.

Gramsci, afirmava a necessidade de uma revolução contra a interpretação mecânica e esquemática do capitalismo, percebendo a importância do fator subjetivo e do partido como direção dos processos revolucionários. Segundo Gruppi (1996), os Cadernos do Cárcere são um aprofundamento do pensamento de Lênin, onde o mesmo retoma a concepção de ditadura do proletariado como mudança da estrutura econômica, mas também uma mudança profunda na maneira de pensar dos trabalhadores. Uma revolução não é somente um fato político, mas também uma mudança cultural e de pensamento: a isso denominava a construção da hegemonia do proletariado.

Para Gramsci, o embrião dos soviets na Itália era as comissões internas e os conselhos de fábricas. Nestes conselhos, o operário torna-se-ia força dirigente do Novo Estado que pretendia construir, um protagonista e intérprete dos interesses gerais da sociedade. As fábricas e suas comissões internas, os círculos socialistas e as comunidades camponesas poderiam ser assim os órgãos de poder proletário.

Estes conselhos de fábrica atingiram seu ápice no momento das ocupações das fábricas (1920), onde os trabalhadores mesmos dirigiram a produção sem a presença dos capitalistas. Entretanto, a derrota destas ocupações coloca em pauta a necessidade de construir um instrumento unificador do movimento a nível nacional e da necessidade de compreender as diferentes peculiaridades da Itália (o norte essencialmente industrializado e o sul latifundista). Este instrumento seria o partido.

Era preciso então romper o bloco industrial-agrário forjando a unidade da classe operária do norte com os camponeses do sul. Somente assim, com um sistema de alianças de classes, os trabalhadores poderiam tornar-se classe dirigente mobilizando-se contra o capitalismo e seu Estado burguês, conquistando a hegemonia na sociedade civil, conquista-se assim nova hegemonia no terreno do Estado. Gramsci, portanto, chama de hegemonia a ditadura do proletariado para salientar a função dirigente e da conquista da unidade dentre os trabalhadores. Mas também, como analisa Bianchi (2008), chamava de hegemonia o próprio exercício da democracia liberal através da combinação da coerção e do consenso.

Analisando as diferenças nas formas de dominação hegemônica do capital entre a Rússia e Itália, o autor conclui a necessidade de uma estratégia revolucionaria diferente. Na Rússia (czarista), oriente, havia uma baixa socialização da política, uma população iletrada, e, partidos com pouca gravitação, a política era feita por grupos pequenos, portanto não seria com atividades massivas e com um trabalho de amplo convencimento que se conseguiria fazer uma revolução, mas por uma revolução explosiva, violenta e de organização armada. Era possível uma guerra de movimentos (com choque de classes e decisões rápidas).

Ao contrário, na Itália (ocidente), havia uma relação de dominação um pouco mais equilibrada (entre a coerção e convencimento). Havia uma poderosa estrutura na sociedade civil e o "Estado era apenas uma trincheira avançada" (GRAMSCI, 1976, p. 75). O exercício da dominação requeria maiores concessões aos trabalhadores. A disputa estava na sociedade civil, na disputa de projetos em caráter nacional. A pergunta estava em como tornar a classe trabalhadora dirigente, superando seus corporativismos e interesses particulares por um projeto amplo e unificador. Uma luta de caráter político. Para o autor, a luta política é muitíssimo mais complexa que uma guerra militar, mesmo que essa contenha também um substrato militar: "(...) a independência não poderá ser alcançada apenas com forças militares, mas com forças militares e político-militares" (GRAMSCI, 1976, p.51).

> Existem três formas de guerra: a de movimento, de posição e subterrânea [...]. A resistência passiva de Gandhi, por exemplo, é uma guerra de posição que em determinados momentos se torna guerra de movimento e em outros em guerra subterrânea. O boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimentos, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea [...]. Assim, nestas formas de lutas mistas, de caráter militar fundamental e de caráter político preponderante (mas cada luta política tem sempre um substrato militar), o emprego dos grupos de assalto exige uma formulação tática original para cuja concepção a experiência da guerra só pode dar um estimulo, não um modelo. (GRAMSCI, 1976, p. 68);

Bianchi (2008) analisa que no pensamento de Gramsci a luta política era muito mais complexa que a guerra, porque nela "além da guerra de movimento e da guerra de assedio ou de posição, existem outras formas", táticas diferentes que são apropriadas para algumas classes e outras não. A luta política era mais complexa porque "não se encerraria com a destruição do inimigo. Ela se assemelharia [...] à guerra colonial, na qual o exercito vitorioso se propõe a ocupar de modo estável o território conquistado" (BIANCHI, 2008, p. 200, 201). Assim, a questão da guerra de movimento e guerra de posição tinha um valor metodológico, para descrever diferentes momentos e etapas da luta de classes. Portanto, "a guerra de posição não anula a guerra de movimento" (SILVEIRA, 2012, p.104).

Para o autor sardo, fixar um modelo de táticas e estratégia seria tolice. Na Itália, o foco deveria ser a realização de um forte trabalho ideológico, indispensável para a conquista de hegemonia e a formação de um bloco histórico com amplo consenso entre operários e camponeses em antagonismo aos interesses da sociedade capitalista. A hegemonia dos trabalhadores neste sentido estaria na unificação do pensamento e da ação das classes subalternas que embora com interesses antagônicos, são subordinadas ao capital inclusive na maneira de pensar, destituídas de sua capacidade crítica. Perpassaria pela autonomia das

classes subordinadas, um processo se daria pela educação crítica, onde a "filosofia real" (a filosofia vivida) se tornaria uma "filosofia consciente". A hegemonia se conquistaria antes da conquista do Estado, que em grande medida seria sua condição.

A formulação da autonomia destas classes através da educação crítica, segundo Gramsci, se dá por meio de um instrumento coletivo que organize e dirija os trabalhadores mantendo coeso um bloco histórico. Este instrumento é o partido, a personificação da vontade coletiva, que cria seus próprios intelectuais orgânicos que ajudarão na organização e unificação das classes. O papel do partido é decisivo para unificar a ação e o pensamento, superar os interesses corporativos através de um leque amplo de reivindicações. O partido para Gramsci, assim como para Lênin é o nível mais alto de consciência, é a direção do movimento espontâneo. Um bloco histórico torna-se coeso graças a esta direção.

Com os elementos acima citados, afirma-se que para Gramsci o Estado, também denominado sociedade política, é o aparelho de exercício direto da política de dominação, seja através da coerção e/ou consenso. Entretanto, a política não é exercida somente através deste aparelho, há uma intrínseca relação da sociedade política ou Estado com a sociedade civil, onde também se exerce a dominação, embora com características distintas. Como afirma Bianchi:

> Tomem-se estes dois termos chaves: sociedade política e sociedade civil. O conceito de sociedade política está claro no texto gramsciniano. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente, também chamado nos Quaderni de Estado político ou Estado–governo. Gramsci não perde, em momento nenhum, esta dimensão, ou seja, não perde de vista a dimensão coercitiva da política, muito embora não reduza a política a ela. (BIANCHI, 2008, p. 178).

Há uma unidade, mesmo que com diferentes características, entre sociedade política (Estado) e sociedade civil[119] que para Gramsci, nada mais é que um conjunto de organizações "responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias", como o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter cientifico, etc., espaços de disputa e construção de hegemonia. O autor parte da diferenciação destas duas esferas que integram a superestrutura (a sociedade civil e a sociedade política) para designar o "conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção". Estas esferas para o autor "mantém entre si uma relação dialética de unidade-distinção". Na concepção do autor sardo, a construção de

[119] Para Marx, a sociedade civil se refere à esfera das relações sociais de produção, o mundo da economia.

uma sociedade comunista, uma sociedade sem classes, é chamada "sociedade regulada", o que significaria o desaparecimento progressivo da "sociedade política", ou Estado, e todo o aparato de coerção e burocracia que são absorvidos pela sociedade civil como suas. (COUTINHO, 2012, p. 29-31)

O Estado capitalista, portanto é Estado ampliado[120], onde a dominação se dá pela coerção e pelo convencimento concomitantemente. Maria Lídia Silveira analisando a questão do poder e do estado no pensamento de Gramsci aponta que:

> [...] numa perspectiva ampliada, implica, portanto: a. a expressão da situação econômica de um determinado sistema de produção, elemento que assegura a propriedade, isto é, o monopólio dos meios de produção que vai estar articulada, dialeticamente, com a estruturação do poder político; b. a necessária relação entre sociedade política e civil, a construção da hegemonia e a presença dos aparelhos hegemônicos, que se somam aos aparelhos coercitivos do Estado". [...] Para Gramsci, negar o Estado burguês e construir o Estado dos trabalhadores, o Estado socialista, implicam processos complexos que supõem, mas ultrapassam, a adoção de uma nova consciência, o desejo e a luta concreta por esta nova sociabilidade. Implica ter capacidade de assumir as tarefas de administração do estado a partir de outras referencias políticas. (SILVEIRA, 2012, p.100-101**)**

Porém, sob a pressão dos dirigidos, o Estado capitalista pode fazer deslanchar uma revolução passiva a qual não rompe com o antigo regime. Ou seja, realiza uma modernização do capitalismo, integrando alguns interesses da classe trabalhadora, mas sob a condição de sua subordinação. Numa revolução passiva, a recomposição do bloco dominante se dá pela agregação de alguns grupos (liberando concessões), ao mesmo tempo em que desmobiliza outros setores dominados. Uma incorporação seletiva de grupos subalternos que se perdem no seu real poder de intervenção. Mais uma vez, Gramsci chama a atenção para a consciência dos trabalhadores em seu real poder de intervenção.

> [...] a ausência entre as forças radicais populares de uma consciência da missão da outra parte, impediu-as de ter plena consciência da sua própria missão, e, portanto de pesar no equilíbrio final das forças em relação ao seu efetivo poder de intervenção [...]. (GRAMSCI, 1976, p. 80)

Desde a interpretação de Carlos Nelson Coutinho, os traços fundamentais da revolução passiva na concepção de Gramsci são: a) a classe dominante reage às esporádicas pressões das classes subalternas de maneira que já possibilita um novo comportamento das classes dominantes; b) Mesmo que esta reação pretenda conservar os fundamentos da ordem estabelecida acaba incorporando reivindicações das classes subalternas; c) Paralelamente aos

[120] Estado ampliado é a organização das relações de poder através da combinação entre coerção e convencimento.

elementos da conservação do domínio, são introduzidas algumas modificações que "abrem caminho para novas modificações". Estes traços característicos expressam uma "complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização". (COUTINHO, 2012, p.37).

Gramsci analisa que na Itália, a guerra de posição viabilizou a revolução passiva fascista, bloqueando e desarticulando as classes subalternas em suas táticas de guerra de movimento. Instaurou-se um reformismo reacionário que reconfigurou os espaços da política afirmando "uma nova relação de forças na qual a passividade das classes subalternas era assegurada". Neste caso, a revolução passiva configurava-se como a guerra de oposição dos dominantes para impedir o "o avanço da hegemonia dos subalternos" (BIANCHI, 2008, p. 295). E neste sentido uma luta anti-revolução passiva deveria desarticular a guerra de posição das classes dominantes. Somente assim, esta ação política "das classes subalternas assume dimensão de uma luta pela reapropriação de um tempo próprio que lhe tem sido negado. Conquistar é alterar a relação de forças e definir as condições nas quais a luta deve se dar." (BIANCHI, 2008, p.296). As classes subalternas afirmando e consentindo o caráter da revolução passiva, tornam-se prisioneiras do próprio sistema. Edmundo Dias afirma esta interpretação de Gramsci da seguinte maneira:

> [...] ao afirmarem tal transição, sem a presença revolucionaria das classes subalternas, as esquerdas tornaram-se umbilicalmente prisioneiras do capitalismo, atrelando a ele aquelas classes e decapitando suas possibilidades reais de libertação. A nação passava a ser uma abstração vazia onde um ente abstrato, o povo, se oporia a um estrangeiro opressor. (DIAS, 2012, p.56)

Analisando o Príncipe de Maquiavel, Gramsci vê nele a grande teoria do Estado moderno, do como se deve atuar na dominação de um povo disperso e pulverizado, no método de fazer política.

> O príncipe representa uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva... Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser o Príncipe para levar uma pouco à fundação de um novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo cientifico; na conclusão, o próprio Maquiavel faz-se povo, confunde-se com o povo, mas não com um povo genericamente entendido [...] do qual ele se torna e se sente consciência e expressão, com o qual ele se sente identificado: parece que todo o trabalho lógico não passa de uma reflexão do povo, um raciocínio interior que se manifesta na consciência popular. (GRAMSCI, 1976, p. 4)

Mas também a obra é considerada a expressão genuína da vontade coletiva dirigida a um determinado fim político, um organismo que "conglomera germens da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais" (GRAMSCI, 1976, p. 6). Neste sentido, Gramsci também considera que o Príncipe pode ser traduzido como o Partido, a organização coletiva que enfrenta o poder do Estado capitalista, do Estado ampliado. O partido pode apresentar-se de duas formas, numa, é constituído por um grupo de intelectuais que tem a função de dirigir do ponto de vista da ideologia geral um grande "movimento de partidos" ou as diferentes frações de um "mesmo partido orgânico". Noutra forma seria um partido das massas, que como o próprio movimento espontâneo não tem outra função política que a "de fidelidade genérica", onde a massa é conquistada com "pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos". (GRAMSCI, 1976, p.23).

O Partido que assume o papel de sujeito revolucionário é para Gramsci o partido de quadros, que desde a produção de seus próprios intelectuais orgânicos deve realizar um amplo trabalho de organização e educação crítica das massas, conforme citado anteriormente.

Com todos estes elementos acima mencionados, considera-se que no pensamento de Gramsci, a verdadeira construção de um Estado socialista está relacionada à construção de uma hegemonia alternativa no terreno da sociedade civil, onde a conformação de um bloco histórico coeso permita a unidade da classe trabalhadora como um todo se reconhecendo em antagonismo de interesses ao capital. Para isso é fundamental papel o sujeito coletivo, tanto na organização, como educação e direção do movimento espontâneo. Condições fundamentais para a construção de um Estado socialista.

É a sociedade civil, portanto, uma esfera organizativa que indica o conjunto das relações econômicas (de produção e reprodução social), mas essencialmente uma esfera da ideologia e disputa de projetos de sociedade (partidos, sindicatos, movimentos). É assim superestrutura não isolada do próprio solo que produz o antagonismo de classes, as relações econômicas (infra-estrutura).

> O desenvolvimento da economia e da política encontram intimamente vinculados e marcados por influencias, ações e reações recíprocas, pelas lutas que protagonizam as classes em presença e suas formas superestruturais no terreno nacional e internacional. Reconhecer esses vínculos não implica admitir que transformações no mundo econômico provoquem uma reação imediata que modifique as formas superestruturais, ou vice-versa [...]. (BIANCHI, 2008, p.175)

É na sociedade civil que reside a possibilidade de construir espaços de poder e emancipação dos trabalhadores configurando-se num novo Estado operário. Esta seria sua missão revolucionaria.

> A criação do Estado operário é um modo de fazer, um processo de desenvolvimento. Pressupõe um trabalho preparatório de sistematização e propaganda. É preciso dar maiores poderes às instituições proletárias já existentes, fazer surgir outras semelhantes nas aldeias, conseguir que os homens que a compõe sejam comunistas conscientes da missão revolucionaria a ser cumprida pela instituição. (SILVEIRA, 2012, p.100-101**)**

4.2.2.1 – Território em Gramsci

O termo território é usado raramente por Gramsci, mas aparece em alguns de seus textos (1987; 1995) parecendo estar vinculado ao caráter nacional. Em suas análises, ele distingue claramente as características peculiares existentes entre o norte e o sul da Itália. O norte do país era formado como uma região altamente industrializada e com a formação de uma classe operária bem definida. Já a região sul do país era essencialmente agrária formada por grandes latifúndios, e, camponeses sob uma forte influência da Igreja.

Era necessário, portanto, unir as forças operárias do norte junto aos camponeses do sul, despida de qualquer preconceito estimulado pelo capital entre os trabalhadores. Os camponeses do sul com o preconceito de que o norte era um bloco homogeneamente inimigo, e os operários do norte com o preconceito de que homogeneamente o sul representava o atraso para a Itália.

A transformação do Estado capitalista deveria ser, portanto, fundada na unidade entre os camponeses do sul e os operários do norte. A construção de uma nova hegemonia deveria ser uma questão nacional, uma questão territorial, para além das diferenças de classes. Processo este que havia ocorrido na experiência soviética. Sobre este tema o autor trabalha principalmente em sua obra "A Questão Meridional".

> [...] pois creio que depois da decisão do executivo ampliado sobre o governo operário e camponês, temos que dar importância especial à questão meridional, ou seja à questão na qual o problema das relações entre operários e camponeses se põe não apenas como um problema de relação de classe, mas também como um problema territorial, ou seja, como um dos aspectos da questão nacional. (GRAMSCI, 1987, p. 84-85)

Quando Gramsci se refere à questão territorial como um dos aspectos da questão nacional, supõe-se que esteja analisando a forma do desenvolvimento capitalista em seu país que, de maneira desigual e combinada, põe "com maior violência os problemas de classe, que tendem a se tornar problemas territoriais". O capitalismo se apresenta como estrangeiro à região e como estrangeiro se apresenta o governo que administra os interesses do capitalismo. Neste sentido, discutir a questão meridional, é também discutir a questão territorial do desenvolvimento do capitalismo na Itália, e da estratégia da unidade dos operários e camponeses na luta pelo novo Estado. É também o modo italiano de situar-se numa determinada área geográfica e de refletir a ligação necessária entre a luta da classe operária (inclusive de países desenvolvidos) com a luta de forças populares e revolucionárias (inclusive de países atrasados). (GRAMSCI, 1987, p. 88 e 56-57)

> [...] A questão meridional é também questão territorial; e é desse ponto de visa que deve ser examinada, a fim de se estabelecer um programa de governo operário e camponês que queira encontrar ampla repercussão entre as massas. (GRAMSCI, 1987, p. 92)

Para romper com o bloco industrial-agrário do capital, era necessário forjar a unidade da classe operária do norte com a classe camponesa do sul de maneira territorial. Somente com uma aliança destas classes, os trabalhadores se tornariam classe dirigente das mudanças contra o capital e seu Estado burguês. Construir esta hegemonia na sociedade civil é condição para a construção de uma nova hegemonia no terreno do Estado. Para tanto seria necessário um instrumento unificador do movimento a nível nacional e que compreendesse as diferentes peculiaridades da Itália, este instrumento seria o partido.

4.2.2.2 A aliança estratégica operário-camponesa

A unidade entre os camponeses do sul e os operários do norte, desde a sociedade civil e de maneira territorial seria condição fundamental para construir a hegemonia dos trabalhadores e lutar contra a dominação do capital. Por isso seria uma aliança de caráter estratégico, e deveria ser levado em conta pelo instrumento organizativo, o partido. Entretanto, o partido poderia cometer graves desvios se interpretasse o governo operário-camponês, como mera palavra de ordem vinculada à determinada fase da luta pelo poder, e em consequência disso, que o problema do Estado fosse resolvido no interesse somente da

classe operária. Este tema é trabalhado nas Teses de Lyon, onde o tema da aliança operário-camponesa é reproposto. Esta aliança é núcleo essencial do bloco histórico.

Para o autor, a questão camponesa na Itália não é a questão camponesa em geral, tem suas peculiaridades decorrentes de determinado desenvolvimento do capital no país. Sobre isso, Gramsci afirma:

> Nos países ainda atrasados do ponto de vista capitalista, como Rússia, Itália, França, e a Espanha existem uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Na agricultura, sobreviveram formas econômicas nitidamente feudais, com uma psicologia correspondente [...]. Na realidade, a grande propriedade agrária se manteve fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou sua essência feudal, excogitando formulas jurídicas, [...]. Por isso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os senhores em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade [...] e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social. (GRAMSCI, 1987, p. 69-70)

Para o autor, as condições históricas da Itália não eram muito diferentes das condições russas. O problema da unificação dos operários e camponeses apresentava-se nos mesmos termos: a construção do estado socialista era fundada numa nova psicologia criada pela vida comum nas mesmas trincheiras, ou seja, os "operários fabris e os camponeses pobres" eram as "duas energias da revolução proletária". (GRAMSCI, 1987, p. 72). No exemplo da experiência na Rússia, os sovietes em Petrogrado e Moscou tinham a participação de militantes camponeses, e nesta convivência adquiriram consciência da unidade da classe trabalhadora (GRAMSCI, 1987, p. 71).

Analisando a sociedade meridional na Itália, Gramsci identifica nela um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: "a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais". Os camponeses meridionais estariam em constante efervescência como massa, mas seriam incapazes de dar uma "expressão centralizada às suas aspirações e necessidades" (GRAMSCI, 1987, p. 35-36). Neste sentido, os operários fabris, tinham a tarefa histórica de suscitar no campo "instituições de camponeses pobres" sobre os quais um futuro Estado socialista promovesse uma transformação agrária, desde a implantação de maquinários e novas tecnologias. (GRAMSCI, 1987, p. 74). Para o autor a unidade operário-camponesa deveria ser encabeçada pela classe operária que teria a função de romper, juntamente com o camponês, com o corporativismo agrário. A libertação do camponês aparece atrelada à vitória dos operários.

Na Itália, o proletariado, emancipando a si mesmo, emanciparia as massas camponesas meridionais subjugadas pelo industrialismo parasitário e pelos bancos. A emancipação dos camponeses, neste sentido, não deveria ser buscada na divisão de terras mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que por sua vez tem interesse em que o capitalismo num estado socialista não renascesse através da propriedade fundiária. O apoio dos operários aos camponeses e sua luta contra a miséria estava na instituição de cooperativas, em obras públicas de saneamento e irrigação, e no aumento da produção.

A palavra de ordem "a terra para os camponeses" deve ser entendida pelo controle dos operários agrícolas e conselhos de camponeses pobres das áreas de produção. Os operários agrícolas, os camponeses pobres revolucionários e os socialistas conscientes não deveriam conceber útil aos seus interesses a distribuição de terras incultas. Essa propaganda não aponta de maneira nenhuma as dificuldades da vida do camponês após a distribuição das terras incultas como, por exemplo: a falta de maquinário, sem habitação, sem água, sem crédito para preparar a produção e a colheita. Uma distribuição de terras mal cultivadas num primeiro momento poderia sanar os instintos de proprietário, mataria "sua primitiva fome de terra", mas logo em seguida não teria condições de viabilizar as sementes, os adubos e os instrumentos de trabalho.

> [...] A questão dos camponeses e o problema das 'formas' estão estreitamente unidos. É sobre. É sobre esse ponto que se funda a polemica entre os intransigentes e os oportunistas. A luta de classe ainda não assumiu formas difusa e conscientemente orgânicas no campo; é certo que a revolução proletária não ingressara em sua forma resolutiva enquanto a classe dos camponeses pobres e dos pequenos proprietários não tiver separado violentamente dos partidos políticos de coalizão camponesa. (GRAMSCI, 1987, p. 81)

A tarefa do partido em relação aos camponeses é inicialmente distinguir os agrupamentos fundamentais das massas camponeses, e para cada um deles encontrar posicionamento e soluções políticas. No caso da sociedade italiana, Gramsci analisa que são quatro os agrupamentos. Um deles está estreitamente ligado à questão nacional. Outro, os camponeses vinculados ao partido dos camponeses. E os dois últimos agrupamentos, os que são necessitam de maior atenção do partido, a massa de camponeses católicos e a massa dos camponeses da Itália meridional e suas ilhas. A estes dois últimos, a linha do partido era de que sua tarefa deveria ser a de explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivados do conflito de classes. Essas massas camponesas deveriam ser inseridas na luta anticapitalista, pois da sociedade meridional italiana, são as classes mais revolucionárias e encontram-se enquadradas pelo controle da sociedade burguesa.

Para obter estes resultados o partido necessitaria desenvolver um intenso trabalho de propaganda, inclusive no interior da própria organização para "dar a todos os companheiros uma consciência exata dos termos da questão". O proletariado deveria fazer sua esta orientação para dar-lhe eficácia política. "Nenhuma ação de massa é possível se a massa mesmo não está convencida dos fins que deseja atingir e dos métodos a aplicar". E o proletariado, para governar como classe, deve se despojar de todo o resíduo corporativo e de "todo preconceito ou incrustação sindicalista". É necessário superar as distinções existentes entre as profissões (o metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil), conquistando a confiança dos camponeses e algumas "categorias semiproletárias da cidade". Deve pensar como proletário e não mais desde sua profissão, pensar como "membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se auxiliada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais". (GRAMSCI, 1987, p. 138 e 146).

Se o corporativismo de proletariado não for superado, ele perderia sua posição de dirigente e guia, podendo inclusive aparecer para as massas operárias mais pobres como um privilégio, e aos camponeses como um explorador ao estilo dos burgueses, pois a burguesia apresenta o núcleo operário privilegiado como a única "causa dos males e da miséria dos camponeses" (GRAMSCI, 1987, p.152). A estratégica aliança operário-camponesa não vingaria.

4.2.3 A organização política como intelectual coletivo

Gramsci, desde a prisão e com a saúde debilitada, dedica todas as energias que lhe restavam a desdobrar sua concepção de partido como "intelectual coletivo". A este tema o autor vincula a questão do: poder; da política (da macro e micro política); da organização desde o local de trabalho; de uma organização política mais ampla; e da necessidade de superação da luta espontânea.

Sobre o poder e a política, suas primeiras formulações mais sistematizadas se deram nas reflexões estabelecidas junto à obra de Maquiavel. Para compreender a concepção de poder em Gramsci, é necessário segundo Maria Lídia Silveira, destacar o componente de sua "natureza relacional". Poder não é "algo em si mesmo", mas se estabelece a partir das relações. "Relações de classe, relações de força, relações que se organizam no campo econômico e que se espraiam para o nível político e ideológico". E, se pensado do ponto de vista dos "trabalhadores em geral", poder está relacionado à necessidade de superar o "viés

corporativo - importante, mas insuficiente – na perspectiva de sua constituição como força política" para a construção da "luta hegemônica". (SILVEIRA, 2012, p. 90).

Bianchi (2008) afirma que para o autor "toda a vida é política" e que "toda a práxis humana carrega em si uma dimensão política". Assim, na luta dos trabalhadores como força política, seria necessário estabelecer as distinções entre a grande e a pequena política. A grande política para Gramsci se referia à luta pela defesa ou conservação de uma determinada estrutura, assim como a luta pela sua destruição. Já a pequena política poderia ser definida como a política do dia-a-dia e da intriga. Essa distinção entre a grande e a pequena política estava relacionada ao ato de "diferenciar a conjuntura da situação", ou melhor, a necessidade de distinguir os "movimentos orgânicos (permanentes)" dos "conjunturais (ocasionais, imediatos, acidentais)", fundamentais no propósito de esclarecer as diferenças entre as mudanças estruturais e as reformas. (BIANCHI, 2008, p.160)

A luta pelo poder, desde os trabalhadores organizados, deveria passar pela compreensão dos meandros existentes entre a pequena e a grande política, assim como passar pela aliança estratégica operário-camponesa na proposição de mudanças estruturais, para realização da grande política. E para isso era de fundamental importância a organização política, desde os conselhos de fábrica ao partido.

Para Gramsci inicialmente, as comissões internas das fábricas carregavam a capacidade de "serem órgãos reais de democracia operaria, espaços organizativos que ultrapassariam as lutas imediatas e teriam uma dimensão pedagógica", ultrapassariam a pequena política para a grande política. O autor visualizava também um núcleo mais amplo às comissões de fábrica, denominado Comitês de Bairros, que teriam a função de "coordenar os trabalhadores não proletários sob a direção dos conselhos numa perspectiva de conexão das diferenciadas formas que compunham as classes trabalhadoras" (SILVEIRA, 2012, p.92).

Portanto, os conselhos operários, fruto das lutas de 1919 e 1920 foram, para Gramsci, a célula do exercício do poder e da democracia operária, similarmente o que foram os sovietes na revolução russa. Para o autor os trabalhadores só poderiam formar um Estado dos trabalhadores se fossem "capazes de reconstruir a si mesmas e, ao mesmo tempo, dar sentido e força política às instituições, especialmente neste tempo histórico, aos conselhos". A organização destes conselhos implicava em atuar enormemente num processo de transformação cultural, liquidando a "disciplina capitalista na produção" e "instaurando uma nova forma de disciplina, uma nova forma de democracia, a democracia operaria". (SILVEIRA, 2012, p. 93 e 94)

Secco (2006) afirma que os conselhos de fábrica surgiram antes mesmos dos sovietes e que eram "um órgão revolucionário", pois assumia as "funções produtivas da fábrica" e retirava "do patronato o mito de sua necessidade técnica". Num contexto de possível crise do imperialismo, os conselhos levariam camponeses e operários a uma luta mais organizada e não correria tanto o perigo eminente de um "espontaneísmo anarquizante". Sua perspectiva era a da organização da classe desde seu local de trabalho, que despontaria desde as experiências concretas das massas.

Entretanto, Gruppi (1978) analisa que o conselho de fábrica não é concebido desde a diminuição do papel do sindicado e do partido, mas no papel de "regeneração do sindicato". "A conquista do poder é resultado da capacidade dirigente da classe operaria, que deve amadurecer e começar a se expressar na fábrica. O que Gramsci possui é precisamente o sentido do processo" (GRUPPI, 1978, p. 54).

A criação do Estado novo então perpassa pela organização, pelo exercício real da democracia operária desde seus locais de trabalho, os conselhos de fábrica. Mas também perpassa por uma efetiva aliança entre operários e camponeses numa organização política mais ampla. Essa efetiva aliança entre camponeses, operários e intelectuais, em outros termos, possibilitaria condições de superação do caráter da luta econômica e imediata (espontaneísta), passando do momento corporativo da organização para a representação dos interesses mais amplos. Como afirmado anteriormente, superando sua condição de distintas profissões para sua emancipação enquanto classe. A isso, chamava catarse.

> Pode-se empregar a expressão 'catarsis' para indicar a passagem do momento puramente econômica (ou egoísta passional) ao momento puramente ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A fixação do momento 'catártico', torna-se assim, creio, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resulta do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 1995, p. 53)

Como é na esfera político-ideológica, ou esfera das superestruturas, que se trava em ultima instancia as batalhas decisivas entre as classes sociais, Gramsci concebe a catarse como um conceito bastante peculiar ao processo de superação de interesses "econômico-corporativos" a uma dimensão universal. Seria o momento em que a classe trabalhadora deixava de ser um "puro fenômeno econômico para se converter em sujeito consciente da historia", uma "passagem do determinismo à liberdade", o que seria equivalente às análises de

Marx da superação da classe em si à classe para si, ou a elevação de uma "consciência meramente sindicalista à autentica consciência político-universal de classe" nos termos de Lênin. Este processo, a catarse, é fundante na conformação de uma classe social "nacional" que representaria os interesses de um "bloco social majoritário" que poderia conquistar a "a hegemonia na sociedade" (COUTINHO, 2012, p.25).

Gramsci, citando Engels, afirma que a "economia só em ultima instância é a mola da historia", no entanto é nela que os seres humanos tomam consciência dos conflitos, no "terreno das ideologias", e isto não é de "caráter psicológico ou moralista, mas tem um caráter orgânico gnosiológico" (GRAMSCI, 1976, p.34-37). É assim, no contexto da luta econômica, e por isso tamanha importância da organização a partir do local de trabalho (conselhos e comitês), que se forja certa consciência, entretanto ainda insuficiente para a construção de uma hegemonia dos trabalhadores, pois a luta econômica ou corporativa ainda é fracionada. A construção da hegemonia dos trabalhadores se daria através de uma organização que possibilitasse a catarse, a emancipação da luta corporativa para a luta em geral. Esta organização seria o partido.

O partido como um instrumento político-pedagógico deveria neste sentido continuar com suas raízes na fábrica e na experiência concreta dos trabalhadores. Gruppi afirma que o partido para Gramsci é um "elemento decisivo na formação da hegemonia da classe operária" por ser um instrumento que unifica a "ação e o pensamento", configurando-se como a "inteligência e a vontade coletiva", como o raciocínio da totalidade social em seus elementos políticos e culturais, construindo um "determinado bloco histórico, o qual se mantém coeso graças a essa direção". Neste sentido, o partido tinha que ser formado de cima para baixo, partindo do "nível mais alto de consciência, da direção sobre o movimento espontâneo". (GRUPPI, 1996, p. 86 e 87).

Para o autor sardo, o partido é constituído essencialmente por três forças:

- Aquele que adere à organização sem uma consciência crítica, movido pelo entusiasmo e pela vontade;
- Uma força altamente convicta, unificada e disciplina. O grupo de dirigentes. "[...] Aquele que realiza a síntese critica, o capitão que cria o exército" (GRUPPI, 1978, p. 75);
- Um extrato intermediário que liga núcleo dirigente com a base.

Apesar de o partido necessariamente ser uma relação orgânica entre estas forças, a segunda é de fundamental importância para sua vida. Entretanto, esta importância se deve essencialmente à atitude de preparação de seus sucessores. O partido deve ser capaz de criar

novos dirigentes, novos quadros, tanto em quantidade quanto em qualidade. Reside aí a concepção e o papel dos intelectuais orgânicos para o autor.

> Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre os governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos; isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o bloco histórico. (GRAMSCI, 1995, p.139)

Para o militante sardo, o "elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe, o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende e, menos ainda, sente". Para Gramsci, o partido tinha uma função de "elevar a consciência das classes ao nível ético-político e, assim, interferir nas batalhas por hegemonia – do que por um tipo especifico de organização formal". Neste sentido, Togliatti estava correto "quando afirmou que, para o pensador sardo, o partido revolucionário seria um intelectual coletivo". (COUTINHO, 2012, p.36)

Gramsci afirma ainda que um partido nem sempre sabe adaptar-se às novas tarefas ou períodos históricos, e que ao analisar o desenvolvimento dos partidos é necessário observar entre outras questões, a burocracia como uma força conservadora perigosa: "se ela chega a constituir um corpo solidário, voltado para si e independente da massa, o partido acaba se tornando anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado do seu conteúdo social" (GRAMSCI, 1976, p.56). A burocratização de um partido, de uma organização, não acompanha o movimento real, não sintoniza o mais profundo desejo das massas ao aparelho de direção, não leva em conta a realidade histórica e se enrijece mecanicamente.

Esse era o sentido do partido para Gramsci, um intelectual coletivo que possibilitaria a catarsis, da organização corporativa para a organização da classe em geral, no qual estabeleceria uma relação pedagógica entre dirigentes e dirigidos, entre intelectuais orgânicos e massa, entre a organização local do trabalho e a organização mais ampla dos trabalhadores na conformação de um bloco histórico com alianças de colaboração orgânica.

Neste sentido, o intelectual coletivo está vinculado diretamente à construção da hegemonia que por sua vez perpassa por esta colaboração orgânica, pela organização política da sociedade (e não apenas economicamente), o que requer também uma profunda transformação dos modos de ação e percepção, dos "modos de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer" (GRUPPI, 1978, p. 70). Construir hegemonia é desenvolver "paraleamente a formação da autoconsciência e autoorganização

das classes correspondentes", e em certa medida a "passagem da classe em si à classe para si" (BIANCHI, 2008, p. 169).

> [...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forma certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, Q.13 *apud* BIANCHI, 2008, p.169)

Hegemonia, portanto está na capacidade de unificar "através da ideologia e de conservar um bloco social que não é homogêneo", mas marcado pelas contradições de classe. Está na capacidade de manter articuladas as forças heterogêneas. (GRUPPI, 1978, p.70). Aí reside também o papel do intelectual coletivo.

4.2.3.1 Partido: do movimento espontâneo à direção consciente

Segundo Gramsci, o movimento espontâneo não é um fenômeno puro, nele contém elementos de direção consciente de maneira múltipla. Ao se referir a espontaneidade como característica das classes subalternas, os elementos da direção consciente presentes são os da classe dominante. Os múltiplos elementos aparecem na ação espontânea de maneira fragmentada e nenhuma delas ultrapassa o "nível da ciência popular", ou senso comum. A classe subalterna "nem mesmo suspeita que sua história possa ter alguma importância e que deixar traços documentados dela tenha algum valor" (GRAMSCI *apud* SADER, 1992, p. 124).

O fato da espontaneidade, ou movimento espontâneo ter relação de unidade com a direção consciente da classe dominante de maneira fragmentada, deve ser cuidado com especial atenção, pois ignorá-lo seria "renunciar a dar-lhes" outra direção consciente. Isso pode, dependendo das circunstancias históricas ocasionar em que um descontentamento das classes subalternas e movimentos espontâneos de massa possam vir acompanhados de movimentos reacionários de direita.

> O fato de que em cada movimentos espontâneo exista um elemento primitivo de direção consciente, de disciplina, é demonstrado indiretamente pela existência de correntes e grupos que sustentam a espontaneidade como método. A propósito é preciso fazer uma distinção entre elementos puramente ideológicos e elementos de ação pratica, entre estudiosos que sustentam a espontaneidade como método

> puramente imanente e objetivo da transformação histórica e politiqueiros que a sustentam como método político. Naqueles, trata-se de uma concepção errada, nestes, de uma contradição imediata e mesquinha que revela sua origem pratica evidente. (GRAMSCI *apud* SADER, 1992, p.125)

Uma direção consciente de caráter revolucionário ao movimento espontâneo exige um instrumento organizativo que redimensione o caráter da disciplina, não como aceitação passiva e servil de ordens, mas como "assimilação consciente e lúcida da diretiva a ser realizada". Uma disciplina que não anula a "personalidade no sentido orgânico", mas que "limita o arbítrio e a impulsividade irresponsáveis, a vaidade, etc." (GRAMSCI *apud* SADER, 1992, p. 143-144).

Num dos capítulos chamado "Dirigir e Organizar" da compilação de textos de Gramsci realizada por Emir Sader, o autor trata como convicção a relação de unidade entre fim e meio, entre objetivo e método. Estes devem coincidir perfeitamente. Em suas palavras: "Convicção de que só se pode falar de querer um fim quando se sabe predispor com exatidão, acuidade, meticulosidade os meios adequados, suficientes e necessários" (GRAMSCI *apud* SADER, 1992, p.145). Este breve comentário no capítulo dá um destaque especial ao que se refere ao método, à forma, o como fazer, o como organizar, o como dirigir. Preocupação que esteve em diferentes momentos de sua militância realizada no PSI e no PCI.

Os partidos, entretanto, podem em momentos de crise não mais representar e dirigir. "Não são mais reconhecidos como expressão de sua própria classe ou fração de classe" (GRAMSCI, 1976, p.54). O conteúdo desta crise orgânica é a "crise da hegemonia da classe dirigente", que cria situações perigosas pelo fato de que a população não se orienta e organiza-se no mesmo ritmo. Como afirma Gramsci:

> O conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra) ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente à passividade política [...] o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise de Estado [...] (GRAMSCI, 1976, p.104)

Com os diferentes elementos que acima foram mencionados, percebe-se que uma organização política, um partido, como intelectual coletivo, tem uma função política pedagógica para a classe trabalhadora na passagem da consciência em si à consciência para si. Nos termos de Gramsci, na passagem do senso-comum para o bom senso, ou ainda, sair da condição de homem-massa para a condição de homens-coletivo, superando o movimento espontâneo e a luta de caráter estritamente econômico, para uma consciência histórica

universal, onde o ser humano assume seu papel de fazer sua própria história e não deixar-se mergulhar na história do dominador.

Para Gramsci, o partido que mais teria as condições naquele momento de cumprir essa missão histórica seria o Partido Comunista, um intelectual coletivo que nascia das cinzas do Partido Socialista.

> […] los rasgos característicos de la revolución proletaria solo pueden buscarse en el Partido de la clase obrera, en el Partido Comunista, que existe y se desarrolla por cuanto es la organización disciplinada de la decisión de fundar un Estado, de proporcionar una sistematización proletaria a la ordenación de las fuerzas físicas existentes y de sentar las bases de la libertad popular. (GRAMSCI, 1967, p. 41)

O partido Comunista seria naquele momento a "forma histórica" da libertação do trabalhador, onde o operário, "de ejecutor se transforma en iniciador, de masa se convierte en dirigente y guia, de brazo pasa a ser cérebro y voluntad" (GRAMSCI, 1967, p. 43) Seria o espaço onde se germinaria o pleno desenvolvimento do ser humano logo que o Estado operário organizar as condições materiais.

> [...] y el obrero, lo hace integrando-se en el Partido Comunista, donde colabora en 'descubrir' y en 'idear' originales modos de vida, donde colabora 'voluntariamente' en la actividad del mundo, donde piensa, prevé, tiene una responsabilidad y es organizador además de organizado, donde se siente constituir en la vanguardia que marcha hacia adelante, arrastrando tras de si a las masas populares. (GRAMSCI, 1967, p.44)

Na interpretação de Gruppi, os partidos "elaboram os seus próprios intelectuais", e a hegemonia dos trabalhadores na construção deste novo Estado se faz na medida em que forjam seus próprios quadros, seus próprios elaboradores, seus próprios intelectuais orgânicos. O intelectual orgânico é o dirigente "capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto", de ser um organizador, "um educador de massa" (GRUPPI, 1978, p. 82)

Assim, há uma intrínseca relação entre intelectual orgânico e intelectual coletivo no processo de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores, e, por conseguinte, no árduo trabalho de construção da hegemonia da classe trabalhadora para a construção de um novo tipo de Estado que possibilite as condições materiais para o desenvolvimento de todas as capacidades humanas.

4.2.4 O intelectual Orgânico, a Consciência e a Formação Política

Gramsci afirma que não existe nenhuma classe independente de seus intelectuais, mas que todo o grupo social tem sua camada de intelectuais ou tende a formar uma para si.

> ¿Son los intelectuales un grupo social autónomo e independiente, o todos los grupos sociales tienen sus propias categorías de intelectuales especializados? El problema es complejo por las diversas formas que ha asumido hasta ahora el proceso histórico real de la formación de las distintas categorías intelectuales. (GRAMSCI, 1967, p.21).

Para o autor as distintas formas de intelectuais se destacam por duas características essenciais. A primeira se refere aos intelectuais vinculados organicamente à produção e à reprodução do sistema capitalista. São estes no mundo contemporâneo, desde os empresários capitalistas aos técnicos industriais, e profissionais liberais que defendem e reproduzem mesmo que mecanicamente a ideologia do sistema.

> Todo grupo social que surge sobre la base original de una función esencial en el mundo de la producción económica, establece junto a él, orgánicamente uno o mas tipos de intelectuales que le dan homogeneidad no solo en el campo económico, sino también en el social y en el político. (GRAMSCI, 1967, p. 21)

A segunda forma se refere aos intelectuais que se forjam nas contradições existentes do sistema dominante. Brotam da expressão de uma nova estrutura em desenvolvimento que nega a continuidade ininterrupta, buscando "*las más complicadas y radicales transformaciones de las formas sociales y políticas*". (GRAMSCI, 1967, p. 22)

Estes intelectuais podem ser denominados de duas formas de acordo com diferenciados graus de intervenção no mundo. Desde criadores de diversas ciências até o os "mais humildes administradores e divulgadores de um patrimônio cultural acumulado previamente", que o marxista italiano chamou de intelectuais tradicionais. Diferenciar estas características, dos intelectuais tradicionais e dos intelectuais orgânicos é importante para compreender a conformação dos grupos que lutam contra ou pela assimilação e conquista ideológica segundo Bianchi (2008). Tanto os intelectuais tradicionais como os intelectuais orgânicos se constituem de maneira heterogênea na medida em que inseridos nos projetos das diferentes classes sociais.

Assim, Gramsci destaca a necessidade de garantir a projeção de intelectuais organicamente vinculados aos problemas das classes subalternas. Pode-se afirmar que este processo ocorre desde duas dimensões, uma delas está relacionada ao papel que intelectual

coletivo ou organização política desempenha. A outra está relacionada ao papel da formação política para projeção de quadros ou intelectuais orgânicos. A projeção de intelectuais vinculados organicamente aos trabalhadores está relacionada diretamente ao tema da consciência.

O tema da consciência aparece na obra de Gramsci em vários momentos, como uma preocupação constante para a conformação de um bloco histórico unitário e coeso a partir da organização da classe trabalhadora e da construção de sua hegemonia. Isto se realizaria "paralelamente à formação da autoconsciência e da auto-organização das classes correspondente e em certa medida à passagem da classe em si à classe para si", na qual a classe trabalhadora em geral "adquire consciência de sua própria função histórica". (BIANCHI, 2008, p. 169). Retoma-se neste sentido, o papel fundamental do intelectual coletivo.

A consciência tem uma dimensão coletiva, não individualizada. Ela é inicialmente "o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia". (GRAMSCI, 1982, p. 118). Mas para conhecer os mecanismos e o processo da consciência coletiva não é suficiente conhecer o conjunto das relações existentes num dado momento, "importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo o individuo é na somente a síntese das relações existentes, mas também da historia destas relações, isto é, o resumo de todo o passado". (GRAMSCI, 1995, p. 40)

Neste sentido, a consciência do indivíduo carrega toda a fragmentação e a esquizofrenia do mundo globalizado e sua expressão local através do senso-comum. É portanto representação da consciência coletiva, e na sociedade do capital é fracionada (entre o agir e o pensar). Para Gramsci:

> O homem ativo da massa atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica desta sua ação, que não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação pratica da realidade; e outra superficialmente explicita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção verbal não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual contraditoriamente da consciência não permita ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência do

> fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e pratica finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de 'distinção' e 'separação', de independência apenas instintiva, e progride até a possessão real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. E por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – alem do progresso político prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso-comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1995, p. 20-21).

Neste sentido, a filosofia da práxis é fundamental para desde uma perspectiva crítica possibilitar condições de unidade e coerência na consciência humana. A filosofia da práxis apresenta-se num primeiro momento numa "atitude polêmica e crítica, como superação do modo de pensar precedente e do pensamento concreto existente (o mundo cultural existente)". Seria a crítica do senso-comum popular, do senso-comum da intelectualidade. A crítica do senso comum deveria ser também a crítica "à filosofia dos intelectuais porque estes assimilam a filosofia da época como seu horizonte intelectual, como senso comum" (BIANCHI, 2008, p.72).

A práxis, a unidade entre teoria e prática, era para Gramsci "um devir histórico e não um fato mecânico deduzido da ação das massas". A insistência na predominância da prática nesta relação significaria segundo Gramsci uma fase histórica econômico-corporativa, e para "superar esse nível econômico-corporativo e passar ao nível da luta efetiva pela constituição de uma nova hegemonia, seria necessário fundir a constituição intelectual de uma nova concepção de mundo à constituição pratica dessa concepção". "Neste sentido, o partido teria a função de realizar esta fusão". (BIANCHI, 2008, p.80, 81)

> [...] a filosofia da práxis não busca manter os 'simplórios' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrario, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade cientifica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual – moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1995, p.23-24)

Mas a superação da forma bizarra do senso comum das massas através do contato com intelectuais orgânicos "está bem longe de ser decisiva; ela pode ser decisiva apenas secundariamente, quando determinada pessoa já se encontra em crise intelectual, oscila entre o velho e o novo, perdeu a confiança no velho e ainda não se decidiu pelo novo." Por isso a necessidade do trabalho incessante para elevar intelectualmente as camadas populares, o que

"significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos". Somente assim se consegue modificar o "panorama ideológico" de uma época. (GRAMSCI, 1995, p. 25 e 27).

Desconstruir as ideologias historicamente forjadas desde a dominação é forjar o "homem-coletivo". Passar de "homem-massa" para "homem-coletivo". Bianchi, retomando reflexões de Gramsci no caderno 10, aponta:

> A conformação do homem coletivo encontra seu momento crucial na passagem do individuo para a esfera universalizada das classes e, mais especificamente, para aquela esfera na qual as classes se apresentam como sujeitos universais, a esfera política. Essa passagem era compreendida por Gramsci como uma relação pedagógica ativa, distinta, portanto de uma mera relação escolar. É no nexo existente entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, intelectuais e não intelectuais que se torna possível identificar de modo mais preciso essa relação e o processo de formação de uma personalidade histórica. Desse modo, toda relação de hegemonia é necessariamente, uma relação pedagógica de construção de novos sujeitos sociais e políticos. (BIANCHI, 2008, p. 192)

Construir novos sujeitos sociais e políticos seria então exigia um intenso trabalho de cultural e de crítica à filosofia dominante expressa no senso comum das massas e intelectuais. Pois para Gramsci a consciência é contraditória e necessita de um largo processo de construção de uma unidade crítica. Este processo seria o desenvolvimento da consciência histórica da realidade.

Segundo Bezerra, em suas reflexões sobre cultura e hegemonia, aponta que Gramsci em seu texto "Homens ou Máquinas" de dezembro de 1916, faz a crítica aos socialistas italianos por "defenderem um princípio genérico da necessidade da cultura". Para ele era necessário uma escola "desinteressada, humanista", onde se pudesse desenvolver uma "consciência crítica e unitária". Gramsci inclusive se envolve de tal maneira nesta concepção que escreve uma proposta de "orientação educacional direcionada para o proletariado" na medida em que participava de educação de adultos no movimento socialista e de conferencias nos círculos culturais dos trabalhadores. Para ele, através de uma formação cultural, o proletariado poderia "abandonar uma concepção fragmentada e imediata da realidade social em que está inserido e alcançar uma dimensão coletiva, unitária e revolucionária" (BEZERRA, 2012, p.113)

> [...] O homem é uma criação histórica, e só como tal pode adquirir a mencionada consciência critica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento critico de si e dos outros, o homem historicamente se eleva, se transforma em um elemento de ordem, se diferencia daqueles que o precederam e poder, portanto propor

> teleologicamente as ações revolucionarias que tenha necessidade de fazer. Nestes sentido, compreende-se a afirmação gramsciniana de que toda a revolução precisa ser precedida por um intenso e continuado trabalho de critica e de penetração cultural. (BEZERRA, 2012, p.112)

A cultura assim era uma "condição essencial para a emancipação humana". No texto "O Relojoeiro" de 1917, Gramsci aponta a necessidade de criar várias instituições de caráter revolucionário "entre as quais, acredita ele, a primeira seria aquela em que a inércia mental dá lugar a uma vida de pensamento, a um exercício de reflexão crítica que, paralelamente ações no âmbito socioeconômico e político, possibilitariam a criação de uma nova ordem". (BEZERRA, 2012, p. 115). E no texto "Filosofia, boa vontade e organização", 1917, apresenta que o significado da cultura está justamente no "exercício de pensamento, aquisição de ideias gerais, habito de conectar causas e efeitos". (BEZERRA, 2012, p.117).

> [...]. É preciso estudar o modo pelo qual se expressa uma consciência ainda subalterna; deve ser levado em consideração o elemento da espontaneidade relativa nela presente, já que tão somente a partir dessa consciência elementar poderemos guiar as massas até uma consciência crítica. (GRUPPI, 1978, p.68)

O modo como se expressa a consciência das classes subalternas, entre suas necessidades efetivas e sua condição de exploração acabam "impulsionando tais classes a ações, a lutas e movimentos, a um comportamento mais geral que entra em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram educadas". Este aspecto para Gramsci representava a filosofia real da classe. "A filosofia real do indivíduo e da coletividade deve ser buscada no agir. A filosofia de uma pessoa está na política dessa pessoa" (GRUPPI, 1978, p. 68-69).

Filosofia e política, conforme comentado anteriormente encontram-se numa unidade intrínseca e se expressam na ação cotidiana de indivíduos e grupos sociais. O problema que inquietava Gramsci era em como "tornar explicita aquela filosofia implícita na ação de cada um e na ação dos grupos sociais", que estão submersas na filosofia e na política dominante. Para explicitá-la era necessário "criticar a concepção imposta às classes subalternas, na qual se estabeleça a unidade entre a teoria e a prática, entre a política e filosofia". (GRUPPI, 1978, p. 69).

A busca da unidade entre a ação e a concepção de mundo, entre a teoria e a prática, entre a filosofia e a política é fundamental para Gramsci para a superação de uma consciência presa ao senso comum, à ciência da fragmentação. Buscar a ação coerente exige a unidade crítica entre a ação e o pensar, exige explicitar a fragmentada expressão da ideologia dominante expressa nas ações cotidianas das classes subalternas.

> Enquanto existir contradição entre a ação e a concepção do mundo que a guia, a ação não pode ser consciente e não pode se tornar coerente. Será sempre uma ação, por assim dizer, fragmentada; teremos sempre ações espasmódicas e depois estagnação, rebeliões desesperadas e passividade, extremismo e oportunismo, A ação coerente exige ser guiada por uma concepção do mundo, por uma visão unitária e critica dos processos sociais. (GRUPPI, 1978, p.69)

Para Gramsci (1976) existia uma tendência profunda ao conformismo no mundo contemporâneo, com uma "estandardização" do modo de pensar e atuar nos marcos da dominação. Esta tendência, advinda das bases econômicas e ideológicas da dominação, forjava o homem-massa, partícipe da sua concepção de mundo, do senso-comum destas bases. Esta concepção de mundo está expressa na linguagem, na religião e no folclore (na cultura de massa) e representa a filosofia e a política da dominação. Segundo Gruppi, "todo homem, pelo simples fato de que fala, tem uma sua concepção do mundo, ainda que não consciente, ainda que acrítica, já que a linguagem é sempre embrionariamente, uma forma de concepção do mundo". (GRUPPI, 1976, p. 66-67)

Essa concepção de mundo, num primeiro momento imposta é, ademais de resultado, mas a própria expressão das relações sociais as quais vive e produz materialmente sua vida. Gruppi afirma que:

> [...] Gramsci observa que em todo homem está presente uma concepção imposta pelo ambiente em que ele vive, e para a qual, portanto, concorrem influencias diversas e contraditórias. Na consciência do homem, abandonada a própria espontaneidade, não ainda criticamente consciente de si mesma, vivem ao mesmo tempo influencias ideológicas diferentes, elementos díspares, que se acumularam através de estratificações sociais e culturais diversas. A consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social. Portanto, não temos a alma entendida como essência autônoma, aristotelicamente, mas sim a consciência, como resultado de um processo social. (GRUPPI, 1978 p. 67)

Assim, diante de uma consciência subordinada, fragmentada, e não criticada das classes subalternas, seria necessário construir uma própria concepção de mundo consciente de seu papel na história através da sua própria crítica, onde ao invés de participar passivamente de uma concepção de mundo imposta e da atividade política do outro, o sujeito histórico pudesse escolher e participar na produção da própria historia, com a "marca da própria personalidade", "participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade [...]". Se se participa passivamente e de maneira conformista da concepção de mundo imposta,

o ser humano torna-se “anacrônico”, “incapazes de completa autonomia histórica”. (GRAMSCI, 1995, p. 11-14).

Segundo Gruppi (1978), essa formação crítica e invenção consciente da própria historia não era um processo “exclusivamente pessoal”, mas resultante de um intenso processo social de vivencia da luta política e da formação político-idelógica. Neste processo, o partido tinha uma função essencial.

> Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. [...] O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, [...]. (GRAMSCI, 1982, p. 6-7).

Assim, pode-se afirmar que para Gramsci, o intelectual orgânico, nascendo das lutas dos subalternos e/ou convictos de sua posição de classe perpassa pelo ato de dar unidade e coerência a sua consciência, que tem em si toda a formação histórica da humanidade, mas de maneira fragmentada inicialmente. Fazer a crítica à sua condição de existência e à sua formação histórica é dar um salto para a unidade entre o pensar e o agir, para assumir-se enquanto sujeito histórico de seu próprio destino. Este processo tem em grande medida a influencia do intelectual coletivo, mas também da preparação ideológica de seus quadros, da formação política. Neste sentido, a necessidade da formação dos quadros orgânicos da luta da classe subalterna é fundamental.

Para o autor o conceito de formação política para é delineado como “ações pedagógicas” que são desenvolvidas dentro e/ou por meio dos instrumentos de classe e que proporcionam o avanço de consciência para além da “realidade empírica”. Estas ações pedagógicas, numa primeira aproximação de seu pensamento, são vinculadas à cultura e a linguagem, ao ato de desenvolver uma postura crítica e coerente do pensamento e da ação desagregada presentes nas crenças e superstições, no senso comum e na própria comunicação. Este tipo de ação possibilita a passagem de uma postura de “homem-massa”, o qual participa de uma determinada, mecânica e imposta concepção de mundo, para “homem-coletivo”, no qual prevalece uma postura coerente e unitária, de participação ativa na construção da historia; não se aceita passivamente as marcas do sistema na sua própria personalidade. Estas

ações ocorrem não necessariamente com a produção de grandes descobertas, mas também na socialização critica de "verdades" já desveladas[121].

Para desenvolver este novo tipo de consciência, de "homens-coletivos", o autor aponta a necessidade de fazer um inventário das diversas concepções que estão impregnadas nas ações e discursos cotidianos dos instrumentos de luta e dos indivíduos que deles participam. Isso porque o sistema dominante é um corpo bem articulado que incide diretamente na construção fragmentada e anacrônica do conhecimento, a filosofia do senso comum[122]. Por essa razão, Gramsci vai refletir sobre a necessidade de historicizar as palavras e ações numa perspectiva da práxis dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela construção do socialismo, pela construção de uma contra-hegemonia do sistema capitalista. Assim ele se expressa:

> Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventario. (GRAMSCI, 1971, p. 6)

Segundo Silveira (2012), afirmando a necessidade e a importância estratégica da formação política, aponta que a mesma acolhe os sujeitos desde o senso comum "socialmente produzido" confrontando-o com o "real sentido". A passagem do senso comum ao bom senso necessita de construção de espaços de classe onde se possa exercitar essa passagem e debater

---

[121] Estas reflexões encontram no texto de Gramsci *"Alguns pontos preliminares de referencia"*, localizado na obra Concepção dialética da historia.

[122] Senso-comum é um conceito filosófico que, segundo Marilena Chauí, se refere a um saber cotidiano inquestionável, cristalizado de pré-conceitos sob o qual passamos a interpretar a realidade. São características de estes saberes a generalização de fatos, coisas e da expressão de opinião individual ou de um grupo. Tendem a estabelecer relação de causa e efeito de maneira linear. Um Exemplo: Onde há fumaça, há fogo. (p. 248-249). Por sua vez para Gramsci, senso comum é um termo relacionado ao ato de participar da concepção de mundo de maneira conformista de outro grupo social. Para ele é necessário criticar a própria concepção de mundo a fim de torná-la unitária e coerente.

“transigentemente as distintas questões que compõe a sua vida, onde possa refletir sobre os seus processos de organização e luta; portanto, espaços de exercício de sua formação humana e política”. (SILVEIRA, 2012, p. 106-107)

Assim, a possibilidade da superação do movimento espontâneo encontra-se especialmente na busca da unidade coerente da concepção do mundo e da ação política sobre ele. Exige uma unidade crítica do sujeito histórico fazendo-se como tal nos processos sociais, exige a unidade crítica do quefazer das classes subalternas na construção de uma hegemonia que se contraponha à hegemonia de dominação objetiva e ideológica do capital, à hegemonia que mantém articulada as diferentes forças sociais sob sua política, ideologia e cultura dominante.

> [...] A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente, dominante, até o momento em que – através de sua política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existe entre tais forças [...], provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (SILVEIRA, 2012, p.70)

A construção da hegemonia da classe trabalhadora está justamente no processo de articular as forças sociais diversas no que as une no que as faz comum, no que as fortalece como classes subalternas e subsumidas à ordem do capital em suas mais diferentes expressões. E para isso a função primordial do sujeito. Não se concebe hegemonia sem ação do sujeito em processo de quefazer.

4.2.4.1 Escolas de formação política

O avanço da consciência está relacionado, como afirmado anteriormente, desde a ação do intelectual coletivo, da organização política, mas também desde a organização de ações-pedagógicas que permitam desconstruir os diferentes níveis de senso comum, e a apropriação de forma unitária e coerente do próprio devir.

Estas ações pedagógicas fazem parte da construção da hegemonia dos trabalhadores, desde a forma de ação do intelectual coletivo, mas também desde o vínculo existente entre intelectuais orgânicos e massa, dirigentes e dirigidos, e na relação escolar educador, educando. Ou melhor, a construção da hegemonia é também uma ação pedagógica. O autor considera que nas:

> [...] práticas pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é, portanto ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno, e todo aluno, professor. Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolásticas [...]. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre as camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exercito. Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõe, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 1995, p. 37).

Estas ações pedagógicas se dariam desde o intelectual coletivo, o partido, mas também desde o papel do jornal e das revistas como força motriz e formadora de instituições culturais. Aliás, o partido deveria ter a função de criar espaços e políticas de avanço cultural, entre elas as escolas de formação política e técnica. Esta formação tem caráter estratégico, e de por si acompanha a estratégia da própria organização política. Essa concepção pode ser analisada desde a seguinte passagem:

> O partido é essencialmente político, e mesmo sua atividade cultural; as instituições culturais devem ser não apenas a política cultural, mas de técnica cultural. Exemplo, num partido existem analfabetos, e a política do partido é a luta contra o analfabetismo. Um grupo constituído para lutar contra o analfabetismo não é ainda estritamente, uma escola de analfabetos, numa escola para analfabetos ensina-se a ler e a escrever, num grupo constituído para lutar contra o analfabetismo, planeja-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas da população de um país. (GRAMSCI, 1982, p.167)

É assim, de fundamental importância para Gramsci (1982) a criação de escolas elementares para as massas que se contraposse à forma e ao programa escolar da classe dominante que desde ela também forja sua hegemonia de dominação. Uma escola criadora que não significa somente ser uma escola de inventores e descobridores, mas uma escola que indicasse um método de investigação de conhecimentos, que abrigue a inovação e a originalidade a todo o curso, sem um programa predeterminado e estático, e que desenvolva a auto-disciplina intelectual e "a autonomia moral".

O ato de descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestão exterior é também um ato de criação, mesmo que esta verdade já seja velha. É parte de um método que indica o desenvolvimento de maturidade intelectual, no qual incluso se pode descobrir novas verdades. Neste sentido, é importante nas atividades escolares o desenvolvimento de seminários, de laboratórios experimentais, e de bibliotecas. São nestes tipos de atividades que se possibilitam a indicação orgânica para a orientação político-profissional.

Gramsci (1982) chama a estas escolas de “Escola Unitária”, nas quais uma nova cultura é produzida a partir da “vida coletiva diurna e noturna”, e que libertaria “das atuais formas de disciplina hipócritas e mecânica”. Nestas escolas o estudo “deveria ser feito coletivamente com assistência de professores e melhores alunos”. Estas escolas marcariam o início de “novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial”. (GRAMSCI, 1982, p.123 e 125).

Gramsci (1995; 1982) também aponta a necessidade de criar universidades populares, onde se unificaria “o trabalho das academias e universidades com as necessidades de cultura cientifica das massas nacionais populares, reunindo a teoria e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho industrial”. Estas teriam suas raízes na concepção da “escola única” (GRAMSCI, 1982, p155).

4.3 Territorialização contra-hegemônica desde a organização e a formação

Partimos do pressuposto de que a realização de uma territorialização contra-hegemônica, desde seus aspectos materiais e imateriais, pressupõe a constituição de uma organização política. A organização política, por sua vez, possibilita ações de caráter pedagógico que podem provocar catarses em diferentes níveis e dimensões, podem provocar a quebra do senso comum estabelecido pela ideologia de dominação impregnada de maneira fragmentada na consciência da dominação em suas expressões singulares, na consciência individual. A organização política pode possibilitar inicialmente o elemento aglutinador de espontâneas rebeldias desde sua localidade de trabalho e de maneira corporativa. Mas, em sua dimensão mais ampla, pode possibilitar a emancipação das particulares classes sociais em suas localidades de trabalho para assumir-se como classe para si, que, superando seus corporativismos, teriam as condições imateriais de construir mudanças de caráter estrutural em oposição à sociedade do capital.

A superação dos elementos de espontaneidade nas organizações políticas de trabalhadores em suas particularidades (camponeses, metalúrgicos, trabalhadores assalariados do campo e das grandes indústrias, etc.), é provocada intencionalmente por ações pedagógicas de elevação cultural de seus membros (massa e intelectuais orgânicos). Estas ações tornam-se pedagógicas por: sua perspectiva estratégica em confronto com a real e concreta luta de classes; pelas alianças estratégicas; e pela formação política e técnica das amplas massas e de seus próprios intelectuais orgânicos.

Consideramos assim que a organização política possibilita a construção de territorialização contra-hegemônica em diferentes momentos ou níveis da luta de classes. Podendo esta assumir o papel de territorialização de resistência contra a hegemonia das consequências do capital para determinada classe, mas também pode assumir o papel de uma territorialização contra-hegemônica (material e imaterial) propositiva de mudanças estruturais, de um novo projeto.

Com estes elementos poderíamos perguntar em que limiares de territorialização contra-hegemônica estaria a Via Campesina Internacional que ao mesmo tempo em que luta pela resistência dos sujeitos do campo, luta por uma proposta estratégica de um novo modelo agrícola fundados na soberania alimentar, na agroecologia, e no respeito à biodiversidade. Seriam estes elementos estratégicos indícios para colaborar com uma proposta de mudança de caráter estrutural, desde a leitura dos próprios sujeitos do campo?

Qual o papel da articulação das organizações sociais do campo do continente latino-americano que vivenciam as similares consequências da especificidade do desenvolvimento do capital para a região? A partir da vivência destas consequências comuns da territorialização do capital no campo na região América do Sul, qual seria o papel das políticas de formação da VC na ampla formação das massas dos sujeitos do campo e na construção de seus próprios intelectuais orgânicos?

Consideramos inicialmente que estes elementos estratégicos podem sim colaborar com uma luta por mudanças de caráter estrutural, e que a articulação internacional de organizações camponesas tem um caráter político-pedagógico para a luta de classes na região América do Sul. Este caráter político-pedagógico está dimensionado na relação intrínseca entre organização e formação, entre o intelectual coletivo e o ato de forjar intelectuais orgânicos que cumprem um papel histórico na luta de classes na atualidade.

CAPÍTULO 05
O PAPEL POLÍTICO PEDAGÓGICO DA VIA CAMPESINA NA AMÉRICA DO SUL

Este capítulo final tem por objetivo sinalizar aspectos de caráter pedagógico na atuação da articulação internacional de organizações sociais do campo na região da América do Sul, relacionando os aspectos da luta, da organização e da formação política como elementos que ao mesmo tempo em que possibilitam a territorialização contra-hegemônica, tem um caráter educativo para a luta de classes no campo. As análises que seguem são frutos das reflexões realizadas nos quatro primeiros capítulos relacionadas com os resultados das entrevistas. Retomam-se de certa maneira alguns questionamentos realizados nos capítulos que antecederam, com a finalidade de aproximar algumas reflexões a respeito.

Para iniciar as análises que se desenvolvem neste capítulo afirma-se convictamente que a articulação internacional de organizações do campo na região América do Sul – a Via Campesina Sudamérica – tem um papel político pedagógico na luta de classes no campo. Esta afirmação, fundada nos elementos expostos nos capítulos antecedentes, não está relacionada somente à sua política de formação, mas na totalidade de seu papel organizativo que inclui estrategicamente suas experiências de formação político-profissional. Estes elementos, a saber, organização-formação, são aspectos essenciais para a reterritorialização dos sujeitos do campo desde um cenário de conflitualidade de classes, de luta de classes.

Tendo em vista a forma hegemônica de dominação do capital que articula aspectos econômicos, políticos e ideológicos, este aparece de maneira fragmentada e particular na consciência dos sujeitos do campo que vive as consequências particulares de seu desenvolvimento em determinado território. Mas o desenvolvimento do capital e suas consequências não se dão somente em escala local, se dá em escala mundial, e em sua totalidade se efetiva de maneira desigual e combinada nas diferentes regiões, nos diferentes territórios, nos diferentes países e localidades. No caso do campo na América do Sul, foco desta investigação, com a função de produzir matéria-prima e produtos primários como o caso: da extração de minérios; da produção de energia (petróleo, água, etc.); da apropriação da biodiversidade; da produção de soja como base de muitos alimentos para animais e humanos;

da celulose para produção de papel; e, agrocombustíveis com a justificativa de menor poluição ao planeta.

A forma de produção destas mercadorias, desde a produção da mais-valia, se dá essencialmente desde a renda da terra, da expropriação, da exploração dos trabalhadores assalariados do campo, e da subsunção de formas não capitalistas de produção ao seu domínio – o caso dos camponeses, indígenas, comunidades afrodescendentes, etc. E se expressa dessa forma na particularidade de cada território onde se desenvolve. Se expressa na particularidade dos povos indígenas sendo desterritorializados na busca de construção de hidrelétricas e de extração de minérios; se expressa nos pequenos agricultores que se veem obrigados a integra-se às grandes empresas transnacionais de produção leiteira ou de carnes; ou ainda na particularidade dos trabalhadores assalariados do corte da cana, colheita soja e milho, ou indústrias processadoras de grãos, na qual cada vez mais tem seu trabalho precarizado e substituído por novas maquinarias e tecnologias que aumentem a produtividade.

A vivência particular, local ou em determinado território das consequências desta forma capitalista de produção, pode gerar na consciência destes sujeitos do campo, (sejam assalariados, camponeses/camponesas, pescadores, indígenas e comunidades afrodescendentes) a revolta. Através das contradições do próprio desenvolvimento do capital em estado de não sintonia com a ideologia e suas formas de consenso e coerção, os sujeitos do campo vão se dando conta de que este modelo é devastador e destrói os recursos naturais e a si próprios enquanto classe. Segundo Fernandes (2005), a conflitualidade de interesses, a conflitualidade de processos de territorialização, a conflitualidade de modelos agrícolas, se faz cada vez mais evidente.

Entretanto, conforme analisa Milton Santos (2003), somente a rebeldia individual, local e particular, não possibilita uma luta contra a dominação hegemônica do capital em sua totalidade, não possibilita uma mudança de caráter estrutural. Enfim, não possibilita o confronto de diferentes perspectivas de territorialização, embora seja um pressuposto fundamental para esta mudança. É necessária a organização sócio-política para que esta rebeldia se transforme realmente efetiva no confronto à hegemonia do capital e suas consequências. Essa rebeldia organizada, mesmo que seja em escala local, mas que contemple seus iguais, ou aqueles que vivenciam as mesmas consequências do desenvolvimento do capital, tende a possibilitar novas possibilidades de avanço de consciência.

Podemos afirmar que o ato de organizar-se entre os iguais em confronto com o modelo de agricultura que os destrói, os faz resistir enquanto identidade de classe, enquanto indígenas, enquanto camponeses, enquanto trabalhadores assalariados do campo, enquanto

sem terra. É neste conflito de interesses territoriais como espaço de produção e reprodução da vida social e humana, que estas organizações de identidades de classe se encontram com outros sujeitos que vivem condições distintas, mas similares. Então, abrem-se portas para que o camponês identifique-se com a luta dos sem terra, ou os indígenas identifiquem-se com a luta dos pescadores, ou trabalhadores assalariados do campo.

A Via Campesina é em parte expressão desta identificação em escala local e internacional. E mesmo que este processo de identificação entre os diferentes sujeitos do campo seja um processo de tensionamentos constantes, que na prática se expressa pelas diferentes ideologias, diferentes concepções, diferentes formas político-organizativas, diferentes perspectivas e estratégias, se busca desde um método de ação buscar a unidade e o que há de comum entre estes diferentes sujeitos. A vida do camponês no Brasil tem diferenças e similitudes com o camponês na Bolívia ou da Colômbia. A organização política de mulheres camponesas e indígenas do Chile tem diferenças e similitudes com organizações de mulheres camponesas do Brasil. Entretanto, todas estas organizações estão vivenciando situações similares, fruto das consequências e contradições deste estágio do desenvolvimento do capital no campo. E isto é o chão concreto da articulação internacional de organizações sociais do campo.

Consideramos assim, que a Via Campesina Sudamérica, fundada dentre as diferenças e similitudes das organizações que dela participam, tem um papel político-pedagógico fundamental para a luta de classes no campo. Este papel se refere ao ato identificar, desde sua articulação, a leitura das consequências comuns do desenvolvimento do capital no campo em escala local, nacional e internacional. Esta leitura impulsiona a construção de um projeto estratégico comum, assim como possibilita a construção de ações e lutas comuns que visibilize o lugar destes sujeitos do campo nesta sociedade e o lugar que estes se propõem a forjar.

Seu papel político-pedagógico também está na busca de construir ações e lutas comuns, que desde as diferentes concepções, formas organizativas e perspectivas, tendem a concretizar o que há de comum e identidade destes sujeitos do campo. A construção destas ações e lutas demarcam as características peculiares das organizações em cada território, em cada país ou localidade, mas também demarcam as linhas comuns e internacionais desde a construção de uma estratégia para o campo, que confronte o capital e suas consequências nas suas mais variadas expressões locais.

Esta construção de leitura e de ações concretas de luta desde a diversidade perpassa essencialmente pela questão do método. Um método de construção coletiva e horizontal que

possibilite intercâmbios, aprendizagens, vivências, e definições conjuntas é um ato político-pedagógico na medida em que tendo em conta as diferenças busca as singularidades existentes na busca de compreensão e clareza da totalidade (seja na leitura do estagio do capitalismo no campo, seja na leitura e ação das próprias organizações do campo). Um método que busque relacionar o particular ao geral é por essência político-pedagógico.

Muitos poderiam fazer uma crítica a este método de articular desde as particularidades e diferenças, por ser um método basista e limitado. No entanto, ao que parece, o fato de discutir coletivamente desde estas diferenças e particularidades é que torna uma aprendizagem de maneira coletiva, e impulsiona o maior número possível de sujeitos históricos a uma leitura mais precisa e clara do momento conjuntura e de seu papel histórico. E mesmo que o projeto estratégico da Via Campesina ainda tenha um caráter de luta socialista e de mudanças estruturais, carrega desta forma a aprendizagem para tornar-se, a possibilidade de tornar-se.

Outro elemento político-pedagógico fundamental é sua política de formação que desde as experiências realizadas na America do Sul forja novos militantes e dirigentes políticos, qualificando o debate de diferentes temas, a ação no campo estratégico da soberania alimentar e da agroecologia, assim como fortalece a unidade entre as organizações sociais e cada organização em particular. As experiências concretas de formação político-ideológica e profissional do continente latino-americano, em particular da região sudamérica, impulsiona o debate e a necessidade de realizar e massificar esses processos em outras regiões onde esta organizada a Via Campesina.

Portanto, consideramos que a Via Campesina, região Sudamérica, tem os seguintes aspectos político-pedagógicos para a luta de classes no campo: a articulação e organização em escala internacional; o método de construção coletiva e horizontal; e as suas políticas de formação. Estes aspectos político-pedagógicos realizam ao mesmo tempo o enfrentamento e a territorialização contra-hegemonia do capital mediante as resistências locais e particulares dos sujeitos, e, na medida em que constroem esta territorialização contra-hegemônica desde seus territórios e sua estratégia mais ampla aprimoram a leitura da conjuntura local e internacional, resignificam suas ações estratégicas, e abrem possibilidades para uma mudança de caráter estrutural.

5.1 O papel da Via Campesina na sociedade civil

Consideramos que ação da Via Campesina tem um papel pedagógico na luta de classes na medida em que recoloca a questão agrária, e dos sujeitos do campo para o debate na sociedade. Recoloca na medida em que organiza ações e lutas concretas que visibilizam os problemas vivenciados no campo - expressão do estágio de desenvolvimento do capital no campo - em cada território, e a nível internacional.

Estas ações vão desde campanhas internacionais com temas do campo, feiras de produção agroecológica, como as lutas e enfrentamentos realizados nos diferentes territórios. No caso da: Campanha Contra o Agrotóxico, que visibiliza a questão do alimento e da saúde; Campanha pelas sementes crioulas, que visibiliza o papel da atuação de algumas das transnacionais no campo como o caso da Monsanto e a Syngenta; Campanha Basta de violência contra a mulher no campo, que põe em pauta a violência do capital contra a mulher desde o núcleo familiar.

Desde os enfrentamentos e lutas nos diferentes territórios, se visibilizam diante da sociedade a ação das empresas transnacionais no controle da agricultura e os consequentes processos de desterritorialização dos sujeitos do campo. Seja estes através da apropriação e expropriação da terra, seja através de acordos internacionais, como o caso da TLC, seja na violência e assassinatos dos sujeitos do campo que resistem em seus territórios.

Estas ações de certa maneira divulgam, propagandeiam as contradições do modelo agrícola e a leitura que os sujeitos do campo fazem delas, assim como propostas de um novo projeto para o campo, baseado na soberania alimentar, na agroecologia e no respeito à biodiversidade. E mesmo que se considere que este projeto ainda está em construção, ele traça elementos fundamentais para repensar a questão agrária nesta sociedade e na possível construção de uma nova sociedade.

Trata-se de pensar a questão agrária sob a ótica os sujeitos do campo e que nele trabalham e vivem, mesmo que neste momento histórico seja fundada em ações de resistência nos marcos do capitalismo e não de ofensiva para mudança estrutural. A questão agrária foi historicamente pouco discutida e sem muito aprofundamento em lutas anteriores por mudança estrutural, pelo socialismo. Neste momento histórico os sujeitos do campo, organizados e articulados de maneira internacional, traçam elementos importantes para essa construção.

5.2 A Via Campesina como organização política:

Em reflexões anteriores desse trabalho, destacava-se a seguinte questão: Neste momento histórico no qual a crise estrutural do capitalismo combina-se com sua dominação hegemônica - e produzem consentimentos, consensos, naturalização das relações de dominação e, consumismo exacerbado - existe um esgotamento dos instrumentos político-organizativos que o confrontem, construídos até então? Seria este momento de primar pela organização local dos trabalhadores construindo, desde o particular, focos de resistência às consequências particulares do capitalismo? Qual seria o papel da Via Campesina em sua articulação internacional? Mesmo que não se tenham respostas para estas inquietações, arrisca-se aqui condensar algumas reflexões que perpassam as mesmas.

O sistema capitalista é global, e se manifesta e se desenvolve de maneira peculiar em cada região, em cada território, territorializando-se de maneira desigual e combinada. Conforme seu interesse momentâneo traslada tecnologias, e em consequência determinadas relações de produção, a territórios que lhe seja úteis e ricos em recursos naturais e condições de seu desenvolvimento no mais alto nível de produtividade. Assim, desterritorializa os sujeitos do campo de maneira desigual e combinada.

A organização local, desde a identidade imediata destes sujeitos, tem fundamental importância na resistência a estas consequências, provocando as condições objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, para processos de territorialização contra-hegemônica. Como afirma Glaciene "As ações da Via Campesina são diversas, mais o papel mais importante que essas ações cumprem são a organização da comunidade onde ela está inserida e a de formação desde e para a transformação da realidade dessa comunidade". (G. Educanda, MMC - Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)[123]. Entretanto, consideramos que não é somente com resistências locais que se constrói territorialização contra-hegemônica. É necessária uma articulação da resistência do seu âmbito particular ao seu âmbito universal, global. Somente com esta articulação é que se constrói uma territorialização contra a hegemonia global do capital, nas suas mais variadas expressões.

É neste sentido que o caráter internacional da Via Campesina tem uma dimensão estratégica na luta. E, ao mesmo tempo um caráter pedagógico, na construção de uma consciência de classe em seu caráter universal. Entre os limiares das fronteiras, dos territórios,

[123] Para referenciar os depoimentos dos entrevistados que seguem na sequencia deste capítulo, mencionamos primeiramente a primeira letra do nome, o sujeito social (educando, educador, CPP, etc), o movimento do qual participa, e por fim o país. Na sequência segue o mês e o ano que foi realizada a entrevista.

das diferentes formas político-organizativas e das alianças, a busca de unidade tem um papel fundamental na construção da identidade de classe.

E desde o cenário político-econômico na América do Sul, onde se destacam governos extremamente vinculados e designados pelo projeto do capital, mas também governos de caráter progressista e neodesenvolvimentista, a luta da Via Campesina vai forjando o papel de uma organização política de caráter internacional para a luta de classes no campo. Em determinados momentos confronta claramente com o capital, em outros aponta as contradições de projeto neodesenvolvimentistas para os sujeitos do campo. Outros momentos ainda, em alianças com governos progressistas, contribui para fortalecer as mudanças sociais propostas.

Podemos afirmar neste sentido que a Via Campesina é um intelectual coletivo, nos termos utilizados por Gramsci? Apenas tomando em conta a essência do significado deste conceito elaborado por Gramsci, e não na sua expressão naquele espaço histórico-geográfico que era a forma do Partido Comunista, traçamos alguns paralelos e reflexões.

A essência do significado do conceito de intelectual coletivo para Gramsci estava justamente no papel político-pedagógico de um instrumento organizativo para o avanço da consciência da classe trabalhadora em geral, um instrumento que possibilitasse o exercício real do poder dos trabalhadores na construção de mudanças sociais, a saber, do socialismo. Esta organização teria um caráter pedagógico na medida em que possibilitasse a catarse, a unificação da ação e do pensamento, configurando-se como instrumento da vontade coletiva, que direcionaria o movimento espontâneo e as lutas imediatas, e possibilitaria o avanço para uma consciência de classe. Neste sentido, este instrumento organizativo deveria representar a consciência coletiva em seu mais alto nível. Este instrumento indubitavelmente necessitaria forjar seus próprios intelectuais orgânicos, seus quadros políticos, que estariam à frente do processo organizativo e numa relação intrínseca com as massas possibilitar as condições para o avanço da consciência coletiva, expressa singularmente em cada indivíduo.

Tomando em conta estas características, analisamos que a Via Campesina, enquanto um instrumento político-organizativo possibilita construir, sob determinadas condições, uma consciência coletiva da situação dos sujeitos do campo e seu papel histórico, possibilita as condições da passagem do "homem-massa" para o "homem-coletivo", conceitos utilizados por Gramsci. Possibilita também organizar as revoltas e insatisfações locais numa escala internacional, onde se aprende e se ensina desde a diversidade, a necessidade de avançar organicamente e de superar a luta imediata e corporativa para uma luta mais articulada contra o inimigo comum.

Também, a Via Campesina considera de fundamental importância da projeção de novos militantes e quadros políticos, fortalecendo internamente cada organização que dela participa, assim como a própria articulação internacional das organizações sociais do campo. A necessidade de compreender melhor o inimigo em suas diferentes expressões, assim como estudar e propor um novo projeto para o campo, impulsiona a criação de diferentes experiências de formação política e profissional da organização. Assim, a formação torna-se um elemento estratégico, e desde as diferentes experiências relatadas em capítulo anterior, podem-se perceber algumas linhas comuns e singulares que são em forma embrionária a política de formação da Via Campesina.

Seria então a Via Campesina um intelectual coletivo? Este seria o seu papel na luta de classes no campo?

5.3 O papel da formação político-profissional na Via Campesina

A formação política e profissional é um elemento estratégico da Via Campesina Internacional, e sua política de formação desde os elementos comuns advindos das experiências concretas, são o que a caracteriza como político-pedagógica, como o jeito peculiar de fazer formação. Um jeito que tem claramente posicionamento de luta de classes e de construção da unidade dos movimentos do campo, um jeito que relaciona o estudo ao trabalho na produção teórica, um jeito que envolve a subjetividade e a mística, um jeito que busca constantemente a participação ativa da mulher nos espaços de decisão, um jeito que conhecer e intercambiar experiências político-produtivo-organizativas, um jeito que busca incidir nos territórios onde se localiza com práticas produtivo-organizativas.

Para um dos educandos:

> El papel que cumple toda actividad de formación de la Vía Campesina sea de carácter prolongada o de carácter de corta duración siempre deja saldo cultural, político y organizativo importante, fundamentalmente en el rescate y fortalecimiento de la identidad campesina. Por otro lado, legitima la lucha de los campesinos y campesinas en su comunidad al insertarlo esa lucha contra-hegemonica local en el contexto global de las luchas de los pueblos por la Reforma Agraria, la Soberanía Alimentaria y por los derechos humanos. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Como afirma uma educanda sobre os processos de formação da VCI:

> Es muy importante porque a través de esos procesos formativos los militantes logramos tener convicción y claridez política en los contextos que nos encontramos.

> Por lo tanto las organizaciones sociales con gente formada políticamente se fortalecen y se empoderan, contando así con una base sólida para seguir existiendo y enfrentar el sistema. (M. Educanda, ATC – Nicarágua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Outro depoimento que traz os elementos da relevância da fomação na VC, a aponta como condição para avanço na luta política. Segue abaixo um trecho de seu depoimento:

> [...] colocamos todo nosso esforço nestes processos, porque entendemos que somente avançamos na luta política se tivermos dirigentes, militantes, organizações com clareza político-organizativa. Temos avançado no processo internacional, que tem feito avançar os processos nacionais. Portanto o papel da formação é fundamental para qualquer organização cumprir com seu papel de ser movimento de luta. A consciência desperta é que conduz os processos. (R. Secretaria CLOC-VC. Entrevista realizada em setembro de 2013).

Em outra entrevista observamos com maior precisão a relação intrínsica existente entre a formação e a organização, suas complementariedades e suas peculiaridades na formação de militantes e quadros para as organizações do campo. Segue abaixo trecho de seu depoimento:

> Me parece importante pontuar que o tema da formação é estratégico e não pode ser tarefa apenas de uma comissão ou CPP, deve ser assumida pelas direções das organizações como parte de sua estratégia central; ter clareza que embora os cursos, escolas são necessárias, o que mais forma é a luta concreta e portanto, a militância tem que ser desafiada nas diferentes tarefas da organização. (I. Dirigente da CLOC – VC. Entrevista realizada em setembro de 2013).

E continua analisando que a formação da VC fortalece a luta internacional desde a atuação da militancia e dirigentes nas próprias organizações das quais participam. A formação da VC contribui para:

> Que lideranças mais jovens passam a assumir tarefas de direção nas organizações com mais clareza da luta internacional; Potencializa o principio da solidariedade e do internacionalismo; Contribue para internalizar nas organizações o papel, tarefas e desafios da VC; Reforça a mística da luta e o intercambio; (I. Dirigente da CLOC-VC. Entrevista realizada em setembro de 2013)

Para um dos coordendores pedagógicos do IALA Paulo Freire, a formação da VC também está relacionada a necessidade de de forjar militantes preparados para assumir "tarefas profissionais" que a luta dos camponeses vem exigindo, forjar "intelectuais orgânicos" da classe camponesa. Abaixo segue seu depoimento:

> Tal experiência se assentar na compreensão dos movimentos camponeses na necessidade de formação de militantes da sua base social para que possam assumir as tarefas profissionais que o processo organizativo e político exige, em términos Gramscianos podemos afirmar que esta experiência se baseia na concepção da formação de intelectuais orgânicos da classe camponesa. (H. CPP, MPA – Brasil, CPP. Entrevista realizada em setembro e 2013).

A política de formação da Via Campesina, assim, é a partir da formação de seus intelectuais orgânicos um espaço de territorialização imaterial, ideológica. Contestando a ideologia dominante em suas formulações teóricas e estratégias, define e fortalece também sua própria organicidade, suas ações, suas lutas e seu projeto estratégico. E em muitas situações tem se tornado referência para outras organizações sociais que não fazem parte da Via Campesina, sejam elas urbanas ou do campo, sejam movimentos sociais ou partidos.

As experiências de formação da Via Campesina Sudamérica, assim como em seus aspectos organizativos, buscam levar em conta a diversidade de pensamentos, concepções, e formas político-organizativas, mesmo que esse seja sempre um ponto de tensionamento e aprendizagem. É uma linha política, mesmo que na ação concreta seja elemento de grandes debates e conflitos, e nesse sentido fortalece e consolida as organizações sociais que dela fazem parte, assim como sua articulação internacional.

A necessidade de avançar na concepção teórica e nas práticas da agroecologia como elemento chave para a soberania alimentar, impulsionou a construção de programas, cursos e escolas em agroecologia, estabelecendo assim a característica da formação técnica ou profissional não desvinculada de seu âmbito político. Forjar quadros políticos e profissionais que pudessem contribuir na elaboração teórica e também na socialização do conhecimento da agroecologia como forma estratégica da luta pela soberania alimentar é uma maneira de construir territorialização contra-hegemonica. Uma maneira de se contrapor à hegemonia do capital na agricultura, que se desenvolve desde o uso intensivo de agrotóxicos, o não respeito à biodiversidade, a propriedade da terra, a apropriação e expropriação dos recursos naturais de maneira indiscriminada.

É a partir destas características que a formação assume um papel estratégico na organização, pois é espaço de elaboração, teorização, socialização e reflexão sobre as consequências do capital para os sujeitos do campo, e sobre as práticas político-organizativas imbricadas organicamente às lutas e ações estratégicas desenvolvidas pela Via. Aportam para qualificação da militância e diligência em suas práticas políticas e de produção sob a ótica de construção de um novo projeto para o campo. Entretanto, as experiências de formação não são

consideradas como instâncias de decisão da VC, muito embora sejam chaves para fortalecer estes espaços e construir a territorialização contra-hegemônica no campo.

Analisando as entrevistas realizadas com educandos, educandas, coordenações político-pedagógicas, educadores e dirigentes das diferentes experiências de formação, destacamos na sequência alguns aspectos a respeito da importância de seu papel na organização. Afirma-se, entretanto, que não foi possível abarcar a totalidade das experiências, e por isso as análises aqui apresentadas não podem ser generalizadas, mas consideradas como aproximações, como reflexões pontuais acerca das diferentes dimensões da importância da formação na Via Campesina.

Foram analisadas vinte e três (25) entrevistas de educandos e educandas, sendo estes doze (14) homens e onze (11) mulheres, representantes de onze (11) organizações sociais: ATC – Nicarágua, ACADEI – Paraguai, CNA – Colômbia, ANUC – UR – Colombia, Frente Dario Santillán – Argetina, MST – Brasil, MMC – Brasil, MPA – Brasil, Movimiento Tierra y Libertad – Peru, OCN – Paraguai, PJR – Brasil, UNORCA – México. Foram: quatorze (15) brasileiros (as); três (3) paraguaios; um (1) argentino; dois (2) colombianos; uma (1) mexicana, uma (1) nicaraguense, um (1) peruano. Estes/estas participaram ou participam das seguintes experiências de formação (alguns participaram em duas experiências):

- Cursos livres ou informais e atividades de formação política: Curso Cone sul (2); Curso de Formação de Formadores – ENFF (2); Curso de Teoria Política latino-americana – ENFF (1); Especialização em Estudos Latino-americanos ENFF-UFJF (2).
- Escolas e Institutos de formação política-profissional em agroecologia: IALA Paulo Freire (20); ELAA (1).

Foram também analisadas vinte (25) entrevistas de educadores, coordenações político-pedagógicas e dirigentes, sendo estes treze (15) homens e sete (10) mulheres, representantes de sete (8) organizações sociais: CNA – Colombia (1), FENOCIN – Equador (1), FNCEZ – Venezuela (2), MNCI – Argentina (1), MAB – Brasil (1), MPA – Brasil (1), MST – Brasil (10), CLOC - VC (3). Também como caracterização dos entrevistados, apontamos que foram: dois (3) educadores que não fazem parte de nenhuma organização social, dois (2) representantes de organização social que não faz parte da Via Campesina. Neste sentido foram: dezesseis (16) brasileiros (as); três (3) venezuelanos; um (1) argentino; dois (2) equatorianos; dois (2) mexicanos; uma (1) colombiana. Quanto ao tipo de contribuição nas experiências de formação, foram: sete (7) educadores, dezesseis (16)

representantes de coordenações político-pedagógicas; dois (2) dirigentes da CLOC-VC, duas (2) secretárias; dois (2) educadores que acompanharam também processos de produção agroecológica. Vale lembrar que vários destes contribuíram com dois (2) ou mais tipos de atividade. Estes/estas contribuíram ou contribuem com as seguintes experiências de formação (alguns contribuíram em duas ou mais experiências):

- Cursos livres ou informais e atividades de formação política: Curso Cone sul (5); Escola de formação de Dirigentes – região andina (1); Curso de dirigentes - Egídio Brunetto (1), Escola de Mulheres (1), Curso de Formação de Formadores – ENFF (3); Curso de Teoria Política latino-americana – ENFF (3); Especialização em Estudos Latino-americanos ENFF-UFJF (2); Acampamento da juventude latino-americana (2); Brigadas Internacionalistas (1).
- Escolas e Institutos de formação política-profissional em agroecologia: IALA Paulo Freire – Venezuela (20); IALA Guarani – Paraguai (3); IALA Amazônico-Brasil (2); IALA Colômbia (em discussão) (1); ELAA- Brasil (2); ENA – Equador (1).
- Cursos Livres ou informais e atividades de formação político-profissional: Encontro de formadores em agroecologia (2).
- Também: Secretária (2); representante da comissão de formação da VC andina (1), dirigente da VC sudamérica (2), Comissão de formação da CLOC-VC (2)

Houve grande expressividade de retorno das entrevistas/questionários de participantes da experiência do IALA Paulo Freire, assim como de organizações sociais do Brasil. Isto se deve especialmente pela maior possibilidade de contatos.

5.3.1 A formação e a organização: diversidade, unidade e o internacionalismo

Como afirmado anteriormente, a formação na VCI, assume um papel de luta de classes e enfrentamento à ideologia dominante, contribuindo para uma leitura crítica das condições sociais dos povos do campo no continente latino-americano e da própria natureza. “Entender o porquê, para quem e contra que/quem lutamos” (G. Educanda, MMC- Brasil, educanda. Entrevista realizada em agosto de 2013). Em entrevista, outro educando, analisa que a experiência de formação da VC em agroecologia, IALA Paulo Freire:

> Assume um papel de enfrentamento ao modelo atual da agricultura, combate as multi e transnacionais principais responsáveis por a destruição do nosso planeta, além de contribuir na formação de filhos e filhas dos assentados que sempre foram excluídos pelos poderes governamentais, e não só dos assentamentos, e sim da classe social mais oprimida de toda latino-america. [...] A unidade de formação da via campesina desempenha um papel de embate ao modelo da atual agricultura de destruição dos recursos naturais e do nosso planeta, é um projeto que planteia a polinização da agroegologia em todo território latino-americano e mais alem de latino-america, e sim em todo território do planeta terra, buscar resgatar e respeitar os princípios da mãe natureza, da convivência com harmonia com a mãe terra (A. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Neste sentido, como linha política, as experiências de formação da VCI, devem ser um espaço para qualificar a ação militante para a luta de classes, e consequentemente estar indubitavelmente vinculadas à estratégia da organização. Em entrevista, dois representantes da CPP do IALA Paulo Freire afirmam consecutivamente:

> Os cursos de formação política qualifica a militância para atuar na luta de classe [...]. penso que os cursos da organizados pela a Via Campesina ou por qualquer outra organização de classe deve esta ligada a estratégia de luta e cada curso formal ou informal tem que dialogar com esta estratégia, [...] então estes conhecimentos devem sim estar a serviço da classe ou a serviço da luta de forma organizada e articulada. "devemos afirma a teoria que a militância se faz em qualquer espaço de atuação, mas se esta atuação não estiver casada com uma estratégia, esta ações fica no campo da boa ação e não da luta de classe, que tem como objetivo claro derrotar nosso principal inimigo que o capitalismo e construir uma nova sociedade socialista. (C. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Um papel de formar, organizar e capacitar os jovens, filhos e filhas de camponeses, que fazem parte das organizações. Para que esse processo tenha consistência é necessário manter uma relação de reciprocidade, onde a escola se assuma como parte da organização e a organização como parte da escola. (D. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Este elemento da estratégia também é percebido como expectativa dentre educandos, militantes que participam das experiências de formação da Via Campesina. A questão da unidade e do internacionalismo, são vistos neste sentido como elementos estratégicos para o momento atual da luta de classes no campo. Como afirma outros dois educandos do IALA Paulo Freire:

> Entres las expectativas eran conocer e intercambiar las formas de luchas campesinas e indígenas nuestras americana para unificar las estrategia organizativa, política, formativa y de movilización, sumando militancia hacia el internacionalismo como una necesidad en la lucha revolucionaria (D. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> O IALA foi o espaço onde permitiu conhecer o que realmente é a VIA CAMPESINA, pois com muitas dificuldades e desafios ela cumpre um papel

> fundamental nas articulações nacionais e internacionais, e um espaço onde se estuda, planeja e realiza formação de quadros como classe trabalhadora camponesa por uma soberania alimentaria saudável para o mundo e nosso planeta. E o curso em si e esta junção que desperta estes saberes campesinos/as como conhecedores do campo para melhor desenvolver a nossa agricultura de maneira mais humana e saudável. (F. Educanda, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Também se observa, desde as entrevistas realizadas, a ênfase dada ao papel da formação político-profissional para fortalecer os movimentos que fazem parte da VCI em seus próprios territórios, e da possibilidade de ser um espaço de articulação entre organizações sociais. Abaixo seguem alguns depoimentos coletados:

> Penso que as atividades que eu estive mais voltada com a Via Campesina, tiveram um papel fundamente na organização e consolidação da organização interna da Via Campesina no país e na região em que atuou. Suas ações estavam sempre voltadas a formação, a necessidade de poder socializar saberes e compreender as dificuldades dali, apoiando com ideias, propostas e ações às necessidades de formação e organização das organizações que fazem parte da Via Campesina e da CLOC. (N. Secretaria operativa CLOC. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> […] De este análisis, desde hace algún tiempo en el caso de la FENOCIN ha retomado a la formación como un eje clave de su accionar político y organizativo, facilitando para ello, procesos formativos desde las bases hasta el nivel nacional, y fortaleciendo la pertenencia y alianza con los otros movimientos campesinos de la CLOC-La Vía Campesina, para crear y fortalecer diversos niveles de formación de la militancia y cuadros a nivel internacional (andino, sudamericano, latinoamericano). (F. CPP e Comissão de Formação da VC Campesina Andina, FENOCIN – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Yo creo que el principal papel del curso es la consolidación de las organizaciones, principalmente por la cualificación de la militancia que forma parte de su estructura. Y a la vez, hace un aporte importante para que entre las diferentes organizaciones del campo (y de la ciudad) aparezcan concepciones comunes de nuestra realidad Latinoamericana, un conjunto de saberes compartidos y definiciones que nos igualan y potencian nuestra unidad y por lo tanto nuestra capacidad de resistencia y lucha frente a las diferentes realidades de opresión que nuestros movimientos deben enfrentar. Esas dos funciones, la consolidación de las organizaciones por medio de la cualificación de sus militantes, y la articulación entre las organizaciones que participan del curso son las contribuciones esenciales del curso. (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> […] En ese sentido, desarrolla la necesidad imperativa de avanzar en los niveles de organización y de articulación entre estos movimientos, y sobre todo la necesidad de formación de cuadros, y de una formación social de las comunidades, así como de una visión internacional de la lucha, es decir, plantear la cuestión articulación internacional entre la diversidad de las luchas. (H. Educador e CPP, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Como pode ser percebido nos depoimentos acima, a formação possibilita o fortalecimento da organização ou movimento social que faz parte da VCI, na sua localidade, a nível nacional, mas também a nível internacional, proporcionando trocas de experiências

político-organizativas, discussões e estudos promovendo aspectos de unidade dentre estas organizações. Neste sentido, a formação é também um espaço de construção e fortalecimento da unidade ideológica e de construção da própria identidade de classe a nível internacional. Conforme analisa uma das coordenadoras pedagógicas, a formação tem um: "papel de unidade ideológica", de "fazer a disputa de hegemonia política". (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013). Sobre estes elementos, seguem abaixo alguns depoimentos dos entrevistados:

> [...] O curso tem sido uma ferramenta que articula as organizações da VC e possibilita certa unidade, que mesmo mínima é importante para avançar na construção do Iala como um projeto comum. (F. CPP, MST, Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Um papel de proporcionar um espaço de convivência e construção de valores para além das bandeiras locais, um espaço que possibilitem uma hegemonia de classe, que faça os sujeitos descobrem suas bandeiras como símbolos de uma luta maior, que os ligue a ideias maiores. [...]. (S. CPP, atualmente Associação dos Missionários do Campo – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Formación de militantes con una mirada internacionalista, más allá de cada región o país. Fortalece la unidad y la organicidad de los movimientos en el marco de La Via Campesina. Fortalece y revaloriza la mística, la cultura y la identidad campesina, indígena, afrodescendiente y negras. Contribuye para la difusión y apropiación por parte de los militantes de las diferentes Campañas impulsadas por la Via Campesina Contribuye para la elaboración y profundización del debate sobre la coyuntura. Aporta herramientas concretas para el trabajo de base y la organización popular. La estructura organizativa del curso provoca la transformación de los militantes, a veces con conflictos en el inicio, al tener que realizar distintos tipos de tareas colectivas de sostenimiento, estudio, coordinación, evaluación y crítica. Nos vamos apropiando de los espacios y las luchas. (F. Educador e CPP, MNCI – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Observando este ultimo depoimento, podemos analisar que através de suas palavras aponta outras dimensões da construção do internacionalismo e da unidade organizativa. São estas: o aspecto da mística, da cultura e do fortalecimento da identidade camponesa, indígena e afrodescendentes. Analisa também a importância dos cursos como possibilidade de socializar instrumentos para a realização do trabalho de base junto às organizações, elemento que foi explicitado no capítulo que trata das experiências de formação. Outro elemento que o entrevistado analisa é o papel da organicidade, comum a todos os cursos, que através da vivência cotidiana, processos avaliativos, e desenvolvimento de tarefas de maneira coletiva provocam a transformação de atitudes da militância, inclusive da própria construção de unidade.

Entretanto, como já afirmado em outras oportunidades, para construir a unidade, nas suas diferentes dimensões, a VCI busca realizar desde um método que possibilite o encontro da diversidade. Logicamente não é algo simples e pode ser um ponto de vários tensionamentos e discussões em diferentes momentos. Estes tensionamentos podem ocorrer desde a forma político-organizativa do curso, a sua metodologia, as teorias discutidas e a própria convivência cotidiana. A respeito disso, seguem importantes reflexões colhidas nas entrevistas:

> As atividades contribuem para pensar a realidade para além de cada organização individualmente. Compartilhar conhecimento, consensuar análises sobre a realidade, bem como pensar ações conjuntas. Para fazer atividades enquanto Via Campesina é preciso ter humildade enquanto organização, tanto para propor como aceitar proposta dos demais. É preciso ter solidariedade de classe. As atividades conjuntas contribuem para perceber como o capital atua de forma "relativamente" parecida em diversos espaços, expulsando camponeses, apropriando-se das terras e dos bens naturais. E, sobretudo fazem enxergar que é necessário pensar saídas coletivas, enfrentamentos de forma organizada e coletiva enquanto movimentos do campo. (A. CPP, MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Creo que la posibilidad que brinda cada curso de formación, en caso específico el de Formador de Formadores ya que es éste el que cursé, es el espacio de encuentro y diálogo que hay entre Vía Campesina y cada organización que envía sus militantes. Cada persona llega con conocimientos de su concreta realidad, ahí se encuentra con otras personas iguales pero con realidades disímiles o en ocasiones muy similares esas realidades pero con formas distintas de lucha y Vía Campesina brinda espacio para que se dé el diálogo de saberes y en él enriquece sus procesos de formación, los cuales deben ser revisados ya que cada realidad tiene sus particularidades, pero como la realidad es dinámica, cada una va mudando y con ello debe mudar los procesos de formación acorde a los insumos que cada sociedad, cada realidad y cada cambio que se dé en ella. Y es entonces donde se encuentran en el qué hacer Vía Campesina y las distintas organizaciones sociales que asisten, desde sus militantes, a estos procesos de formación. (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Consideramos assim que a partir da relação existente entre a organização e a formação há uma busca constante em contrsuir a unidade desde a diversidade, desde as diferenças político-organizativas em escalas local, nacional e internacional. Unidade e internacionalismo aparecem como aspectos estratégicos da VC e perpassa por suas estruturas organizativas e sua política de formação.

5.3.2 O processo pedagógico

Os cursos, as escolas e outras atividades de formações programadas e organizadas da Via Campesina são fundados numa concepção clara de uma educação emancipadora, onde a

formação política e a formação profissional, ou técnica sejam base para forjar e fortalecer a ação humana transformadora.

Apenas o fato, embora não seja o único, de proporcionar a formação político profissional para os sujeitos do campo, segundo vários entrevistados tem uma grande relevância. Possibilitar uma educação negada historicamente aos povos do campo é uma questão fundamental, mesmo que somente o acesso não seja suficiente. Além de buscar a necessidade de massificar as pequenas e tão importantes experiências de formação político-profissional, a Via Campesina constrói sua própria concepção de escola, sua própria forma de desenvolver os processos educacionais, sejam eles informais ou livres, sejam eles de caráter técnico e que promova a escolarização. Esta concepção, esta forma são em grande medida parte das experiências particulares de cada organização buscando avançar em conquistas educacionais para os povos do campo e realizar processos de formação política.

Uma concepção que perpassa:

- pelo programa (estudos de temas políticos e técnicos de acordo com a especificidade de cada curso);
- pela organicidade como intencionalidade pedagógica na medida em que possibilita a coletividade, a auto-organização e a participação na construção do processo do próprio curso/atividade/ou escola de formação;
- pelo trabalho de campo e doméstico realizado nos territórios onde as experiencias ocorrem;
- pelo trabalho político-organizativo-formativo (trabalho de base) realizado com comunidades do campo (sendo no entorno ou não);

Abaixo destacamos uma série de depoimentos que se complementam caracterizando as perspectivas que acima mencionamos:

> Abre a oportunidade para jovens oriundos dos Movimentos Sociais e Organizações do Campo para sua formação técnica, alcançando simultaneamente a formação humana, política, ideológica, e qualificando suas capacidades de ação militante orgânica em suas respectivas Organizações. Desenvolve experimentando permanentemente o processo pedagógico que corresponda com uma educação de caráter emancipatório, que se soma ao processo político-organizativo direcionado a transformação radical da sociedade. A escola, ainda responde à formação técnica em agroecologia, agrofloresta entre outras áreas com camponesas e camponeses, ampliando e dinamizando os esforços à necessária massificação da agroecologia junto as famílias assentadas e das comunidades tradicionais. [...]. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> En este sentido una universidad de campesinos y para campesinos es fundamental, pues la preparación es integral y bajo una visión y filosofía diferente, que integra la

formación política con la formación técnica. De esta manera se puede garantizar que los procesos políticos estén de la mano de los procesos productivos. Por otra parte el proceso de formación se realiza de manera diferente y consecuente con la dinámica de las organizaciones y las necesidades de las mismas. Es decir los educandos reciben parte de su formación con metodologías de enseñanza alternativas que se distancian de la forma convencional. (E. Educador, Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

As minhas expectativas eram de estudar em uma escola que buscasse acima de tudo uma educação liberadora, que valorizasse o ser humano e que me proporcionasse ferramentas para melhorar a realidade da minha comunidade. Uma educação voltada para o ensinar e aprender coletivamente, com práticas concretas e que vinham de encontro a nossa realidade, com uma visão holística da abrangência, dos impactos e do público envolvido. Em relação ao curso era o de aprender sobre uma nova matriz de produção agrícola: a Agroecologia, e usar esse saber para melhorar a realidade da agricultura camponesa, possibilitando uma melhor qualidade de vida para as famílias que vivem no e do campo. (G. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

É o papel fundamental da educação baseada nas nossas realidades de base e a formação teórico-pratico já que são nesses espaços onde se forma os quadros, que vem a colaborar por sua vez nas comunidades onde vivem. Todas as organizações do campo necessitam de militantes profissionais com capacidades técnicas e políticas e são nesses espaços de formações que se realiza e se concretiza tal formação. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

[...] além de estudar tínhamos também o compromisso politico com a via campesina de poder construir essa Universidade tão sonhada para que os camponeses e camponesas pudessem ter acesso a uma educação diferenciada. Outro fator e são os princípios que nos edifica como militantes e quadros de nossas organizações formando com uma ideologia diferente. Cabe também destacar que não somente era a teoria mais sim a prática, ambas são necessárias juntas. [...] Destaco também que estes cursos dos movimentos sociais nos dão a oportunidade de expressarmos nossos pensamentos, de debater nossa realidade e discutir a conjuntura de nossa sociedade atual. [...] Enfatizo que dentro dos cursos de formação da via campesina não temos uma visão alienadora como seria em outra universidades, este es um fator que nos cabe destacar, foi por esse motivo também que optei estudar no IALA. (D. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Y lo más importante que el proceso de formación integral de los/las militantes, fue algo que vivenciamos en lo cotidiano en las reuniones para mejorar nuestra estructura organizativa, compartiendo el cansancio en labores de trabajo de campo y en medio de libros y pizarras en lo académico. Desde ahí pude entender que somos elementos de transformación más eficientes en la medida en que nuestra lucha sea colectivizada, comunitaria, y que la organización social campesina, indígena y afrodescendientes surge como una necesidad tanto para la lucha por la tierra como para reafirmar nuestra cultura. […] (R. Educando, ANUC-UR– Colombia. Entrevista realizada em setembro de 2013).

O curso veio aproximar a universidade das comunidades ao entorno pelas as diversas atividades realizadas pelos educando e professores e a coordenação politica pedagógica (CPP), desde o dos âmbitos culturais, esportivas como também na parte produtiva. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

En ese espacio, se contribuye la vivencia social y se desarrollan intercambio de experiencia personal y colectiva. Construyen el sujeto colectivo, entonces, también

> las formas que adopta para el autogobierno, la generación de experiencias de autogestión y todas las relaciones que se establecen entre los sujectos. (B. Educanda, ACADEI – Paraguai, educanda. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Desde as organizações que não participam organicamente da Via Campesina, mas que participam de algumas ações de caráter formativo, ou estão construindo alianças, percebe-se nos depoimentos que há certo reconhecimento a estas experiências, mesmo que em muitos momentos se destacam diversos limites, conforme apontados no final deste capítulo. Abaixo seguem alguns destes depoimentos.

> [...] La Vía Campesina y sus actividades de formación son reconocidas en el espacio de los movimientos sociales como de un buen nivel y de mucha utilidad en los procesos organizativos de las organizaciones sociales. […] Nos ayudó a tener claridad sobre la relación entre la Teoría y Práctica. Todos los elementos que componen las actividades de formación en, por ejemplo, la ENFF tienen ese fin. La relación de las actividades académicas junto a las actividades productivas complementan e enriquecen la formación militante de los que participan en estos cursos. Por lo tanto, al retornar a nuestras organizaciones respectivas, llevamos con nosotros esa carga, esa necesidad de ser coherentes en nuestro actuar militante-político. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Peru. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Mis expectativas estaban vinculadas directamente a la del movimiento que formo parte: A partir del reconocimiento que se tiene sobre la historia y experiencia del MST, intentar adquirir la metodología de trabajo, y los contenidos destacados en referencia a lo político ideológico, con el fin de reproducir la experiencia adaptándola en nuestra realidad urbana. (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Consideramos assim que os procesos pedagógicos destas experiências de formação são baseados numa concepção de educação emancipadora e que vincule a formação política e a formação profissional com vistas ao fortalecimento das organizações sociais partícipes da VC, ou da própria articulação internacional destas organizações. E como princípios desta educação emancipadora encontram-se: a relação estudo e trabalho de campo; o vínculo orgânico com as comunidades campesinas para a realização de trabalhos sócio-político-organizativos e de produção agroecológica; e a organicidade como exercício da construção coletiva dos processos; e a nítida perspectiva de classe, ou seja, o estudo necessita possibilitar instrumentos de análise da sociedade vivida para qualificar a ação da militancia que nestes processos de formação participam. Enfim, um espaço fundamental para a formação de intelectuais orgânicos para a luta contra-hegemônica.

5.3.3 A formação de intelectuais orgânicos

Os cursos, as escolas e outras atividades de formação da Via Campesina, como já descrito anteriormente, possibilita de sua pedagogia um importante espaço para forjar novos militantes e quadros, assim como contribuem para fortalecer os quadros e militantes que já atuam nos movimentos sociais do campo ou que a ele estão atrelados desde uma perspectiva de luta de classes. Abaixo, segue depoimento de representante de um movimento que não faz parte organicamente da Via Campesina.

> El papel es fundamental. Nuestras organizaciones del campo necesitan espacios de organización, coordinación y formativos. Un espacio de formación como los que tiene la Vía Campesina, ayuda de sobremanera al fortalecimiento ideológico, político de las reivindicaciones del campo. Construye militantes orgánicos desarrollando sus capacidades, generando cuadros propios que no tengan que depender de personas u organizaciones externas al movimiento para desarrollar alguna actividad. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Peru. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Analisando os depoimentos de militantes que participaram destes processos, desde o momento da expectativa inicial em relação ao curso/escola/atividade, já é possível identificar uma busca empolgante de maior compreensão e clareza para as suas aprimorar suas práticas. Neste sentido, as expectativas parecem mesclar o elemento do político-ideológico com expectativas de realização pessoal tanto do ato de estudar, quanto de conhecer novas realidades, novas culturas, processos distintos de onde vem. Mesmo que com o tempo estas expectativas vão se redimensionando quando na medida em que pisa no chão concreto da árdua e dura construção da unidade desde a diversidade. Isso fica muito evidente nos depoimentos que seguem transcritos abaixo.

> As expectativas eram muitas por ser a primeira experiência a nível internacional, a língua como iria ser, a alimentação, a relação com um grupo [...], mas foi uma experiência muito gratificante e de fundamental importância na minha formação politica e ideológica. (V. Educando, MST – Brasil. educando. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> [...] O fato é que quando chega o momento se cria muitas expectativas, já começam as contas do período de inicio e de final do curso e, como vou atuar e onde no nosso caso a gente já sabe que é no MST e no Setor de Produção, más são sensações que nos fazem por um momento refletir no que realmente si quer, agora imagine tudo isso misturado com a sensação de ser em outro país que fala espanhol, que está em processo de mudança de governo drástica com aspirações ao Socialismo, um curso com 13 países inicialmente, mas de 160 estudantes em sistema de internato, de culturas diferentes, é que as expectativas de 100% vão para 200% e isso é muito forte e leva um tempo para serem assimiladas, e durante esse processo de construção histórica muitas dessas expectativas até pelo tempo de convivência, as relações interpessoais que influenciam muito se dissipam e criam-se outras expectativas normais no meio de todo esse processo e mais quando isso é no IALA que tem

> muitas contradições. (M. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Mis expectativas desde que me postularon era grande, construir y formar parte de una escuela de cuadros políticos latinoamericano no es poca cosa. Requiere de mucho compromiso y disciplina revolucionaria. En fin, mis expectativas fueron satisfechas a pesar de lo dificultoso que fue la construcción del IALA. Fue un logro importante construir una universidad de campesinos/a, indígenas y afrodescendientes y que esté al servicio de los mismos. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Mis expectativas eran: por un lado las temáticas a tratar, ya que cada tema a tratar tendría una experiencia práctica la cual pudiera hacer más comprensible lo estudiado. Y por otro lado la interacción con diversas realidades, fuera de mi propia realidad. Ya que salir de mi país e interactuar con personas de otros países enriquecen el debate y nutren el conocimiento que se pueda tener da la realidad latinoamericana; me encontré con las diferencias que puedan haber entre cada países de los que participamos en el curso, pero de ella comprendía que nos une un propósito, la lucha que a diario se haga desde cada parte de ésta, nuestra América, por hacer posible el cambio de la historia y por reescribir la historia desde los vencidos ya que los vencedores, han destrozado el curso de las sociedades. (L. Educando, CNA – Colombia. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Entretanto, também se percebem em alguns depoimentos os limites da própria articulação e acompanhamento dos processos de formação da VC no que diz respeito à clareza e amplitude de seu projeto. É o caso que se percebe no depoimento de uma educanda do IALA Paulo Freire, na Venezuela.

> Pues en la realidad no tenía ninguna, pues toque apenas venia ingresando a la organización y no tenía ninguna idea de lo que era la propuesta de la escuela que pretendía formar la VC en conjunto con el gobierno bolivariano. Y durante el curso tampoco se dio mucho énfasis a dar información realmente de lo que se pretendía con la creación de esta escuela. (R. Educanda, UNORCA – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Quando passamos para a análise dos depoimentos das/dos entrevistados no que diz respeito às reais contribuições do curso/atividade/escola da VC para sua vida militante, percebemos que os principais elementos apontados foram: clareza dos objetivos, táticas e estratégias de luta; ampliação da capacidade de análise; ampliação dos conhecimentos sobre questão agrária, organização social, soberania alimentar e agroecologia, entre outros temas; fortalecimento do compromisso político com sua organização; fortalecimento para o desempenho das atividades cotidianas na sua organização e para o trabalho de base; às distintas formas organizativas; construção da identidade latino-americana; consolidação de relações políticas; além da formação pessoal.

Nas linhas que seguem, se transcreve alguns depoimentos de educadores, coordenadores, dirigentes e educandas a respeito do significado destas experiências de

formação política para a formação de quadros das organizações e da articulação internacional de organizações do campo. Algumas delas acabam apontando brevemente limites que ainda necessitam ser superados, temas estes que serão tratados posteriormente. Mesmo que possa parecer um tanto extenso, a sequência de depoimentos carrega grande riqueza de detalhes e opiniões, neste sentido é que se destinam algumas páginas para este relato. Segue abaixo:

> Bueno tuvo un gran impacto, basta el presente bues la manera de ver la educación y los movimientos sociales desde otra perspectiva. […] El hecho de sentirse parte de un verdadero movimiento que ayuda en prol de los más necesitados y de la clase trabajadora […]. A mantener el ideal de un movimiento social que trabaja en conjunto con la clase trabajadora y con su militancia, para la construcción de una sociedad en donde quepamos todos e todas. (R. Educanda, UNORCA – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Tanto o curso quanto a experiência de construção desta nova universidade latino-americana, em um país em plena efervescência da luta revolucionaria, contribuíram fundamentalmente para a compreensão da necessidade da luta e da organização dos camponeses e camponesas para a necessária transformação do modelo produtivo e da sociedade. Contribuiu na construção e formação de uma nova consciência social, política, cultural e produtiva, em prol da soberania alimentar dos povos, da soberania sobre os territórios e modos de vida, assim como a defesa dos direitos dos camponeses e camponesas. Proporcionou uma experiência organizativa muito ampla, devido a grande diversidade cultural e de modos de pensar que conformaram a universidade e das mais diversas adversidades que enfrentamos durante todo o processo de construção e consolidação da universidade, fomos forçados a criar, recriar, modificar, adaptar nossa forma de organização por muitas vezes, para atender nossas necessidades e demandas do momento histórico que vivíamos e que vivia o país e o processo revolucionário, para tanto, construímos nossa própria forma de organização e nossa própria identidade de uma universidade popular, socialista e camponesa. Contribui com elementos teóricos para a compreensão e discussão de temas políticos e sociais, mas também contribuiu muito para a discussão política, social e técnica da produção agroecológica, permitindo a multiplicação destes conhecimentos e experiências junta as mulheres do MMC, promovendo assim a Soberania alimentar das famílias camponesas e a soberania sobre seus territórios e modos de vida. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> La formación desarrollada en sus diferentes etapas y niveles, ha sido y es muy importante para mejorar la cualidad política y técnica de las organizaciones de donde provienen los educandos; sean estas de niveles de base, regionales o nacionales. Los movimientos sociales venimos haciendo activismo desde siempre; sin embargo se ha visto casos en los que la falta de formación adecuada de sus dirigentes, ha ocasionado que las luchas conseguidas con movilización, se las pierda en las mesas de negociación con los Estados o gobiernos. En lo concreto, conozco muchos compañeros y compañeras que pasaron por los diferentes procesos de formación nacionales e internacionales, y se han desempeñado de buena manera en roles dirigenciales de sus organizaciones; y promovido/apoyado para que otros compañeros continúen nuevos procesos de formación. (F. CPP e Membro da Comissão de Formação Andina, FENOCIN – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> A formação na escola da via esta contribuindo principalmente no referente a formação política militante, devido a o conteúdo político que tivemos no IALA, o

que seguramente não teríamos em nem um outro curso convencional. (M. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

[…] Amplió claramente la capacidad de análisis que yo tenía sobre la realidad, sobre la estructura de la sociedad en la que vivimos, sobre la identidad en construcción de Nuestramérica como pueblo con historia común. Aportó relaciones personales muy fructíferas vinculadas a la militancia en diferentes países, […]. Nuestra organización, a partir de la participación sistemática (desde el año 2007), en los cursos Latinos de la ENFF, adquirió una metodología de trabajo más elaborada. Los cursos ayudaron para que nosotrxs podamos re-pensar nuestras formas organizativas tanto en los diferentes frentes de masas que componemos (Sindical, territorial, estudiantil) como para la estructura general del Frente y su proyección política. La cualificación de nuestra militancia aportó significativamente en la claridad de nuestros análisis de estructura de nuestra sociedad Argentina y la planificación de nuestras intervenciones en la coyuntura. La concepción metodológica de la formación como un todo integral en el que se incluye la dimensión del trabajo como pedagógica, también la cultura, y hasta los momentos de ocio, brinda una experiencia contundente para concebir la militancia como una forma de vida, integral y no como un simple aporte a una causa, para ser realizad en los "tiempos libres" de nuestra vida. El curso aportó también a la consolidación de algunas relaciones políticas que se venían haciendo como […] la construcción del ALBA de los movimientos sociales a partir de la carta de Belén en 2009. (D. Educando - Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Articulação, mobilização, suporte, respaldo internacional, e principalmente como espaço de unidade entre as diversas organizações do campo no mundo. (E. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em outubro de 2013).

[…] creo que el rol de formar formadores, como es el propósito del curso, es brindar herramientas teóricas y contribuir para que desde cada concreta realidad, el militante, el formador, piense y plantee herramientas metodológicas en el desarrollo de cada una de las actividades que le llame a hacer la lucha social. (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013).

O curso em si contribuiu no preparo para trabalhar com a sociedade, desde um âmbito social político e técnico, onde tivemos uma formação política vivida na pratica já que estávamos em um território de processo de revolução permanente que vinha e vem acontecendo em Venezuela. Os 6 anos de estudo e convivência em coletivos nos proporcionou a melhorar quanto cidadão a viver em sociedade onde todos somos iguais e temos os mesmo direitos onde o socialismo é fundamental. (A. Eucanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Tem ajudado no método de trabalho com famílias camponesas organizadas que tem a transformação do cenário em que se inserem como perspectiva de vida. (A. Educando, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Contribuiu para minha formação como ser social, abriu caminhos para obter conhecimentos e aportou para dinamizar minha militância nos trabalhos com a base. Também colaborou para aprender da diversidade de nossa latinoamérica e dos companheiros com quem pude compartir no decorrer dos anos, além de deixar um leque de oportunidades onde posso contribuir desde a organização para com as demais organizações. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> O IALA foi a minha primeira escola de formação da via campesina que eu participei, e agradeço por a oportunidade de fazer parte da construção daquela historia que foi mais que uma escola de formação foi uma vida, vida coletiva onde a coletividade era acima de todo o mais importante na condução de todo processo coletivo de formação [...]. (A. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> O curso foi uma experiência única, onde fomos protagonistas de vários momentos históricos dentro da conjuntura de Venezuela. As contradições políticas vivenciadas durante os seis anos de formação contribuiu muito para fazer leitura de realidades que muitas vezes deparamos dentro de nossas organizações Sociais. (E. Educando, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Em conhecimentos técnicos. Em conhecimento político. Integração Latino Americana, levando em conta que o problema que atenta a sociedade é um problema estrutural de condução política, econômica e social (D. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Los cursos o escuelas de formación de la via campesina contribuye en mi militancia en comprender las realidad desde la integralidad, permitiendo preparar como militante no solo en lo técnico científico sino también en lo socio político, asumiendo desde el ser, saber y hacer un compromiso de transformar la realidad (D. Edcando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Contribuyó en mi formación personal porque ahora tengo más claros mis objetivos de vida, porque luchar y estar comprometido con la organización a la que pertenezco. También a seguirme formando en lo que se me inculco desde las luchas campesinas para siempre conservar mis principios y no olvidar la clase de donde vengo y defenderla. (M. Educanda, ATC – Nicarágua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Nos trechos dos depoimentos acima selecionados, alguns elementos repetem-se com bastante ênfase como aspectos importantes para a formação dos intelectuais orgânicos para a luta de classes no campo. É o caso do fortalecimento da perspectiva organizativa e de luta contra-hegemonica no campo, a partir dos aspectos político-organizativos e técnicos trabalhados nos cursos e escolas de formação, o que demonstra a qualificação da atuação da militancia e dirigentes em seus respectivos movimentos. Também é mencionada a importância do papel da coletividade e do protagonismo dos participantes na construção dos próprios processos de formação e das trasnformações nos países onde estes se realizam. A integração latino-americana como elemento do internacionalismo é outro aspecto retomado, assim como a instrumentalização para a realização dos trabalhos com as comunidades e base dos movimentos dos quais os participantes atuam.

5.3.4 Formação e o territorialização

Nas entrevistas realizadas apontou-se intencionalmente uma questão relacionada a território com a finalidade de buscar na opinião dos diferentes sujeitos dos processos, a relação existente entre a formação e o território ou territorialização. Percebe-se que estas relações pareceram estabelecidas desde diferentes perspectivas ou leituras sobre o tema, várias compreensões acerca do território seja ele material e imaterial. Em síntese, alguns apontam território como espaço de resistência e luta, outros numa perspectiva de construção do novo homem e da nova mulher, outros como lugar de relações sócio-produtivas, enfim, território e territorialização contra a hegemonia do capital como uma necessidade da continuidade da existência humana. Como exemplo, destaca-se o depoimento de um educando sobre sua experiência na formação:

> Permitiu-nos, entender e problematizar muitas realidades no processo de territorialidade do novo homem e da nova mulher, o despertar de uma nova consciência política ecologicamente correta um bem estar social e soma de todos esses elementos contribui para organização das comunidades camponesas do campo no processo de formação. (E. Educano, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

A respeito do papel da formação na territorialização contra-hegemônica, o tema se destaca desde as escalas locais, regionais, e internacionais. Desde o entorno onde se localiza a escola, ou se realiza o curso ou atividade, ou mesmo no estado ou país onde se realiza, assim como em escalas regionais, como o caso do bioma amazônico, e internacional. Como uma construção de territorialização imaterial (identidade, unidade e estratégia) que se materializa nos diferentes territórios particulares, mesmo que esta territorialização em geral seja repleta da vida cotidiana, e dos desafios advindos dos territórios particulares, locais.

Peter Rosset analisa na entrevista que há diferentes tipos de escolas e cada uma com determinado impacto nos territórios, algumas mais outras menos. Em sua análise, as escolas que mais incidem nos territórios são as que têm um acompanhamento mais sistemático junto às comunidades vizinhas nas quais se realizam trabalhos de base. Segue abaixo sua análise:

> […] En el caso de las escuelas que he visitado, […], he visto tres tipos: 1. Las escuelas que enfatizan la formación técnica-profesional-militante de campesinos/as jóvenes 2. Las escuelas que ofrecen capacitación agroecológica a campesinos/as (cursos muy cortos y puntales) 3. Las escuelas que apoyan procesos agroecológicos territoriales (Niceto Pérez en Cuba). En mi experiencia, las escuelas de tipo 1, muchas veces tienen poca relación con las comunidades y los territorios que los rodean. Los chicos salen a hacer algún tipo de "trabajo social" en las comunidades, pero igual en muchos casos los vecinos perciban poco o ningún impacto de la escuela. Las escuelas de tipo 2, tienen poco impacto territorial también, porque

> generalmente llegan de manera casi "al azar" personas para recibir capacitaciones puntuales (ej, como hace composta), pero no son parte de un proceso territorial tipo "campesino a campesino" o "comunidad a comunidad," así que tienen poco o nulo efecto multiplicador. La escuela (Niceto Pérez) de tipo 3, es elemento clave y central en el éxito territorial nacional de "campesino a campesino," ya que ofrece cursos especializados para los promotores, facilitadores y coordinadores del movimiento campesino a campesino, y además da cursos de sensibilización para dirigentes de las organizaciones y para funcionarios públicos sobre como ellos pueden facilitar al movimiento en sus territorios. (P. Educador e Membro Dirigente da VC – México. Entrevista realizada em agosto de 2013).

No caso do papel da escola na territorialização em escala local, ou melhor, onde está localizada a escola, ou se realizam cursos e atividades, destacam-se os seguintes depoimentos com exemploss concretos das diferentes dimensões da incidência destes processos de formação nas comunidades:

> Em primeiro lugar a universidade aproxima e traz as comunidades para dentro de espaço "acadêmico" que sempre esteve muito distante das mesmas, e que por outro lado, também separa os educandos e educadas das comunidades, por isso, levando estes últimos ate as comunidades vizinhas e outras comunidades para que não se separarem da realidade concreta que vivem as campesinas e campesinos, e para promover nestes espaços a organização política e social destas famílias, no caso fortalecendo a experiência dos conselhos comunais, comunas, cidades comunais e cooperativas impulsionadas pelo processo bolivariano. E impulsionando processos produtivos agroecológicos em vias da Soberania Alimentar e também na promoção conjunta com a comunidade de espaços alternativos de comercialização dos alimentos produzidos nas comunidades, gerando maior renda as famílias. Se gera um processo horizontal de integração e confiança entre a universidade e as comunidades e entre as comunidades também, a universidade se torna uma referencia para as comunidades nas mais diversas questões, inclusive de intercambio cultural e esportivo. Se constrói um novo modelo de educação Freiriano, Robsiniano e Gramisciniano onde tod@s aprendem de tod@s, e tod@s ensinam a tod@s, verdadeiro intercambio de saberes, conhecimentos e experiências. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> […] Con los hechos, como la practica agroecológica, el trueque en que fuimos atraídos, la mística "revolucionaria", la organicidad, finalmente, se insistió en que hay otros modos de hacer. Por lo menos se practica lo que en la legislación bolivariana está preocupada: Soberanía alimentaria, Reforma Agraria Integral, Agricultura Campesina, Agroecología, Semillas Campesinas […]. (M. Educador e CPP – México. Entrevista realizada em outubro de 2013)

> Função formativa, pedagógica. [...]. Desde o conhecimento de distintas organizações da América, com culturas variadas, formas de pensar o mundo e agir nas realidades diferentes, concepções diferentes de método, etc., portanto, um exercício de construção coletiva do conhecimento. [...], também o acampamento realizou atividades em comunidades camponesas, e para essas comunidades houve também relevância na troca. Os camponeses venezuelanos receberam e partilharam seus conhecimentos sobre o próprio campo, o trabalho com jovens camponeses de diversos países. Com isso também reanimaram na luta com o projeto que estava sendo construído na Venezuela [...]. (A. CPP, – MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Focando no caso da ELAA, situada no Assentamento Contestado, conquistado por famílias organizadas no MST em 1999, a escola tornou-se uma referência inegável para as famílias, em que pese às debilidades e incapacidades de se ter estruturado precariamente o sistema de produção agroecológico, respondendo muito mais no plano teórico, acadêmico, político, mas também da ação dos educandos e educandas nos agroecossistemas locais. A ELAA atrai um sem número de estudantes brasileiros e internacionalistas que aí vem para desenvolverem estágios e suas pesquisas acadêmicas nos níveis de graduação e pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado, oportunizando uma expansão tanto das relações da Via Campesina com a sociedade como junto às famílias do Assentamento. A escola também se constitui num polo cultural relevante, seja realizando atividades culturais diversas de expressão artística, seja de caráter político, como tem atraído de forma crescente um sem número de visitantes, como servindo de espaço para a realização de encontros, cursos, congressos, seminários organizados por sindicatos de trabalhadores, partidos políticos de esquerda, universidades, movimentos sociais, redes e organizações de agroecologia. [...]. Tudo isto vale dizer, segundo as particularidades locais, se estende para as demais escolas de agroecologia indicadas acima onde tenho atuado. (J. CPP, MST- Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> En concreto, desde la experiencia en donde he estado vinculado, ahí desempeñó un rol de activador en la discusión de temas importantes desde el punto de vista productivo agroecológico, así como también desde el punto de vista de la necesidad de generar concretamente espacios de auto organización de las comunidades que están en ese territorio. Ello ha generado en ocasiones buena receptividad de la gente, aunque a veces dicha vinculaciones se dan un poco forzadas, por las dinámicas propias, y no se logra articular la complejidad que hay en un territorio específico. Otro del rol que ha desempeñado esta experiencia, ha sido como espacios de encuentro de gente de las propias comunidades, lo cual es de suma importancia para la vida social de esas comunidades. Además ha ayudado a ser un incentivo de un conjunto de personas que vive en esas zonas, incentivos desde dos putos de vista: uno en el área de la formación personal y colectiva y otro en el impulso de proyectos productivos sociales. (H. CPP e Educador, FNCEZ – Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> Considero que en el caso del IALA que se ubica en Sabaneta-Barinas, el papel desempeñado fue importante ya que a través de el se creó un espacio para la integración tanto de las comunidades aledañas como para quienes estaban de pasada, osea los internacionales. Esta integración dio paso a que la población del territorio conociera mas de cerca de los procesos integracionista que hablaba el Comandante Chavez. (M. Educanda, ATC – Nicarágua. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> O curso veio aproximar a universidade das comunidades ao entorno pelas as diversas atividades realizadas pelos educando e professores e a coordenação politica pedagógica (CPP), desde o dos âmbitos culturais, esportivas como também na parte produtiva. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> [...] buscando adotar em seu método pedagógico a pedagogia da alternância, alternando em tempo escola e tempo comunidade o que possibilitava a o trabalho junto às comunidades camponesas, transformando a formação acadêmica no processo troca de saberes entre educandos e camponeses (H. CPP, MPA – Brasil. Entrevista realizada em setembro e 2013).

Também sobre este aspecto são mencionados alguns limites que ao mesmo tempo são tomados como desafios no sentido de fortalecer e qualificar as iniciativas desde os cursos

e escolas em territórios onde elas se localizam. Seguem abaixo alguns depoimentos neste sentido:

> Creo que durante el periodo que participe en este espacio de formación, falto más integración con las comunidades más cercanas al instituto, para poder fomentar espacios de intercambio con los agricultores de la zona. Si se desarrollaron prácticas comunitarias, pero muchas de ellas lejos de la zona de influencia. […]. El IALA, tiene un gran potencial y creo que debe ser un referente tanto en temas productivos como formativos, y por lo tanto su papel tanto en Barinas como en Venezuela debe ser relevante. Abrir las puertas a todas las organizaciones y campesinos de la zona y promover espacios de intercambio como talleres, eventos, clases, etc. (E. Educador, Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013)

> […] El Barrio en el que se emplaza la escuela percibe con claridad la presencia de un gran número de extranjerxs durante esos días que transcurre el curso. El vínculo que se da es netamente comercial y no es muy grande el intercambio. Hubo un momento en que parte de la turma fue a la escuela del barrio para realizar una jornada de juegos con los/as niños/as, esa actividad fue evaluada muy positivamente. En el momento en que realicé el curso no se percibía un papel, una función concreta del curso para con el territorio donde se desarrollaba. Por lo que puedo saber, hoy la situación en la ENFF es diferente, y hay un vínculo mas arraigado con la comunidad, con participación de jóvenes del barrio en la escuela, a través de cursos específicos para sus características. Eso ha mejorado, aún más, la relación entre la escuela y el resto de la comunidad. (D. Educanda, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Como objetivos e perspectivas, ou seja, lineamentos político-pedagógicos que norteam os cursos e escolas de formação o depoimento abaixo de Claudio demonstra a relação que estes devem ter com as comunidades no sentido de fortalecer uma luta mais ampla e ir consolidando territórios de resistência e contra-hegemônicos, assim como de produzir e difundir conhecimento relacionado à agroecologia e à soberania alimentar:

> Vou considerar aqui os territórios de acordos com as atividades: Atividade 1: No território onde o IALA Paulo Freire [...], nós quanto Via tínhamos dois objetivo central: Fortalecer as comunidades camponesas locais, do ponto de vista cultural, produtivo e em uma perspectiva de classe camponesas que cumpriria um papel na revolução bolivariana. O segundo objetivo macro seria construir bases concreta e cientificas com base nas lutas emanadas por movimentos camponeses ligado a Via Campesina, conectando os conhecimentos empírico, os conhecimentos da realidade com os conhecimentos científicos na perspectiva da luta de classe, criando base concreta para questionar a nível de America Latina o desenvolvimento do capital no campo através do agronegócio. [...]. Atividade 2: Nesta segunda iniciativa, se trata do IALA Amazônico, que está em construção tem desempenhado um papel de dialogar sobre a problemática do território de abrangência da pan Amazônia, com base no avanço do capital nesta região, visando a extração de matéria prima, construção de barragens e outras infra estruturas para saquear este território. O IALA cumpre o papel de articulador dos movimentos da via campesina e de outras organizações camponesas, mas também cumpre o papel de produção conhecimento relacionado a agroecologia e educação do campo, assim como um espaço de irradiação de sonhos, lutas e estratégia de resistências. (C. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Também, percebemos em vários depoimentos a importância da formação para a construção de territórios e territorialização em escalas regionais ou nacionais, desde a perspectiva de realizar a disputa de modelos agrícolas, por um lado o agrohidronegócio e a mineração, e por outro a luta pela soberania alimentar e produção agroecológica. Territorialização que se dá desde a unidade de organizações do campo, da estratégia, da luta e enfrentamento e da realização de experiências produtivo-organizativas locais. Abaixo seguem alguns depoimentos neste sentido:

> O IALA Guarani é uma importante atividade de formação da CLOC-Via Campesina, o principal papel que se pretende com a escola é o fortalecimento da luta dos movimentos camponeses a nível nacional e regional. Também desenvolve o papel de contribuir na construção de um outro modelo de agricultura que se contrapõe ao agronegócio, que com seu sistema altamente dependente de agrotóxicos e outros insumos químicos, gera dependência e expulsão do campesinato do campo, o IALA Busca através da formação cientifica e política fortalecer um modelo popular de agricultura com base na agroecologia que contribua para a melhoria de qualidade de vida dos camponeses e que não seja prejudicial ao meio ambiente e a saúde humana. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> IALA Guarani e resultado de um processo histórico de luta dos movimentos camponeses articulados na CLOC-VC cumpre uma importante função no território guarani, no sentido de articular e exercitar uma unidade mínima político organizativo em torno da construção do Instituto. Por mais que seja ainda uma experiência que ainda esta germinando, tem sido um espaço de articulação debate e projeção de novos militantes, por mais que tenha muitos limites e um potencial no marco da integração nacional e regional e formação de militantes. (F. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Papel de fundamental importância visto na educação / conhecimento a nível nacional [...] pouco se sabe ou conhece sobre os países vizinhos latinos e mesmo sobre o papel brasileiro na conjuntura latinoamericana. (G. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Creio que um elemento diz respeito à simbologia de termos construído uma experiência a partir e pelos camponeses/as organizados pela Via Campesina. [...], marcada pela disputa de projetos de desenvolvimento, cujo projeto hegemônico se reproduz pela subordinação e ou desterritorialização dos sujeitos que não cabem nesse modelo, ou seja, os camponeses, os povos indígenas e as comunidades quilombolas. Então, a construção do IALA Amazônico na perspectiva de fortalecer o projeto contra-hegemônico, apresenta-se como uma ferramenta de fortalecimento de uma identidade coletiva capaz de desempenhar uma série de ações ora de caráter reivindicatório, ora de caráter de classe. Sobre as ações – a partir de um instrumento como o IALA Amazônico -, ganham relevância a capacidade de mobilizar diferentes sujeitos e articular muitos territórios para a implementação de práticas formativas, agrícolas e produtivas vinculadas à educação do campo e a agroecologia. Portanto, ações que provoca para uma tomada de posição na sociedade por meio de diálogos entre saberes populares e acadêmicos, de utilização de técnicas/praticas da permacultura, do cultivo das sementes crioulas, da recuperação dos solos, da defesa

> da floresta e de outros bens que a vasta Amazônia nos presenteou. (A. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> A escola [...] é um espaço aberto para a formação politica e técnica, para além do curso de tecnólogo, pois também acontecem outros cursos curtos, encontros, reuniões e visitas que passam conhecendo a escola e também levando para se e para suas organizações algo sobre a Via Campesina e o MST (a escola esta situada no assentamento Contestado, que é uma conquista do MST). (P. CPP, CNA – Colombia. Entrevista realizada em setembro de 2013).

Em escala latino-americana, ou internacional, as análises e depoimentos assinalados nas entrevistas afirmam de maneira geral, a "latino-americanização" do território onde se realiza a escola ou atividade de formação, desde uma perspectiva de luta, construção e fortalecimento de processos sócio-produtivos e organizativos. Como uma espécie de integração de escalas territoriais para o fortalecimento da construção de uma nova perspectiva para o campo, um projeto que seja fundado na biodiversidade, e, numa nova forma de relações sociais e com a natureza para a produção da existência humana. Abaixo seguem trechos de depoimentos que apontam de certa forma estes aspectos:

> A ENFF, por sua caracteristica nacional e internacional, não restringe seu trabalho ao territorio onde está estabelecida. Sua função é formar militantes e quadros dos Movimentos Sociais brasileiros e latino americano. Acredito que ao longo de seus 8 anos vem desenvolvendo essas atividades e podemos dizer que já é uma referencia para as organizações sociais na área da formação política e ideologica. Mas também desenvolve atividades com a comunidade local, como por exemplo, o curso jovem agricultor do futuro que está em andamento com jovens estudantes do bairro onde a escola está localizada. (L. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> El territorio donde se realiza el curso se enriquece de la presencia del curso, si es continuada por más de dos años mucho más ya que son procesos largos. Se fortalece el Movimiento que actúa como sede por la presencia de militantes, en los últimos años muchos jóvenes, provenientes de distintos países de Latinoamérica con historias de luchas, coyunturas políticas y prácticas políticas diversas. Se fortalece por la mística latinoamericana que se genera en el curso y el lugar pasa a ser una referencia de la lucha, no solo para la población cercana sino en algunos casos del país o la región. También se fortalece por el conocimiento y debates que se dan durante el curso sobre la realidad del territorio donde se realiza el curso ya que en las materias historia, por ejemplo, se privilegia la historia de los lugares donde se realiza el curso. Habitualmente se realizan salidas, visitas y acciones de luchas en las comunidades y territorios cercanos a donde se realiza el curso, este tipo de actividades también fortalece al territorio más allá de los participantes activos del curso. Durante un mes ese territorio se "latinoamericaniza". En el caso de Paraguay 2011 donde el curso no se realizo en instalaciones ni en un territorio con presencia de los movimientos el curso no desempeña un papel tan relevante para el territorio. Por ejemplo como se realizaba en instalaciones ajenas no se podían plantear actividades de trabajos colectivos, mingas, etc. para contribuir con la auto sustentación o embellecimiento del local. (F. CPP e Educandor, MNCI – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Acredito que desempenha um papel de luta que extrapola o local, quando recebe jovens de outras localidades seja da região ou de outros países. Um papel de fortalecer o intercambio, os desafios, as esperanças, os problemas e encontrar uma leitura comum da realidade, bem como ajuda a fortalecer os planos de lutas onde depois cada movimento social buscará pelas condições próprias desenvolver. Tenho uma análise muito positivia da formação e educação numa perspectiva de integração das realidades e consciências. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> […] Así pues, que estos espacios formativos apoyen la formación de los diversos militantes de los movimientos sociales de la región, es un aporte fundamental para el fortalecimiento de estos mismos. La región está pasando por un proceso de integración y esto fortalece las relaciones internacionalistas entre las organizaciones. (C. Educando, Movimiento Tierra y Libertad – Perú. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Assim, conforme os diferentes depoimentos acima mencionados, as escolas e cursos de formação tem um papel fundamental na construção de uma territorialização contra-hegemonica. Seja desde as experiências sócio-produtivas e político-organizativas de comunidades locais, com o trabalho de base, seja na construção e fortalecimento da unidade de organizações a nível regional e nacional, seja em seu caráter internacional, através das linhas estratégicas e das ações e lutas concretas. Também é visível em alguns depoimentos uma espécie de inter-escalaridade de territórios imateriais na ação concreta do internacionalismo, ou "latino-americanização" dos territórios locais, sob uma perspectiva de construção de territorialização contra-hegemônica.

5.3.5 Os limites das experiências de formação da VC.

Um aspecto importante a ser levado em conta desde as entrevistas realizadas foi a identificação de vários limites que ainda necessitam ser superados nas experiências de formação da Via Campesina em seu processo de territorialização material e imaterial de resistência contra-hegemônica. Estes limites, que ao mesmo tempo são tomados como desafios para a luta e a construção destes e de outros processos, podem ser caracterizados da seguinte forma:

- problemas das próprias organizações neste período histórico que se refletem nos processos de formação;
- questões de alianças e autonomia: a contradição estado x movimentos sociais;
- massificação de escolas, cursos e atividades de formação político-profissional;
- relação pedagógica entre a formação política e profissional;

- a questão dos educadores e coletivos de acompanhamento político-pedagógico-produtivo;
- aspectos de condições econômico-financeiras;

Estes desafios estão também relacionados em grande medida ao tipo de característica destas experiências de formação. Por exemplo, as questões geradas nas experiências de Escolas de formação político-profissional em agroecologia, que de por si, tem imbricada a necessidade de escolarização. Esta característica tem a peculiaridade de realização de parcerias e acordos de cooperação com instituições educacionais já regulamentadas ou com governos. Esta peculiaridade provoca em determinados momentos tensionamentos que estão em essência relacionados à distinta dinâmica político-organizativa de cada parceiro, ou mesmo à forma de conceber a educação/formação de e para camponeses e demais sujeitos do campo. Estes tensionamentos vão desde a construção e efetivação dos programas dos cursos, concepções teóricas, e método de realização cotidiana da formação. Mais adiante se detalham estes elementos.

Abaixo iniciamos a análise dos limites e desafios que elencamos acima. A partir de cada item mencionado comentamos e relacionamos os depoimentos abaixo.

Quando nos referimos aos limites e desafios relacionados às próprias organizações sociais do campo neste período histórico, vários depoimentos assinalam questões como: dar maior prioridade à formação articulada com as lutas e a organização; estabelecer alianças sem perder de vista o político-pedagógico; superar de práticas divisionistas entre os movimentos sociais; superar os limites institucionais na relação: estado x movimentos sociais; a participação das mulheres dos processos de formação; buscar a unidade dentre a diversidade; garantir a qualidade da formação ténica; falta de preparação anterior e nos processos seletivos para a participação destas experiências; entre outros. Abaixo seguem alguns trechos de depoimentos e análises dos / das entrevistadas que tratam destes elementos acrescidos de outros que posteriormente serão desenvolvidos.

> Os limites são os limites das lutas em determinado período. Se não houver articulação entre as lutas e as outras atividades de formação, há uma dispersão de energia. (S. Educadora, Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Bom, os desafios são muitos. Sinto que a formação política e a educação política ainda não estão dentro das prioridades estratégicas dos movimentos sociais, vejo que é importante e necessário manter e construir espaços, escolas, cursos, atividades de formação em nível regional, mas se no país e dentro de cada organização não fazer a formação política massiva da militância, acabará tornando-se mais um evento de

formação. É necessário desenvolver e criar comissões de formações da Via Campesina nacional, criar cursos de formação entre os movimentos em nível nacional e regional e estadual o que é muito importante, senão acaba o militante participando do curso em nível de América do Sul, mas no seu país não tem uma instância de formação que aglutine em nível nacional os seus militantes formadores. Outro limite é quanto ao processo de formação de formadores, as iniciativas em nível nacional ainda são frágeis... Precisamos de muitos formadores de base, formadores organizadores de cursos e atividades de formação. Criar um grupo /equipe de formadores da região que pudessem dar suporte teórico as diversas iniciativas de formação que existem na região. Criar programas de formação política comuns em todos os níveis e acoplados com a luta. Onde há processos de lutas sociais a formação tende a caminhar e ser aceita com mais facilidade e abertura para o trabalho, caminhar junto a formação política – luta social – organização política na tentativa de avançar da resistência a ofensiva de disputa política do território local até o nacional e internacional. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

En esta coyuntura de crisis política, económica de un sistema suicida ihnumano y criminal que orienta tecnócrata de la llamada educación, la propuesta formativa es necesario trascender las experiencia pedagógica, política, educativa de la vía campesina en todos los espacios del mundo, viendo la diversidad como una fortaleza de resistencia ante la amenaza, unificando mas visiones, misiones, es decir conocer y socializar todas las experiencia formativa en distinto niveles y masificar mas en todos lado. En las alianza tanto gobiernos, otras universidades, ONGs visualizar con profundidad para no perder de vista lo político pedagógico. Superar y trascender práctica y actitudes divisionistas entre movimientos sociales que impide una consolidación más rápida de los proyectos o propuestas formativa. Antes la inmensidad de estos desafíos enfrentando a un enemigos que nunca va renunciar de querer controlar la manera de pensar o actuar de la sociedad es la de seguir globalizando la luchas y las esperanza teniendo como centro de orientación la vida. (D. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Acho que um dos limites também é um dos potenciais que são as diferenças de pauta, concepção sobre determinados temas. Podem gerar divergências, mas também construção coletiva de conhecimento, projetos, articulações. No caso das atividades formais de escola que são construídas em parcerias com universidades/institutos/escolas existem limites institucionais que precisam ser superados e não dependem somente da Via Campesina, mas também das próprias instituições. (A. CPP, MAB – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

A formação integral técnica-politica, os movimentos Sociais necessitam de militantes com essa formação. Outro limitante que é muito forte ainda é a participação da mulher nos vários setores da militância. (E. Educando, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Los límites a ser superados, por ahora, son los que le indiquen los cambios que cada realidad, de cada país y organización, sufren en su diario vivir. Creo que se debe hacer una caracterización de los distintos actores sociales que hacen vida, luchan y resisten en el territorio americano, para desde ahí plantear herramientas metodológicas y pedagógicas en el hacer de la formación política y dialogar desde cada experiencia de trabajo de base en cada escenario (país, realidad, contexto y organización social). (L. Educando, CNA – Colômbia. Entrevista realizada em agosto de 2013).

[…] a) La dimensión del proyecto no fueron asimilados por la mayoría de los militantes seleccionados para el curso producto de ello la deserción del 65% de los educandos. b) La falta de experiencia en la construcción de un espacio de formación

universitaria, sumado a esto la complejidad de sustituir o en todo caso combinar la educación popular con el modelo hegemónico de formación universitaria, en ese sentido estos límites se puede superar dentro de la Vía campesina fortaleciendo y ampliando el cuadro de formadoras formadores universitarios multidisciplinario c) El IALA durante mucho tiempo se mantuvo como un satélite porque las organizaciones campesinas locales no asumían el proyecto como tal, en ese sentido, la Vía campesina en primera instancia, debe consolidar las bases sociales locales organizadas porque al fin y al cabo es la que va garantizar la continuidad y la sustentabilidad del proyecto de formación. Pero por otro lado, la instancias internacionales de la Vía siempre debe marcar presencia y acompañar los procesos formativos. d) La falta de comprensión de la dinámica del Estado Bolivariano. El momento político del proceso revolucionario no permitía desarrollar en su totalidad nuestra propuesta pedagógica, y nosotros como Vía Campesina, en vez de reconocer esa naturaleza del proceso pasamos más tiempo enfrentando al Estado sabiendo que muchas de esas contradicciones no íbamos a cambiar, era necesario consolidar las coincidencias y dialogar sobre las diferencias y dejar que las contradicciones antagónicas ser metabolizadas por el proceso en su totalidad. (A. Educando, OCN – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Um dos maiores desafios para serem superados pelas atividades da via campesina é o compromisso por parte de alguns militantes da Via, que muitas vezes não este devidamente preparado para enfrentar os desafios dos cursos e das escolas da via. (V. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Envolver os movimentos sociais dos territórios e do país na coordenação permanente da universidade, pois estes terão maior conhecimento sobre as problemáticas locais e nacionais e saberão como lidar melhor com as mesmas. Garantir qualidade na formação técnica, que muitas vezes fica em segundo plano em relação à formação política, ambas devem andar juntas em prioridade e qualidade Promover a Soberania Alimentar da universidade por meio da produção agroecológica e diversificada de alimentos, impulsando e garantindo condições para o trabalho de campo, com acompanhamento técnico de professores e técnicos especialistas em cada área Garantir a maior participação de jovens mulheres militantes dos movimentos sociais como educandas destes cursos, promovendo um debate mais profundo sobre as questões de gênero e o modelo patriarcal e machista da sociedade, levando esta discussão para as comunidades e espaços de atuação da universidade. Realizar processos similares e profundos de seleção dos educandos e educandas nas organizações e países, inclusive com o acompanhamento de um grupo/comissão da universidade ou da Via Campesina em cada organização ou pais, para garantir grupos mais coesos e verdadeiramente militantes Garantir diversidade de organizações e países nos representantes da coordenação política pedagógica Promover a participação nos processos políticos, organizativos e formativos para as trabalhadoras e trabalhadores da universidade. (I. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Existem limites como o compreender o outro que deve ser superado. Muitas vezes as escolas/cursos/atividades são pensadas por uma região que pouco conhece a outra região em que vai ser aplicada a atividade; muitas vezes, pela correria e até pela falta de apoios políticos e técnicos nos países onde vão ser realizadas as atividades, acabamos não levando em consideração o que as organizações acham de tal assunto, de tal forma de se organizar uma mística, uma comida, etc. e acabamos fazendo tudo do nosso ponto de vista pessoal e de nossa organização base. Devemos sempre considerar o conjunto das organizações e dos países que nos recebem, respeitando suas formas de se organizar e se somando a isso. (N. Secretaria Operativa CLOC. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Primeiro acredito que as organizações da Via Campesina, muitas delas tem dedicado pouco tempo a fazerem formação política ideológica de seus militantes. A exemplo, há uma queda no envio de militantes da Via Campesina para os cursos na ENFF, as organizações urbanas que estão vinculadas a ALBA tem enviados mais militantes aos cursos que as camponesas. E já temos experiências que uma organização que não se dedica a formação de seus militantes a tendência é não se manter por muito tempo. Segundo: Ha uma demanda maior das organizações a enviarem militantes aos cursos formais (aqueles que certificam, em parcerias com instituições de ensino como universidades). Terceiro, a formação política ideológica do militante não se restringe a cursos apenas, é necessário que o militante tenha experiências concretas de trabalho com a base e nesses momentos de descenso de massa (especialmente no Brasil) muitas organizações não tem conseguido criar novos militantes e quadros políticos que possam ajudar a resolver os problemas do povo, e somente os cursos não resolvem esses limites da formação. (L. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Hay algunos dentro de los cuales está, la necesidad de realizar un análisis de la realidad particular en donde se implementan dichas escuelas, no porque no se estén realizando, pero si hay que profundizar en ello, ya que las realidades son tan complejas y ricas que a veces con tanta voluntad que se pone en cada uno de esos esfuerzos desde la organizaciones, se puede para por alto algunas de esas condiciones propias de las zonas. Como segundo, se debe realizar mayores esfuerzos en la articulación entre organizaciones que activan y que forman parte de la vía campesina, esto es de suma importancia a mi modo de ver, porque tiene que ver no sólo con el buen cumplimiento de los objetivos, sino que ello puede expresar parte del desarrollo mismo de la organizaciones y como se van desarrollando a través estas articulaciones y prácticas de horizontalidad en sujeto político de transformación social. Se hace necesario clarificar los esfuerzos con los camaradas de la instituciones estatales, y no lo menciono sólo en la dicotomía entre el Estado y movimientos, sino que en el caso de Venezuela donde el gobierno ha venido demostrando una fuerte voluntad concreta y palpable para ayudar en los esfuerzos de las organizaciones sociales como Vía campesina, con mayor razón se hace necesario esa clarificación, para lograr mayor se articulación entre estos actores comprometidos con los objetivos de los proyectos. […] Esto no desmerita la existencia real de movimientos del campo, pero estos elementos influyen en la dinámica de dichas organizaciones, y sus formas de transformar un territorio social. (H. CPP e Educador, FNCEZ – Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Com relação às questões de aliança e autonomia expressas essencialmente na contradição estado x movimentos sociais, as principais reflexões giram em torno das experiências de criação de Escolas e cursos que mesclam a formação política e a escolarização, seja ela nos cursos de tecnólogo, graduação ou especialização em Agroecologia. Estas experiências estão entre o limiar da necessidade de criar uma nova forma de educação, com novos cursos, novos programas, novas metodologias, e na necessidade regularização, ou institucionalização destes processos. As contradições e tensionamentos que surgem emergem destes limiares. E estas contradições e tensionamentos tomam dimensões distintas em cada tipo de território que são realizadas.

Por exemplo, são distintos os tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e o governo bolivariano, dos tensionamentos existentes entre os movimentos sociais e o novo governo do Paraguai com a saída de Lugo, ou ainda os tensionamentos dos movimentos

sociais e o governo brasileiro. Tensionamentos gerados desde uma relação de alianças. Proporcionalmente outras formas de tensionamentos existem entre os movimentos sociais e governos como da Colômbia e do Chile, por exemplo, onde é menos corrente a construção de alianças com governos, e sim no âmbito da sociedade civil. Entretanto parece existir algo em comum que ocorre na relação movimento social x estado - seja qual tipo de governo for, e que perdura nas mais diferentes relações: a questão da autonomia nos processos de luta e de construção das propostas político-pedagógicas destes cursos e escolas.

Estas contradições, expressadas nestas experiências apontam para a necessidade de refletir mais sobre os limtes e possibilidades destas alianças, assim como refletir sobre os limiares existentes entre luta pela política pública – neste caso o direito à educação – e luta por uma transformação social mais ampla. Seriam estes os desafios históricos da luta da classe trabalhadora? Seriam desafios estratégicos ou metodológicos? Seriam desafios de metodologias estratégicas? Estas inquietações não são desenvolvidas neste trabalho, mas como fruto da investigação, são retratadas aqui como perguntas para possíveis novas investigações.

Abaixo, seguem alguns relatos que apontam as contradições existentes, desde as experiências de formação político-profissional, sobre a relação estado x movimentos sociais:

> [...] nesse momento, creio que o principal desafio é superar, ou pelo menos aprender a conviver, com a contradição: Estado X Movimentos Sociais. Na minha modesta opinião falta, de ambas as partes, uma melhor compreensão do que é legal e o que é legítimo! […]. (D. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Algo que es clave dentro de todo proceso organizativo, y más aún en la formación es la AUTONOMÍA, misma que se ve condicionada o comprometida en algún grado, cuando nuestros procesos dependen en gran medida de la "cooperación o solidaridad". Si bien decimos que la formación es una tarea y actividad permanentes, […]. Hay experiencias y debates en LVC en torno al tema de AUTONOMÍA de las organizaciones y procesos formativos; el IALA Paulo Freire puede ilustrar mejor esto; una alianza del movimiento campesino con el Gobierno, […], creo que se debe avanzar en esta discusión, en la cual los estados garanticen financiamiento para nuestras experiencias de educación popular, entendida esta como un derecho de un sector tan importante como el movimiento campesino; sin dejar de luchar por nuestra autonomías. […]. (F. CPP e Comissão de Formação da Região Andina, FENOCIN – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> En el caso del IALA-PauloFreire, los límites que necesitan ser superados son múltiples. Primero, al ser un instituto internacional y el resultado de un convenio entre La Vía Campesina y el Gobierno de la Republica Bolivariana de Venezuela hace falta superar la falta de claridad sobre el papel de cada sujeto. Es decir, definir el papel del Estado *vs* el papel de LVC. Con los papeles de cada uno bien definidos, cada sujeto puede ejercer sus responsabilidades según sus capacidades. Segundo, dentro de cada sujeto (Estado, LVC) hace falta superar la falta de unidad (política, ideológica, etc.). Por ejemplo, cuando quedaba muy obvia la falta de unidad de

> criterios dentro de la Coordinación Política Pedagógica (CPP) o dentro de la comunidad estudiantil, miembros del Estado (Director General, Sub-Director Académico, y Sub-Director Administrativo) aprovechaban para imponer sus criterios a toda la comunidad. Tercero, hace falta superar la debilidad (ideológica, formativa, etc.) en la selección de educandos, miembros de la CPP, profesores internacionalistas, y si posible, miembros de la administración (Estado). […], la LVC debería imponer criterios mínimos cuando seleccionando nuevos miembros de la comunidad. No hacerlo es invitar problemas de múltiples características. El IALA-Paulo Freire es una experiencia sumamente importante en la lucha por la soberanía alimentaria y contra la ideología dominante (en el campo y en las universidades). […]. Este resultado, […] merece ser defendido y divulgado. (J. Educador, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Los límites que tienen que superar las organizaciones campesinas: Ser más creativos y no depender siempre de los presupuestos externos; más continuidad a los trabajos sociales; promover la unidad de todos los sectores campesinos. (B. Educanda, ACADEI – Paraguai. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Considero que estas escuelas de formación de cuadros de la via campesina deben tener mucho cuidado con las formalidades, con el tema de la Institucionalización, por el caso de IALA Venezuela. Es necesario que haya autonomía organizativa y política pues es el tema de vanguardia en la formación de la via, es decir, todo el planteamiento del tiempo comunidad, el tiempo escuela, el tiempo trabajo y toda la experiencia en las formas de organicidad que se logran en los cursos de formación, que es muy importante en la formación de cuadros, pues es ahí donde se interioriza sobre la base de la vivencia ese tema de lo COLECTIVO, de la necesidad de organizarse, de movilizarse, y de la formación permanente desde la colectividad hacia lo personal. (R. Educando, ANUC-UR – Colômbia. Entrevista realizada em setembro| de 2013).

Outra observação apontada nas entrevistas foi o desafio de massificar as escolas, cursos e atividades de formação político-profissional da Via Campesina, sejam elas somente no caráter político-organizativo, sejam elas no caráter político-organizativo-profissional. Abaixo seguem alguns depoimentos a respeito:

> [...] fazemos parte de uma articulação, de uma mesma estratégia da Via Campesina internacional em massificar o movimento agroecológico e impor sucessivas derrotas aos nossos inimigos, por meio de ações e processos de formação da consciência de classe. No entanto, nos limitamos ainda a desenvolver nossas próprias experiências, dentro de cada curso, de cada escola, ou de cada região sem relacionar/vincular todas essas experiências; razão que explica limites como a: articulação e rodízio de educadores populares, de intercâmbios entre educandos e CPP´s; a circulação dos instrumentos de comunicação e, por fim a dificuldade de mobilizar recursos financeiros para as atividades formativas e produtivas. (A. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Desde o meu ponto de vista ainda falta massificar a união entre todas as organizações que fazem parte da via campesina para garantir a formação, o intercambio, etc. (E. Educanda, PJR – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Outro limite – desafio relacionado é o da relação existente entre a formação política e profissional nos processos de territorialização. Nas entrevistas foram apontadas como dificuldades quando num processo de formação político–profissional se dá mais ênfase na formação política em detrimento da técnica ou específica.

> Entonces, el reto real, es COMO combinar lo bueno de las Escuelas de tipo 1, con lo fundamental de las Escuelas de tipo 3([124]), en la dinamización de procesos territoriales. (P. Membro dirigente da VC – México. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Com a experiência que tive que foi formação em uma área técnica eu acho que deve enfatizar mais nos estudos técnicos por que em alguns momentos se enfatizou mais na política e a parte técnica ficou um pouco déficit, não que uma é mais importante que a outra eu acho que as duas partes tem que caminhar junto por igual. (A. Educanda, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Seguindo nas análises dos limites/desafios, outro mencionado foi a necessidade de viabilização de coordenações político-pedagógicas que acompanhem todos os processos pedagógicos realizados no curso, ou escola ou atividade em geral. Estes coletivos ao que indicam as avaliações, às vezes tem um limite na sua composição numérica; às vezes por não tem uma preparação anterior que corresponda ao nível dos desafios que se apresentam; outras vezes ainda não conseguem estabelecer um método ou uma dinâmica de acompanhamento. Ainda neste campo, apresenta-se a dificuldade de compor um coletivo internacional de educadores que possam contribuir nestas escolas e cursos durante o tempo que seja necessário. Esta questão envolve a viabilização financeira e de condições de vida destes educadores, por mais que em sua maioria realizem trabalho voluntário. Mas também envolve a dificuldade de realizar esta articulação e construir esta rede internacional.

> En mi opinión, el IALA-PauloFreire desempeña un doble papel (uno positivo, otro negativo) junto a las organizaciones sociales del campo. Primero, el positivo: Cuando las organizaciones miembros de La Vía Campesina hacían un buen acompañamiento de sus militantes (es decir ORGANIZACIÓN X acompañando EDUCANDO de X) entonces se lograba el fortalecimiento del compromiso con la transformación social, con la organización, además de un mejoramiento en las capacidades del militante para aportar. Este aspecto del papel del IALA-PauloFreire es fundamental, y en los casos concretos donde hubo un buen acompañamiento se logró consolidar la firmeza ideológica de los/las educandos para el bien de ellos mismos, sus organizaciones, y claro, sus pueblos. Ahora bien, en los casos que yo ví del abandono por parte de las organizaciones hacia los/las educandos, los resultados concretos fueron la debilidad ideológica, sentimientos de frustración política, y la búsqueda de soluciones personales (y no colectivas) […]. Este es un aspecto

[124] Rememorando, em outro trecho de sua entrevista, Peter aponta que as escolas de tipo 1 são as escolas que enfatizam a formação técnica-profissional-militante, e as escolas de tipo 3 são as escolas que apoiam os processos agroecológicos territoriais.

negativo para las organizaciones y los/las educandos […]. El resultado de este aspecto negativo: organizaciones que pierden la oportunidad de formar cuadros y contar con su compromiso a largo plazo en la batalla de ideas. […]. (J. Educador, Venezuela. Entrevista realizada em agosto de 2013).

E necessário superar um grande desafio, o compromisso de todas as organizações na qual forma parte da Via, assumirem a participação no processo político pedagógico durante esteja acontecendo a formação dos educando/as independentes o tempo que leve, a distancia, o curso, e necessário esta troca de saberes e construir junto com as organizações (métodos,planejamentos, enfim). (F. Educanda, MPA – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

De acuerdo a la experiencia uno de los limites claves que debe superarse es el acompañamiento de dirigencia adulta en estos procesos, ya que normalmente son jóvenes quienes participan. (M. Educanda, ATC – Nicarágua. Entrevista realizada em agosto de 2013).

E necessário potencializar espaços de formação e educação de militantes, que aprofunde o debate acerca da agroecologia e da formação e multiplicação de militantes e dirigentes. Também e preciso assumir o projeto de IALA de maneira comum por o conjunto das organizações com uma línea única e clara em torno do mesmo. Ter um grupo de professores que sejam, mas liberados para estar de maneira permanente em nossas escolas. Ter uma equipe de coordenação permanente, com autonomia e clareza política que atue com direcionamento comum. [...] Iala Guarani é um processo novo para as organizações da CLOC-VC [...]. (F. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

[…]. Respecto de la conformación de la CPP hay movimiento que envían a compañeros que no han realizado previamente el curso Cono Sur y/o no están preparados, ni muchas veces dispuestos, para asumir y desarrollar la tarea. En este sentido un desafío es poder mantener a los militantes en el rol del CPP durante un periodo mayor a dos o tres años. […]. (F. CPP e Educador, MNCI – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013).

[…] Considero de vital importancia que todas las organizaciones estén más involucradas en los procesos de formación de los educandos, realizando un seguimiento integral, tanto en la formación como tal, cuanto al finalizar el mismo, garantizando así que se mantenga un estrecho vínculo de los (educandos-militantes) con su organización y que al final se le puedan abrir las puertas de procesos en los que se puedan desempeñar militante y laboralmente. Por las dificultades iniciales que se presentaron en el establecimiento del Instituto, lamentablemente se dio la deserción de muchos educandos incluso de algunas organizaciones completas, esto obviamente debilito el proceso por ejemplo al salir casi todas las organizaciones indígenas. Sin embargo la firmeza de las compañeras y compañeros tanto educandos como educadores y las organizaciones que siempre creyeron en el proceso lograron mantener y revivir el instituto. No obstante considero que se debe mantener el principio de unidad en la diversidad. Felicitar a las compañeras y compañeros de LVCI por hacer el esfuerzo de mantener todos estos espacios de formación de campesinos y para campesinos, pues hacen un importante aporte a los grandes desafíos que tenemos para lograr verdaderos cambios en el sector rural. […] Para esto se requiere establecer espacios de intercambio de saberes en condiciones de respeto y con metodologías que se distancien de la academia que se encuentra encavernada y alejada de la realidad del campo. Una educación liberadora, que vea la agroecología como una bandera de lucha para lograr ese nuevo mundo que soñamos y que no solo es posible sino imprescindible. (E. Educador – Equador. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> [...] Outro limite de fundamental importância [...] coisas que não acontece deixando seus quadros muitas das vezes fora da discussão ou sem acompanhamento quando, mas se necessita e isso leva a algumas desistências ou perdas de quadros importantes ou que nos poderia ser útil. (R. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> […] también es fundamental que haya una participación más proporcional de las organizaciones que tienen militantes en la escuela o curso, por la necesidad de una colectivización y diversidad de experiencias, en los procesos de dirección, de formación y por una sencilla razón de acompañamientos a sus militantes. Las organizaciones deben asumir la formación de sus cuadros no solo para apoyarlos en ese proceso sino también porque después de terminar deben retornar a su base social a materializar todo lo aprendido y a aportar en el trabajo de base. (R. Educando, ANUC-UR – Colombia. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Haver mais acompanhamento da Via Campesina nas atividades da Via Campesina. [...] O processo de seleção dos integrantes que irão para cursos de longa duração tem que ser mais acompanhado [...]. (D. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Acompañamiento en los cursos/escuelas o actividades; compromisso con los militantes de las organizaciones que hacen parte de esa actividade, curso o escuela; facilitación de formadores de la Via campesina para esas actividades; cursos antecipados de los integrantes que formaran parte de esa actividad. (R. Educanda, UNORCA – México. Entrevista realizada em agosto de 2013)

Acerca do limite econômico – financeiro está relacionado diretamente a proporcionar condições objetivas para a realização da formação, como o caso: de passagens; pagamento de energia e água durante o curso; alimentação; viabilização de material pedagógico (livros, internet, computadores, laboratórios). Isto se percebe mais frequentemente em cursos e escolas de formação que não são regularizadas. Mas há também o limite de recursos que viabilizem a atividade destes futuros profissionais (no caso da agroecologia) para atuarem como tal. Abaixo seguem alguns depoimentos neste sentido:

> Um dos limites que os cursos enfrentam é o financeiro [...]. Um dos grandes desafios é a permanência das pessoas que fazem os cursos pela VC de continuar dentro das organizações. A VC forma ótimos profissionais mais não dá conta de manter estes profissionais em projetos concretos, e o sistema acaba absorvendo e desvirtuando essa formação. (G. Educanda, MMC – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Claramente la cuestión económica es otro límite, porque se evalúa muy positivamente la visita a experiencias concretas de lucha y construcción de los movimientos sociales. Y el transporte, es un gasto mas, sumado a los innumerables gastos que para el conjunto de los movimientos sociales proporciona una experiencia como esa de reunir más de 70 personas de diferentes países durante 4 meses. [...] (D. Educando, Frente Darío Santillán – Argentina. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Uma das principais, acredito que seja a precariedade das condições em que se desenvolve o processo, em razão dos limites econômicos. Também os recursos humanos com que contamos é bastante limitada, faltam professores com disposição e capacidade técnico cientifica para o ensino. [...] Apesar dos limites enfrentados devido a conjuntura política que enfrentamos na América Latina, os processos como o IALA Guarani, são muito importantes para a construção de uma perspectiva de integração e de luta internacionalista, que supere as questões locais e contribua para a formação da consciência sobre o sistema internacional de domínio capitalista. (J. CPP, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

> Um dos principais limites a serem superado é a estrutura pratica, (laboratórios, centros temáticos, entre outros), uma vez que são imprescindíveis para a formação profissional na atual conjuntura. Esta debilidade se deve a falta de investimentos governamentais nos centro de formações coordenadas pela Via Campesina. (M. Educando, MST – Brasil. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Na análise de Tardim, CPP do IALA Paulo Freire, percebe-se a retomada do elemento do acompanhamento político pedagógico dos cursos a serem realizados por membros da VC e assim relacionando aos aspectos das limitações financeiras e econômicas. Segue abaixo seu depoimento:

> No desenvolvimento do processo da escola, têm-se verificado uma debilitação, fragilização da representação política dos Movimentos Sociais e Organizações do campo diretamente responsáveis pela mesma. Isto gera prejuízos tanto no âmbito político, uma vez que sobrecarrega a equipe permanente que em muitas situações se vê incapaz de tomar certas decisões, como tal distanciamento repercute sobre o processo pedagógico, uma vez que os educandos e educandas se veem carentes de orientação e acompanhamento por parte de seus Movimentos e Organizações. Tal situação também repercute fortemente sobre o processo político, organizativo e pedagógico na medida em que os Movimentos e Organizações acabam não assegurando a presença de militantes na composição da equipe permanente da escola. Aspectos orçamentários e financeiros e de infraestrutura tem sido crônicos, e acabam por prejudicar sobremaneira o processo político e pedagógico. O processo pedagógico implica na conexão das educandas e educandos com seus Movimentos Sociais e Organizações, e se a ausência de um coletivo de militantes na conformação da equipe permanente repercute significativamente no período do Tempo Escola, tal situação também se manifesta problematicamente no período do Tempo Comunidade, onde é regra a insuficiente ou ausente orientação política e pedagógica, traumatizando o desenvolvimento técnico, político, organizativo e militante da coletividade discente. (J. CPP, MST – Brasil. (João Carlos de Campos – MST – Brasil, CPP. Entrevista realizada em agosto de 2013).

Das entrevistas realizadas para esta investigação todos e todas estão envolvidos na militância de suas organizações, trabalhando ou não em projetos de produção agroecológica, e em alguns casos estudando para aprimoramento de seus conhecimentos.

Com estas entrevistas, sistematizadas desde os elementos que mais foram apontados pelos diferentes sujeitos que estiveram ou estão envolvidos nos processos de formação político-profissional da Via Campesina, finalizamos as análises acerca do tema deste trabalho,

que tinha por objetivo analisar as políticas de formação da Via campesina América do Sul e seu papel na construção contra-hegemônica a partir do pensamento de Gramsci. Consideramos desta forma que a política de formação da Via Campesina, a partir das mais diferentes dimensões mencionadas no decorrer deste texto, é uma dimensão importante da luta pela territorialização contra-hegemônica, seja ela material/imaterial, ou econômica/político-ideológica.

A política de formação da VC, mesmo que ainda embrionária em muitos aspectos, desepenha um papel estratégico no fortalecimento das organizações locais e na articulação internacional de movimentos sociais do campo, assim como na construção e fortalecimento da produção agroecológica nos marcos da estratégia da soberania alimentar.

Esta dimensão da luta pela territorialização contra-hegemonica - a formação política e profissional, se expressa e se materializa nos seguintes aspectos: estudo imbricado com a prática; internacionalismo; trabalho sócio-produtivo-organizativo ou apenas de intercambio com comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes; no exercício da organicidade interna; no método árduo de construir unidade desde a diversidade; e no embate ideológico ao domínio do sistema capitalista e suas consequências.

Esta territorialização, com caráter de resistência, aporta para a luta de classes no campo e para a luta de classes em geral, atuando na construção de uma hegemonia que contraponha o capital e suas consequências para a humanidade. Importante também finalizar mencionando que é inegável a contribuição da CLOC-VC na proposição de uma luta por mudanças estruturais dentro desta organização internacional. Mas com a clareza de que estas mudanças não ocorrem apenas com a luta dos camponeses, indígenas, afrodescendentes e trabalhadores assalariados do campo. Esta ocorre indubitavelmente na colaboração entre as diferentes classes trabalhadoras, e com a reinvenção de instrumentos organizativos que possibilitem a “catarse”, o avanço para uma “consciência para si”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central analisar as políticas de formação da Via Campesina na região América do Sul e seu papel na luta contra hegemônica no campo. Observamos, a partir das reflexões realizadas desde o processo de sistematização das experiências de formação desenvolvidas pela organização, assim como pelas entrevistas realizadas e a análise dos conceitos relacionados ao estudo desta temática, que sim, as políticas de formação da VC têm um papel fundamental na luta contra-hegemônica. Este papel se expressa na necessidade de forjar quadros políticos e profissionais; em sua estratégia de luta; sua perspectiva de classe; e sua proposta política – pedagógica que envolve a relação intrínseca entre estudo – trabalho produtivo – trabalho sócio político nas comunidades – método.

Nestas considerações finais, retomamos alguns dos principais aspectos identificados e trabalhos nos cinco capítulos anteriores e as principais questões que não foram aprofundadas, por não serem bases temáticas deste estudo, mas que podem ser temas de novos estudos.

Um dos aspectos mencionados anteriormente é a trajetória existente da conformação de escolas de educação popular e processos de formação política dos trabalhadores como elemento que sempre acompanhou a luta da classe. Forjar novos militantes e novos quadros que pudessem construir as próprias organizações sociais foram inquietações que acompanharam os diferentes momentos históricos da luta social. No caso da Via Campesina, as primeiras experiências de formação iniciaram em 1998 com a formação de militantes de base alguns anos mais tarde da I Conferência de fundação desta organização, 1993. O primeiro curso foi o *Curso de Formação de Militantes do Cone Sul*.

Muitos dos/das militantes que participaram deste curso estão realizando hoje tarefas de trabalho de base ou de direção nas suas organizações, partícipes da VCI, ou ainda na própria articulação internacional de organizações do campo. Mais tarde foram realizadas outras diferentes atividades que tinham objetivo de realizar formação, como por exemplo, os acampamentos de juventude, as campanhas, os cursos de militantes da região andina, as escolas de mulheres, as escolas de comunicação, as escolas e cursos de agroecologia, seminários de formação política, encontro de formadores em agroecologia.

O *I Seminário sobre Formação Política da Via Campesina Internacional*, ocorrido em junho de 2007 na Escola Nacional Florestan Fernandes, tinha como objetivo começar a

discutir e elaborar um programa de formação comum para a VCI, a partir das diferentes experiências de formação e da trajetória da esquerda na construção de processos de formação. A perspectiva deste seminário era primeiramente buscar identificar estas experiências, analisar os aspectos comuns e avançar construindo uma linha política de formação da organização.

Hoje podemos considerar que esta política de formação da VCI ainda é um processo em construção, mesmo que algumas linhas políticas já estejam mais claras, entre elas: a formação político-profissional (especialmente em agroecologia, mas também em outras áreas como o caso de formadores, ou de comunicadores populares do campo); a formação de militantes de base; e a formação de dirigentes. Também estão mais claros alguns aspectos metodológicos comuns, como o caso da: mística, organicidade, trabalho, e o vínculo orgânico com as comunidades onde se realiza o curso ou a atividade.

A construção da política de formação da VC se deve particularmente à busca de encontrar as singularidades das experiências já existentes. Deve-se priomordialmente à realização, fortalecimento e consolidação de um coletivo de formação da organização, que possa desenvolver atividades como encontros, seminários, reuniões que busquem a unidade existente entre as diferentes experiências que são realizadas com o intuito de promover processos de formação internacionalistas. Entretanto não seja o único espaço que se discute elementos da política de formação. Ela também é discutida, explícita ou implicitamente, nas próprias linhas políticas da organização como um todo. Afirmamos com isto, que organização e formação caminham juntamente, e uma influi na outra na medida em que vão construindo uma territorialização e uma territorialidade contra-hegemonia do capital no campo.

A formação como elemento estratégico da organização acompanha e contribui no debate e no avanço da perspectiva da soberania alimentar e da agoecologia como elementos de um projeto de nova forma de vida do campo. Também consideramos que a questão do internacionalismo, da unidade e o método de organização são considerados como elementos estratégicos, e são, ao mesmo tempo, questões chaves nas experiências de formação realizadas até então. Estes elementos contemplam aspectos os políticos e profissionais da política de formação da VC.

Mesmo que a busca da unidade através da diversidade de experiências e formas político-organizativas seja ponto de constantes tensionamentos e contradições, consideramos que se esta diversidade é discutida coletivamente (pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo), os processos orgânizativos tendem a dar saltos de qualidade. Mas, se ignorada a diversidade, em detrimento de orientações verticalizadas, abrem-se caminhos para a

construção de um território imaterial com pouca consistência. A organização e a formação da VCI não se legitimam enquanto representação dos diferentes movimentos sociais do campo, se não levada em conta tamanha diversidade. Essa é uma questão de constante preocupação.

Tanto é que, conforme Vieira (2011), a ideologia da Via Campesina Internacional ainda não tem um caráter de busca de mudanças estruturais. Ela tem marcas da luta antineoliberal e anti-imperialista, mas não está ainda nos marcos de ser uma ideologia anticapitalista. Mesmo que seja bastante evidente que as organizações sociais que fazem parte do continente latino-americano – CLOC – VC, constantemente apontam em seus discursos a necessidade de luta por mudanças estruturais, e mais especificamente da luta pelo socialismo. Mas, em caráter mundial, a Via Campesina busca a partir do que é consenso entre as grandes regiões, construir lutas e linhas estratégicas comuns dentre a imensa diversidade de organizações sociais do campo. E estas representam em grande medida formas de consciência social que estão fundadas nas contradições e na forma de atuação particular do capital naquele determinado território onde vive e atua.

Em princípio a análise que se realiza é que as condições materiais e objetivas de vivência das contradições particulares do sistema capitalista proporciona o desenvolvimento de determinadas formas de consciência destas contradições. Inicialmente não de sua totalidade de ação, mas a partir da sua vivência local de um sistema que se desenvolve de maneira desigual e combinada. A possibilidade de avanço da consciência social para outras formas de consciência reside em parte na luta internacionalista, que desde a construção conjunta de análises e da construção de lutas em comum, possibilitam maior clareza da atuação do capital no campo em suas diferentes formas e territórios.

O internacionalismo, assim como o método de construir a organização política, são espaços onde se possibilita a unidade e coerência no território imaterial, na consciência individual e coletiva das organizações que fazem parte desta articulação. Aí reside também o papel da formação política de militantes e quadros, que se dá a partir das escolas, cursos, e atividades formativas, mas essencialmente na atuação cotidiana na organização política. Esta última tem um papel chave para abrir as inquietações e possibilidades de avanço na consciência organizativa e do sistema capitalista em sua totalidade. Somente com estas inquietações à flor da pele, ou com a necessidade da busca de respostas, é que as atividades de formação político-profissional realizadas pela VC tem um caráter realmente pedagógico.

Neste sentido, são também pedagógicas as assembleias de mulheres e jovens, as conferências, as reuniões, os encontros, e congressos, as campanhas e as diferentes atividades realizadas no intuito de construir a unidade na leitura da conjuntura e do planejamento das

ações. São pedagógicos os intercâmbios de experiências, a mística e o ato de avaliar as ações realizadas reprogramando-as. Então, consideramos que a organização política e a formação político-profissional são elementos das linhas políticas de formação da VC, e nesta correlação é que se constituem os elementos pedagógicos para o avanço de consciência, o que, a partir dos conceitos trabalhados por Gramsci (1976), ocorre a partir da formação do intelectual coletivo e do intelectual orgânico.

O intelectual coletivo é a própria organização em seus aspectos político-pedagógicos na construção de identidade e de consciência em si, assim como, da possibilidade da *catarse*, ou da passagem para a "consciência para si", ou seja, da negação da identidade particular que combate as consequências particulares do capitalismo para assumir-se enquanto classe em geral que luta por mudanças estruturais do sistema.

Assumir-se inicialmente como classe em si perpassa pela construção da identidade, de reconhecer as iguais condições de vida e dificuldades vivenciadas, assim como, do reconhecer o inimigo comum. Assumir-se como classe em si está relacionada, por exemplo, a agrupamentos de camponeses, de indígenas, de quilombolas, de trabalhadores sem terra, de ribeirinhos, de pescadores, de quebradeiras de côco, de assalariados do campo. Agrupar-se e vivenciar a organização em si propicia condições objetivas e subjetivas para o reconhecimento dos limites e contradições de uma classe em particular combater um sistema totalitário. Compreender-se em meio a estas contradições pode possibilitar, a partir de certas mediações como o internacionalismo e o método, compreender-se enquanto classe para além de si mesma, como classe para si, como classe em geral incorporando todas as suas especificidades e particulares.

Assumir-se enquanto classe em geral ao mesmo tempo está relacionada à compreensão do desenvolvimento do capital em sua totalidade e como particularmente atua em cada realidade. Consideramos que é um ato de dois movimentos constantes, o de assumir-se como classe em si na compreensão do todo e assumir-se como classe para si reconhecendo as diferenças e peculiaridades.

Concretamente, afirmamos que a formação do intelectual coletivo - a Via Campesina, desde seus elementos estratégicos como internacionalismo, método e a luta pela soberania alimentar através da agroecologia, possibilita a interação entre as diferentes e diversas organizações sociais do campo e suas particulares condições de vida. Possibilita a interação entre as organizações sociais indígenas, de comunidades afrodescendentes, camponeses e trabalhadores assalariados. Essa interação provoca tensionamentos de concepções, de formas político-organizativas, de métodos de trabalho, que ao mesmo tempo

gera uma tomada de consciência dessas diferenças, dessa diversidade e do que há em comum entre esta diversidade. Uma interação que pode promover a busca do que é singular entre os particulares. Podemos afirmar neste sentido, que na essência da proposição do intelectual coletivo em Gramsci (1976), em seu caráter pedagógico, a Via Campesina assume característica político-pedagógicas para a luta de classes no campo.

Entretanto, tomando em conta a necessidade de luta por mudanças de caráter estrutural, é necessário o encontro da totalidade das classes sociais, não somente das classes sociais trabalhadoras do campo. É necessária a relação dos sujeitos sociais do campo com as classes sociais urbanas, como o operário fabril, os trabalhadores autônomos (camelôs), servidores públicos, etc. Sobre este tema, desde o ponto de vista de gramsciniano, é necessária uma aliança de caráter estratégico que possibilite despir-se dos corporativismos para o ato de assumir-se enquanto classe universal, classe para si.

Gramsci (1987) também analisava que na discussão da questão agrária em seu período histórico era insuficiente propor a luta pela distribuição de terras improdutivas. Nesta, em determinado momento o camponês se veria sob condições nas quais não conseguiria manter sua sobrevivência. O camponês passaria por novos processos de desterritorialização. Assim, se sobressalta em Gramsci (1987), a necessidade de uma aliança operário-camponesa na perspectiva de desconstruir os corporativismos, inserir os camponeses numa luta anticapitalista, e de unificar para a construção de uma sociedade socialista. Esta seria uma forma de construir uma nova territorialização[125], a territorialização de caráter socialista e que abrangesse todas as classes sociais distribuídas a nível nacional conforme o desenvolvimento do capital na Itália naquele período – as saber, os camponeses do norte e os operários do sul. Este projeto, para Gramsci deveria ser puxado pelos operários.

É para a construção de uma territorialização de caráter socialista que Gramsci (1967; 1970; 1982; 2000) apontava a necessidade das organizações sociais forjarem seus próprios intelectuais orgânicos. Entendendo intelectuais orgânicos, não como acadêmicos, mas como quadros políticos que tivessem condições de impulsionar a organização da classe trabalhadora. Estes intelectuais orgânicos não necessariamente seriam homens e mulheres letrados ou acadêmicos, incluso poderiam ser analfabetos. O potencial da projeção do intelectual orgânico é justamente forjar dirigentes que pudessem construir a luta política e econômica numa perspectiva da luta socialista, ou de mudança estrutural da sociedade.

---

[125] Ele não utiliza estes termos. Usar os termos território e territorialização neste caso é fruto da reflexão e da relação dentre os conceitos realizados durante a investigação.

Analisando a história da Via Campesina e sua relação com o conceito de Gramsci sobre intelectual orgânico, consideramos que o ato de construir e fortalecer a organização política como intelectual coletivo, e ainda, em seu caráter de articulação internacional, trazem em si a tarefa histórica de forjar, a partir da luta do campo, seus próprios intelectuais orgânicos, seus próprios quadros. Estes por sua vez, tem um papel fundamental na construção da organização, ou do intelectual coletivo na perspectiva de avanço da consciência das massas, e da construção de um projeto para o campo que contraponha a territorialização do capital.

A própria vivencia entre organizações do campo de diferentes continentes, a busca de unidade através de um determinado método e o internacionalismo, possibilitam condições objetivas para o avanço da consciência coletiva destes sujeitos, tanto em relação a analise da territorialização do capital no campo, como na construção de suas estratégias de luta e de territorialização contra-hegemônica. É no "quefazer" cotidiano dos encontros, assembleias, reuniões, conferências, dos cursos, escolas e atividades de formação, que se constroem as condições objetivas para que cada organização do campo se identifique na especificidade de outras organizações do campo e avancem na consciência coletiva dos problemas comuns de seus territórios.

É também neste "quefazer" cotidiano que se possibilitam as condições para uma "catarse", dimensionando um salto qualitativo da organização e da construção de suas próprias linhas estratégicas para além da territorialização de resistência, para uma incisiva desterritorialização do capital em sua totalidade. A territorialização contra-hegemônica da qual a Via Campesina se propõe nos dias de hoje está circunscrita num caráter de resistência e de contraposição econômica e ideológica às consequências do desenvolvimento do capital no campo. O que ocorre através das experiências locais de agroecologia e da construção de novas formas e relações de produção, assim como, da luta política e ideológica. Entretanto, estas experiências ainda acabam subsumidas à ordem estabelecida, ou seja, à hegemonia do capital no campo. Um exemplo muito comum é a produção agroecológica numa pequena área circundada pelo agronegócio, onde comumente passam aviões despejando agrotóxicos. Estes acabam se espalhando também a estas pequenas áreas de resistente por mais que seja como resquícios e não como aplicação direta.

Essas contradições também ocorrem em certa medida nas experiências de formação político-profissional da VCI. As tímidas e poucas experiências de formação de profissionais - tecnólogos, engenheiros e/ou especialistas em agroecologia - com uma leitura crítica da sociedade, se confronta com toda a dimensão da hegemonia do capital na educação que

compreende uma incisiva aposta nas propagandas veiculadas pelos meios de comunicação em massa, assim como, uma enorme gama de cursos em agronegócio ou com programas de cursos com ênfase no agronegócio. Assim, as experiências de formação da Via Campesina Sudamérica com caráter contra-hegemônico ainda são iniciativas muito tímidas. Necessitam ser massificadas. E este é um dos desafios apontados pelos entrevistados (as).

Mesmo assim, nestas tímidas iniciativas da VCI, através de seus cursos e escolas de formação, consideramos que a territorialização contra-hegemônica acontece. Esta se dá através da luta ideológica e da concretização de experiências e experimentos em agroecologia nos territórios das escolas e das comunidades camponesas ao seu em torno (territorialização material e imaterial). Também consideramos que a territorialização contra-hegemonica ocorre no fortalecimento das organizações sociais do campo que através de sua ação coletiva e dos seus próprios intelctuais orgânicos produzem novas condições e novos patamares de luta.

Há, portanto uma relação intrínseca entre a organização e o quadro/militante, o intelectual coletivo e o intelectual orgânico. Um influencia no outro num constante processo pedagógico de luta e de territorialização contra a hegemonia do capital. Há uma relação político-pedagógica entre o intelectual coletivo e o intelectual orgânico nesta territorialização. O lugar dos cursos, escolas e atividades de formação nesta relação está justamente na possibilidade de sistematizar os conhecimentos; em clarificar as contradições que se sentem e não se veem; ou identificar contradições que nem se sentem, nem se veem; debater as diferenças; as teorias em sua relação intrínseca com as práticas – a práxis. E mesmo com os diferentes limites apontados desde as entrevistas, e que são ao mesmo tempo desafios, a realização destes possibilitam um aporte qualitativo na intervenção destes intelectuais orgânicos em suas respectivas organizações e no próprio intelectual coletivo dos sujeitos do campo a nível internacional.

Quando afirmamos que a organização destes sujeitos a nível internacional constrói territorritorialização contra-hegemonia do capital é porque as suas ações de luta, sua estratégia e seus processos de formação questionam e enfrentam as consequências do desenvolvimento do capital no campo. Contrapõe-se a um espaço e territórios fundados na sociedade "do dinheiro", que segundo Milton Santos (2003) produz uma "fragmentação generalizada e esquizofrênica" do lugar e das consciências, onde se instaura a ideologia dominante e o senso comum segundo Gramsci (1970; 1995).

A produção e reprodução da territorialização do capital forja em suas contradições a possibilidade de uma nova forma de consciência, que entrando em conflito entre as relações vividas e a ideologia que lhe é imposta, pode provocar rebeldias individuais ou particulares,

específicas a cada grupo, e que se identificando lutam por questões comuns. Entretanto, Santos (2003) explicita que a passagem desta consciência em si para uma consciência para si, necessita do conhecimento da totalidade, ou (des) fragmentado. Como diria Gramsci (1995), dar "unidade e coerência" ao pensamento. Compreender a totalidade de como o capitalismo atua de maneira desigual e combinada, é um passo importante para a passagem para uma "consciência para si". Mas também conhecer a totalidade dos diferentes sujeitos do campo em ação através de seus diversos instrumentos político-organizativos é outro passo importante para essa passagem. Formar um "bloco histórico revolucionário" para Santos (2003) exige uma "interpretação sistêmica e cuidadosa" de modo a buscar a compreensão da totalidade e a proposição de uma nova política de uma nova economia.

Consideramos que estes dois vieses, a compreensão da totalidade do sistema capitalista em suas diversas manifestações, e a relação-unidade dos diferentes sujeitos do campo organizados, são elementos em potencial na conformação da Via Campesina Internacional, que realiza a luta pela territorialização contra-hegemonica. Desde sua ótica de território e territorialização (material e imaterial), a Via Campesina vai forjando a resistência ao projeto hegemônico do capital e neste processo aprendendo as possibilidades e a necessidade da ruptura e da ofensiva numa perspectiva de mudança estrutural da sociedade. As políticas de formação da Via Campesina carregam neste sentido a possibilidade de clarificar e impulsionar a essa necessidade.

Um aspecto peculiar dos processos de formação que envolve parcerias dos movimentos sociais com instituições formais de educação e/ou Estado para a regulamentação de cursos e escolas em agroecologia, são os constantes tensionamentos que ocorrem devido às dinâmicas distintas de existência de cada parceiro. São formas distintas de atuação, muitas vezes com concepções distintas de escola, processos pedagógicos, e da própria agroecologia. Estes tensionamentos vão desde a luta pela criação destes cursos e escolas até cada momento de concretização dos mesmos, revelando-se assim na construção dos programas de estudo, nos processos de seleção e no acompanhamento político pedagógico. Parece bem importante este tema, já que se repete de maneira comum nas diferentes particularidades, a saber, no IALA Paulo Freire, ELAA, IALA Amazônico, IALA Guarani, entre outras experiências.

Fazendo um paralelo com a concepção de Gramsci (1976) sobre o Estado, este é, via de regra, da classe hegemonicamente dominante. Numa relação intrínseca com a sociedade civil, o Estado seria uma trincheira avançada da luta de classes. E mesmo que haja contradições e disputas entre movimentos sociais e Estado, há também contradições e disputas dentro da sociedade civil organizada, e também dentro do próprio Estado. Mas fica a pergunta

para posteriores investigações: por que na relação movimentos sociais e Estados de caráter progressista, ou mesmo neodesenvolvimentistas, há tensionamentos na construção destes cursos e escolas regulamentadas oficialmente, mas com dinâmicas e processos pedagógicos distintos dos tradicionais? Seriam apenas por aspectos burocráticos peculiares ao Estado? Seria pela natureza do Estado, independente do tipo de governo nele está? Seriam por outros tipos de contradições ainda não evidenciadas? Neste caso, quais seriam estas contradições?

Muitas outras interrogantes acompanharam esta investigação desde o início, outras realizadas no decorrer deste trabalho. Entretanto, estas questões não foram desenvolvidas na pesquisa, ou foram apenas brevemente mencionadas. Isto, porque não consistiam como o objeto central de estudo, mas que estão relacionados ao mesmo, inclusive podendo tornar-se determinações do objeto. Por exemplo, podemos citar:

- Por que em meio à crise estrutural do capital, parece existir maior consentimento e apatia à dominação? Como atua a ideologia dominante para manter-se em hegemonia?
- Por que a luta espontânea parece ter maior peso em momentos de crise do capital? Há um esgotamento dos instrumentos político-organizativos construídos até o momento que buscam novas formas de territorialização? Haveria uma primazia pela organização local como caminho para combater a totalidade da territorialização hegemônica do capital?
- Qual seria o papel das organizações sociais do campo neste contexto histórico de luta? Qual o papel da articulação internacional de organizações do campo para a luta de classes tendo em vista o horizonte da luta pela mudança de caráter estrutural?

Por fim, consideramos que mesmo com estas perguntas não respondidas e orbitando toda a trajetória da investigação, o papel das políticas de formação da Via Campesina Sudamérica na territorialização contra a hegemonia do capital é fundamental e está relacionado à necessidade de forjar intelectuais orgânicos que, desde seus territórios de luta e suas organizações sociais, possam compreender a totalidade da dinâmica do capital no campo, assim como a totalidade dos sujeitos do campo em organização. E assim, forjar e ser forjado por um intelectual coletivo que busque como horizonte a luta pela mudança estrutural da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. **Colonialismos del Siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio e América Latina. España: Icaria Editorial, junio de 2011.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1984.

BATISTA, Andrea F.; ANZILAGO, Julciane. O agronegócio na América do Sul: movimentos sociais e espacialização das transnacionais do grupo ABCD. In. REIS, Ana Terra; BATISTA, Andrea F. (org.). **Ensaios sobre a Questão Agrária**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. Cap. 02, p. 27-44.

BARCA, Luciano. Os últimos dias de Gramsci. In: ____. **Buscando per mare con la X Mas.** Roma: Ed. Riuniti, 2002. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv271.htm> . Acesso em: dez. 2012.

BARTRA, Armando. **La explotación del trabajo campesino por el capital**. 1ª reimpressão. México: Ediciones e Impresiones Pedagógicas, AS; Editorial Macehual, julho de 1982.

BEZERRA, Cristina Simões. Cultura e Hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. In CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Impressão Cromosete, novembro de 2012. v.5. p. 109-163.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci:** Filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BORRAS, Saturnino M. Jr. **La Vía Campesina.** Un movimiento en movimiento. Tradução: Beatriz Martinez Ruiz. Amsterdam: TNI/FIM, 2004. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/11/BORRAS-La-Via-Campesina-espanhol.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

BUONICORE, Augusto. **A Vida e a Obra de Antônio Gramsci**. [S.I.: s.n.], 2011. Disponível em: <http://altamiroborges.blogspot.com.br/2011/01/vida-e-obra-de-antonio-gramsci.html>. Acesso em 28/06/2012.

CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Impressão Cromosete, novembro de 2012. v. 5.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e Exclusão feminina nos territórios do Agronegócio** – o caso de Cruz Alta / RS. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

CARONI, Iray. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (org). **Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Disponível em: <http://historiaformatransforma.blogspot.com.br/2012/06/dialetica-marxista-uma-leitura.html>. Acesso em 22/05/2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CECENA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación**. La Integración de la Infra-estructura Regional Sudamericana. 1ª ed. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica - IIRSA, 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/61806877/Territorialidad-de-la-dominacion-Ana-Esther-Cecena-IIRSA>. Acesso em julho de 2013.

CECENA, Ana Esther. Introdução. In: _____. (comp.). **Hegemonias e Emancipações no século XXI**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/hegemonias%20final.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cronologia da Vida. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1. p. 49-74. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=123>**.** Acesso em 28/06/2012.

_____. Introdução a Gramsci. In: CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Impressão Cromosete, novembro de 2012. v.5. p. 17-44.

DEGASPARI, Silvia; VANALLI, Teresa Raquel; MOREIRA, Márcia Regina G. **Apostila de Normalização Documentária**. Com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Unesp, 2011.

DELANEY, D. **Territory:** a short introduction. Malden: Blackwell, 2005.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina**: globalization and the power of peasants. Black Point: Fernwood Publishing, 2007a.

_____. La Via Campesina: globalização e poder dos camponeses. **Revista NERA**. Ano 10, n.10, jan./jun. 2007. Presidente Prudente: NERA, 2007b. p.165-173.

DIAS, Edmundo Fernando. Gramsci e a Política hoje. In CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Impressão Cromosete, novembro de 2012, v.5. p.45-87.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra.** A formação do MST no Estado de São Paulo. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLECH), Departamento de Geografia, São Paulo.

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro.** Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia, São Paulo.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.92).

_____. **Questão Agrária**: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. Lincoln Institut of Land Policy e Harvard University, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **Entrando nos Territórios do Território**. [2008?]. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf >. Acesso em fevereiro de 2013.

_____. (Coord.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Clacso – Editora Expressão Popular, 2008. 424 p.

_____. **A Geopolítica da Questão Agrária Mundial**. Presidente Prudente. Revista NERA, Presidente Prudente, n. 18, junho de 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf>. Acesso em junho de 2013.

_____. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Questão Agrária e Disputas Territoriais no Brasil**. [2010?]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/QUESTAO%20AGRARIA/FERNANDES%20ET%20AL%20Politica%20fund_uso%20da%20terra%202012.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013.

GARCIA, Ana S. In ZUBIZARRETA, Juar Hernandes. et al. (ed.). **Empresas Transnacionales en América Latina**. La internacionalización de las empresas brasileñas: consensos y conflictos. Madrid: UPV/EHU, Hegoa e Omal, 2013. p. 189

GIMÉNEZ, Eric Holt. **Campesino a campesino**: Voces de Latinoamérica Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable. Managua: SIMAS, 2008, 294 p. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/pcac_web1.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Critica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 349f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente.

GRAMSCI, Antonio. **La formación de los intelectuales**. Versión al español Ángel González Vegas. México: Editorial Grijalbo S.A., 1967.

_____. **Introducción a la Filosofía de la Praxis**. Barcelona: Ediciones 62 s/a, 1970.

_____. **El Materialismo Histórico y La Filosofía de Benedetto Crocce**. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión, 1971.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982

_____. **A Questão Meridional**. Seleção e Introdução de Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico. v.72.)

_____. **Concepção Dialética da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Necesidad de una Preparación Ideológica de la Masa**. Edición Digital: Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/gramsci/index.htm>. Acesso em: 28 de dezembro de 2011.

_____. **Carta al Comité Central del Partido Comunista Soviético**. Edición Digital: Marxists Internet Archive, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/Andrea/Desktop/A.%20Gramsci%20%281926%29%20%20Carta%20al%20Comit%C3%A9%20Central%20del%20Partido%20Comunista%20Sovi%C3%A9tico.htm>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.1.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. **Tudo Começou com Maquiavel.** As Concepções de Estado em Marx, Engles, Lênin e Gramsci. Tradução de Dario Canali. 14ª ed. Porto Alegre: L & PM, 1996. 96p.

GUDYNAS, Eduardo. El Nuevo Extrctivismo Progresista en America del Sur. In: ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. **Colonialismos del Siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio e América Latina. España: Icaria Editorial, junio de 2011. p. 75-92.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. **Lukács e o Estranhamento em Marx**. [200-?]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/Thomaz> Acesso em abril de 2012.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

LAJOLO, Laurana. **Antonio Gramsci.** Uma Vida. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LARCA, Luciana. **Os Últimos Dias de Gramsci.** 2007. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=126>**.** Acesso em 28/06/2012**.**

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. **Gramsci, os conselhos de fábrica e a crítica da economia política**. [20--]. Disponível em <http://www.nufipeuff.org/seminario_gramsci_e_os_movimentos_populares/trabalhos/Ricardo_Rodrigues_Alves_de_Lima.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Disponível em: <http://www.fae.edu/pdf/biblioteca/O%20Principe.pdf>. Acesso em 15/05/2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**: I capítulo seguido das teses sobre feurbach. Tradução de Silvio Bonizete Chagas. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editorial Avante – Edições Lisboa-Moscovo, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 28 de dezembro de 2011

_____. **Contribución a la Crítica de la Economía Política**. Moscú: Editorial Progreso, 1989.

_____. **A Guerra Civil na França**. Fonte Digital Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/guerracivil.htmll>. Acesso em 28/06/2012.

_____. **O Capital.** Crítica da Economia política – O processo de produção do capital. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. **Crise Estrutural necessita de Mudança Estrutural**. Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro. UFBA: 13 de junho de 2011. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>. Acesso em abril de 2012.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A Agricultura Capitalista no Brasil.** Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra? Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>. Acesso em: 23 de dezembro de 2010.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e Território**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Thiago Chagas; FELISMINO, Sandra Cordeiro. Formação Política e Consciência de Classe no Jovem Gramsci (1916 - 1920). In: BATISTA, Roberto Leme (org.). **Anais I Seminário do Trabalho**: Trabalho, Economia e Educação. 1ª ed. Marília: Ed. Grágica Massoni, 2008. ISBN: 978-85-88905-82-5. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/6seminariotrabalho.htm>. Acesso em junho de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUEZ, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI**: Territorio de vida, de luta e de construção da justiça social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In **Campo – Territorio**: Revista de Geografia Agrária, Minas Gerais, vol. 5, n. 10, p -5-64, ago, 2010.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PIZETTA, Ana Maria Justo. A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: Um processo de formação efetivo e emancipatório. In **Revista Libertas** On line. Ed. Especial. Juiz de Fora: UFJF, fevereiro de 2007.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Tradução Maria Cecília França. **Por uma Geografia do Poder**. Critica da Geografia Política Clássica. São Paulo: Ática, 1993.

RANIERI, Jesus. **A Atualidade da Categoria Estranhamento e o seu lugar na forma Contemporânea do trabalho pelo capital**. [200-?]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>. Acesso em abril de 2012

RAISG. Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada. **Amazonia bajo presión**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. Disponível em: <http://raisg.socioambiental.org/system/files/AmazoniaBajoPresion_10_12_12.pdf>. Acesso em julho de 2013.

REVISTA EXAME**. Edição Especial – 40 anos.** Edição 1044E. São Paulo: Gráfica e Editora Abril, Ano 38, jul. 2013. 742p.

ROSSET, Peter, M.; TORRES, Maria Elena Martínez. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. **Journal of Peasant Studies** Routledge, UK, v. 37, n.1, p. 149-175, **2010.**

SADER, Emir (Org.) **Gramsci**: Sobre poder, Política e Partido. Tradução de Eliana Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Alameda, 2006. 239 p.

SINDICATO AGRARIO EHNE. **La Vía Campesina**: las luchas del campesinato en el mundo. Espanha: Gobierno Vasco, 2008. Disponível em: <http://viacampesina.net/downloads/PDF/viacas.pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2013

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M.; VALENCIANO, R. C. (Coord). Socioterritorial: Relações Sociais, Território e Assentamentos. In **RIST - Relatório de Impactos**

Socioterritoriais. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema. 1ª ed. Presidente Prudente - SP: [s.n.], 2006.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. **A Dialética do Trabalho no MST:** A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, 2005. 320f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza. Notas sobre poder e estado no pensamento político de Gramsci. In CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. **Gramsci e a Formação Política**. 1ª ed. São Paulo: Impressão Cromosete, novembro de 2012, v.5. p.89-108.

SOSA, Braulio Machi et all. **Revolução Agroecológica:** El movimiento de campesino a campesino de la ANAP en cuba. La Havana: ANAP; La Vía Campesina; Oxfam, março de 2010.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2IevyHx8JzMJ:www.sbsociologia.com.br/portal/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1586%26Itemid%3D171+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>**.** Acesso em abril de 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Leitura geográfica e gestão política na sociedade de classes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia da AGB/Porto Alegre.** Edição Especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia. Ijuí – RS, n. 24, p. 31-42, 1998. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TMAtsMfqTAYJ:www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%2520Tese/Tese_Livre%2520Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%25E3o/Texto%25201-V%25202-final.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em abril de 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho! Reflexões Preliminares. In: **Scripta Nova:** Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales**.** Barcelona: Universidad de Barcelona. v. VI, numero 119 (5), 1 de agosto de 2012. ISSN 1138-9788. Disponível no site. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em abril de 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohidronegocio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Revista Campo-Território** (revista de geografia agrária), *online*, v.5, n.10, p. 92–122, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>. Acesso em julho de 2013. ISSN: 1809-6271

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dornelis; CARVALHAL, Terezinha Brumatti (org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Santa Cruz do Rio Pardo – SP: Editora Viena, 2006. v.2, p. 130-167. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LivrogeoseculoXXI_2.pdf>. Acesso em abril de 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Trabalho e Classe Trabalhadora no Século XXI**. Uma Contribuição à Crítica aos Limites da Teoria. [200-?]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/Thomaz>. Acesso em abril de 2013.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Trabalho Mutante e Territórios em Disputa**. Presidente Prudente: versão *online*, junho de 2007. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p-oC-HnkI7kJ:www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/1TextoThomaz.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em abril de 2013.

THOMPSON, E.P. **Algumas Observações sobre a Falsa Consciência**. 1977 (versão original). Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B0oJkXFn5m1XYWF6UFJKTWk4X3M/edit >. Acesso em abril de 2013.

VIA CAMPESINA. Cartilha **Via Campesina**: A Articulação Internacional dos Camponeses. [S.I.: s.n.], [200?]. 28 p. Documento impresso.

_____. **Que és la Via Campesina?** [S.I.: s.n.], [200?]. p. 7. Documento Impresso.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. **Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável, La Via Campesina:** Relatório das Atividades de Outubro de 2008 a Agosto de 2010. São Paulo: 13 de agosto de 2010. 18 p.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

ZUBIZARRETA, Juan Hernández; GONZÁLEZ, Erika; RAMIRO, Pedro (Eds). Introdução. In: **Diccionario crítico de empresas transnacionales**. Claves para enfrentar el poder de las grandes corporaciones. Espanha: Icaria Antrazyt Economía, 2012. Disponível em: <http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/Diccionario%20de%20empresas%20transnacionales.pdf>. Acesso em agosto de 2013.